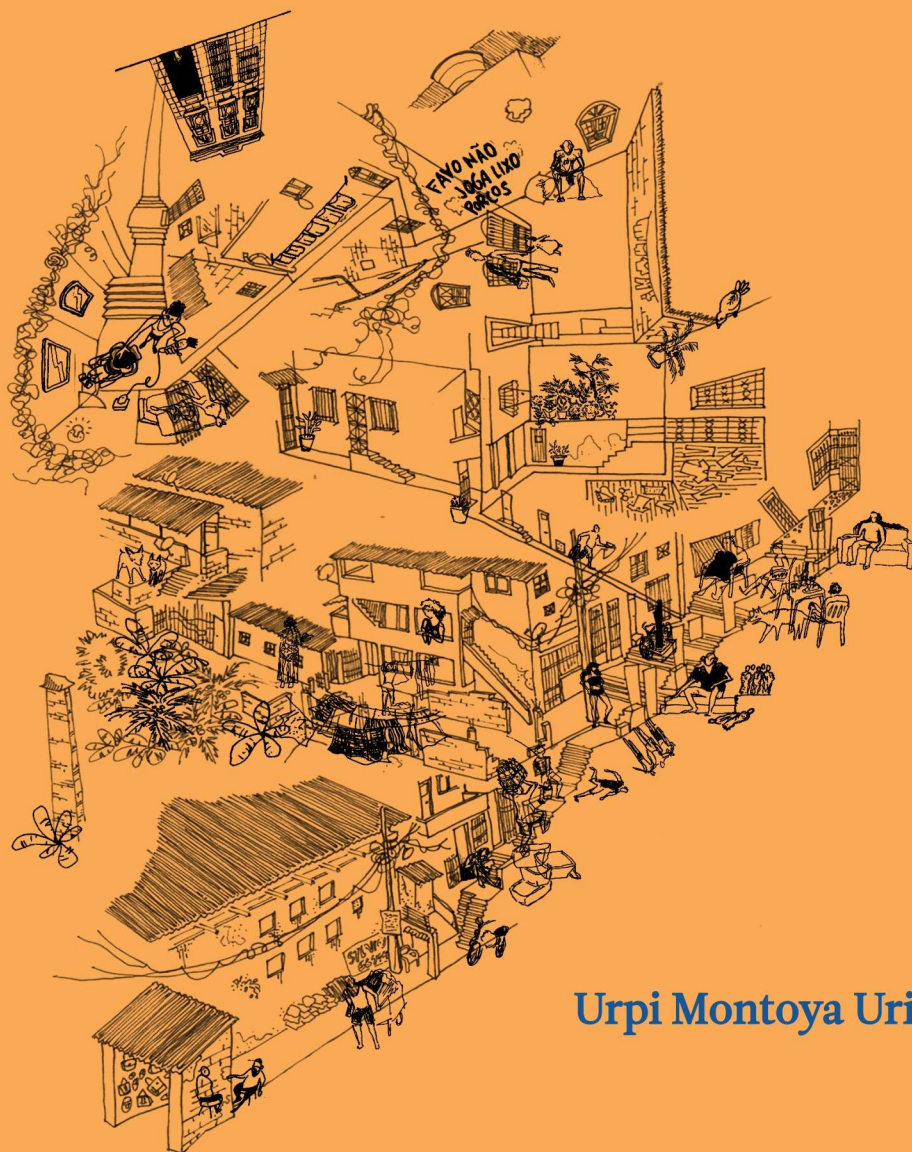


# Entra em beco, sai em beco

Formas de habitar o centro: Salvador e Lisboa



Urpi Montoya Uriarte



# *Entra em beco, sai em beco*

**Formas de habitar o centro: Salvador e Lisboa**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR

João Carlos Salles Pires da Silva

VICE-REITOR

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

ASSESSOR DO REITOR

Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo

# Entra em beco, sai em beco

Formas de habitar o Centro:

Salvador e Lisboa

Urpi Montoya Uriarte

Salvador | EDUFBA | 2019

2019, Urpi Montoya Uriarte.

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade Federal da Bahia.

Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

PROJETO GRÁFICO

Lúcia Valeska Sokolowicz

EDITORAÇÃO E ARTE FINAL

Josias Almeida Jr.

CAPA

Josias Almeida Jr. e Bruno Fernandes

REVISÃO

Juliana Lopes Roeder

NORMALIZAÇÃO

Daiane Cruz de Azevedo

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

---

Uriarte, Urpi Montoya

Entra em beco, sai em beco – formas de habitar o centro: Salvador e Lisboa / Urpi Montoya Uriarte. – Salvador : EDUFBA, 2019.-  
367 p.

ISBN 978-85-232-1844-7

1. Habitações – Salvador (BA). 2. Habitações – Lisboa (Portugal). 3. Habitação popular – Aspectos sociais – Salvador (BA). 4. Assentamentos humanos – Aspectos antropológicos. I. Título.

CDD - 307.76

---

Elaborada por Evandro Ramos dos Santos CRB-5/1205

Editora filiada à:



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n  
Campus de Ondina – 40170-115  
Salvador – Bahia – Brasil  
Telefax: 0055 (71) 3283-6160/6164  
edufba@ufba.br – www.edufba.ufba.br

Para Iran,  
meu companheiro,  
incentivador, interlocutor,  
que a Bahia me deu.





## **Agradecimentos**

Gostaria de deixar constância do meu agradecimento aos meus colegas do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) pela licença concedida e ao Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) pela acolhida institucional para meu estágio de pós-doutoramento. À antropóloga urbana Graça Índias Cordeiro, pela rica parceria iniciada e a gentil companhia que tornou a minha estadia em Lisboa muito mais agradável e interessante. A minha colega Aninha (Ana Venegoles Teles) e meu aluno Joãozinho (João Noronha Ritter), amigos, pelo empenho na pesquisa e as frutíferas trocas de observações e impressões em barzinhos da Baixa dos Sapateiros. A Chico Teixeira, pela generosidade para elaborar os mapas com os detalhes que eu queria. A Igor Ribeiro e Bruno Fernandes, pela disposição e habilidade para a confecção dos croquis. A Iran, Mayu e Amaru, marido e filhos, pela compreensão e apoio em cada uma das fases da pesquisa, especialmente aqueles meses em que tiveram de se virar sem mim. Por fim, a cada um dos habitantes dos becos/avenidas da Baixa dos Sapateiros, das ocupações do centro de Salvador e do Pátio do Broas, em Lisboa, minha gratidão pela confiança, disposição, participação e conversas.



# Lista de figuras

Figura 1 – Mapa da região central onde se encontra a Baixa dos Sapateiros	25
Figura 2 – Pontos diversos da Baixa dos Sapateiros	26
Figura 3 – Mapa do Centro Antigo e Centro Histórico de Salvador	29
Figura 4 – Estampa de Salvador no século XVII	32
Figura 5 – Extremidade da Rua da Vala (provavelmente em 1875)	38
Figura 6 – Tipos de construção na Baixa dos Sapateiros	39
Figura 7 – Rua J. J. Seabra, num dia de domingo, 1915–1920	43
Figura 8 – Baixa dos Sapateiros. Ao fundo, a Ordem 3 <sup>a</sup> do Carmo e Convento	43
Figura 9 – Baixa dos Sapateiros (primeiras décadas do século XX?)	44
Figura 10 – Trecho da Rua J. J. Seabra. Fundo do Convento de São Francisco (primeiras décadas do século XX?)	44
Figura 11 – Capela e colégio da Providência, 1907	45
Figura 12 – Vista aérea da Barroquinha	45
Figura 13 – Baixa dos Sapateiros na década de 1970	49
Figura 14 – Baixa dos Sapateiros na década de 1970	49
Figura 15 – Comércio da Baixa dos Sapateiros	50
Figura 16 – Loja e estacionamento atuais localizados onde antes, segundo moradores antigos, havia becos	51
Figura 17 – Espaços para aluguel residencial	52
Figura 18 – Prédios da Baixa dos Sapateiros	53
Figura 19 – A Baixa dos Sapateiros em jornal de 1959	55
Figura 20 – Espaços para aluguel comercial na Baixa dos Sapateiros	58
Figura 21 – Construções abandonadas ou fechadas na Baixa dos Sapateiros	59
Figura 22 – Espaços renovados na Baixa dos Sapateiros	60
Figura 23 – Propaganda da requalificação de espaços da Baixa dos Sapateiros	61
Figura 24 – Instalações de camelôs na Baixa dos Sapateiros	64
Figura 25 – Personagens da Baixa dos Sapateiros	68
Figura 26 – Mapa do trecho onde se localizam os três becos/avenidas	113
Figura 27 – Foto aérea do trecho onde se localizam os três becos/avenidas	113
Figura 28 – Planta do trecho da Baixa dos Sapateiros onde aparecem os três becos trabalhados: década de 1950	114
Figura 29 – Croqui do Beco da Bota de Ouro	115
Figura 30 – Duas placas e duas entradas/saídas do Beco da Bota de Ouro	117
Figura 31 – Três praças do Beco da Bota de Ouro	118
Figura 32 – Entrada do Beco da Bota de Ouro	120
Figura 33 – Beco do Beco da Bota de Ouro	121
Figura 34 – Entrada/saída do Beco da Bota de Ouro pela Rua do Alvo	121
Figura 35 – Fotos de casas do Beco da Bota de Ouro	122
Figura 36 – As duas casas que restam no beco com parte do modelo inicial	125

Figura 37 – Casa de Dona Ed. em constante reforma	125
Figura 38 – As duas casas de Dona Ju	126
Figura 39 – Casas do Beco da Bota de Ouro	128
Figura 40 – Fotos anteriores à reforma e do beco sendo reformado	128
Figura 41 – Meninos brincando em uma das praças do Beco da Bota de Ouro	133
Figura 42 – Croqui da Avenida Monte Castelo	134
Figura 43 – Entrada discreta da Avenida Monte Castelo vista da calçada em frente e da própria calçada	135
Figura 44 – Placa e escadaria antiga de mármore	136
Figura 45 – Casas que “avançaram” nas antigas pracinhas, das quais sobraram, hoje, apenas as muretas	138
Figura 46 – As intimidades expostas no varal que atravessa o beco	139
Figura 47 – Antigo recibo de pagamento de aluguel, datado de 1945	140
Figura 48 – Restos do quartinho de banho com uma caixa d’água em cima e do quartinho com vaso sanitário	141
Figura 49 – Casa de porta e janela, com estrutura próxima à original	141
Figura 50 – Casa da porta e janela, renovada	142
Figura 51 – Pia coletiva	142
Figura 52 – Croqui da Avenida Camponesa	143
Figura 53 – Placa não oficial da avenida	144
Figura 54 – Casas da Avenida Camponesa	145
Figura 55 – Vista aérea dos dois prédios e do beco	146
Figura 56 – A entrada entre a padaria e a loja de carros	146
Figura 57 – Entrada da Avenida Camponesa	147
Figura 58 – Casas da Avenida Camponesa	147
Figura 59 – Vista da “invasão” da Avenida Camponesa	149
Figura 60 – Entrada do beco do beco e o “labirinto” de becos	151
Figura 61 – Entrada/saída do “labirinto” na Rua do Alvo, anunciando a barbearia	152
Figura 62 – A barbearia de Ne	152
Figura 63 – Bares dentro da Avenida Camponesa	153
Figura 64 – Escada de acesso para habitação	
Figura 65 – Varanda compacta	169
Figura 66 – Cômodo no que era uma praça	169
Figura 67 – Varanda no que era uma praça	169
Figura 68 – Incorporação de uma escada externa	169
Figura 69 – Construção de varanda	169
Figura 70 – Pátio do Broas, 1992	194
Figura 71 – Entrada do Pátio do Broas	197
Figura 72 – Grafites na entrada do pátio	198
Figura 73 – Placa informativa para os turistas sobre o prédio seiscentista e a bica em seu interior	198
Figura 74 – Casa de Black, por cima do segundo corredor que permite a entrada ao pátio	200

Figura 75 – A bica e a escarpa onde ela se encontra. Os outros três lados do pátio	201
Figura 76 – Cozinha do apartamento de Matias e Israel	211
Figura 77 – Escadinhas, fotografada do alto e de baixo	213
Figura 78 – Rua da Bica Duarte Belo, seu começo na Rua de São Paulo e quase chegando ao topo	214
Figura 79 – Calçada da Bica Grande (anos 1960?)	217
Figura 80 – Os usos individuais do pátio	222
Figura 81 – Recado dado aos usuários do Air B&B nos tapumes de uma área em reabilitação no centro de Lisboa	228
Figura 82 – Os dois lados do Mercado da Ribeira. A praça ao lado e, no fundo, a torre da Igreja de São Paulo	234
Figura 83 – Rua de São Paulo. O Pátio do Broas situa-se atrás do quarto prédio amarelo (da esquerda para a direita)	235
Figura 84 – Edifícios em reforma e apartamentos à venda na Rua de São Paulo	235
Figura 85 – Publicização da “rua mais bonita do mundo”	236
Figura 86 – As escadinhas: hostess e prédio à venda	236
Figura 87 – Mapa do Pelourinho	242
Figura 88 – Atual fachada da casa n° 31, onde Ne. e sua família moraram e que hoje sedia repartições do IPAC	246
Figura 89 – Moradoras de um casarão subdividido do Maciel, possivelmente na década de 1970	253
Figura 90 – Habitações subdivididas no Maciel	253
Figura 91 – Prédios reformados e não reformados no Maciel	254
Figura 92 – Ruínas e escombros no Maciel. Beco do Mijo (Rua Inácio Accioly)	255
Figura 93 – Praça do Reggae em funcionamento (1999) e fechada (2016)	262
Figura 94 – Cena frequente na Rua das Flores em 2000	264
Figura 95 – Rua das Flores em 2017: as mesmas ruínas, porém sem as pessoas dormindo nas calçadas	264
Figura 96 – Grafites da Rua das Flores	265
Figura 97 – Beco que servia de entrada à Rocinha, localizado no n° 16 da Rua Alfredo Brito	270
Figura 98 – Prédio da relocação provisória de Dona Di, no Beco do Seminário	271
Figura 99 – Seu Ed. com suas plantas, na entrada da casinha onde mora na Avenida Monte Castelo	277
Figura 100 – As cartolinas com fotografias de Seu Ed., a maior parte delas retratando seu jardim	278
Figura 101 – Ruas da sétima etapa	283
Figura 102 – Fachada do prédio de relocação provisória de Dona Ol.	286
Figura 103 – As ocupações pesquisadas	298



# Sumário

15	Introdução
	CAPÍTULO 1
25	Um panorama histórico da Baixa dos Sapateiros
	CAPÍTULO 2
71	Habitações populares do Centro de Salvador
	CAPÍTULO 3
111	Becos/avenidas da Baixa dos Sapateiros
	CAPÍTULO 4
159	Habitar a vizinhança: práticas do habitar em becos/avenidas da Baixa dos Sapateiros
	CAPÍTULO 5
193	Habitar sem vizinhos: um pátio do centro de Lisboa
	CAPÍTULO 6
241	O habitar comunitário: memórias dos expulsos e relocados do antigo Pelourinho na Baixa dos Sapateiros
	CAPÍTULO 7
297	Habitar com dignidade e habitar coagido: casarões ocupados no CHS
333	Conclusões
347	Referências





## Introdução

[...] pobre não tem valor,  
pobre é sofredor  
e quem ajuda é o Senhor do Bonfim.  
Entra em beco, sai em beco,  
há um recurso Madalena.  
Entra em beco, sai em beco,  
há uma santa com seu nome.  
Entra em beco, sai em beco,  
vai na próxima capela  
e acende uma vela  
pra não passar fome [...]  
Madalena – Gilberto Gil (1991)

As páginas que seguem são fruto de uma pesquisa pós-doutoral de um ano e meio, intitulada “Formas de habitar o centro”, institucionalmente alocada no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) entre agosto de 2016 e julho de 2017,<sup>1</sup> sob supervisão da professora Graça Índias Cordeiro. Ao

---

1 Por razões orçamentárias, minha presença em Lisboa teve de ser encurtada para três meses (março, abril e maio de 2017).

longo do texto, descrevo e analiso alguns tipos habitacionais específicos – fileiras de casas em becos, casas ao redor de um pátio, habitações em casarões – e as formas como se habita neles. Advirto logo de início que se trata de um trabalho antropológico, interessado em gente, em pessoas e suas formas de habitar, isto é, suas formas de estar-junto e estar-envolvidas. A etnografia foi o método fundamental para a produção dos dados, tendo sido realizada em alguns lugares, durante muito tempo e mediante a relação constante e frequente com interlocutores, que escutei e observei paciente e insistentemente e com os quais só depois conversei.<sup>2</sup> É um trabalho, portanto, de alguns lugares, poucas pessoas e densas relações que revela com profundidade processos específicos, relações cotidianas, cenas concretas, enfim, retrata uma concretude que os números dispensam e que costumam faltar nos estudos que optam por uma perspectiva mais abrangente de processos sem gente, desencarnados.

Aponte-se tratar de um trabalho sobre alguns lugares. Com efeito, são estes três becos, vários cortiços lembrados por narrativas, seis casarões ocupados e um pátio. Apesar de suas diferenças, trata-se de lugares que partilham a mesma invisibilidade. Os que passam por eles não os veem porque estão escondidos, camuflados entre outras construções, encobertos por outras atividades. São lugares que partilham igualmente a condição de serem irrelevantes por serem lugares de pobres e pobreza, sobre os quais a maioria dos mortais nada sabe nem quer saber. São também, no imaginário de grande parte dos habitantes da cidade, lugares perigosos que é preciso evitar, lugares de encrenca, assaltos, violência, drogas e todo tipo de ilegalidades, onde quem entra pode não sair. No linguajar cotidiano, por exemplo, fala-se em “entrar num beco

---

2 Refiro-me aqui a uma etnografia realizada de forma, pode-se dizer, clássica: alguns espaços, muito tempo, interlocutores privilegiados, apresentação aberta e franca do pesquisador e suas intenções, mistura de observação e observação-participante. Nesse sentido, não foram feitas inovações ao método, tais como a “observação flutuante” (PÉTONNET, 2008, p. 102) ou o “campo multilocalizado”, por exemplo, do qual escreveu Wacquant (2007, p. 23, tradução nossa) se tratar com frequência de “uma desculpa cômoda para escapar das obrigações práticas da etnografia, não estabelecendo campo em nenhuma parte”.

sem saída” para referir-se a uma situação difícil, “despejar o beco” para referir-se a ser posto para fora ou “fechar o beco” no sentido de provocar desordem. A pesquisa mostrou, no entanto, que becos, cortiços, casarões ocupados e pátios escondidos são lugares de alteridade. Não porque sejam diferentes (afinal, diferentes de quê?), mas porque neles se produzem diferenças. Na medida em que se trata de espaços opacos – “espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão” (SANTOS, 1996, p. 261) –, isto é, afastados das regras e a supervisão que regem os espaços luminosos, pode-se neles fugir da estandarização, da uniformidade, da coisificação do espaço e, assim, podem-se subverter normas ou criar outras, habitar de diversas maneiras.

Estes lugares são ao mesmo tempo tipos de habitação, isto é, edificações com fins habitacionais, cada uma com suas particularidades construtivas. Nos espaços estreitos e profundos dos becos e pátios edificaram-se pequenas casas “de porta e janela”, geminadas, com serviços coletivos de água e banheiro, feitas para serem alugadas aos setores pobres da sociedade. Os sobrados, inicialmente unifamiliares e posteriormente subdivididos para albergar uma grande quantidade de famílias, tornaram-se habitação coletiva para pobres que tinham de partilhar serviços e ambientes dada a precariedade das divisórias – tapumes que não chegavam ao teto, muito alto. O espaço construído nesses lugares se articula de diversas formas com a particular situação econômica de seus moradores, suas heranças culturais, ciclos familiares, trajetórias residenciais, situação jurídica do solo e políticas públicas nas áreas onde se situam. O resultado são formas de habitar diferentes. O habitar é aqui concebido num sentido bastante amplo: habitar é demorar-se entre as coisas, estar em meio a elas, envolvido, enraizado com elas, é estar-junto, implicado com coisas, seres e espaço. Assim, formas diferentes de habitar são formas distintas de estar ou ver-se envolvido com os outros, neste caso, os vizinhos próximos e os longínquos. Nas definições gerais, os vizinhos são descritos como aqueles que não são “nem íntimos, nem

anônimos” (MAYOL, 2009, p. 43) ou “ao mesmo tempo muito próximos e muito longe, familiares e estranhos”. (HAUMONT, 2005, p. XVI, tradução nossa) No entanto, os resultados desta pesquisa nos levam a sustentar que a natureza do laço social entre os vizinhos não pode ser especificada de antemão, sendo o resultado de uma combinação de variáveis, tais como a morfologia dos lugares, a propriedade, a antiguidade no local, as possibilidades de mobilidade residencial etc. Trabalhamos, portanto, com uma definição genérica: vizinhos são pessoas relacionadas entre si pela contiguidade física de suas residências e vizinhança é uma relação espacial entre pessoas que advém do fato de morarem umas do lado das outras. O que esta pesquisa nos mostra é que uns habitam com vizinhos, outro sem e outros, ainda, contra eles.

Este é também um livro sobre uma área da cidade: o centro. O interesse dos cientistas sociais urbanos tem tido uma opção privilegiada pela periferia ou bairros populares que nasceram da ocupação de terrenos, autoconstrução de casas particulares e posterior urbanização e consolidação mediante a organização e luta de seus moradores. De fato, na medida em que as periferias autoconstruídas ou assentamentos irregulares se constituem nos espaços mais importantes de habitação e organização popular, é nelas que os pesquisadores centraram seus estudos sobre cidadania, juventude ou violência. Embora o centro concentre atividades comerciais, institucionais, religiosas, educativas etc., ele é também local de moradia, espaço habitado e lócus de experiências sociais populares bastante significativas. Nele, conforme demonstrado por esta pesquisa, desenvolve-se o direito à centralidade que complementa e enriquece a reivindicação do direito à cidade.

Eu, confesso, tenho um particular fascínio pelos espaços centrais. O centro de Salvador me encanta há muito tempo, desde os meus anos adolescentes quando, em Lima, a leitura dos romances de Jorge Amado me levava a imaginar como seriam aquelas ladeiras, ruelas e becos percorridos por Pedro Archanjo, Dona Flor e Pedro Bala. Esse fascínio prosseguiu em São Paulo, quando no período final de elaboração da tese

de doutorado elaborei o projeto que me traria a Salvador e que versava sobre o processo de “recuperação” do Pelourinho nos anos 1990. E manteve-se aqui após meu ingresso na Universidade Federal da Bahia (UFBA) com a pesquisa sobre usuários, transeuntes e vida nas calçadas da Avenida Sete de Setembro. Desta vez, escolhi a Baixa dos Sapateiros.

Durante um ano e meio percorri etnograficamente a área da Baixa dos Sapateiros e diversos microterritórios foram aparecendo, cada um com suas especificidades. Cada beco ou avenida foi mostrando peculiaridades. Consegui distinguir aquelas localizadas perto do Terminal do Aquidabã – pequenas (não mais de dez casas), edificadas em solo plano, muito antigas, cuja maior parte de moradores são antigos inquilinos da Santa Casa da Misericórdia – das avenidas localizadas perto da rua que conecta a Baixa (abreviação popular para a Baixa dos Sapateiros) com o Largo do Pelourinho – verticais, maiores, centenárias, mas também outras mais recentes. Perto da Praça dos Veteranos, identifiquei muitas casinhas térreas cuja vivência difere dos vários edifícios de quatro a seis andares, localizados na parte central da Avenida J. J. Seabra – nome oficial da Baixa dos Sapateiros – e dos muitos casarões encortiçados, espalhados ao longo da Baixa, que alugam quartos de dimensões diminutas e preços exorbitantes. Verifiquei também casarões antigos e edifícios mais recentes ocupados por diversas famílias há alguns anos, cuja composição e características variam bastante, mas onde a entrada de jovens ligados ao tráfico de drogas é ou uma realidade ou uma ameaça constante. O campo se encarregou de desfazer algumas imagens ou ideias preconcebidas, como as da Baixa ser um território homogêneo dentro do centro da cidade, com uma unidade inquestionável, localizado nas margens do Pelourinho. A unidade acabou mostrando-se uma arbitrariedade e a condição de margem do centro algo muito recente e que em diversos contextos simplesmente inexistente. Outro pressuposto que caiu por terra foi que eu encontraria uma forma de habitar. De fato, encontrei várias.

Já nos primeiros dias de trabalho de campo, ainda na fase do reconhecimento inicial, deparei-me com becos, vilas e avenidas, meio

escondidas, que chamaram imediatamente a minha atenção. Foi nelas que concentrei o primeiro momento do meu trabalho de campo e onde descobri uma forma de habitar “com vizinhos”, significativamente influenciada pela estreiteza do espaço, pela impossibilidade de não se relacionar com eles, mas, também, por laços de parentesco, concepções de casa e necessidade de negociar o espaço.

Outras formas de habitar foram aparecendo na medida em que o trabalho de campo se desenvolvia. As narrativas do grande número de ex-moradores do Pelourinho morando nos becos e avenidas da Baixa dos Sapateiros me mostraram uma forma de habitar diferente no passado. Em suas memórias, embora se tratasse da mesma área, o habitar era outro. Tratava-se de um habitar comunitário caracterizado por uma densa rede de entrelaçamento de ruas e gentes “nascidas e criadas” no local, com práticas de ajuda mútua e forte senso de igualdade entre eles. A experiência partilhada da pobreza e da precariedade das velhas casas coloniais subdivididas e o estigma do lugar eram o contexto no qual se desenvolvia esta particular forma de habitar.

Uma terceira forma de habitar foi descoberta a partir do momento em que atravessei o umbral de um velho casarão em cujas janelas estavam penduradas roupas coloridas e de cujas portas observava a saída e entrada de muita gente. Vale elucidar que não é esta uma imagem frequente na Baixa dos Sapateiros, onde grande parte das fachadas corresponde a casas comerciais. A chuva me fez procurar abrigo no limiar da casa e foi ali e nesse momento que conheci uma das moradoras desse casarão ocupado, cujos habitantes estavam ligados ao Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB). Essa ocupação acabou me levando a outras cinco – todas nas imediações da Baixa – que me mostraram duas formas de habitar contrastantes: um habitar com dignidade e um habitar coagido ou contra os vizinhos. No primeiro, valoriza-se o espaço e o convívio regrado entre vizinhos, resguardando fortemente a privacidade de cada unidade familiar. No segundo, muitos moradores se apinham em pequenos espaços e suas relações confundem-se com trocas ásperas ou conflituosas,

marcadas pela desconfiança ou o medo. O habitar com dignidade advém de ocupações nas quais a seleção dos moradores foi bastante criteriosa e de prédios onde o convívio é pautado em regras claras, resguardadas por uma liderança feminina com muita autoridade. Por seu lado, o habitar coagido deriva de ocupações antigas nas quais houve e há uma alta rotatividade de moradores que dificulta o conhecimento e confiança entre sua população e onde as regras e a liderança acabaram sendo cooptadas pela minoria de membros ligados ao tráfico de drogas.

Dediquei três meses da pesquisa a fazer etnografia num pátio do centro de Lisboa, onde me deparei com outra forma de habitar o centro, uma “sem vizinhos”. Apesar da semelhança física entre a habitação do pátio e a das avenidas da Baixa dos Sapateiros, o habitar é muito diferente em ambos os casos. Em contraste com o que se verifica no centro de Salvador, o centro de Lisboa vive um momento de *boom* imobiliário para o turismo decorrente de sua atual posição privilegiada no roteiro turístico europeu e mundial. Qualquer espaço vago é reformado e vendido a empresários imobiliários, em sua maioria estrangeiros, que os transformam em apartamentos a serem alugados aos turistas. As casinhas do Pátio do Broas, no entanto, não entraram nesse circuito. Continuam sendo alugadas ao público inquilino para a qual foram feitas no século XIX – os setores trabalhadores cujos empregos se encontram nas imediações. Entretanto, seus inquilinos hoje não são mais os mesmos de antigamente: são estrangeiros empregados nos setores ligados ao turismo, que trabalham em restaurantes e *hostes*<sup>3</sup> em áreas próximas e que para poder pagar o aluguel precisam trabalhar em diversos turnos, não dispondo de tempo comum algum para encontros ou produção de um habitar em vizinhança.

O tema do tráfico de drogas perpassa as formas de habitar encontradas em Salvador. Ele está presente e se faz sentir em diversos graus em becos e casarões pesquisados. Na medida em que ele influencia as

---

3 Estes espaços funcionam como albergues e caracterizam-se pelo facto de proporcionarem um tipo de alojamento mais informal e económico. Muitos têm quartos privativos, mas todos têm quartos partilhados. (DICA 7..., 2014)

formas de se engajar-com, é mencionado em diversas oportunidades neste trabalho, mas sem maior aprofundamento ou detalhes, seja porque não presenciei nenhuma cena explícita implicando envolvidos e não envolvidos no tráfico ou porque os envolvidos diretamente evitam falar sobre o tema ou, por fim, porque não procurei nem tive nenhum encontro direto com traficante algum. Portanto, referir-me-ei a eles apenas desde o ponto de vista ou falas dos moradores não ligados ao tráfico, que representam a avassaladora maioria dos moradores que, mesmo em tempos difíceis, fazem questão de manter distância moral desse tipo de trabalho, apesar de seus parcos e incertos ingressos.

Mais algumas palavras sobre o campo. Em Lisboa, a grande dificuldade que tive para realizar meu trabalho de campo foi a falta de tempo dos moradores do Pátio do Broas, vivendo para trabalhar e praticamente sem tempo livre. Com aqueles que pude estabelecer uma relação de diálogo, não houve desconfiança ou solicitação de anonimato nas informações fornecidas ou nos comentários efetuados – mantive, por isso, seus nomes em extenso. Já em Salvador, tive de enfrentar uma enorme desconfiança e apreensão por parte da imensa maioria dos moradores, oriundas da irregularidade fundiária dos imóveis e da “lei do silêncio” imposta pelo tráfico de drogas. Desconfiavam da minha identidade (“*tem certeza que você não é da Prefeitura?*”) e tinham medo de falar e se comprometer com aquilo que sabiam (“*não posso falar, você sabe né?*”). De fato, não enfrentei tiroteios, ameaças ou outras situações do tipo “pesquisando no perigo”, mas senti claramente que havia sempre olhos seguindo meus passos e ouvi com bastante frequência abertas interpelações ao que efetivamente eu estava fazendo nesses territórios (“*Vem cá, para que você quer saber essas coisas?*”). Minha entrada e trabalho cotidiano em becos e ocupações foi possível graças a diversas táticas não planejadas. Apresentava-me como professora e o fato de contar num primeiro momento da pesquisa com a presença da antropóloga Ana Venegeroles Teles e do estudante de antropologia João Noronha



Ritter<sup>4</sup> ajudou a comprovar essa identidade. Em diversos momentos posteriores apresentei vários outros colegas e alunos. A inserção num campo desconfiado foi também vencida por uma mistura de ingenuidade, ousadia, insistência e “falsa indiferença” (FREITAS, 2003, p. 68), mas também pelo respeito ao rumo que os interlocutores davam às conversas (sem nunca insistir em nenhum tema), pela promessa de não revelar nomes (por isso uso apenas abreviações) e a postura de nunca fotografar rostos. Uma última estratégia foi igualmente decisiva: decidi provar a minha “verdadeira” identidade carregando sempre em minha bolsa livros e artigos que publiquei, mostrando-os sempre que podia para comprovar a natureza acadêmica de meu trabalho. Deu certo: mais do que como professora, fiquei conhecida como “escritora dos injustiçados do Pelourinho”. Nas ocupações, a estratégia foi me apresentar como pesquisadora próxima ao MSTB. Acho que também deu certo.

O livro se divide em sete capítulos. No primeiro, descrevo a Baixa dos Sapateiros e traço um panorama histórico dessa área, absolutamente indispensável para situá-la e entender suas origens e posterior desenvolvimento. No segundo, detenho-me nas habitações populares do centro, isto é, nas lojas, casarões subdivididos, cortiços e avenidas em becos, descrevendo historicamente seu surgimento e evolução. O terceiro capítulo é uma descrição em profundidade dos três becos/avenidas pesquisados. O quarto, “Habitar a vizinhança”, analisa as práticas do habitar nos três becos/avenidas descritos no capítulo anterior. O quinto descreve o Pátio do Broas, no centro de Lisboa, e qualifica o habitar que nele se desenvolve como um “habitar sem vizinhos”. O sexto se concentra nas memórias dos expulsos e relocados do Pelourinho “recuperado” que habitam nos becos/avenidas pesquisados, enfatizando o habitar comunitário que vivenciaram nos cortiços que constituíam o Pelourinho das décadas de 1970 e 1980. O último capítulo é dedicado ao habitar nos casarões ocupados por sem teto do Centro Histórico de

---

4 Ana Venegeroles de Sá Teles como pesquisadora voluntária e João Noronha Ritter como pesquisador de iniciação científica. Quando uso a primeira pessoa do plural no texto, refiro-me à presença em campo destes dois pesquisadores.

Salvador (CHS), distinguindo neles dois tipos de habitar: o “habitar com dignidade” e o “habitar coagido”.

Por fim, resta dizer que este é um trabalho realizado sem órgão financiador, facilitado apenas pela licença de um ano que o Departamento de Antropologia da UFBA me concedeu na forma de estágio pós-doutoral.<sup>5</sup> Trata-se, pois, de um trabalho independente, porém profundamente comprometido com a ideia de uma ciência que sirva à transformação social. Nesse sentido, mais do que um trabalho interessante, espero que ele seja relevante, e mais do que contribuir com a teoria antropológica, ensejo que ele possa efetivamente servir de subsídio para o necessário repensar das políticas habitacionais, revelando-lhes mais uma vez que a questão da habitação não resolve a questão mais profunda e fundamental do habitar e que a centralidade para os moradores do centro não é apenas uma questão de localização num mapa abstrato e desencarnado, mas um direito amparado numa forma de habitar essa área mediante percursos cotidianos a pé pela sobrevivência e trajetórias residenciais que, em conjunto, reproduzem uma extensa rede de relações sociais e parentais que sustentam uma profunda ligação afetiva com o espaço.

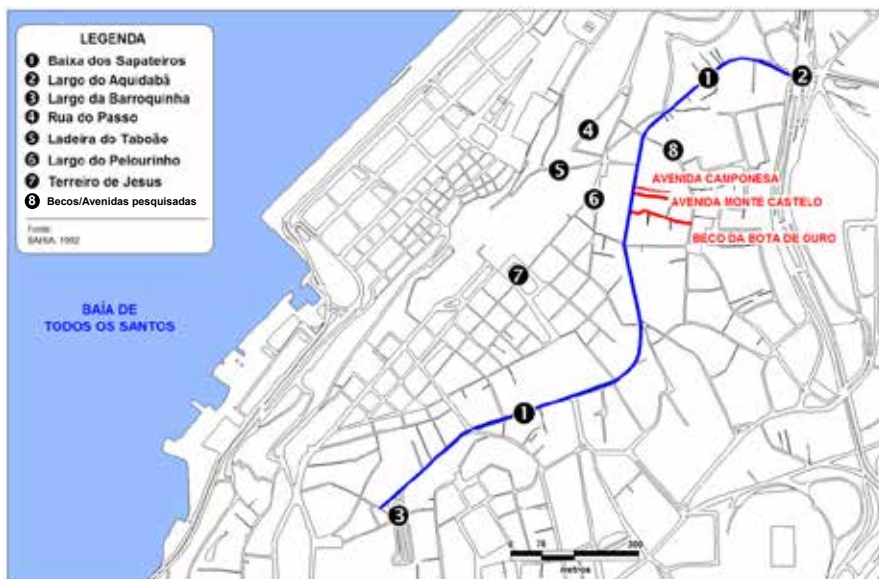
---

5 A crise econômica e política que atingiu o país em 2015 afetou gravemente a disponibilidade e número de bolsas para o exterior previstas para se iniciarem em 2016.

# CAPÍTULO 1

## Um panorama histórico da Baixa dos Sapateiros

Figura 1 – Mapa da região central onde se encontra a Baixa dos Sapateiros



Fonte: Teixeira (1992b).

Figura 2 – Pontos diversos da Baixa dos Sapateiros





Fonte: acervo pessoal da autora (2016-2017).

Este capítulo tem como objetivo apresentar ao leitor as características gerais da área específica da cidade de Salvador abordada neste livro: a Baixa dos Sapateiros. Começo apontando alguns dados sobre o Centro Antigo de Salvador (CAS) e o Centro Histórico de Salvador (CHS), regiões nas quais a Baixa se insere e com as quais partilha características socioeconômicas, demográficas e habitacionais. Em seguida, exponho – historicamente destacando sua inicial posição urbana relegada devido ao pântano que, até meados do século XIX, impedia ou dificultava a construção e circulação; a canalização do Rio das Tripas e sua pavimentação permitiram a urbanização da área que, no entanto, era considerada pelos setores privilegiados como um “local de reunião de pessoas vadias e de ‘vida desregrada’”. (FRAGA FILHO, 1996, p. 176) Num terceiro momento, apresento as transformações e permanências desta rua ao longo do século XX, até chegar aos dias de hoje: a Baixa dos Sapateiros permanece uma rua de comércio popular e moradia popular, marcada

pela diversidade de usos (residencial, comercial, artesanal, industrial), diversidade arquitetônica (vários tipos de casas e edifícios) e diversidade de usuários (camelôs, carregadores, moradores, ambulantes, garis, moradores em situação de rua, consumidores de drogas etc.).

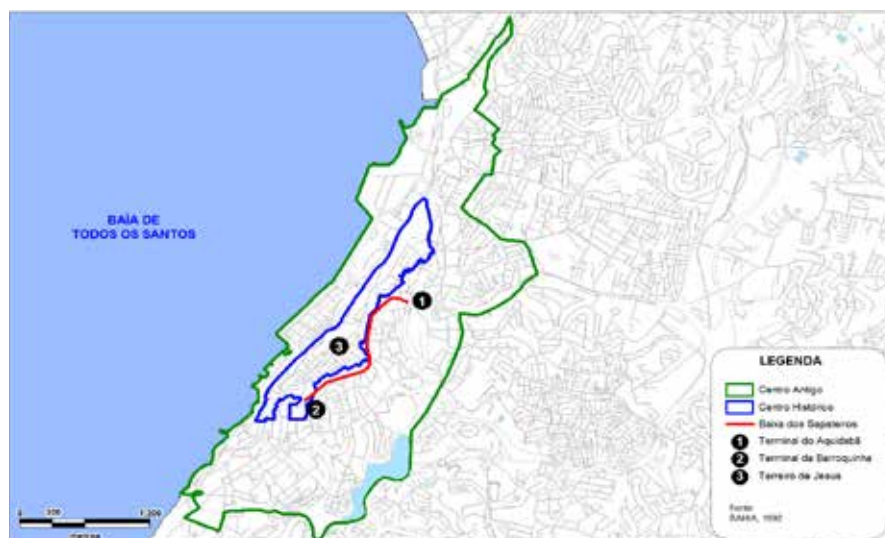
\*\*\*

As 12 imagens que abrem este capítulo mostram alguns espaços importantes da Baixa dos Sapateiros nos dias de hoje. Da direita à esquerda, vemos a Estação da Barroquinha, um dos extremos da rua, a poucos passos da Praça Castro Alves; o Corpo de Bombeiros, local central na festa de Iansã ou Santa Bárbara, comemorada no dia 4 de dezembro e a Praça dos Veteranos, localizada em frente a este; o Shopping Baixa dos Sapateiros, construído em 1979; o camelódromo, inaugurado em 2016; o cine Pax, de meados do século XX; o Lar Franciscano Santa Isabel, cuja fachada começou a ser reformada em 2016; o Mercado de São Miguel, reformado em 1992 e hoje praticamente vazio, e o Mercado de Santa Bárbara, espaço construído em início do século XX para o qual foi transferido o antigo mercado, com o mesmo nome, que funcionava na Cidade Baixa (CADENA, 2016); a Baixinha, ou Rua Padre Agostinho Gomes, pequena via que une o largo do Pelourinho à Baixa dos Sapateiros e que dá o nome popular à avenida que formalmente denomina-se Avenida J. J. Seabra; o cine Tupy, hoje com uma programação pornográfica e, perto deste e constituindo o outro extremo da rua, a Estação Aquidabã.

A Baixa dos Sapateiros é uma longa rua de dois quilômetros localizada no CAS, nos arredores imediatos do CHS. Denomina-se CHS ao conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1984, que compreende os antigos micro bairros de Santo Antônio Além do Carmo, Pilar, Carmo, Passo, Taboão, Pelourinho, Sodré, um trecho da Baixa dos Sapateiros, Terreiro de Jesus, Praça da Sé, Largo de São Francisco, Rua da Misericórdia, Conceição da Praia, rua da Ajuda e rua Chile, Barroquinha e São Bento. (GOTTSCHELL; SANTANA; ROCHA, 2006, p. 17) Já o CAS é um território muito mais amplo, que contém diversos bairros ao redor do CHS,

tais como o Barbalho, Comércio, Nazaré, Lapa, Tororó, Gamboa, Campo Grande, entre outros.

Figura 3 – Mapa do Centro Antigo e Centro Histórico de Salvador



Fonte: Teixeira (1992c).

Enquanto parte do CAS e entorno do CHS, a área da Baixa dos Sapateiros partilha de suas características socioeconômicas, demográficas e habitacionais. Trata-se de áreas que vêm se esvaziando progressivamente. Na década de 1970, CAS e CHS se formavam de bairros populosos, onde residiam 120,8 mil pessoas, isto é, quase 12% do total de moradores da cidade. Em 2000, o CHS contava com 23.520, chegando a 66,8 mil se considerada também a população de seu entorno, abrangendo apenas 2,8% da população de Salvador. (GOTTSCHALL; SANTANA; ROCHA, 2006, p. 20) Em 2010, o CAS ainda perdeu 3.671 moradores, “a maioria residente no Centro Histórico de Salvador (CHS)”. (GOTTSCHALL, 2014, p. 29)

A maioria dos moradores do CAS e do CHS e arredores fazem parte da classe média baixa e classe baixa: o Censo de 2000 indicava que 64% dos responsáveis que moravam no CHS tiveram rendimento máximo de até

cinco salários mínimos (SM) e 21,5% percebiam até um salário. (GOTTSCHELL; SANTANA; ROCHA, 2006, p. 28) Em 2010, este quadro pouco havia mudado, pois “Quando se observa os dados do Censo 2010 sobre os programas de benefícios sociais, a participação do CAS, sobretudo no Entorno do CHS, é superior à média de Salvador, indicando vulnerabilidade das pessoas residentes nesta região”. (GOTTSCHELL, 2014, p. 40)

Por outro lado, o Censo de 2000 apontava que um pouco menos da metade dos chefes de família do CHS eram mulheres, 21,4% tinham mais de 60 anos e 35,8% eram analfabetos ou analfabetos funcionais. Em 2010, as pessoas de 60 anos e mais representavam 18,5% do total e:

a presença de crianças com até 14 anos de idade (15,1%) é menor do que a média de Salvador (20,7%). Estes dois indicadores de idade sinalizam que, na última década, houve dificuldade de renovação da população residente no CAS. (GOTTSCHELL, 2014, p. 35)

Em relação à habitação, o CHS contava, em 2000, com 3.732 domicílios particulares permanentes, dos quais 45,4% localizavam-se em prédios e apartamentos, 49,1% em casas e casarões e 5,5% em “imóveis em processo de deterioração sendo usados como residências pluri-domiciliares”. Nesta área, há uma “presença significativa de moradias precárias, em estado de extrema degradação”. (GOTTSCHELL; SANTANA; ROCHA, 2006, p. 33)

Dentro da região central, é o CHS e seus arredores que apresentam o mais agudo quadro de pobreza, baixa escolaridade e baixos salários, concentração do número de habitação de cômodos, população em situação de rua e predominância do regime de aluguel:

[...] no entorno principal, sobretudo nas áreas não reformadas, reside uma população extremamente pobre que sobrevive em casarões degradados, tem baixa escolaridade e parco rendimento [...] Todos os indicadores sociais do Censo 2000 indicam as sub-regiões Pelourinho-Sé e Misericórdia-Castro Alves como sendo as mais vulneráveis, onde as condições de precariedade aparecem de



forma mais acentuada. (GOTTSCHALL; SANTANA; ROCHA, 2006, p. 23-24)

O grave quadro social presente no espaço de lazer e animação do Pelourinho-Sé é facilmente compreendido quando se percebe que esta sub-região, com poucos residentes, apresenta, juntamente com a Misericórdia-Castro Alves, os piores indicadores socioeconômicos do centro tradicional e está rodeada por subespaços ainda não revitalizados, que abrigam, em casarões degradados, uma população extremamente pobre, em grande parte excluída da economia local. (QUEIROZ, 2006, p. 94)

Estas características socioeconômicas e habitacionais da Baixa dos Sapateiros advêm de muito tempo atrás. Não foi esta, nunca, uma área privilegiada da cidade. Pelo contrário, antes de ser erguida esta rua, em meados do século XIX, era apenas uma área limítrofe, um vale mal cheiroso que separava os bairros altos de Nazaré e Saúde, por um lado, e Pelourinho e Santo Antônio, do outro. O geógrafo Milton Santos nos deixou uma descrição física bastante precisa dela:

A Rua Dr. J.J. Seabra, mais conhecida como a Baixa dos Sapateiros, é uma secção de um vale tortuoso e superimposto sobre uma provável fratura (Alfredo Porto Domingues, N.27) que bordeja as colinas; diversas ladeiras conduzem, de um lado, à primeira linha de cumeadas que forma o redobro do horst, bem em frente à baía, sítio escolhido para receber as primeiras casas da cidade de Tomé de Souza. De outro lado, as ladeiras levam à segunda linha de colinas, grosseiramente paralelas à primeira e que recebeu a expansão do povoamento urbano durante o século 17. (SANTOS, 1959, p. 170)

Convém frisar que era um vale pantanoso e fétido, correndo nele um riacho denominado Rio das Tripas, cujo nome advinha de servir este de escoamento para os restos do gado abatido no antigo matadouro do bairro de São Bento. (SANTOS, 1959) As águas lentas do riacho que

nascia em São Bento se encontravam no que hoje é a Rótula do Abacaxi com outro rio vindo do Retiro. (PEREIRA, 1994a)

Na imagem a seguir fica bastante evidente a área de brejo formada ao redor do Rio das Tripas que, até o século XVIII, limitou o crescimento da cidade. Entende-se o porquê de um dos primeiros nomes desta rua ter sido Rua do Brejo. Outra denominação antiga foi a de Rua das Hortas, devido à existência do cultivo de frutas e legumes nos terrenos alagadiços dos conventos de São Bento, São Francisco e do Carmo. (DO-REA, 2006, p. 201) A imagem deixa claro, também, a primeira e segunda cumeadas e o espaço entre elas, no qual se ergueu o núcleo da cidade de Salvador no século XVI.

Figura 4 – Estampa de Salvador no século XVII



Fonte: Montanus (1671).

No século XVIII, Vilhena (1969, p. 163) descreveu o vale como um foco de infecções: um “aterro de um grande brejal, ou pântano [...] corre acompanhando a cidade até além do Convento do Carmo”. As poucas linhas dedicadas por esse autor à atual área da Baixa dos Sapateiros indicam que, em finais daquele século, tratava-se de um espaço de pouca

importância: “paragem chamada Baixa dos Sapateiros, onde a montanha quebra” (VILHENA, 1969, p. 98), de onde saíam duas ruas.

Até a primeira metade do século XIX, o vale do Rio das Tripas, como os outros vales da região, não era visto como local habitável. Essa visão decorre da ocupação do solo que caracterizou a cidade de Salvador desde seu início: as casas construíram-se nas cumeadas e as pessoas de posses instalavam-se sempre nas dorsais das colinas ou plataformas. Por isso, vales como o do Rio das Tripas se tornaram locais propícios para práticas que precisavam de discrição para poder subsistir, tais como as práticas religiosas do Candomblé.

O imundo rio das Tripas estava longe de ser um curso de água ideal para práticas religiosas, e o pantanoso vale não se comparava às vastas áreas de mata nos bairros semirurais da cidade. No entanto, assim como minúsculos quartos nos bairros centrais foram usados para o candomblé, sugere-se que novamente os africanos e seus descendentes improvisaram. Os candomblés localizados no vale são remanescentes de uma época em que alguns recursos naturais ainda estavam disponíveis. Além de possivelmente fornecer folhas e outros itens de uso ritualístico, a vegetação densa e o charco garantiam maior privacidade, pois sua presença impedia a construção de casas no local. (GORDENSTEIN, 2014, p. 130)

Enquanto região baixa, ou seja, alagadiça, a área do que é hoje a Baixa dos Sapateiros não foi valorizada.<sup>6</sup> Como outras regiões baixas – tais como a Baixa de Quintas ou a Baixa do Fiscal – sua ocupação foi tardia e motivada pelo crescimento da população urbana. As laterais das primeiras cumeadas foram urbanizadas no século XVIII, muitas delas me-

---

6 Em seu trabalho de campo realizado em Salvador em finais da década de 1930, a antropóloga Ruth Landes conseguiu perceber a diferença entre partes altas e baixas em Salvador: “Os pontos altos da cidade eram coroados por velhas igrejas e mosteiros, por novos arranha-céus e por belas casas de ricos fazendeiros e comerciantes. As partes mais baixas da cidade eram ocupadas por casas de cômodos e, nos subúrbios, por miseráveis choupanas de barro que alojavam a gente pobre – operários de fábricas, mascates, lavadeiras, estivadores e prostitutas”. (LANDES, 2002, p. 186)

diante aterros. Foi o que aconteceu com a Rua do Tijolo – atual Rua 28 de Setembro, rua paralela à Ladeira da Praça, que desemboca na atual Baixa dos Sapateiros:

As plantas históricas da região, assim como as escavações arqueológicas, evidenciam o lento processo de urbanização nessa parte do centro da cidade. Durante as pesquisas arqueológicas dentro do grotão, ficou comprovada a tentativa de regularização do terreno através da deposição de vários metros de aterro durante os séculos XVIII e XIX (Cf. NAJJAR, 2010). Dados oriundos de sondagens geológicas feitas no interior de quarteirões da rua demonstram que entre 4,30 e 6,91 metros de aterro foram depositados. (GORDENSTEIN, 2014, p. 41)

O vale do Rio das Tripas e áreas adjacentes teve sua história mudada em meados do século XIX, quando o rio deixa de ser o maior esgoto a céu aberto da cidade. Com efeito, em 1849, ele foi canalizado e a rua passou a ser chamada Estrada da Vala ou Rua da Vala. Não há dúvidas que o grande número de mortes devido aos surtos de varíola, febre amarela, cólera e febre tifoide, na década de 1840, foi decisivo para que a presidência da Província iniciasse as obras de canalização, cobertura e empedramento da nova via. A morte de 2 mil pessoas na Bahia, entre 1849 e 1850 devido à febre amarela e de quase 10 mil pessoas em Salvador, entre 1855 e 1856 devido ao surto de cólera (DAVID, 1996) alertou as autoridades sobre os esgotos a céu aberto e sobre as condições de moradia das camadas mais pobres devido ao perigo iminente que elas representavam para todo o conjunto de moradores da cidade. (CARDOSO, 1991) As epidemias geraram a criação, em 1850, da Junta de Higiene Pública e, um ano depois, da Comissão de Higiene Pública. Comissões de médicos e estudantes passaram a percorrer a cidade verificando as condições de salubridades das casas. Os espaços estreitos, sem drenagem, pouco ventilados e iluminados passaram a ser vistos como iminentes focos de doenças, já que, na época,

[...] acreditava-se que o cólera era causado pelos ‘miasmas’, ou melhor, por gases ou vapores pútridos espalhados na atmosfera, cuja presença podia ser aferida por diversos tipos de fedor. Esses gases, diagnosticavam os médicos, se originavam da decomposição de matéria orgânica encontrada nos montes de lixo deixado nas ruas, mangues, pântanos, valas de esgoto, matadouros, chiqueiros de porcos, peixarias, curtumes, nos hospitais e igrejas onde ainda se enterravam os mortos. (DAVID, 1996, p. 55)

É nesse contexto que se canalizou o Rio das Tripas, calçaram-se ruas e abriram-se estradas. Os médicos, mediante a Comissão de Higiene, recomendavam enérgicas medidas sanitárias: limpar a cidade de todo lixo, proibir a criação e tratamento de carnes na circunscrição urbana (de porcos, de baleia, peixes), extinguir os pontos de mendicância e vadiagem, demolir e proibir cortiços e extinguir qualquer mau cheiro.

As obras de aterro do Rio das Tripas foram iniciadas em 1849 e concluídas em 1865. (DOREA, 2006, p. 202) O cano real coberto conduzia as águas desde o Convento de São Bento até as Sete Portas, tomando aí a direção para o Rio Camorogipe. (FLEXOR, 2011, p. 255) Aterrou-se também um braço do rio e sua área alagadiça que ligava o Rio das Tripas ao Dique do Tororó (hoje Rua Djalma Dutra).

Segundo Ana Amélia Nascimento (2007, p. 65), a canalização do rio das Tripas sob a Rua da Vala foi “uma das obras urbanísticas de maior importância no século XIX”, pois além do saneamento da área, permitiu o surgimento de uma importante via de comunicação ligando diversas freguesias (Santana, Sé, Passo, Santo Antônio Além do Carmo), por onde poderiam circular veículos de rodas. Abriram-se becos e travessas que a ligariam à cidade. Antes desta canalização, a relação entre o atual centro e os bairros de Saúde, Gravatá, Desterro e Palma (todos do século XVIII, crescendo ao redor de Conventos e Igrejas) se fazia por meio de pontes de tábuas por cima do riacho. (PEREIRA, 1994a)

A importância desta obra foi ressaltada no discurso do então presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins (apud FLEXOR, 2011, p. 254):

Com pequenos raios em direção a este grande centro não só as distâncias de hoje se encurtarão em menos da metade, como desaparecerá o grande obstáculo para as comunicações dos veículos sobre rodas, o melhor ou mais digno da nossa crescente civilização. O aspecto da Capital da Província com esta obra, e com as acessórias mudará completamente.

Com efeito, a Rua da Vala permitiu a expansão da urbanização e integração de bairros até então isolados, principalmente depois da implantação do sistema de transportes de bondes, em 1855. Inicialmente, tratava-se de pequenos ônibus puxados por cavalos. Em 1868, instalaram-se trilhos entre a Calçada e Retiro, e Retiro e Barroquinha. (ARAÚJO, 1992) No ano seguinte, novas linhas surgiram. Com os bondes, a Rua da Vala se tornou uma via central da cidade:

Consuelo Novais Sampaio (2005) mostra que por ela passava o bonde, movido a tração animal, rumo a sua estação final em frente à igreja da Barroquinha. Em 1888, aos pés da igreja de Santana, onde outrora ficava o trecho mais profundo do pântano, encontravam-se as novas cocheiras da Companhia Central de Trilhos. A Praça dos Veteranos, que após uma reorganização que incluiu demolições da Capela de N. S. de Guadalupe, em 1857, e de alguns imóveis no início da década seguinte, tornou-se um importante local de passagem, um ponto de ligação entre a antiga Cidade Alta e os bairros centrais do ‘outro lado’ do vale, como a freguesia de Santana, por exemplo. (GORDENSTEIN, 2014, p. 49)

A partir de 1871, foram assentados os primeiros trilhos da linha entre o Largo do Teatro e a Praça do Palácio. Em 1876, a empresa Trilhos Centrais implementou uma linha que “partindo da Barroquinha passa pelas ruas dos Capitães, da Ajuda, da Misericórdia, do Colégio, do Maciel de

Baixo, da Baixa dos Sapateiros e Rua do Paço, segue pelo Santo Antônio, Barbalho, Nazaré, Santana voltando por São Bento até a Barroquinha”. (PINHEIRO, 2011, p. 161) No início dos anos 1880, a cidade já contava com duas linhas de bondes puxados a burro. A Trilhos Centrais – ligando a Barroquinha, Fonte Nova, Soledade, Quinta dos Lázarus, Cabula, Engenho, Retiro e Rio Vermelho, com 26,6 quilômetros – e a Trilhos Urbanos – que começava na Praça do Palácio, passava pela Graça, Barra e Rio Vermelho, cobrindo 12,1 quilômetros. (REIS, 2000, p. 210) Em 1897, apareceram os bondes elétricos. (TRINCHÃO, 2011) Vale salientar que, em 1938, havia 162 bondes e 36 ônibus, e, em 1956, já havia e 398 ônibus e 140 bondes.

Assim, a canalização do Rio das Tripas foi fundamental para o crescimento da cidade que, no século XIX, teve três vetores: a segunda cumeada, o Campo Grande e a Estrada 2 de Julho “que, partindo de um ponto da Rua da Vala, segue pelo Dique do Tororó até o Rio Vermelho”. (PINHEIRO, 2011, p. 137)

A Rua da Vala e os bondes que por ela passaram mudaram o cotidiano e tipo de moradores das áreas vizinhas. O comércio se concentrou nela e ruas adjacentes e instalaram-se também moradias e oficinas de pedreiros, funileiros, carpinteiros, alfaiates, padeiros etc. Devido a essa concentração, os mais abastados deixaram de morar na região. Referindo-se à Rua do Tijolo, perpendicular à Baixa dos Sapateiros, Gordens-tein (2014, p. 77) escreveu:

[...] os almanaques permitem inferir que a inauguração do novo eixo de transporte e comércio na Rua da Vala repercutiu no bairro. Por exemplo, há dois cantos de ganhadores instalados no Largo do Guadalupe no ano de 1887, e, somente na Rua da Vala consta no Almanaque de 1898 um total de 17 sapateiros, 16 cabeleireiros e 7 ferreiros. Poderiam as casas comerciais da Rua do Tijolo ter se deslocado rua abaixo para o novo eixo comercial? Afinal, havia uma importante linha de bonde na rua, com ponto final a alguns metros, na igreja da Barroquinha. Essa maior facilidade de transporte talvez também permitisse um maior

afastamento dos funcionários públicos da vizinhança de seu local de trabalho. Agora que era mais fácil chegar ao trabalho, essa categoria profissional, a que mais aparece nas páginas dos almanaques na Rua do Tijolo, talvez pudesse escolher moradias em bairros que outrora eram consideradas longe demais.

Há registros da Ladeira da Saúde ter tido, na segunda metade do século XIX, vários casarões subdivididos, provando também como as ruas adjacentes à atual Baixa dos Sapateiros serviam de espaço de moradia para uma população pertencente aos estratos mais populares. (COSTA, 1989) No entanto, conforme podemos ver na imagem a seguir, datada de 1875, a rua – pelo menos no extremo que hoje é o Aquidabã – servia também de residência para famílias abastadas, que moravam em grandes casarões.

Figura 5 – Extremidade da Rua da Vala (provavelmente em 1875)



Fonte: acervo do Museu de Arte da Bahia (EXTREMIDADE..., [1875?]).

Assim, conviveram na Rua da Vala, como de fato continuam convivendo hoje na Baixa dos Sapateiros, setores diferenciados. Sua arquitetura o demonstra claramente: casarões de três pavimentos ao lado de pequenas casinhas térreas de meia-parede, sobrados modestos e grande



número de casas de um pavimento que ampliaram seu espaço construindo mezaninos – andares parciais mais baixos introduzidos no pé-direito do andar principal.

Figura 6 – Tipos de construção na Baixa dos Sapateiros



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

O comércio que se instalou na Rua da Vala foi igualmente variado. Nas lojas da rua, havia casas comerciais de portes diversos e, nas calçadas, instalaram-se os chamados ganhadores, isto é, os “trabalhadores escravos ou libertos que exerciam nas ruas as suas atividades mecânicas, artesanais e de prestação de serviços” (MATTOS, 2011, p. 122), agrupados em cantos, que eram “ajuntamentos de ganhadores, tanto escravos quanto libertos, geralmente pertencentes à mesma nação [nagôs, haussás, minas] e exercendo o mesmo ofício, onde os fregueses podiam requerer os seus serviços”. (COSTA, 1989, p. 49) Os cantos se localizavam nas ladeiras, fontes e cruzamentos de ruas movimentadas e geravam, por sua vez, mais movimentação, pois convidavam a presença de outros trabalhadores, tais como barbeiros ou vendedoras de comida. Essa movimentação gerava conflitos, tensões, “algazarras”, além de obstruir a passagem, e eram, por isso, muitas vezes, mal vistos pelos vizinhos, moradores ou comerciantes.

Referindo-se aos cantos de africanos na cidade de Salvador em finais do século XIX, Nina Rodrigues (1988, p. 102) deixou constância que “na Baixa dos Sapateiros, canto da rua da Vala, reúnem-se africanos de diversas nacionalidades. As mulheres são encontradas neste último ponto, na rua da Vala, canto de São Miguel”. Na pesquisa histórica realizada por Costa (1989), a Barroquinha aparece também como local de um canto:

Temos neste largo uma concentração de negros em função da existência de um chafariz e de um canto de ganhadores (situado mais precisamente ao pé da Ladeira de São Bento), além de em suas proximidades, atrás da Igreja da Barroquinha, existir um batuque que deu origem a um dos primeiros candomblés da cidade. (COSTA, 1989, p. 110)

Além de cantos, a Rua da Vala tinha também suas “maltas”, isto é, grupos de meninos e jovens que cantavam, batucavam, jogavam, associavam, gritavam e provocavam, invadindo hortas, jogando pedras e usando palavrões.

Em 29 de janeiro de 1868, *O Alabama* chamava a atenção do chefe de polícia para um pequeno muro na igreja da Baixa dos Sapateiros, atrás da qual se reunia uma ‘malta’ de meninos de família e moleques que ‘sahem com vendas de seus senhores para jogarem a dinheiro o jogo da bola’ [...] Dizia ainda que dessa reunião resultava grandes algazarras e desordens com prejuízo para os pais e senhores. (FRAGA FILHO, 1996, p. 112)

Assim, cantos e maltas colocavam a Rua da Vala no mapa dos lugares suspeitos da cidade: “A Rua da Vala era considerada local de reunião de pessoas vadias e de ‘vida desregrada’”. (FRAGA FILHO, 1996, p. 176) Paralelamente, a significativa presença de cantos-ganhadores-negros nessa rua motivou, ainda no século XIX, tentativas de ordenamento e limpeza por parte do poder público, conforme registrado pelo historiador Walter Fraga Filho (2014, p. 332):

Em 24 de fevereiro de 1899 o *Jornal de Notícia* aprovou a decisão da intendência de renovar as posturas que proibiam a permanência de ganhadeiras e vendedores ambulantes nos passeios da Baixa dos Sapateiros. Em 3 de maio de 1899 uma ação combinada entre a polícia e a municipalidade expulsou quitandeiras e ‘negociantes outros’ que ocupavam o largo do mercado da Baixa dos Sapateiros, sob a alegação de dificultarem o trânsito público e sujarem as ruas com ‘quanta espécie de imundície conseguem reunir em cestos e gamelas’ [...] Em 1º de agosto de 1904 o *Jornal de Notícias* festejou a decisão da Municipalidade de retirar das proximidades do mercado da Baixa dos Sapateiros a infinidade de cestos, gamelas e tabuleiros de verduras e legumes dispostos sobre as calçadas da referida rua.

Estas tentativas de disciplinarização do uso do espaço público estão estreitamente relacionadas com o fim da escravidão, que gerou a migração a Salvador de um grande contingente de antigos escravos. Suas ruas, que já eram locais de sobrevivência de muitos, tornaram-se ainda mais espaços de trabalho ao acolher os recém-chegados e recém-libertos.

Nesse contexto, fazia-se necessário, na visão dos governantes e dos setores privilegiados, controlar essa população. Segundo Fraga Filho (2014, p. 344), “as leis municipais, chamadas posturas, adotadas pelas autoridades municipais e provinciais, após a abolição, apontaram para um crescente controle sobre vários aspectos da vida cotidiana da população negra”. Além da perseguição aos sambas, batuques, candomblés e capoeiras, passou-se a exigir que a população negra trabalhando nas ruas fosse devidamente cadastrada e autorizada. Antes, em 1857 e 1880, já havia se intentado medidas semelhantes. (REIS, 2000) Em finais do século XIX, por fim, a Câmara de Salvador passou a obrigá-los a terem matrícula. Estas indicam que, em 1893, trabalhavam nas ruas de Salvador 2.452 pessoas, das quais 1.721 eram ganhadores, 473 carroceiros e 258 aguadeiros. (FRAGA FILHO, 2014, p. 326)

Como bem aponta Maria Helena Flexor, as tentativas de disciplinarização da cidade implicaram tanto um ordenamento espacial, como um saneamento higienista e uma limpeza social dos espaços públicos:

A higienização, num sentido mais amplo, como saneamento geral, previa não só a limpeza da cidade, – através de calçamento de rua, coleta de lixo, construção de esgotos, canalização dos riachos urbanos, reforço das encostas, secularização dos cemitérios, remodelação das casas e prédios públicos – mas também a remoção das ‘sujeiras humanas’, num evidente programa de ordem e disciplinarização da sociedade. Com o intuito de se limpar as ruas, criaram-se diversas instituições, como a Asilo da Mendicidade, para tirar os desvalidos dos logradouros públicos, o Asilo São João de Deus, para segregar os alienados. (FLEXOR, 2011, p. 251)

Mas tais tentativas teriam de esperar mais de um século para mudar efetivamente o rosto dessa rua que, ao longo de todo o século XX, permaneceu popular, isto é, com formas populares de ocupar o espaço, de vender mercadorias, de misturar funções, de acotovelar pessoas e objetos, de inventar formas de sobrevivência e habitar.

\*\*\*

Como vimos, desde a segunda metade do século XIX, a Rua da Vala se tornou uma eminente região comercial. Entretanto, é preciso frisar que o comércio se concentrou inicialmente entre o Largo de São Miguel e a Rua Baixa dos Sapateiros, também chamada de Baixinha, onde se aglomerava um comércio de gêneros alimentícios. (MATTOS, 1978)

Figura 7 – Rua J. J. Seabra, num dia de domingo, 1915–1920



Fonte: acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador (RUA..., [entre 1915 e 1920]).

Figura 8 – Baixa dos Sapateiros. Ao fundo, a Ordem 3ª do Carmo e Convento



Fonte: acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador (BAIXA..., [19--]).

Ao finalizar esse século, a urbanização entre o Largo de São Miguel e a Baixinha, estava plenamente realizada. No entanto, em outras áreas, primava um aspecto mais bucólico, rural ou tranquilo.

Figura 9 – Baixa dos Sapateiros (primeiras décadas do século XX?)



Fonte: acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador (BAIXA..., [19--?]).

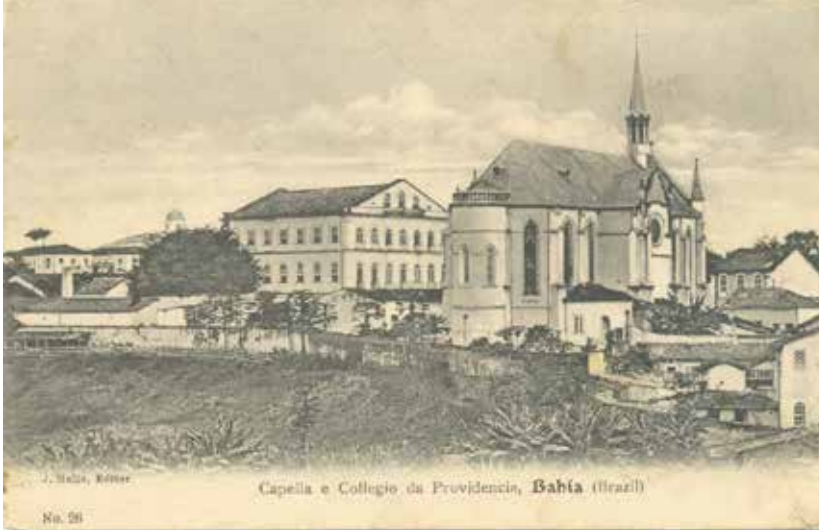
Figura 10 – Trecho da Rua J. J. Seabra. Fundo do Convento de São Francisco (primeiras décadas do século XX?)



Fonte: acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador (TRECHO..., [19--?]).



Figura 11 – Capela e colégio da Providência, 1907



Fonte: acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador (MELLO, 1907).

Figura 12 – Vista aérea da Barroquinha



Fonte: acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador (VISTA..., [19--?]).

Em inícios do século XX, praticamente toda a rua, já denominada J. J. Seabra, “em homenagem ao governador do Estado que ordenou a realização das obras que lhe deram seu traçado atual” (SANTOS, 1959, p. 171), passou a adquirir o nome de sua primeira região comercial: Baixa dos Sapateiros.

A denominação Baixa dos Sapateiros dada originalmente a esse trecho somente, estendeu-se a toda a rua Dr. Seabra, à proporção que o comércio também avançava. O início das atividades comerciais nesse bairro (a Baixinha) deve-se à expansão do comércio da Cidade Baixa, acompanhando a linha de mais fraca resistência, representada pela rua Silva Jardim, onde o declive é mais suave que nas demais artérias ligando a Cidade Baixa à Cidade Alta. Em seguida, o comércio se expandiu até a extremidade da rua Dr. Seabra. Há 50 anos atrás ele somente se estendia até a rua Cônego Lobo (ladeira da Saúde); há 20 anos até o Largo de São Miguel e a rua Marquês de Montalvão. Há apenas 10 anos que colonizou a rua 28 de setembro e fez junção com o antigo comércio da Praça dos Veteranos. (SANTOS, 1959, p. 175)

Ao longo do século XX, a Baixa dos Sapateiros foi se reafirmando como um espaço popular, principalmente em contraste com a Rua Chile e a recém-inaugurada, em 1915, Avenida Sete de Setembro, ambos espaços de comércio sofisticado. Na década de 1940, Jorge Amado registrou a popularidade da Baixa dos Sapateiros com as seguintes palavras:

É a Baixa dos Sapateiros, a Baixinha. Como o povo a trata com familiaridade. Rua comprida, se desenvolvendo numa curva, vai da Barroquinha, nas vizinhanças do Largo do Teatro, até a Ladeira Ramos de Queiróz. Eternamente cheia de gente que salta dos ônibus ou que os espera, de povo que sobe pelo Tabuão, no velho elevador ou a pé, de pessoas que descem as inúmeras ladeiras que ali desembocam. (AMADO, 1983, p. 79)



Nos anos 1950, contava com 252 casas comerciais e 114 pontos de prestação de serviços. (SENA, 2005) Deve-se frisar que o caráter popular da rua não excluía, entre as décadas de 1940 e 1950, eventos ou programações consideradas “de boa qualidade” ou com bastante prestígio. Assim, nessas décadas, realizava-se na Baixa o conhecido baile na Rua Barão do Desterro, o Carnaval da J. J. Seabra, apresentavam-se grandes nomes da música nacional e exibiam-se bons filmes em suas diversas salas de cinema. (GOMES, 1994) Com efeito, a Baixa dos Sapateiros concentrava diversas opções de cinemas, para todos os gostos e classes. Havia o Cine Olympia, que virou Cine Aliança e depois desapareceu. Em *Suor*, romance escrito em finais dos anos 1920, Jorge Amado (2011) conta como os pobres das redondezas costumavam frequentar esse cinema, principalmente as sessões de terça-feira, gratuitas para as moças.

Os grandes cinemas estavam fechados para eles. Também as farras de automóvel, com bebidas finas. Resta o Olímpia, na Baixa dos Sapateiros, onde, de mistura com filmes falados, passavam películas velhíssimas. Eles não se importavam. Como as crianças, aqueles homens suados amavam as fitas de caubóis, nas quais, invariavelmente, o rapazinho surrava o bandido na conquista da mocinha e de ouro do Oeste americano. Acompanhavam as fitas em série, comentando trechos, discutindo passagens. (AMADO, 2011, p. 48)

O Cine Jandaia, de inícios da década de 1930, era “o mais moderno e sofisticado espaço de lazer da América do Sul” (PALÁCIO..., 2004, p. 7); nele, as camadas populares pagavam meia-entrada, ocupavam cadeias da geral e entravam pela porta da Rua do Alvo enquanto que os setores privilegiados ocupavam os camarotes e a plateia principal. Seu imponente prédio serviu de palco para shows dos grandes nomes da música como Vicente Celestino, Carmen Miranda e Dalva de Oliveira. Havia também o Cine Tupy, inaugurado em 1956 e o Cine Pax, inaugurado há mais de 70 anos, com capacidade para 2 mil pessoas.

Esses cinemas começaram a exibir os primeiros sinais de decadência na década de 1960. “Sumiram as peças, os espetáculos musicais e as grandes produções cinematográficas, para dar lugar a filmes de ação sem maior expressão. Recém-inaugurado (1956), o Tupy era o único que ainda escapava da triste sina”. (PALÁCIO..., 2004, p. 7) Entretanto, na atualidade, sua programação é toda pornô e não tem projetos concretos de mudança. (NERY, 2015) O Jandaia, abandonado pelo seu proprietário e fechado desde finais da década de 1990, será desapropriado pelo governo do Estado e convertido em um equipamento cultural voltado para a promoção dos artistas locais. (PRÉDIO..., 2015) O Pax, pertencente à Ordem Terceira de São Francisco, que também passou a exibir filmes pornográficos nos anos de 1980, permanece fechado desde finais da década de 1980.

Em meados do século XX, o comércio popular da rua se evidenciava na presença de camelôs, nas mulheres vendendo comida nas esquinas, nos meninos vendendo cigarros a retalho e nos restaurantes “fregemôscas” que serviam refeições ligeiras para os operários. (SANTOS, 1959, p. 177) Revelava-se, também, nas ausências:

Não há joalherias, casas de discos, salões de chá, os cafés são em número reduzido. Também não há escritórios de advogados; os médicos e os dentistas são raros. Não há empresas imobiliárias, nem agências de turismo. Enfim, não há grandes magazines, mas apenas lojas, algumas de importância, mas a maior parte pequenas e médias [...] É um comércio pobre, ligado de forma absoluta às precisões de sua clientela. (SANTOS, 1959, p. 176)

Segundo Santos (1959), o “comércio pobre” característico da Baixa dos Sapateiros advinha das linhas de ônibus que por ela passavam: enquanto a Rua Chile e a Avenida Sete de Setembro concentravam o transporte coletivo em direção aos bairros ricos, a Baixa dos Sapateiros conduzia aos bairros de classe média e pobre. Com efeito, pela Baixa dos Sapateiros, na década de 1950, “somente passam os bondes e os ônibus

que servem às linhas de Liberdade, Quintas e Soledade”. (SANTOS, 1959, p. 124)

O auge do comércio popular pode ser verificado nas seguintes fotos, datadas da década de 1970:

Figura 13 – Baixa dos Sapateiros na década de 1970



Fonte: acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador (BAPTISTA, 1975).

Figura 14 – Baixa dos Sapateiros na década de 1970



Fonte: acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador (BAIXA..., 1978).

Mas nem tudo era comércio na Baixa. Em meados do século XX, quando Milton Santos fez sua pesquisa que resultou no livro *O centro de Salvador* (1959), a rua tinha em suas extremidades um predomínio de uso residencial convivendo com pequenas indústrias e artesanato e, em seu núcleo, um comércio estabelecido, que convivia com o uso residencial nas ruelas adjacentes à avenida.

Figura 15 – Comércio da Baixa dos Sapateiros



Fonte: Santos (1959, p. 173).

Essas ruelas eram artérias públicas – como a Ladeira do Alvo, a Ladeira da Saúde ou a Rua do Tijolo – ou becos sem saída, batizados em algum momento com o paradoxal nome de avenidas. Estas, conforme será exposto detidamente nos próximos capítulos, eram estreitas fileiras de pequenas e modestas casas. Assim descreveu o geógrafo as avenidas da Baixa em meados do século passado: eram “[os becos] formados de casinhas ‘parede-meia’, onde mora gente pobre”. (SANTOS, 1959, p. 179)

Segundo Dorea (2006, p. 69), os becos ou avenidas na Baixa dos Sapateiros eram numerosos em inícios do século, porém, em meados do século XX, seu número havia diminuído diante da “exigência do crescimento urbano”, que transformava moradias em lojas, depósitos ou estacionamentos. Dentre os becos desaparecidos, esse autor mencionou o Beco de João de Veras, o Beco do Barão, o Beco do Porvir e o Beco da Sereia – onde funcionavam banhos em 1880.

Em meados do século XX, a maior parte das casas da Baixa dos Sapateiros era[m] “modestas e pobres, térreas geralmente, raramente com um andar, moradia de artesãos, principalmente sapateiros”. (SANTOS,

1959, p. 171) Na época da pesquisa de Santos, essa população artesã e pobre estava em crescimento na área: em 1940, a população residente era de 795 pessoas e, em 1950, era de 951. (SANTOS, 1959, p. 180)

Figura 16 – Loja e estacionamento atuais localizados onde antes, segundo moradores antigos, havia becos



Fonte: acervo pessoal da autora (2016-2017).

O uso residencial permanece nos dias de hoje nos vários becos, avenidas e vilas que restam na Baixa dos Sapateiros. Partindo do Aquidabã em direção à Barroquinha, na margem esquerda, encontram-se a Vila Maria de Castro, os Becos 358, 346, 332, a Vila Trindade 308, a Avenida Camponesa nº 261, a Avenida Monte Castelo ou Caetano Ricci, o Beco da Bota de Ouro e a Vila Soares. No caminho de volta, pela margem direita, encontram-se a Avenida Baltazar, o Beco do Tucano e o Beco das Gostosas.

Nos prédios que foram erguidos na Baixa dos Sapateiros – a maior parte de quatro ou cinco pavimentos – e nos casarões que restam em pé e sem uso comercial, pessoas moram em apartamentos, quitinetes ou quartos que são alugados, na própria avenida ou nos becos transversais (Figuras 17 e 18).

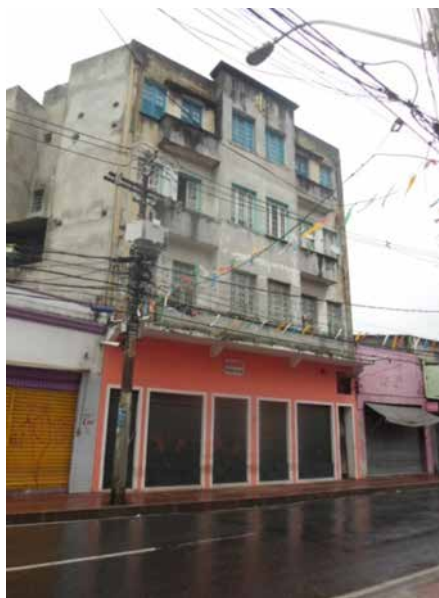
Figura 17 – Espaços para aluguel residencial



Fonte: acervo pessoal da autora (2016-2017).



Figura 18 – Prédios da Baixa dos Sapateiros



Fonte: acervo pessoal da autora (2016-2017).

Os sapateiros, que dão nome até hoje à rua, formavam inicialmente uma população residente importante. O setor de sapataria, por sua vez, era igualmente significativo na Baixa. Em meados do século XX, Santos (1959) nos informa que a rua concentrava um terço das sapatarias da cidade. Mas, entre os artesãos, nem todos eram sapateiros: havia também os que confeccionavam vestuário, os marceneiros, os tipógrafos, os serralheiros, as costureiras etc. As pequenas indústrias ou artesãos da Baixa dos Sapateiros ocupavam um número significativo de trabalhadores, pois havia 3 estabelecimentos com mais de 25 operários, 47 com mais de 5 operários e 19 com menos de 5. (SANTOS, 1959)

Nos dias atuais, restam algumas indústrias nas ruas adjacentes à Baixa dos Sapateiros, principalmente na Rua Barão do Desterro e na Rua Fonte Nova do Desterro. E a Baixa continua sendo local de artesãos. No decorrer do trabalho de campo, conheci um produtor de sandálias, um produtor de sapatos ortopédicos, tipógrafos, marceneiros, fabricantes de camisas, de salgados e um ferreiro que, lamentavelmente, veio a falecer. Deve haver muitos outros que não cheguei a contatar, como a costureirinha que transforma jeans em bermudas, cobrando por pacote, remendando e colocando etiquetas nas roupas usadas que são vendidas na loja ao lado. (CUNHA, 2014) Vários, porém não todos, moram na Baixa dos Sapateiros ou suas imediações.

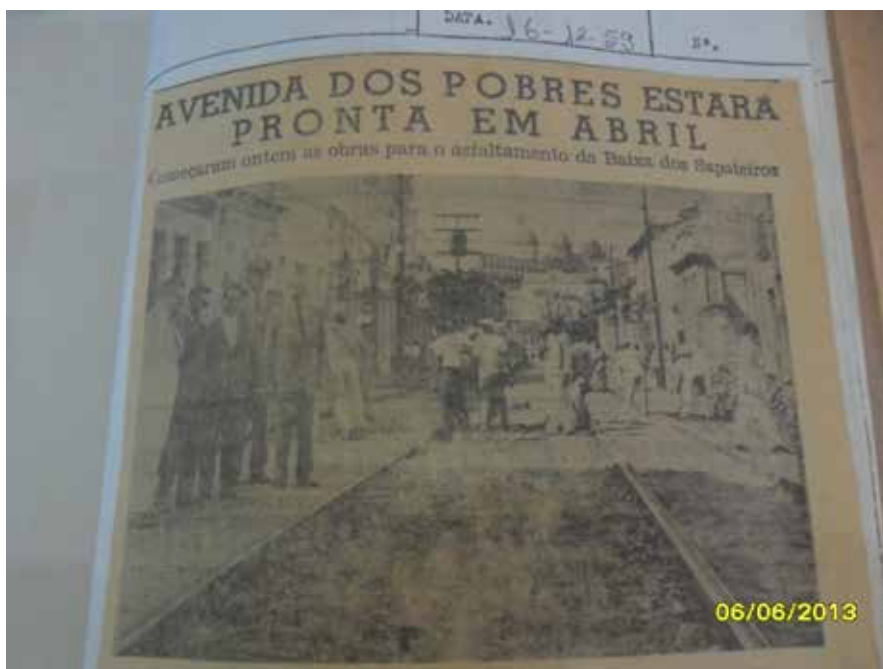
\*\*\*

Enquanto espaço de comércio e moradia popular, a Baixa dos Sapateiros não recebeu, ao longo dos últimos tempos, tratamento preferencial algum por parte da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS). Ao contrário, o que diversas matérias de jornais baianos atestam na segunda metade do século XX foi um absoluto descaso. Assim, em 21 de agosto de 1949, o *Diário de Notícias* publica uma matéria denunciando sua falta de calçamento e asseio. (LOPES, 1949) As fotos da referida matéria mostram uma rua, com trilhos de bonde ainda, irregular e sem pedras em muitos espaços. Em 1959, *A Tarde* delata o “deplorável aspecto” da rua, seu calçamento estragado e os esgotos de águas pluviais obstruídos.



(AVENIDA..., 1959) Em junho desse ano, prometia-se o asfaltamento da via, a retirada dos bondes e sua substituição por linhas de ônibus, assim como a melhoria na iluminação. As obras na “rua dos pobres” (AVENIDA..., 1959) só começaram em dezembro desse ano e somente em 01 de julho de 1964, o *Jornal da Bahia* publica reportagem informando a culminação de trabalhos de recuperação da Baixa dos Sapateiros. (TRABALHOS..., 1964)

Figura 19 – A Baixa dos Sapateiros em jornal de 1959



Fonte: acervo pessoal da autora. Fotografia do Arquivo de jornais, pasta Baixa dos Sapateiros, Fundação Gregório de Matos.

Em finais da década de 1960, as queixas dos jornais referiam-se ao tráfego intenso. (TRÁFEGO..., 1967) A Baixa dos Sapateiros é chamada de “Baixa dos loucos”, especialmente ao meio dia e às 18h, por se tratar de uma “rua estreita” de mão dupla, padecendo de “engarrafamentos intermináveis” e barulho. (ESTA..., 1971, p. 3) O barulho é outro

motivo de lamentação naquela época. As mercadorias eram anunciadas por propagandistas com alto-falantes, sendo justificada tal prática por uma comerciante com o seguinte argumento: “o comércio da Baixa dos Sapateiros é de classe pobre que é muito adepta à zoadá”. (NA BAIXA..., 1973, p. 7) Somente em inícios da década de 1990 será emitida uma portaria proibindo o uso de alto-falantes no comércio. Os camelôs eram igualmente alvo de queixas; as matérias falam de passeios tomados por eles e muita confusão: “uma confusão dos camelôs, dos propagandistas das lojas, dos carros e dos ônibus, das pessoas andando pela calçada estreita, do engarrafamento, do empurra-empurra”. (BAIXA..., 1975)

Algumas melhorias foram feitas em finais da década de 1970. Após muitas inundações, saíram do papel, entre 1977 e 1979, obras de drenagem, esgotamento e pavimentação. Em 1978, implantou-se a estação de transbordo no Aquidabã e a reformulação do Terminal da Barroquinha. O tráfego ficou em sentido único e alargaram-se as calçadas.

Em 1979, é inaugurado o Shopping Center da Baixa dos Sapateiros. É precisamente neste contexto que surge a Associação dos Lojistas da Barroquinha e Baixa dos Sapateiros (ALBASA).

Entretanto, nas décadas seguintes, as queixas persistem, pois se perpetuam antigos problemas, como a sujeira, o barulho e a falta de espaço devido aos camelôs. Os camelôs constituíam um sério problema: havia 639 bancas de camelôs, mais do que lojas, que eram 500. (24 HORAS, 1993) Pedia-se o “disciplinamento” dos mesmos. Acrescentaram-se ainda novos problemas, como a falta de segurança. Na década de 1990, a Baixa dos Sapateiros reunia 600 lojas e os lojistas se queixavam de uma baixa de 60% em seu movimento. (RECUPERAR..., 1994) Os assaltos se tornaram frequentes e os lojistas tiveram de contratar 70 seguranças particulares. Dentre os problemas do comércio na Baixa dos Sapateiros, elencados pela ALBASA, destacavam-se a restrição de linhas de ônibus providas de bairros populares, onde morava a grande maioria do público da rua; a distribuição desorganizada dos camelôs; a situação do asfalto, com buracos e desníveis; a poluição visual das lojas

e descaracterização das fachadas e a baixa qualidade dos filmes dos cinemas Jandaia, Tupi e Pax, todos exibindo filmes pornográficos. (BAIXA..., 1993) Estes pontos foram centrais no Projeto de Revitalização da Baixa dos Sapateiros, elaborado a partir das reivindicações dos comerciantes da área. Contudo, dez anos depois, continuava-se planejando o tal projeto de revitalização. (MACHADO, 2002)

A década de 2000 foi vista como a “a falência da Baixa dos Sapateiros” (SANTANA, 2003, p. 7), com dezenas de placas “vende-se” ou “aluga-se” em suas lojas fechadas. Nas últimas três décadas, o faturamento das lojas despencou 30%.

Nos últimos quatro anos, 141 empresas dos ramos de comércio e de serviço fecharam as portas na Baixa dos Sapateiros, num decréscimo de 19,7%, em comparação ao número de empreendimentos recenseados pelo SEBRAE/BA em agosto de 2000 [...] Dos 715 empreendimentos assinalados anteriormente, restaram 574 negócios dos vários segmentos. (MOURA, 2005, p. 2)

A concorrência da Estação da Lapa e do comércio de bairro, na década de 1990, foram fatores decisivos para a crise do comércio da Baixa dos Sapateiros. Sucessivas décadas de problemas, diversificação de locais de comércio popular na cidade e proliferação de *shoppings* explicam o atual panorama da área: poucas pessoas nas ruas, grande número de prédios à venda ou para aluguel e muitos locais simplesmente abandonados (Figuras 20 e 21). Ub., moradora do chamado Beco da Bomba, comentou-me, em 2016, que contou 30 lojas fechadas na Baixa.

Figura 20 – Espaços para aluguel comercial na Baixa dos Sapateiros



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Dados recentes indicam que existem hoje 350 lojas na Baixa dos Sapateiros, metade do número que chegou a ter em seus bons tempos. (LOJAS..., 2014) Se comparado com o movimento de décadas anteriores, as calçadas da Baixa dos Sapateiros parecem hoje esvaziadas. Para muitos, elas evidenciam uma crise do comércio da região; para outros, sua transformação em um comércio mais tranquilo. Esse esvaziamento ou tranquilidade só é quebrado nos horários de pico de manhã, meio-dia

e final da tarde, quando se deslocam os estudantes das diversas escolas da região e os trabalhadores da área, que, nos pontos de ônibus, descem ou sobem em direção ao Vale das Pedrinhas, Sussuarana, Beiru, Mata Escura, Pirajá, Contorno, Liberdade, Fazenda Grande, Vista Alegre, Luíz Anselmo, Pernambucoés, Brotas, Engomadeira, Vasco/Lucaia. São esses, entre outros, os destinos dos ônibus que circulam pela Baixa.

Figura 21 – Construções abandonadas ou fechadas na Baixa dos Sapateiros



Fonte: acervo pessoal da autora (2016-2017).

A tranquilidade da rua, aprovada por certos consumidores, gera insegurança para os moradores. Para Ub., o movimento de antigamente, de antes da reforma, era melhor. “Era mais seguro. Agora, não saio depois das 20h”. É comum ouvir queixas dos moradores sobre assaltos. Um diz que roubaram seu celular em frente ao Banco do Brasil. Re. diz que roubaram o dela no Pelourinho. Dos turistas, dizem, são arrancados os colares.

Apesar da queda do movimento, há ainda muitas lojas de roupa, moda, sapatos, artigos para bebês, lanches e comida, algumas agências bancárias e até funerárias – resquícios de quando o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues funcionava ao lado do prédio da Faculdade de Medicina da Bahia, no Terreiro de Jesus. A marca, o tipo de produtos e a estética de algumas lojas pode evidenciar, também, um certo movimento contrário, de renovação de espaços comerciais mais “modernos” na Baixa dos Sapateiros. Assim, podem ser vistas lojas que também estão presentes nos grandes *shoppings* da cidade, lojas especializadas em artigos de ginástica, lojas de roupas “de marca” e pequenos centros comerciais recém reformados.

Figura 22 – Espaços renovados na Baixa dos Sapateiros



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

É provável que parte destas iniciativas esteja relacionada com algumas obras recentes implementadas na área, tanto pelo Governo do Estado como pela PMS. No que diz respeito ao Governo do Estado, ele tem



se ocupado das calçadas e alguns espaços e prédios públicos, conforme se pode conferir nas imagens a seguir.

Figura 23 – Propaganda da requalificação de espaços da Baixa dos Sapateiros



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Estas obras se inserem dentro de uma concepção que ganha força a partir de 2008, segundo a qual o CHS faz parte de um centro maior, denominado CAS, que merece ser preservado em conjunto para que os investimentos no patrimônio possam se tornar sustentáveis. Em outras palavras, todo o entorno do Pelourinho merece ser preservado para que sua economia floresça e sua visitação não decaia. Assim, recentemente, as calçadas ao longo de toda a Baixa dos Sapateiros foram refeitas e pintadas de vermelho e houve uma padronização dos equipamentos públicos (iluminação, bancos, lixeiras etc.) em toda a rua.

Enquanto a preocupação central do Governo do Estado na área são a acessibilidade e padronização de praças e calçadas, para a PMS trata-se

de investir na ordem pública. Um órgão público vem, assim, adquirindo protagonismo no centro da cidade: a Secretaria Municipal de Ordem Pública de Salvador (SEMOP).

Cabe à SEMOP a execução das ações destinadas à manutenção da ordem pública; reordenamento do comércio informal; requalificação da iluminação pública; prevenção à violência e proteção do patrimônio público; articulação com órgãos competentes visando a preservação do bem-estar e segurança dos cidadãos; reforma do Mercado das Flores, Dois de Julho e do espaço urbano no entorno; ações voltadas para defesa do consumidor; serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e proteção à estética da cidade. (AGECOM, 2014 apud ROCHA, 2016, p. 65)

A ordem pública é, definitivamente, uma questão-chave para os gestores da PMS em seu atual governo. Assim, toda forma de desordem pretende ser combatida: a ilegalidade, a obstrução de pedestres, a apropriação indevida, a diversidade estética etc. Mediante o Programa Território Empreendedor – projeto para a Avenida Sete, Carlos Gomes, Joana Angélica, Pelourinho, Baixa dos Sapateiros e Dois de Julho –, gerido pela SEMOP, a PMS pretende desenvolver “ações da administração municipal para devolver a cidade à população”. (AGECOM, 2014 apud ROCHA, 2016, p. 61) O objeto de mira do Programa são os ambulantes, concebidos como desordenadores do espaço público que precisa ser amplo, limpo e seguro, tal como os corredores dos *shopping centers*. Com efeito, o modelo para o tratamento dos espaços públicos é o *shopping*, com seus espaços privados e fechados. É esta a referência que prevalece nas empreitadas do Território Empreendedor. (ROCHA, 2016) A Avenida Sete e a Baixa dos Sapateiros são vistas como “*shoppings* a céu aberto”, cabendo à PMS tornar essas ruas o mais parecido possível com eles. Em palavras de Rosemma Maluf,

a Baixa dos Sapateiros tem importância semelhante à da Avenida Sete para o comércio de Salvador. É uma região



histórica e emblemática e um dos principais eixos do comércio de rua, se tornando um verdadeiro shopping center a céu aberto. Ali se encontra um número expressivo de comerciantes, o que gera muito emprego e renda para a cidade. Então, considero esta aproximação de fundamental importância para a cidade e, principalmente, para os agentes locais, e só dessa forma poderemos encontrar soluções para revitalizar a região [...]. (PASSOS, 2015)

Assim, é inaugurado em maio de 2016 o camelódromo da Baixa dos Sapateiros, um agrupamento semelhante aos realizados na Avenida Sete, que “encurralou” os ambulantes nas ruelas adjacentes à Avenida, prévio cadastro e pagamentos dos mesmos. A assessoria de imprensa da Prefeitura, em 16 de maio de 2016, informou:

Com investimento de cerca de R\$420 mil, a estrutura de 600 metros quadrados tem capacidade para 120 comerciantes e conta com cobertura total, iluminação, sanitários personalizados para acesso a pessoas com deficiência, piso de alta resistência e até mesmo climatização por vaporizadores, dentre outros itens. Há ainda uma área lateral para a realização de pequenos eventos em épocas festivas, atraindo mais os consumidores. Todos os comerciantes receberam equipamentos padronizados e já estão atuando com as novas estruturas, desobstruindo as calçadas. (PREFEITURA..., 2016)

Alguns camelôs, contudo, persistem espalhados ao longo da rua. Como vimos, eles fazem parte da rua desde que esta levava o nome de Rua da Vala. E, da mesma forma como os antigos trabalhadores de rua foram “disciplinados” – autorizados mediante cadastro, pagamento e homogeneização – em finais do século XIX, hoje, os atuais enfrentam a obrigação de se agruparem e ocuparem apenas alguns espaços destinados a eles, porém não escolhidos por eles.

Figura 24 – Instalações de camelôs na Baixa dos Sapateiros



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Diante das medidas de disciplinarização, muitos vendem seus produtos em espaços limiars, como os corredores que conduzem a moradias. É o caso de Lu. e Seu Ma., da Avenida Camponesa, e Seu Mo., da Bota de Ouro – aos quais iremos nos referir nos próximos capítulos. Também de Seu A., que

[...] mora exatamente acima de onde trabalha. Ele se estabelece no térreo do prédio onde mora, um pequeno prédio de três andares na avenida J.J. Seabra (Baixa dos Sapateiros), os sapatos que comercializa ficam nas duas paredes paralelas e nos rodapés do corredor que dá acesso à rua, há também duas pequenas ‘guias’ móveis com algumas sapatilhas, que ficam imediatamente na porta da rua. (RITTER, 2016, p. 15)

Eles e todos os outros camelôs que observamos mantêm relações cordiais e muito próximas com o comércio estabelecido em seus arredores. Conversam muito, trocam favores, cuidam a mercadoria um dos outros, consomem lanches e fazem compras nas redondezas. Definitivamente, habitam a rua, que é seu local de trabalho e, para muitos, também seu local de moradia. Referindo-se a Seu Gi., produtor de sapatos ortopédicos com um pequeno ateliê artesanal numa esquina da Baixa dos Sapateiros, o aluno e pesquisador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) que participou num período desta pesquisa, João Pedro Ritter, escreveu:

O que me leva a crer que este senhor habita o seu trabalho, é a sua relação com o espaço [...] A ‘parte da semi-indústria’ de sapatos, digamos assim, é onde Gi. passa a maior parte do tempo, não apenas do tempo de trabalho, mas do tempo do cotidiano, do tempo de vida. E mais, é ali, neste local aparentemente bagunçado e desorganizado, sujo até, diriam os menos sensíveis ao estado atual do local, que ele cozinha, prepara café, realiza a maioria das refeições, à exceção do jantar, dialoga e se relaciona com os amigos mais próximos e se estiver cansado, estende um grande pedaço de solado de sapato no chão e dorme. E o mais impressionante é que frequenta a sua pequena fábrica até mesmo nos domingos, dia em que a Baixa dos Sapateiros mais se assemelha a um cenário de cidade fantasma. Afirma que nos domingos gosta de ir bem cedo, após comprar um pão em uma padaria que frequenta no caminho, como faz todos os dias numa atitude quase ritualística. Fica sozinho na pequena indústria, olha suas coisas, não trabalha, mas pega alguns sapatos para medir o modelo de gesso dos pés, organiza ao seu jeito, toma um café, e ali fica. Simplesmente por ficar, por querer estar, por gostar e amar este local, muito mais que um espaço físico, esta pequena indústria é, para ele, a sua vida, pois representa o que há de mais precioso para ele, a sapataria. Portanto, concluímos que ele habita o seu trabalho, ali ele se deleita, cultiva lembranças, organiza à seu modo, goza do prazer. Toda esta poética, este significado espiritual, doméstico e familiar do local de trabalho não seria possível, para Gi., sem o domínio da sua própria mão-de-obra, sem o domínio, controle e conhecimento de si mesmo, do seu gênero-humano que trabalha para si, e detém o produto do seu trabalho para si, no limite, o trabalho artesanal, não-alienado, aparentemente anacrônico, se revela uma grande fruição, não apenas do seu próprio exercício de trabalho, mas de todo seu ser social. Bachelard afirma que ‘a casa é o nosso canto do mundo’ (1993, p. 24), se assim o for, a indústria de Gi., é a sua casa. (RITTER, 2016, p. 32)

To., Di. e Es. são camelôs cearenses que moram numa casa, há mais de 30 anos, na Rua Barão do Desterro, em frente ao cinema Pax. Eles têm algumas bancas na Baixa e na Avenida Sete. Aos domingos, trabalham na Feira do Rolo, vendendo suas roupas. Já tiveram uma loja, mas como vendiam artigos ilegais, tiveram de fechá-la. Em certa ocasião, conversamos sobre o novo camelódromo, recém-inaugurado na Baixa dos Sapateiros. Apoiavam a tentativa da Prefeitura de arrumar o comércio de rua, organizar, deixar bonito, cuidar da aparência, mas “*camelô não vive da aparência, vive de venda! Não pode botar em lugares onde não vai vender, como na parte de trás do camelódromo ou nos becos da Avenida. Eles vão sair atrás dos clientes*”. A opinião de Seu A. é muito semelhante:

‘Camelódromo não é bom para o camelô. O camelô se sair da Avenida Sete, da Baixa dos Sapateiros, ele quebra o bairro!’. Segundo ele, os camelódromos que o Estado planeja colocar, logo fecham, foi assim no governo de Imbassahy quando realocaram para a Castro Alves; fechou em seis meses; na Praça dos Veteranos também fechou. Completa me informando também que a prefeitura cobra altos preços, e que o comerciante deve pagar também pelo transporte da mercadoria nos ‘baús’, ou seja, é super-explorado, segundo A. Conclui que o que dá movimento ao bairro são os camelôs, e não adianta o Estado planejar, dizer onde e como devem se estabelecer, são eles, de forma independente entre eles, que conseguem articular uma vida própria para a Baixa. (RITTER, 2016, p. 20)

Além dos camelôs, outros personagens impregnam a rua de uma vitalidade particular: o transportador de garrafões de água, os carregadores de mercadorias, o vendedor ambulante de folhas e temperos, a população em situação de rua, os garis e os usuários de ônibus que aguardam nos diversos pontos ao longo da rua.

A população em situação de rua – chamada pejorativamente de “sacizeiros” – faz parte dos usuários e habitantes da Baixa dos Sapateiros.

Essa rua está no cerne de seus roteiros diários devido à presença nela do Centro POP/Centro de Referência especializada para população em situação de rua – recentemente reinaugurada após quase um ano fechada –, dos banhos possíveis de serem realizados na fonte de água do Gravatá, dos depósitos de reciclagem nas ruas adjacentes e dos diversos pontos de venda e consumo de droga na região. Para muitos moradores e comerciantes da Baixa, eles são um dos principais problemas da rua.

\*\*\*

A Baixa dos Sapateiros é uma rua de grande vitalidade. Em parte, esta vitalidade advém do fato de ser uma importante artéria que liga pontos diversos da cidade em um espaço relativamente curto, o que significa que as pessoas andam muito por essa rua. A importância do andar para a vitalidade urbana é ressaltada pelo arquiteto e urbanista Jan Gehl, que acredita que a cidade humana e inteligente é aquela que permite “distâncias caminháveis”: “em vez de fazer planejamentos ruins, que convidam as pessoas a sentarem, se faça um modelo de planejamento que faça as pessoas caminharem”. (GEHL, 2016) Para ele, caminhar é muito mais do que apenas um meio de transporte; é uma ocasião para outras atividades, tais como ver, observar, interagir, se informar, conhecer etc. (GEHL, 2013)

Ainda segundo Gehl (2013), podemos dizer que sua vitalidade está igualmente relacionada com a “escala humana” que se desenvolve nela. Se os sentidos humanos funcionam bem entre sete e zero metros, então, na Baixa dos Sapateiros, a distância de seus prédios, praças e calçadas promovem favoravelmente a participação na vida da rua. Os térreos são ricos em variações e detalhes. As calçadas são amplas e permitem a observação de detalhes. A velocidade dos carros é lenta e não atrapalha o vai e vem entre as calçadas.

Figura 25 – Personagens da Baixa dos Sapateiros



Fonte: acervo pessoal da autora (2016-2017).

É de chamar a atenção, então, os diversos empreendimentos de “revitalização” realizados nesta rua. De fato, o que se chama de revitalização é uma pretensão de mudança de usos e de tipo de usuários. A meu ver, a atual ordenação e embelezamento efetuados na Baixa dos Sapateiros pretende tornar essa rua um espaço de visitação dentro do roteiro

dos turistas que visitam o Pelourinho e, presumo, servir igualmente de projeto piloto para ensinar à população pobre de Salvador a se comportar no espaço público. A passividade é o pilar desse novo comportamento desejado. A relação entre as pessoas e entre estas e o espaço passa a ser intermediada por regras ditadas por outrem, por regras que não nascem do próprio espaço – nesse sentido, regras fora do lugar. Não se pode gritar para chamar os clientes, não se pode usar a calçada senão para andar, deve evitar-se o acotovelamento de gente, os camelôs devem estar reunidos em um espaço só para eles, a limpeza é fundamental – com efeito, a rua é constantemente varrida pelos garis.

A vida cotidiana feita de arranjos locais entre pessoas que se conhecem pretende ser intermediada pelas intervenções no espaço feitas pelo Governo do Estado e a PMS. No entanto, como sempre acontece na relação entre pretensões das intervenções e uso real, as pessoas encontram formas de reproduzir suas particulares relações sociais construídas no local e através do tempo: instalam-se em becos ou cantos de lojas desocupadas, tomam cantinhos da calçada, fala-se de uma calçada à outra, coloca-se som para animar o ambiente, conversa-se em qualquer lugar. O espaço é familiarizado, por mais que se queira que ele seja impessoal. São as pessoas que moram e trabalham na rua as que criam situações para juntar, relacionar, unir. Assim, mesmo que não seja chamada a participar dos projetos para a rua, a população local é construtora do local e a almejada passividade dos usuários torna-se, contrariamente, produção ativa.

E não poderia ser de outra maneira. A Baixa dos Sapateiros é uma rua não apenas de compradores indiferentes. É, principalmente, uma rua de moradores que trabalham na rua, que a usam, conhecem e reconhecem cada canto dela, cada trabalhador dela. Usando a visão de Jane Jacobs (1973), podemos dizer que ela é, definitivamente, uma rua vital, pois combina usos diversos (comerciais, residenciais, educacionais) que propiciam contatos entre seus usuários e a emergência de inúmeros personagens públicos – que oferecem serviços extra comerciais, tais como

guardar chaves, dar recados, emprestar um trocado, explicar alguma coisa, ouvir uma história etc. Sua vitalidade não advém, portanto, das ações de “revitalização” empreendidas pelo Governo do Estado e PMS, embora calçadas mais amplas e colocação de bancos também ajudem. Ela é antiga e permanece até os dias de hoje, sendo fruto das atividades diversificadas que se realizam nela, de seus usos variados, suas quadras relativamente curtas, com muitas esquinas e cruzamentos, seus edifícios variados e de diferentes idades, dos diferentes setores sociais que moram nela e lhe conferem densidade.



## CAPÍTULO 2

# Habitações populares do Centro de Salvador

Este capítulo apresenta um panorama da habitação popular no centro da cidade de Salvador, desde meados do século XIX. Começo caracterizando historicamente o núcleo de Salvador como uma cidade de becos, isto é, de espaços ambíguos, ambivalentes, imprecisos. Em seguida, identifico as características de lojas, cortiços e avenidas, principais tipos de habitação popular encontrados no centro da cidade. Posteriormente, detenho-me no papel do Estado em relação à habitação popular, enfatizando seu desempenho tardio e formalmente proibitivo em relação a becos e avenidas. Um quarto assunto deste capítulo diz respeito às ocupações de terrenos e autoconstrução das casas em áreas periféricas que, na segunda metade do século XX, tornam-se a principal forma popular de habitar em Salvador. Neste ponto, interessa-me destacar as diferenças e semelhanças entre esta e as formas mais antigas de habitar o centro (lojas, cortiços e avenidas). Por último, apresento a situação atual dos velhos casarões do CHS que ora desabam pela antiguidade e abandono,

ora são demolidos em nome da segurança pública; ora foram reformados pelo Estado dado o seu valor patrimonial, ora são superficialmente reformados por proprietários privados que os encortçam novamente.

\*\*\*

Com as recentes intervenções por parte do Governo do Estado da Bahia e da PMS, a Baixa dos Sapateiros é hoje uma rua relativamente ampla, limpa, com calçadas reformadas, largas e bem iluminadas e pouco comércio de rua. Apesar de não ser retilínea, esta rua parece se aproximar do ideal modernista de rua ordenada, organizada, padronizada, longe da confusão, aglomeração, heterogeneidade e superposição de usos e funções que a caracterizaram ao longo do século XX. No entanto, a poucos metros dela, outras formas urbanas se desenvolvem: sinuosas, intrincadas, opacas, estreitas, imprevistas, enigmáticas. Refiro-me às longas e estreitas ruelas que, acompanhando as colinas, erguem-se perpendiculares à Avenida J. J. Seabra; ao paradoxo de becos amplos com, inclusive, praças internas; a grandes hortas por trás de pequenas casas; a becos que saem de outros becos e conformam um labirinto de ruelas.

Excetuando o fato de a maioria das casas hoje não serem mais térreas, a seguinte descrição do centro do Rio de Janeiro no século XIX pode muito bem se aplicar à paisagem encontrada por aquele que se adentra, na atualidade, nos becos da Baixa dos Sapateiros:

As ruas eram estreitas – para proteção contra o sol inclemente – e as casas tinham frentes pequenas, em geral de porta e janela. Também eram em esmagadora maioria casas térreas. Quem, entretanto, percorresse por dentro essas casas entraria em corredores sinuosos, ladeados por vários quartos, que muitas vezes atravessavam amplos quintais verdes para chegar a outras casas ainda mais imperceptíveis para quem estava na rua. Eram autênticos labirintos. Cada vez que a cidade crescia, o labirinto no miolo do casario também se dilatava. Em meados do século XIX, o Rio de Janeiro era um complexo e intrincado tabuleiro, com famílias morando em cantos inesperados, com terrenos

antecedendo outros prédios com suas janelas de vidrinho. E quem não conhecesse na intimidade essas construções com certeza não seria capaz de desenrolar esse complicado novelo urbano. (FARIAS et al., 2008, p. 86)

Com efeito, Salvador é uma cidade que, em muitos lugares – centrais e periféricos –, assume a forma labiríntica descrita acima. Nas avenidas pesquisadas da Baixa, a entrada a esses outros mundos perpendiculares se efetua sempre atravessando becos, que são ruas estreitas e escuras, localizadas entre um muro e a parede lateral de um casarão. Como a grande parte dos becos do centro da cidade, eles foram aparecendo, não sendo, portanto, parte de um traçado planejado. Como escreve Pesavento (2014, p. 127), no Brasil, “o beco não surge de um traçado oficial ou não partilha, em termos gerais, daquele conjunto de ruas abertas pela iniciativa do poder público”.

Sendo muito mais uma cidade orgânica do que uma cidade planejada com rígidos princípios, Salvador é uma urbe de becos desde sua fundação, pois somente um pequeno núcleo central foi planejado, deixando seu crescimento sem plano definido.

[...] em meados do século XVI, a capital do reino correspondia basicamente a uma organização ‘irregular’ ou ‘orgânica’, resultado de uma formação fortemente condicionada pela sua situação topográfica. Com efeito, a forma do suporte físico determinou a estrutura de percursos e os pontos de encontro dos caminhos, a estrutura dos largos e praças, bem como a localização dos edifícios mais relevantes da época. (MUÑOZ; HERNÁNDEZ, 2011, p. 58)

A cidade de Salvador cresceu basicamente seguindo diretrizes topográficas e pragmáticas, as ruas sendo a consequência das casas e não ao inverso. Explicam-se desta forma suas ruas estreitas, tortuosas, seus inúmeros becos. Nesse sentido, não há como negar a enorme diferença entre os centros urbanos das cidades colonizadas pelos espanhóis e pelos portugueses. Nas cidades fundadas pelos primeiros, havia um

planejamento rigoroso da forma urbana – do tamanho dos lotes, dos detalhes das fachadas, da largura das calçadas etc. –, pois esta devia expressar espacialmente a ordem social hierárquica. (RAMA, 1985) Para eles, nas cidades do Novo Mundo, ler a cidade devia equivaler a ler a sociedade e o instrumento para alcançar tal objetivo era o projeto. Os planos – materialização do projeto no papel – deviam anteceder qualquer fundação para evitar toda e qualquer dúvida, ambiguidade ou improvisação. Assim, o projeto urbano e social ao mesmo tempo, o Estado forte e a classe de letrados – cujo dever era ler e fazer cumprir leis, editais e códigos que mantinham o projeto em pé – conformaram os elementos essenciais de qualquer grande cidade fundada pelos espanhóis.

Segundo Murillo Marx (1989), mais do que um descaso dos portugueses com a obra urbana conforme propõe Sérgio Buarque de Holanda (1994), o que se verificou nas cidades coloniais portuguesas no Brasil durante os primeiros séculos de colonização foi a ausência de uma clara separação entre o poder do Estado e o da Igreja. A consequência foi o triunfo de outra ordem, marcada pela necessidade, ambiguidade, ambivalência e imprecisão. As características do sítio de Salvador também influenciaram essa ordem, pois no lugar onde a cidade foi fundada, na parte alta, não havia quase regiões planas – para que Tomé de Souza fundasse um núcleo em forma de tabuleiro foi preciso a terraplanagem da Rua da Ajuda, da Praça Municipal e de uma parte da Rua da Misericórdia. Assim, “as irregularidades do sítio, porém, deformaram o quadrilátero idealizado na Metrópole”. (SANTOS, 1959, p. 103)

Em lugar do espaço hierarquicamente ordenado – na praça central, os poderes; nas ruas adjacentes, as residências das pessoas mais importantes; nos bairros afastados, os índios; o tamanho dos quarteirões e lotes previamente instituídos etc. –, o que se verificou em Salvador foram terrenos de diversos tamanhos, alguns muito grandes, pois “distribuídos com ‘largueza’ pela Câmara” (ARAÚJO, 1992, p. 91), a quem competia conceder ou aforar terras. Na medida em que as terras da Câmara foram lhe concedidas em sesmaria por Tomé de Souza, elas só podiam ser aforadas, dando lugar à cobrança de foros. (ARAÚJO, 1992, p. 98)

Após analisar detalhadamente a história da legislação urbanística de Salvador, Heloísa Araújo (1992) concluiu que a presença do Estado, nos tempos coloniais, foi irrisória, limitando-se à cobrança de foros e tributos diversos. Normas episcopais preenchiam as lacunas deixadas pelo Estado e o uso de escravos eximia este de suas funções e ampliava a esfera da atuação privada. Tratava-se de uma “cidade dominada pela esfera privada, inclusive nos seus aspectos essenciais: limpeza, alimentação, dejetos, transporte, contava com uma atuação da Câmara muito restrita”. (ARAÚJO, 1992, p. 101)

O grande número de becos em Salvador é claramente consequência dessa política, que fazia com que se loteasse “de forma desordenada e tortuosa”. (ARAÚJO, 1992, p. 123) Embora a Câmara tivesse estabelecido em 1726 a proibição de edificar sem consentimento oficial, nada se dizia sobre o dimensionamento ou a forma dos lotes. A irregularidade era a marca registrada das edificações, conforme atesta a seguinte descrição: “cada qual podia edificar como bem entendesse, daí surgia deplorável irregularidade”. (UFBA; CEAB, 1980 apud ARAÚJO, 1992, p. 114) Em palavras de Milton Santos (1959, p. 107), “foi assim que foi crescendo a Cidade Alta, mais ou menos assimétrica, acrescentando-se ao núcleo inicial o verdadeiro dédalo de ruas, ruelas e becos que hoje a caracterizam”. Enfim, o resultado foi um “uso e abuso do solo”: “havia atritos entre detentores de casas e quintais, entre estes e as autoridades municipais, avanços de uns sobre as datas dos outros, invasões de moradores sobre o chão de todos”. (MATTOSO, 1992 apud ARAÚJO, 1992, p. 120)

A atuação da Câmara enquanto poder público fundamental na efetiva organização da cidade só veio se verificar no século XIX. O controle, uso e ocupação do solo passou a ser importante na Lei de 1º de outubro de 1828 que estabelecia diversas obrigações à Câmara. Dentre outros, podemos citar os critérios para venda, aforamento ou troca de bens ou imóveis; o estabelecimento de posturas sobre alinhamento, limpeza, iluminação, cemitérios, pântanos, edifícios ruinosos, vozeria nas ruas, pastagens, matança de animais, feiras e mercados etc.

\*\*\*

Desde o final do século XVIII, mais da metade da população de Salvador era livre – em 1775, 58%; em 1885, 72,26%; em 1872, 88,40% – e a grande maioria desta era liberta. (CARDOSO, 1991, p. 58) A esta situação, soma-se o fato de nas últimas décadas da escravidão ter sido muito frequente os escravos não morarem mais em casa de seus proprietários. Desta forma, explica-se uma demanda muito elevada por habitação na segunda metade do século XIX.

Entre 1870 e 1890, esta carência de habitação se agravou devido ao aumento populacional verificado na cidade. Uma parte importante desse aumento se deveu à migração de escravos recém-libertos para a capital, principalmente das regiões próximas a Salvador, daí o historiador Walter Fraga Filho falar de um “Recôncavo em movimento”:

tudo indica que nos últimos anos do século XIX houve migração de populações do interior da província para a cidade de Salvador. Segundo o censo de 1872 a população de Salvador era de 129.109 habitantes. Em 1890 esse contingente saltou para 171.412. (FRAGA FILHO, 2014, p. 324)

Uma opção de moradia para essa população era a periferia da cidade. Ali, eles constituíram uma forma de habitar específica, assentada em quilombos e terreiros religiosos. (GOMES, 1990) Contudo, para muitos libertos e principalmente para os escravos de ganho, esta não era uma possibilidade, na medida em que dependiam da centralidade para sobreviver: era no centro onde podiam exercer suas atividades ligadas ao comércio e à prestação de serviços. A alternativa que lhes restava eram as chamadas lojas – “espaços situados geralmente nos térreos e subsolos das edificações e que se constituíam em morada dos mais pobres, como libertos e escravos de ganho que viviam por conta própria”. (COSTA, 1989, p. 115)

Assim, no século XIX, uma parcela importante da moradia das camadas populares se caracterizou pelo uso de um espaço já construído e abandonado pelos seus antigos donos e usuários – os sobrados. Tratava-se de casas de ao menos um andar, que sobressaíam na paisagem urbana central e, durante muito tempo, distinguiram seus moradores

como pessoas de posses. Segundo Ângela Gordilho (2008), a maioria dos sobrados em Salvador, no século XIX, eram edificações geminadas seguindo o alinhamento da rua, com dois ou mais pavimentos, retangulares, com testada pequena (5 a 8 metros) e grande profundidade. Muitas tinham quintais nos fundos e poucas eram as casas com varandas na frente ou com sacadas em sua fachada.

Gilberto Freyre (2004, p. 299) distingue os sobrados dos abastados das “casas térreas de porta e janela”, próprias das camadas de parques ingressos, que, por sua vez, se distinguiam dos mocambos de palha, barro e cobertos por sapé, que eram as moradias dos pobres em freguesias rurais. Os sobrados propriamente ditos se distinguiam entre si pelos materiais usados, mais “nobres” (“pedra, e cal, adobe, telha, madeira de lei, grade de ferro”) ou menos “nobres”, pelo número de andares (em Recife, chegavam a seis andares: no térreo, o armazém e a senzala; no segundo, o escritório; no terceiro, a sala de visitas; no quarto, os dormitórios; no quinto, a sala de jantar e, no sexto, a cozinha), pela sua localização – no cume ou ao pé do morro (ou seja, nos lodaçais) – e pelo fato de serem sobrados mesmo (construídos em terreno plano) ou casas assobradadas (a frente térrea e as costas de vários andares, dando para barrancos e até precipícios).

Em meados do século XIX, era grande o número de sobrados divididos e sublocados por andares. Muitos de seus proprietários e antigos usuários os alugaram após migrarem ao novo bairro da Vitória, onde se desenvolvia uma forma diferente de habitar trazida pelos ingleses e alemães que se instalaram nesse bairro e construíram suas casas bem separadas umas das outras, afastadas da rua, contornadas por jardins, numa área absolutamente residencial, longe da mistura social. Os “palacetes” da Vitória passaram a ser o símbolo da forma “civilizada” de habitar, que supunha distância da pobreza, vizinhança afastada, recuo da rua, ambiente bucólico, discernimento claro entre o público e o privado, especialização interna dos cômodos para funções específicas,<sup>7</sup> além de

---

7 “Hall, recepção formal, estar, living, jogos, fumoir, música, escritório, gabinete etc”. (MARINS, 2006, p. 177)

cômodos para crianças, para mulheres, para serviços. Os antigos moradores das freguesias centrais que não podiam se mudar para a Vitória conformavam-se em se deslocar para a Freguesia de São Pedro, com menos adensamento e mistura social do que as velhas freguesias da Sé, Passo e Santana.

Abandonados por seus antigos proprietários e moradores, os velhos sobrados ou casarões passaram a ser subdivididos e alugados:

Os dados do Censo de 1855 mostram alto índice de edificações subdivididas em vários fogos existentes na cidade de Salvador em meados do século XIX, tendo sido encontrados em todas as freguesias estudadas por nós; dentre elas, a Sé e o Pilar são as que apresentam maior número. (COSTA, 1989, p. 181)

Havia inicialmente uma distinção social nos casarões subdivididos por andares. Nos pavimentos inferiores moravam os mais pobres e, nos mais elevados, os mais abastados. Assim, “a escala social ascendia na medida em que subimos no edifício”. (COSTA, 1989, p. 224) O resultado do aluguel dos velhos casarões e de sua subdivisão foi um “cotovelamento” dos setores sociais, uma mesclagem social, um morar “lado a lado” entre classes diferentes:

Vemos a presença na Sé de elementos representativos das várias camadas sociais, numa mesclagem que vai desde altos funcionários do Governo [...] até libertos pobres que viviam de suas tarefas de ganho, habitando lado a lado. (COSTA, 1989, p. 111)

[...] em todas as freguesias encontravam-se elementos representativos das várias camadas sociais habitando lado a lado, o que nos permite concluir que a estrutura espacial da cidade não era estratificada em termos de classes sociais. (COSTA, 1989, p. 222)

Até o século XIX, ricos e pobres em Salvador moravam muito perto uns dos outros, muitas vezes nas mesmas casas. Entretanto, as



habitações dos pobres – as lojas – careciam de ar e de luz, e eram excessivamente úmidas.

[...] edificadas muito de encontro às abas das montanhas, tendo até por paredes a rocha ou a terra, e expostas ao occidente, faltam a umas as condições próprias para o arejamento, outras carecem de luz e quase todas reúnem as péssimas condições de excessiva humidade e calor. (COMISSÃO DE HIGIENE, 1856 apud DAVID, 1996, p. 26)

Referindo-se a uma loja na década de 1850, um aluno de Medicina fez a seguinte descrição:

Temos entrado em casas, que mereceriam antes o nome de grutas ou de cavernas, já pela posição subterrânea, já pelo seu aspecto interior. Acompanhai-nos a uma d'estas, atravessemos o seu limiar e veremos o seguinte: seu pavimento húmido e sujo, colocado uma braça, e mais, abaixo do nível da rua, as suas paredes escuras, imundas [...] de maneira que seus habitantes, ahí encerrados e constrangidos, mal podem respirar. (DAVID, 1996, p. 51)

As condições higiênicas nos velhos sobrados e, em particular, nas lojas, surpreendiam os médicos ou estudantes de Medicina que passaram a inspecionar essas moradias em decorrência das epidemias que assolaram Salvador em meados do século XIX. A raiz delas, a velha arquitetura e os hábitos relacionados à moradia passaram a ser criticados. Tornava-se necessária a luminosidade, a circulação de ar, a higiene e existência de banheiros, elementos ausentes nos velhos sobrados, descritos por Mário Augusto Santos (1990, p. 27) da seguinte forma:

A limpeza do piso de madeira tornava-se uma operação extremamente difícil, uma vez que a lavagem implicava molhar o andar inferior. As cozinhas careciam de ar e de luz e eram enegrecidas pela fumaça e pela gordura. Os banheiros, quando havia, em geral tinham recipientes de madeira, ao invés de alvenaria, para armazenar água, o que facilitava a propagação de doenças de origem parasitária.

Muito comum era a ausência de vasos sanitários, substituídos por buracos nos quintais onde se lançavam os despejos, quando não diretamente nas ruas.

Nos sobrados havia ainda o andar do subsolo, abaixo do nível da rua, acompanhando o declive dos terrenos: era a loja. Aqui, se agravavam as precariedades observadas nos andares superiores: o máximo de aeração e iluminação se fazia através de pequenas aberturas que tocavam o piso das ruas – os ‘*óculos*’. As lojas não dispunham de água encaçada nem de instalações sanitárias de espécie alguma.

A estreiteza, ausência de ventilação e luminosidade pasmavam os higienistas que se interessaram pelas condições de moradia dos pobres na medida em que era ali que, segundo eles, nasciam e cresciam os focos infecciosos de epidemias como a febre amarela e o cólera. Em Salvador, como em outras cidades da América Latina, antes dessas epidemias, a moradia dos pobres não se constituía em problema para a elite dominante:

[...] só houve preocupação com sua higienização, destruição ou erradicação quando os mocambos ou cortiços imersos em ou vizinhos da cidade decente começaram a ser vistos não mais como habitações pobres e alheias, mas como âmbito social, cultural e sanitário que podia influir negativamente na cidade completa. As mortais epidemias foram os detonadores, quando profissionais especialistas, como médicos e higienistas ilustrados sobre temas de salubridade e assíduos leitores de publicações europeias, confirmaram que os cortiços e o modo de vida que neles se levava atuavam como caldo de cultivo das enfermidades e doenças. (URBINA CARRASCO, 2011, p. 211, tradução nossa)

Em termos materiais e físicos, as lojas não se distinguiam muito das senzalas ou dos porões da casa dos senhores de escravos. Tratava-se da mesma única grande sala, com pouca ventilação e luminosidade, muita umidade, sem separações em quartos. (COSTA, 1989, p. 200) Há de se

frisar, também, uma semelhança entre esta arquitetura e a existente na África da época, onde a moradia pequena e a ausência de janelas eram igualmente frequentes. O arquiteto e historiador Carl Anthony (apud SLENES, 2011, p. 177) explica estas características pelo fato da maioria das atividades familiares, na África, serem praticadas fora de casa. Assim, a estreiteza, escassa luminosidade e falta de janelas se via compensada por um uso intensivo do espaço externo. Em áreas rurais, o habitar “se realiza principalmente em frente à choupana, onde várias pessoas trabalham em tarefas domésticas ou artesanais, cuidam de crianças, descansam, relaxam ou brincam”. (SLENES, 2011, p. 178) Em áreas urbanas, a rua era espaço central de socialização e sobrevivência para os setores pobres da cidade.

Ao finalizar o século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os sobrados das zonas centrais passaram a se subdividir não apenas em andares, mas também em cômodos e, no interior deles, em pequenos cubículos separados entre si por tapumes. Sua população não era mais de libertos ou escravos de ganho, mas de operários, carregadores, negros de canto, vendedores ambulantes de comida, pequenos comerciantes, alfaiates, cabeleireiros etc. (FPACBA, 1975) Estes edifícios subdivididos foram chamados em Salvador de cortiços – em outras cidades, receberam também o nome de casa de cômodos, estalagens ou zungus.<sup>8</sup>

No dicionário, a palavra “cortiço” aparece com três significados:

1. Caixa cilíndrica feita de cortiça ou de casca de qualquer outra árvore, destinada a alojar colônias de abelhas para a produção de mel e cera; colmeia.
2. Casa grande, geralmente decadente, que serve de habitação coletiva para famílias de baixa renda; casa de cômodos, zungu.
3. Conjunto de pequenas casas muito pobres. (CORTIÇO, c2016)

---

8 No Rio de Janeiro do século XIX, falava-se em “zungus” para se referir à moradia de homens e mulheres negros. Uma de suas definições era “espécie de casa de cômodos dividida para ser alugada à ‘gente da mais baixa ralé’ e lugar de ‘imoralidades’ para ‘vagabundos, capoeiras, desordeiros e ébrios’”. (FARIAS et al., 2008, p. 84)

Estes três significados – caixa de alvéolos para uma colônia de abelhas; casa com cômodos divididos entre um conjunto de famílias; conjunto de pequenas casas – partilham a ideia de pouco espaço para muitos elementos iguais. A esta ideia, somam-se carências consideradas básicas pelos higienistas: saneamento, higiene, ventilação e luminosidade. Assim, mais do que um tipo de habitação com características específicas, a palavra “cortiço” denotou uma condição na qual estavam presentes a insalubridade, a densidade, a promiscuidade, a pobreza e a estreiteza. Cortiço podia ser tanto um casario de casas pequenas com pequenos pátios, quanto um prédio propositalmente construído para abrigar famílias em pequenos cubículos, ou, tanto um antigo casarão subdividido em cômodos para o uso de várias famílias, quanto os cômodos precários que muitas vendas tinham em seus fundos. Nas seguintes linhas, escritas pelo relator da comissão médica nomeada pelo governo de São Paulo em 1893 (apud CANO, 2009, p. 231-232), aparecem claramente os fatores que, em conjunto, constituem os cortiços:

Algumas há em que se duvida que um ser humano possa nascer, viver e crescer e conservar do humano uma só das qualidades! São antros sem ar, sem luz, sem higiene, onde uma ou mais famílias – homens, mulheres e crianças – dormem na maior promiscuidade, enlaçados pela sórdida avidez ou pela extrema pobreza.

Em Salvador, a palavra “cortiço”, já no século XX, foi usada basicamente para designar os “palacetes deserdados de seu papel histórico” (SANTOS, 1959, p. 182), isto é, os casarões subdivididos.

Perdendo essas moradias sua feição afidalgada, aí a densidade de moradores era maior ainda; lá onde tinham vivido poucos indivíduos, concentraram-se dezenas de famílias que foram ocupando todos os espaços disponíveis: quartos que se subdividiam por paredes frágeis em inúmeros outros, becos formados debaixo das escadas, edículas que foram sendo construídas nos quintais, nos porões e sótãos,

nos desvãos dos telhados ou dos pisos. (WISSENBACH, 2006, p. 103)

Ruth Landes assim descreveu o cortiço – ou casa de cômodos no linguajar carioca – em que morava Martiniano Eliseu do Bonfim, na Cidade Baixa, em finais da década de 1930:

A casa de cômodos, uma velha construção de três ou quatro andares na zona mais antiga da Bahia, ficava no sopé de uma ladeira [...] Um tráfego contínuo e denso, chuvas e lixo haviam passado pela rua, e ainda o faziam, de modo que as pedras se haviam tornado lisas como cetim e, com o declive, era impossível andar sem se apoiar em alguma coisa [...] Agora a casa era uma ruína, mas seria habitada até que o telhado caísse sobre os moradores. Quando chegamos à entrada, o odor penetrante de urina era forte e acre. As paredes de pedra estavam molhadas e até mesmo gotejavam, de águas da chuva e de umidade, e os degraus da larga escadaria de madeira estavam quebrados em pontos vitais. (LANDES, 2002, p. 63)

Aos olhos de quem não morava neles, os cortiços eram locais fedorentos, escuros, sujos e precários. Até hoje,

[...] a palavra cortiço desenha mentalmente um quadro que representa uma moradia, cheiros, cores, roupa estendida, mulheres ocupadas em alguma coisa, muitas crianças, cachorros, gatos, miséria, violência na linguagem e antro ou tugúrio perigoso para quem é de fora. (URBINA CARRASCO, 2011, p. 200, tradução nossa)

Lojas e cortiços partilharam o fato de serem habitações coletivas em prédios que inicialmente foram unifamiliares e que passaram a alojar muitas famílias pobres. Em ambos os casos, havia pobreza e superlotação. Segundo Luís Vilhena, em 1801, o índice de densidade predial em Salvador era 5,77 hab/fog; já em 1899, ele chegaria a 14 hab/prédio. (CARDOSO, 1991, p. 64) A densidade crescente era consequência da

necessidade de morar no centro para sobreviver e da escassa oferta de moradia para alugar.

Um outro tipo de habitação popular surge nas últimas décadas do século XIX. Receberam o nome de avenidas. Como é amplamente sabido, as avenidas são longas e amplas vias de circulação, geralmente de mão dupla. Na cidade de Salvador, elas são relativamente recentes, datando de inícios do século XX, quando as primeiras reformas urbanas alteraram parte do traçado da cidade, eliminando muitas ruelas estreitas e tortas para dar lugar a avenidas amplas e retas. Exemplo notório é a famosa Avenida Sete de Setembro, arborizada, de mão dupla durante muito tempo e bastante longa, inaugurada em 1915. Mas, em Salvador, avenida é também o nome dado a um conjunto de pequenas casas alinhadas, geminadas, muitas vezes com um corredor estreito que separa dois alinhamentos paralelos de casas, cujas portas ficam umas em frente às outras. Luiz Antonio Cardoso (1991, p. 142) as define como “pequenas casas conjugadas voltadas para uma rua de pedestres, articulada perpendicularmente com o logradouro principal”. Tem razão, pois, Jorge Amado (1983, p. 72) quando escreve que é de chamar a atenção o “pomposo” nome de avenidas dado a esse “correr-de-casas”. Provavelmente, seu nome adveio do fato de muitas avenidas – as vias largas e modernas – estarem sendo construídas na mesma época; ironicamente, tratava-se de dois fenômenos completamente opostos.

Diante do já referido aumento de demanda habitacional em Salvador, muitos proprietários (principalmente médios e pequenos) começaram a produzir esta forma nova de moradia, nos terrenos livres da velha cidade e no vetor de crescimento da cidade daquela época (Saúde, Palma, Desterro, Tororó, Baixa dos Sapateiros etc.). Nos becos – os interstícios entre duas casas – e nos quintais dos fundos das casas, construíram-se casas geminadas em uma ou duas fileiras, paralelas, com uma rua estreita central, com único portão de acesso. Há registros destas avenidas em 1855:

Temos um exemplo explícito na casa do Sr. Juvêncio Lopes, no 34º quarteirão da Freguesia de Santo Antônio, onde existiam alguns pardos sapateiros e uma costureira morando em quartos no seu quintal. A construção de cômodos de aluguel dentro dos quintais das residências nos parece ter sido uma solução usada com certa frequência, uma vez que a Câmara Municipal de Salvador, chegou a baixar uma resolução exigindo licença para abertura de portão para acesso a tais cômodos. (COSTA, 1989, p. 207)

Anna Amélia Nascimento registra, ainda em 1855, na Freguesia de São Pedro – Beco do Gaspar – a presença de doze casas de um mesmo proprietário, sendo quatro de duas janelas com uma porta e oito de porta e janela. Tais casas possivelmente teriam sido construídas para fins de aluguel. (CARDOSO, 1991, p. 67)

Os quintais dos casarões se transformaram em avenidas cujo acesso se realizava pela lateral dos prédios, transformada em corredor ou beco. Esse beco desembocava em outro formado pelo corredor estreito que havia entre duas fileiras de casas ou entre uma fileira de casas e um muro. Assim, explica-se o porquê das avenidas também serem chamadas de becos. A relação entre becos e avenidas aparece claramente na Postura N° 40 do Código de Posturas Municipais de 1920: “Os grupos de habitações denominados ‘avenidas’, antigamente conhecidos pelos nomes de ‘abecedários’ ou ‘bêccos’, nos quaes cada casa constituía moradia separada ou independente [...]”. (CARDOSO, 1991, p. 91) Avenida passa a ser uma nova forma de nomear o que antes se chamada simplesmente de beco.

As avenidas costumam se compor de oito a dez casas “de porta e janela”, muito pequenas, com apenas um quarto, sala e cozinha. No período de 1870 a 1930, 74,44% delas não dispunham de instalações sanitárias individualizadas. (CARDOSO, 1991) O engenheiro Everardo Backheuser (apud WISSENBACH, 2006, p. 102) descreveu o interior das casas de avenidas do Rio de Janeiro da seguinte forma:

Pequenas casinhas de porta e janela, alinhadas, contornando o pátio, são habitações separadas, tendo a sua sala da frente tornada de registros de santos e anúncios de cores gritantes, sala onde se recebem visitas, onde se come, onde se engoma, onde se costura, onde se maldiz dos vizinhos, tendo também a sua alcova quente e entaipada, separada da sala por um tabique de madeira, tendo mais um outro quartinho escuro e quente onde o fogão ajuda a consumir o oxigênio, envenenando o ambiente. Dorme-se em todos os aposentos...

Tratava-se de um único espaço, separado em três ambientes por artifícios não permanentes (tapumes ou cortinas). Na entrada, uma salinha, no meio um dormitório e no fundo, uma cozinha. Muitas casas de avenidas em que entrei na Baixa dos Sapateiros mantêm essa estrutura, embora grande parte das separações seja agora de cimento e haja um banheiro no meio. A quentura e a escuridão são as mesmas, mas a densidade é certamente menor daquela existente em inícios do século XX.

As avenidas se distinguiam do que se chamou de correr-de-casas, que era um grupo de casas, igualmente conjugadas, porém alinhadas diretamente a um logradouro público (rua ou praça), isto é, sem beco. Nas plantas deste modelo encontradas por Luiz Antonio Cardoso (1991), prevalecem as construções de dois quartos e duas salas, não havendo instalações sanitárias em 44% das unidades identificadas. O correr-de-casas era, assim, uma opção maior e relativamente mais equipada do que as avenidas.

Ambas eram construções feitas pelo pequeno e médio capital. Os donos eram pessoas como João Romão, personagem principal do romance *O cortiço* (AZEVEDO, 1984), datado de 1890: com capital escasso, investindo o minimamente necessário e alugando as habitações a preços exorbitantes que geravam uma renda com a qual o proprietário costumava construir mais casinhas. Como muitos outros personagens reais, João Romão usou as casinhas de avenida para fazer a sua acumulação primitiva de capital, gerando riqueza a partir da extorsão de aluguéis



caros, apropriação ilegal de terrenos, roubo de materiais de construção e exploração de mão de obra. (SEREZA, 2014)

Referindo-se à cidade do Rio de Janeiro, mas podendo se estender a Salvador, Luiz Cesar Ribeiro menciona três fatores que tornaram possível o excelente negócio de construção de avenidas: o crescimento demográfico,<sup>9</sup> a industrialização limitada que criou “um grande contingente de pessoas com baixos e incertos rendimentos vivendo da ‘viração’” e a precariedade dos transportes na cidade que obrigava a população sem rendimentos a morar no centro, onde se localizavam as fontes de emprego e subsistência. (RIBEIRO, 1997, p. 209)

Em contraste com os outros tipos de habitação popular (lojas e cortiços), as avenidas foram edificações erguidas com o propósito de serem alugadas às camadas pobres. É importante salientar que, nessa época, não havia ainda regulamentos para uso e ocupação do solo, portanto, se podia edificar de qualquer jeito e o jeito mais lucrativo eram as chamadas habitações coletivas, que partilhavam serviços higiênicos e pontos de água. Embora o período entre 1912 e 1916 tenha registrado um grande número de requerimentos “solicitando autorização para a reforma de imóveis visando a implantação de latrinas em edificações já existentes, em todos os bairros da cidade” (CARDOSO, 1991, p. 151) –, pois até as últimas décadas do século XIX, as casas não tinham “gabinetes higiênicos” com vasos sanitários –, os construtores de avenidas continuaram a produzi-las, nesse mesmo período e posteriormente também, sem serviços individuais de água, esgotamento e banheiros.

O capital mínimo e o máximo aproveitamento do terreno explicam não só o caráter minúsculo dessas casas e a precariedade de sua construção como também os serviços de uso coletivo. O construtor de avenidas – ou corticeiro – não estava interessado na qualidade da habitação que iria oferecer; em palavras de Luiz Cesar Ribeiro (1997, p. 154) “o que comanda a produção é a busca da apropriação de uma renda de caráter

---

9 Em 1872, o Rio tinha 274.972, habitantes. Em 1890, 522.651. Em 1906, 811.443. Em 1872, a densidade populacional era 247 habitantes por km<sup>2</sup>. Em 1890, era de 409 e em 1906, de 722. (CHALHOUB, 2001, p. 43)

monopolista e para tanto o valor de uso da moradia tende a zero, a habitação ficando reduzida ao simples abrigo e ao direito de uso de um espaço”.

Mesmo assim, a procura por elas era muito grande porque as avenidas satisfaziam a necessidade das camadas mais pobres de morar no centro da cidade, perto de seus locais de trabalho, tendo de acatar as condições de habitabilidade definidas por outros, assim como o elevado custo mensal do aluguel.

\*\*\*

Não sabemos quantas avenidas foram realmente construídas no centro ou na região da Baixa dos Sapateiros desde as últimas décadas do século XIX. O número que dispomos advém das solicitações formais para construção de avenidas ou “grupos de casas semelhantes”, ou seja, dos requerimentos encaminhados ao Conselho Municipal, analisados por Luiz Antonio Cardoso (1991). Segundo esse autor, entre 1896 e 1930, construíram-se 1.200 unidades habitacionais proletárias com encaminhamento formal. Dentre as “habitações proletárias”, esse autor inclui as chamadas vilas operárias. Assim, entre 1891 e 1895, a maioria dessas habitações (64,67%) foi produzida por companhias industriais. (CARDOSO, 1991, p. 112)

Em Salvador, as vilas operárias foram construídas fora do centro – nos bairros de Itapagipe, Brotas e Santo Antônio. Eram também habitações coletivas, compostas de casas geminadas em fileiras. Diferentemente das avenidas, elas contavam com equipamentos comunitários, tais como escola, creche e capela, e “eram aglomerados habitacionais construídos sob a forma de quadras, destinados à moradia de trabalhadores de uma ou mais fábricas existentes em suas imediações”. (CARDOSO, 1991, p. 152)

As vilas operárias foram erigidas com o objetivo de reduzir o custo de reprodução da força de trabalho e controlar severamente a vida do trabalhador. Em palavras de Luiz Cesar Ribeiro (1997, p. 147), elas permitiram “que os salários sejam rebaixados e que se estabeleça um

severo controle sobre a vida dos trabalhadores, evitando o surgimento de greves”. Na visão dos industriais, a produtividade do trabalhador aumentava com a tranquilidade que a vila lhes oferecia:

A quem apenas superficialmente a conhece pode parecer de nenhum valor social ou industrial, exprimindo apenas os sentimentos altruísticos de seus fundadores e para alguns até mesmo vaidade e ostentação. Entretanto assim não é. Para que o trabalho seja produtivo é preciso que o operário tenha tranquilidade de espírito e vigor físico. A Vila Operária oferecendo esse conforto habilita o operário a produzir mais, a produzir melhor. Sem a Vila Operária seria impossível manter-se a nossa fábrica no pé em que se acha. (TARQUÍNIO; SILVA, 1899 apud SANTOS, 2010, p. 86)

A vila referida na citação acima era a vila operária da Companhia Empório Industrial do Norte (CEIN), inaugurada em 1892. Essa vila chegou a ter 256 casas onde moravam 1.500 pessoas. Em 1898, seus donos elaboraram um “regulamento para garantia da ordem, da higiene moral e material e do respeito recíproco que entre tão avultado grupo heterogêneo deve[ria] prevalecer”. (COSTA, 1898 apud SANTOS, 2010, p. 109) O objetivo delas era “ensinar todos a serem fanáticos pelo asseio, pela estética, pela higiene, pela ordem, pela moralidade e pela camaradagem”. (COSTA, 1898 apud SANTOS, 2010, p. 111) Na vila do CEIN, o namoro nas portas era proibido, o direito de ir e vir era socavado pelos horários de abertura e fechamento dos portões, a entrada de familiares era restrita, a luz era apagada em certo horário da noite, falar em voz alta e assoviar eram reprimidos mediante multas e punições e também era proibido jogar bola.

Os aluguéis nessa vila – com luz e água embutidas – representavam 1/4 do salário do trabalhador. Mesmo com os serviços de creche, posto de saúde e o luxo para a época de dispor de água e esgotamento individualizados, os aprendizes costumavam não permanecer na fábrica. Além

dos salários baixos, a forma de habitar imposta devia ser, certamente, um fator decisivo para procurar outro emprego e outro local de moradia.

Entre 1870 e 1930, foram feitos 144 empreendimentos de vilas operárias em Salvador, compreendendo 813 unidades. (GORDILHO, 2008) A partir de 1911, isto é, passado o auge da indústria têxtil em Salvador e a decorrente construção de algumas vilas operárias, os maiores produtores de habitação proletária foram os pequenos empreendimentos – de três a dez unidades –, cujo objetivo era a renda imobiliária. Segundo Luiz Antonio Cardoso (1991), entre 1911 e 1915, o correr-de-casas corresponde a 80,11% das unidades proletárias construídas, sendo, portanto, o modelo mais implementado. Até 1930, as avenidas corresponderam apenas a 15% do total de habitações proletárias construídas nesse período. (CARDOSO, 1991, p. 143) Entretanto, estes números pouco nos falam da realidade das inúmeras avenidas que foram sendo construídas no centro e, posteriormente, nas imediações deste – como o bairro da Liberdade, por exemplo. Certamente o número real das mesmas deveu ser muito maior se considerarmos a produção informal desse tipo de habitação, ou seja, daqueles que construíram sem fazer o Requerimento ao Conselho Municipal.

\*\*\*

A partir de meados do século XIX, após séculos de tímida intervenção na forma urbana, o Estado passa a intervir fortemente nas questões relativas à salubridade e à articulação urbana, mediante a ampliação do sistema viário e a promoção de um sistema de transportes. Começa uma época de séria preocupação com a imagem de “cidade civilizada”.

As epidemias foram um fator decisivo para essa intervenção. Como os surtos epidêmicos foram explicados por “vapores pútridos espalhados na atmosfera” (DAVID, 1996, p. 55) devido à falta de higiene de residências e ruas, cabia ao Estado intervir. É no contexto dessas ideias que, como vimos no capítulo anterior, uma grande obra foi realizada no vale do Rio das Tripas, que resultou na canalização e cobertura do rio, até então o grande esgoto a céu aberto da cidade.

Entretanto, foi necessário esperar até 1893 para que o poder público interferisse nas construções e reformas habitacionais. As Leis e Resoluções do Conselho Municipal desse ano determinaram que

ficam proibidas as construções de cortiços e edificações insalubres, assim como a efetivação de reformas em prédios preexistentes ou a construção de novos sem a prévia apresentação e aprovação das plantas junto à Intendência. (CARDOSO, 1991 apud GORDILHO, 2008, p. 98)

O Estado passava agora a ter de autorizar qualquer construção ou reforma. No entanto, como era de se esperar, muito tempo se passou para que a população efetivamente apresentasse as plantas junto à Intendência e o Estado, no mínimo, fez vistas grossas diante disso.

Somente em 1920, nas mais de 300 posturas incluídas no Código de Posturas Municipais desse ano, foram especificadas instruções sanitárias que normatizaram aterros, obrigaram a ligação dos edifícios com a rede geral de esgotos da cidade e controlaram a localização de poços, árvores, feiras, pedreiras, criação de animais etc. (ARAÚJO, 1992) No que diz respeito aos becos, avenidas e cortiços, o Código de Posturas de 1920 estabeleceu “condições para abertura de caminho, ‘bêcco’, ou muro para servidão de acesso a edificações de aluguel” (ARAÚJO, 1992, p. 178-179) e “condições para a construção de Avenidas, abecedários ou beccos, desde que, a juízo da Diretoria de Obras e de Hygiene e Assistência Pública satisfizerem as condições de ‘hygiene e esthetica’”. (ARAÚJO, 1992, p. 180) Dentre estas condições, destacam-se as seguintes: as moradias deviam ser separadas e independentes; as ruas deviam ter não menos do que 6 metros de largura; deviam ser fechadas com muro e gradil; os fundos das casas deviam ter áreas não inferiores a 15 metros quadrados. (ARAÚJO, 1992, p. 180)

Assim, o Código de Posturas Municipais de 1920, não desautorizou as avenidas e becos. Já a Lei nº 1.146 de 1926 proibiu “o grupo de habitações denominadas avenidas” no centro. Em contraste com as posturas de 1920, essa lei estabeleceu um zoneamento, com regras diferenciadas para a região central. Nela, proibiu-se a construção dos “grupos

de habitações denominados avenidas”, permitindo-as, no entanto, em bairros periféricos daquela época, nos subúrbios e áreas afastadas do centro, tais como Santo Antônio, Brotas, Fazenda Garcia, Massaranduba, São Lázaro, Calabar, Estrada 2 de Julho, caminho para Rio Vermelho etc. Ao proibir um tipo de habitação popular do centro da cidade e não nas outras áreas, o que se objetivava era segregar a população pobre que morava nela:

As restrições de uso que impunha tinham por objetivo, na zona central, preservar os valores dos terrenos dirimindo conflitos de uso, afastando os considerados indesejáveis, ou porque poluíssem, ou por motivos estéticos, ou por se tratarem de habitações das camadas mais baixas da população, que a experiência europeia demonstrava, eram perigosas, além, é claro, de seus costumes comprometerem a imagem que se perseguia, de civilidade europeia e modernidade. (ARAÚJO, 1992, p. 281)

Em 1926, é clara a interferência do Estado na localização de construções, alinhamento, separação, tamanho, gabarito, materiais etc. Mediante o estabelecimento de normas sobre os usos do solo, o Estado passou a poder controlar as atividades na cidade e, portanto, os sujeitos que as desempenhavam. O zoneamento aparece nitidamente como um instrumento que segrega áreas, isola grupos de outros, pretende tornar espaços homogêneos. Embora ele já estivesse presente no Código de Posturas de 1920, o zoneamento era, segundo Araújo (1992, p. 177), bastante “flexível, adaptado à estrutura urbana preexistente”. Em 1926, ele divide claramente a cidade e seus ocupantes. No centro, não se queriam mais moradores pobres.

A implementação da Lei nº 1.146 de 1926 parece não ter sido tão eficaz, pois, quase uma década depois, na Semana de Urbanismo de 1935, continuava-se a criticar “a forma e dimensão dos lotes, a abertura de beccos e avenidas que concorriam para o aumento dos cortiços”. (ARAÚJO, 1992, p. 218) Dizia-se que as fileiras de casas, que eram consideradas “ruins mas rendosas”, atentavam contra a higiene e prejudicavam

a estética da cidade. Mais tarde, em 1944, o Decreto Municipal nº 347, de 16 de outubro de 1944, mais uma vez, extinguiu as habitações de tipo mocambo, cortiço ou casebre.

Assim, a construção de avenidas é regulamentada em 1893, possibilitada ambigualmente em 1920, proibida na zona central em 1926 e extinguida em 1944. Precisou-se, portanto, de muitas regras ratificadas para impedir o avanço de avenidas e proliferação de cortiços. Fica evidente que o Estado levou um longo tempo para impor seus interesses – de ordem, salubridade, funcionalidade, circulação, padronização, alinhamento etc. De fato, desde as últimas décadas do século XIX até a década de 1940, foi o interesse dos agentes construtores de avenidas e proprietários de cortiços que se impôs:

Claramente, a questão vinculava-se à propriedade do imóvel. Esses ‘antros ou cortiços’ eram formados pela sublocação de sobrados, cujos possuidores tinham meios de influir sobre o poder público e, por isto, não poderiam ser simplesmente derrubados. Faziam parte do patrimônio de irmandades como a Santa Casa, Ordem Terceira de São Francisco, São Bento e outras e de indivíduos como Bráulio Xavier da Silva Pereira, que exercia cargos importantes na magistratura e era um dos grandes proprietários de imóveis da cidade. Em 1919, o jornal *O Tempo* acusava-o de ‘*encher os bolso*’ com seus pardieiros e casebres da ‘*Vila Bráulio Xavier*’, onde se aglomeravam seus inquilinos, que eram, na maioria, praças da Brigada Policial, operários e artesãos. (SANTOS, 1990, p. 28, grifo do autor)

Uma comparação com o caso do Rio de Janeiro pode ser ilustrativa dos interesses que foram defendidos em ambas as cidades. Em Salvador, como o expôs claramente Mário Augusto Santos (1990), a propriedade privada e os proprietários fundiários foram beneficiados com resoluções tardias ou implementações legais parciais ou ineficazes. No Rio de Janeiro, a partir de finais do século XIX, higienistas e construtores

imobiliários se impuseram sobre os proprietários de velhos casarões no centro. O resultado foi aproximadamente 20 mil pobres desalojados do centro.

Como em Salvador, as avenidas cresceram no Rio de Janeiro a partir de meados do século XIX, com o aumento de imigrantes e do número de escravos que vivia “sobre si”, ou seja, fora da casa dos donos. Como em Salvador, também, as autoridades se depararam com sua precariedade a partir do surto de febre amarela em 1850 e cólera em 1855. Criaram-se as mesmas Juntas de Higiene que escolheram as habitações populares como as responsáveis pela disseminação de todo e qualquer mal. A seguinte descrição condensa a dramaticidade das narrações dos higienistas sobre as avenidas, chamadas pelos cariocas de cortiços:

Sabe-se o que são os cortiços e as deploráveis condições que eles oferecem aos locatários. É aforismo de higiene que onde não penetram ar e luz, penetra a morte; mas aos cortiços não faltam unicamente o ar e a luz: escassez de espaço, a ausência de distribuição de arranjos interiores, a péssima qualidade dos materiais de que são construídos, a insuficiência d'água, de latrinas e de esgotos, aglomeração de indivíduos, só comparável à dos animais nos estábulos, a falta absoluta de drenagem, e a singular convivência que não raro estabelecem os inquilinos com galinhas e porcos transformam esses tristes abrigos em repugnantes pocilgas, que não parecem habitações da pobreza laboriosa, porém antros de miséria e degradação. Com as paredes sujas e cobertas de vermes; com o chão não assoalhado nem revestido de qualquer material; às vezes situado abaixo do nível da rua; tendo quase sempre por única abertura uma porta empenada, através de cujas fendas e interstícios passam o vento e a chuva, compreende-se que o cortiço quente e sufocante no verão, úmido e frio no inverno, não pode deixar de ser um poderoso foco de infecção, um germen perene de todas as enfermidades. (CASAS PARA OPERÁRIOS, 1885-1892 apud CORRÊA, 2012, p. 102)



Em 1855, a Câmara do Rio de Janeiro (apud CHALHOUB, 1996, p. 32) aprova o Edital que determina: “Não será permitida a construção de novos cortiços sem licença da Câmara, e nessas construções serão guardadas todas as condições higiênicas e não serão habitáveis sem aprovação da Junta de Higiene Pública”. Duas décadas depois, em 1873, quando ficou evidente que os que mais morriam com a febre amarela eram os imigrantes brancos – o que podia causar uma má impressão na Europa, de onde se queria que proviesse a mão de obra que substituiria os negros africanos –, a política contra os cortiços se enrijece. A Câmara decide proteger o centro desse tipo de construções, impedindo-as de serem edificadas na área central e de seus moradores usufruírem o privilégio da centralidade habitacional: “Não serão mais permitidas as construções chamadas ‘cortiços’, entre as Praças Dom Pedro II e Onze de Junho, e todo o espaço da cidade entre as ruas do Riachuelo e do Livramento”. (RIO DE JANEIRO, 1855 apud CHALHOUB, 1996, p. 34)

Mas, também no Rio de Janeiro, o poder dos higienistas – grande parte dos médicos e engenheiros – se implementou não sem dificuldades. Os fiscais e os proprietários contestavam seu poder e a Câmara – “no centro do fogo cruzado” – ficava muitas vezes inoperante. A indefinição da palavra “cortiço” estava no cerne desse embate. Enquanto conceito-chave para estigmatizar um tipo de habitação, construção e seus moradores, sua definição dependia do julgamento do observador. Essa é a conclusão de Chalhoub (1996) ao analisar a correspondência entre a Junta de Higiene e o Ministério do Império. Proprietários, moradores, polícia, fiscais, jornais e higienistas viam em cada caso o que queriam ver: ora cortiços, ora simples casinhas; ora casas bem construídas, ora mal construídas; ora bem ventiladas, ora mal ventiladas.

Na prática, o que prevaleceu na capital do país até 1870 foi

uma velha máquina institucional em defesa do pacto liberal de respeito à propriedade privada” que “colocava limites claros às pretensões dos higienistas. Pelo menos durante a vigência da monarquia, permaneceu difícil adotar medidas mais duras contra o cortiço.

(CHALHOUB, 1996, p. 45) Mas, em contraste com o que aconteceu em Salvador, a batalha no Rio de Janeiro foi vencida pelo pacto entre higienistas e grandes construtores imobiliários em finais do século XIX. Em 1890, um regulamento sanitário permitiu que “o Inspector de Higiene determinasse o fechamento de qualquer cortiço da cidade num prazo de 48 horas, sem a necessidade de medidas anteriores para prevenir proprietários e inquilinos”. (CHALHOUB, 1996, p. 46) Em 1892, Cândido Barata Ribeiro, um higienista, foi nomeado para a Prefeitura da Capital Federal. Com ele, e Pereira Passos depois, as demolições arrasaram os velhos e novos cortiços do centro.

Foi nesse contexto que o cortiço Cabeça de Porco, famosa avenida carioca, foi demolido, em 1893. Longe de se tratar apenas de uma questão sanitária e, portanto, supostamente técnica e científica, ele foi demolido, também, porque seu terreno viabilizaria a construção do túnel no morro do Livramento, investimento de grandes agentes imobiliários como Carlos Sampaio e Vieira Souto. (CHALHOUB, 1996, p. 55) Isto é, não estava apenas em jogo o perigo de contágio para os setores dominantes, mas também a facilidade para garantir o lucro de seus grandes investimentos. Assim, no Rio de Janeiro, a defesa dos grandes investidores aliados aos higienistas venceu a defesa dos proprietários fundiários. O Decreto nº 391, de 10 de dezembro de 1903, veio dar o golpe final na existência e desenvolvimento das avenidas ao exigir

[...] o processo de licenciamento das obras e a necessidade do construtor ser legalmente habilitado. Exige ainda a comprovação de que o proprietário responsável pela construção fizesse prova de que possuía legalmente o terreno e apresentasse o plano completo da obra [...] Ataque que se complementa com a proibição de construção em terrenos com menos de 6 metros de largura e de prédios com paredes divisórias em madeira, estuque ou frontal, ao mesmo tempo que impõe a reserva de uma área do térreo para pátios e jardins, na razão de seis metros quadrados para as casas de um só pavimento, de oito para casas de dois pavimentos e de 10 para as de três pavimentos. (RIBEIRO, 1997, p. 214)

Nesse sentido, Salvador não viu a ação enérgica do Estado que se verificou no Rio de Janeiro, onde as demolições arrasaram a maior parte dos cortiços e a legislação pôs importantes freios à construção de habitações coletivas.

O caso de São Paulo guarda semelhanças básicas. O surto de febre amarela que assolou a cidade em finais do século XIX também promoveu a formação de comissões higienistas para inspecionar as condições sanitárias das habitações populares. Entretanto, surpreende a ação empreendida pela municipalidade daquela cidade contra os cortiços: embora eles tivessem sido proibidos na área central, em 1886, e em todas as áreas da cidade em 1896, por volta de 1900, eles foram objeto de tributação municipal, sendo cobrada uma taxa de 30 mil-réis por cubículo alugado. (CANO, 2009, p. 233) Os proprietários poderiam até conservar e produzir cortiços, mas teriam de dividir os lucros com o município.<sup>10</sup> Assim, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo partilharam o mesmo discurso enérgico dos higienistas contra cortiços e avenidas, mas suas legislações e políticas concretas foram bastante diferentes.

\*\*\*

A demanda habitacional na região central de Salvador aumentou ainda mais a partir de 1940.<sup>11</sup> Diante de cortiços e avenidas lotados e sem outras opções de moradia, velhos e novos habitantes pobres da cidade inauguraram uma forma de habitar que perdura até os dias de hoje,

10 Esta medida contribui para explicar a vida longa dos cortiços em São Paulo. Pesquisas contemporâneas realizadas em cortiços no centro dessa cidade indicam a cifra de 600 mil pessoas habitando em cortiços, localizados e sua grande maioria na região central, representando 6% da população na década de 1990. (KOVARICK, 2007, p. 173-178) Por outro lado, vistorias realizadas por Souza (2011, p. 45) em cortiços de São Paulo concluem: “Mesmo com a legislação em vigor e algumas reformas sendo executadas, ainda encontramos alguns cortiços nas mesmas condições dos cortiços relatados em 1893”.

11 O crescimento da população de Salvador alcançou um pico em finais do século XIX (em inícios do século XIX, Salvador tinha 45.600 habitantes; em 1872, 129.109; em 1890, 174.412; em 1900, 205.813). Nas primeiras quatro décadas, no entanto, esse crescimento foi relativamente estável. A capital voltará a crescer a partir de 1940, devido a uma nova onda de migração (em 1920, 283, 422; em 1940, 290.443; em 1950, 417.235; em 1960, 655.735; em 1970, 1.007.195). (ARAÚJO, 1992)

chamadas por uns, de invasões e, por outros, de ocupações. A primeira ocupação coletiva foi a do Corta Braço em 1946, no bairro Pero Vaz. Segundo Ângela Gordilho (2008), entre 1946-1989, foram 444 ocorrências deste tipo, das quais 90 foram erradicadas ou relocadas. Um terço da população do município morava nelas.

Em 1991, as ocupações representavam 14,36% da área ocupada com fins habitacionais, enquanto a “ocupação antiga” – “habitação tipo sobrados, solares, cortiços, casas de avenida, casas geminadas e demais formas remanescentes do casario colonial, construídas no Centro Histórico e arredores imediatos” – representava apenas 8,45% do total da área ocupada com predominância habitacional. (GORDILHO, 2008, p. 209)

O habitar que se verifica nos territórios populares ocupados se diferencia em alguns aspectos importantes do habitar que prevaleceu entre as camadas populares, de meados do século XIX a meados do século XX. Como vimos até aqui, lojas, cortiços, avenidas e vilas operárias – também terreiros e quilombos, mas essas formas escapam ao escopo deste trabalho – foram tipos de habitação que, apesar de suas diferenças, partilharam uma forma de habitar com quatro características próprias. A primeira delas é a prioridade dada à centralidade. Aos olhos dos moradores pobres de becos, avenidas e cortiços, os alugueis caros e o espaço exímio valiam a pena pela proximidade aos locais de emprego ou à empregabilidade que o centro da cidade oferecia para eles, em sua maioria trabalhadores com pouca ou nula qualificação profissional. A segunda característica é a moradia de aluguel, o que significa dizer que o morador não era o construtor dos espaços que, portanto, obedeciam a planos e interesses de outrem. A terceira característica dessa forma de habitar advém dos espaços comuns e serviços partilhados pelos inquilinos, tais como pátios, corredores e pias, torneiras de água e banheiros. A partilha de espaços significa necessariamente a partilha de uma porção do cotidiano e, com ele, a formação de, digamos, um novilho feito de muitas vidas individuais. Por último, com algumas exceções, é um habitar cuja

estrutura física se caracterizava pela “baixa qualidade do espaço construído, alta densidade de ocupação e reduzida área das unidades” (RIBEIRO, 1997, p. 331), ou seja, um habitar marcado pelo convívio apertado, um viver em conjunto em exíguos espaços, que marca seus padrões de sociabilidade para fora do espaço da casa:

[...] se o espaço dos interiores era exíguo, seus moradores faziam uso dos quintais coletivos, tomavam conta das calçadas diante das casas, das ruas e de seus pontos de encontro, dos botequins e dos mercados para estabelecer suas relações mediadas por outros elementos que não os que orientavam o viver das camadas dominantes ou que organizam o trabalho fabril. (WISSENBACH, 2006, p. 104)

[...] da maior parte das construções assobradadas e da imensidão de casas térreas das cidades, o que se deve lembrar mais vivamente é o intenso entra-e-sai nas portas, uma diluição contínua de espaços – algo mais necessário à dura sobrevivência improvisada dia a dia pelos muitos pobres e miseráveis que povoavam as cidades brasileiras do que as ilusões de reclusão e discrição propaladas pelas elites. (MARINS, 2006, p. 138)

Tratava-se de uma sociabilidade estreita, em íntima relação com um espaço estreito. A seguinte descrição da sociabilidade num *conventillo* (cortiço) de Valparaíso feita por um médico chileno, David Mesa Bell, em 1886, muito bem podia ilustrar a sociabilidade estreita à qual estou me referindo:

[...] a vizinha da frente, do lado ou de mais pra lá, que estão em iguais condições, passa de visita longas horas em suas vizinhanças. São tão estreitas as relações dessas pessoas que seria muito difícil saber exatamente onde mora uma pessoa que vive entrando e saindo de cada casinha. (ROMERO, 1984 apud URBINA CARRASCO, 2011, p. 179, tradução nossa)

O habitar que vai se formar nos territórios populares ocupados se distancia em aspectos importantes da forma até então prevalecente de habitar. Em primeiro lugar, pela renúncia à centralidade. Sem mais espaço no centro, pela primazia da vontade de um “cantinho próprio” ou pela impossibilidade de pagar o aluguel, passa-se a morar longe e sem infraestrutura básica. Até então, morar no centro era, de certa forma, dominar o centro e, com ele, a cidade. Morar na periferia, ser da periferia, passa a significar assim, manter outra relação com a cidade. Em segundo lugar, ocupar terrenos alheios – a maior parte deles de propriedade pública – promoveu um habitar por apropriação,<sup>12</sup> ou seja, um conjunto de práticas de aproveitamento de espaços vagos, concebidos pelos sujeitos populares como abandonados, que a necessidade e o trabalho deles ressignificaram em espaço ordenado. Em terceiro lugar, trata-se de habitações autoconstruídas processualmente. As casas não seguem, assim, um plano ou concepção alheia; elas respondem a critérios estéticos, arquitetônicos e funcionais próprios que, no entanto, não são estabelecidos desde o início, mas, ao contrário, vão se fazendo, se acomodando às vontades e necessidades de seus construtores.

Embora não haja nas ocupações espaços coletivos ou serviços partilhados promotores de um cotidiano socializado e socializante, a autoconstrução e a necessidade de lutar pela implementação da infraestrutura básica dos bairros – asfaltamento, creches, escolas, postos de saúde etc. – promoveram um senso de coletividade muito forte, ao qual se somou a prática de chamar os parentes para viver junto ou perto, o que acabou criando uma extensa rede de sociabilidade que tem como fonte os vínculos de parentesco.

Os terrenos ocupados na periferia, isto é, longe do centro, eram terrenos suficientemente generosos. A estreiteza própria da forma de

---

12 Juridicamente, fala-se em habitar “ilegal” e “irregular”. Ilegais porque constituídos sem passar pelos trâmites de controle municipal, ou seja, sem possuir documentação escriturada de propriedade (mais de 50% das construções em grandes áreas urbanas no Brasil seriam ilegais). (GORDILHO, 2008, p. 68) E irregulares porque não têm alvará (licença para construção) nem habita-se (licença de ocupação). (GORDILHO, 2008, p. 50)

habitar nas habitações tradicionais do centro de Salvador não foi, assim, reproduzida, pelo menos no início. Em geral, havia espaço para um quintal e espaços laterais. No entanto, nas décadas seguintes, as casas cresceram verticalmente, os lotes foram se fracionando, os quintais foram dando lugar a novas construções e as laterais virando travessas, becos ou escadarias. (LIMA, 2016) A ventilação e iluminação foram menos importantes que o critério de espaço construído para atender as necessidades de moradia de parentes e das novas gerações. Assim, a estreiteza espacial inicialmente ausente nas ocupações, hoje é um elemento caracterizador, também, da forma de habitar das ocupações: vemos as mesmas casas pequenas, geminadas, parede-com-parede, fundos-com-fundos. A mesma aparência, aos olhos dos estranhos, de espaço desordenado, devido à escassa simetria ou ortogonalidade.

Assim, aos poucos, nos bairros populares nascidos da ocupação de terrenos, tais como Pernambués, Nordeste de Amaralina ou Alagados, becos e avenidas fazem parte integrante do traçado real do espaço. Descrevendo as ruas de Pernambués, Adriana Lima (2016, p. 118-120) fala em “aspecto confinado e labiríntico”, em “falta de aparência racional entre lotes e via” que transmitem uma “sensação de confinamento”. O Nordeste de Amaralina, por sua vez, é descrito por Maria Gabriela Hita (2014, p. 87) como “um amontoado de pequenas casas espremidas entre si ao longo de becos e ruazinhas sinuosas e estreitas”. Uma interlocutora de Lorena Volpini (2017, p. 153) se refere a uma avenida em Alagados:

Então encontramos um filho de Deus aí que tinha uma avenidazinha, essa avenida São João, uma avenida de casas, do tamanho desse quarto aqui [...] esse senhor era um senhor muito legal, também pobre: ele tinha essa avenidazinha todas de taipa! Tinha umas seis oito casinhas tudo pequeninhas. E ele nos recebeu com tanto carinho, com tanto amor e nos alugou, ficamos lá. [...] Aí perguntou: ‘você conhecem as casas que tem aí atrás?’ Aí mostrou um beco, de lá da avenida tem um beco que vai sair aqui na Baixa do petróleo mesmo [...].

Becos e avenidas cresceram, pois, também, na periferia da cidade, longe do centro. Também nas imediações do centro. Entre as décadas de 1940 e 1960, Michel Agier narra como se multiplicaram as avenidas no bairro da Liberdade. Sua forma é semelhante às avenidas descritas anteriormente:

[...] unidade de forma arquitetônica (em geral, das casas de um pavimento), passagens estreitas que só permitem um único acesso pedestre, possibilidade de uma porta ou pórtico com indicação do nome do lugar ou dos habitantes, acessibilidade ao público, mantendo simultaneamente um estatuto privado. (AGIER, 2011, p. 109)

Como veremos com mais detalhes no próximo capítulo, na segunda metade do século XX, becos e avenidas continuaram a surgir e crescer no próprio centro da cidade. É o caso da Avenida Camponesa, na Baixa dos Sapateiros, que surgiu na década de 1970 e cujo crescimento não parou até hoje: continuam surgindo casas nos quintais próximos (do Mercado de Santa Bárbara) e nas imediações dos terrenos próximos a espaços abandonados, tais como o Cine Jandaia. Ou da Avenida Monte Castelo e o Beco da Bota de Ouro, também na Baixa dos Sapateiros, cujas casas crescem verticalmente, se subdividem e “avançam” em corredores ou praças.

É interessante destacar que no crescimento e transformação das velhas e novas avenidas e becos da Baixa dos Sapateiros encontramos algumas características da forma de habitar de ocupação, tais como a apropriação e a autoconstrução processual. Por outro lado, algumas de suas características tradicionais, como a moradia de aluguel, cederam espaço à casa própria, a antiga densidade diminuiu consideravelmente<sup>13</sup> e a tal “insalubridade” não é mais imputável, pois o lixo é recolhido pelo serviço municipal e todas as casas têm conexão com os serviços de água

---

13 Segundo Maricélia Santos (2010, p. 41), “em 1890, havia uma média de 12 habitantes por moradia, chegando a 14 em 1899. Na década seguinte, a tendência foi um aumento na concentração, com uma média de 15 moradores por prédio. A partir deste período a concentração foi diminuindo até chegar a 11, em 1930”.



e desague. O que permanece intacta ou fortalecida é a primazia, para seus moradores, da centralidade.

\*\*\*

Vejam agora o que aconteceu com os cortiços na segunda metade do século XX. O crescimento do comércio e serviços na região central – antes tradicionalmente concentrado na região da Cidade Baixa – propiciou a expulsão de muitos antigos moradores que viram seus imóveis residenciais virarem instalações comerciais. A população residente no centro, assim, viu-se reduzida de 7,9% em 1940 a 4,8% em 1950 pelo aumento paulatino de espaços dedicados ao comércio grossista, de luxo, bancos, salas para advogados, dentistas, empresas etc. (SANTOS, 1959, p. 131)

Mas o fato da população global do centro decrescer esconde, segundo Milton Santos (1959), outro fenômeno: o adensamento de certas áreas dentro do centro, que viram radicalizada sua função residencial. Assim, enquanto certas áreas do centro se esvaziaram de moradores, outras, ainda não ocupadas pelo comércio, adensaram-se. Nos distritos do Passo e da Sé, “algumas ruas perderam a maior parte dos seus moradores, enquanto outras viam multiplicar-se por 2 o número dos habitantes”. (SANTOS, 1959, p. 134) Na Sé, o adensamento se deu nas ruas Ângelo Ferraz, Santa Isabel, Inácio Accioly, Padre Nóbrega, São Francisco, Muniz Barreto, entre outras.

O adensamento aconteceu nos velhos casarões degradados, que já eram ou viraram cortiços. Milton Santos descreve o palacete nº 24 da Rua Ribeiro dos Santos, chamado Casa das Sete Mortes. O primeiro andar foi dividido em 18 peças, 11 das quais eram dormitórios onde moravam 40 pessoas. Um locatário sublocava as peças. (SANTOS, 1959, p. 159) A descrição dos cortiços feita pelo geógrafo baiano é devastadora:

[...] salas e quartos demasiadamente pequenos, verdadeiras células, estão separados por paredes de madeira.

Nesses cubículos não há luz, nem ar e inexistente higiene. A vida nesses cortiços é um verdadeiro inferno e as diversas famílias que ocupam um mesmo andar se veem obrigadas a se servirem de um único banheiro e uma só latrina. Escadas estragadas, soalhos furados, paredes sujas, tetos com goteiras formam um quadro comum a toda essa zona de degradação. (SANTOS, 1959, p. 166)

Sobre a população residente, o autor escreveu: “são pequenos empregados ou pessoas sem uma ocupação permanente ou bem definida. Seu local de trabalho era, de preferência, no centro da cidade”. (SANTOS, 1959, p. 167)

Apesar das condições de habitação e do exímio espaço, o preço dos aluguéis em cortiços era, em termos relativos, absurdamente alto:

Os indicadores analisados anteriormente – aumento da população, incremento da densidade predial e expansão dos empreendimentos de negócios – levam a concluir que havia uma crescente carência habitacional na cidade, no período estudado. Tal situação, decorrente da pequena oferta de casas frente à demanda, fazia com que o aluguel das habitações destinadas a grande parte da população, fossem dos mais altos, considerando a baixíssima qualidade do espaço oferecido. (CARDOSO, 1991, p. 67)

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, o estado dos velhos sobrados foi piorando. Sua população continuava sendo igualmente pobre. Um estudo feito em 1967, dirigido por Vivaldo da Costa Lima, provava que o metrício concentrava a atividade de 42,0% das moradoras da área – do restante, 26,0% eram domésticas, 8,6% costureiras, 4,6% comerciais, 3,5% funcionárias públicas e 5,0% biscateiras. Entre a população masculina, 24,2% eram comerciários, 11,7% biscateiros, 8,9% comerciantes, 8,9% funcionários públicos, 5,4% mecânicos, 15,5% outros. (FPACBA, 1969) Num estudo da década de 1980, Gey Espinheira (1989) afirmava que a atividade envolvia apenas 37,6% da população da área.

Em 1977, a área do Pelourinho – e outras áreas centrais como Santo Antônio, Conceição da Praia e Pilar – continuava sendo espaço de cômodos confinados e insalubres. (SEMINÁRIO..., 1977) Um estudo realizado em 1975, na área do Passo, Carmo e Santo Antônio (FPACBA, 1975) evidenciava uma população de estratos baixos que, em sua maioria, exercia suas atividades ocupacionais na área do Pelourinho e zona central. No entanto, o estudo mostrava diferenças importantes no nível de renda, educação e propriedade dos imóveis entre os três bairros:

[...] a densidade demográfica, promiscuidade de funções, percentual de imigrantes e grau de arruinação físico das sub-áreas aumenta em função direta da proximidade do Pelourinho da mesma forma que a renda familiar, nível educacional e percentual de casas próprias diminuem em função inversa da mesma proximidade. (FPACBA, 1975, p. 69)

Uma pesquisa no Maciel, feita em 1982, demonstrava que a maioria dos residentes desse bairro eram vendedores, domésticos e prostitutas e que 50% dos residentes não chegavam a ganhar dois salários mínimos. (SIMÕES; MOURA, 1985)

Sem reparos feitos pelos proprietários e com o descaso por parte das autoridades, a área foi perdendo grande número de imóveis a cada ano e os que restavam iam adensando-se. Em 1969, eram 13 os prédios totalmente arruinados no Maciel; em 1978, já eram 41 e, em 1978, eram 51 prédios. Em 1991, 30 prédios desabavam por ano. A expulsão da população da área do Pelourinho, portanto, já se dava, gradativamente, desde a década de 1970 devido ao abandono da área. No final da década de 1980, o Pelourinho restava como um dos últimos redutos da população mais pobre no coração da cidade. O estigma desse lugar como área “degradada, de marginais, prostitutas, vagabundos”, em grande parte veiculado e propagado pela imprensa preconceituosa e sensacionalista, ajudou a legitimar a expulsão posterior e final, na década de 1990. A área do Pelourinho não era, nos anos de 1980, uma área unicamente de prostituição. Como Gey Espinheira (1989) provou, a prostituição ocupava 40% da população do Maciel, em 1970, mas só 3% da população em 1983.

Em palavras de Simões e Moura (1985, p. 44), “o ‘pecado’ maior do Maciel não é a prostituição ou o vício, mas a pobreza, que ocupa o espaço que o grande capital quer tomar”.

A erradicação dos cortiços do CHS não se deu pela força dos argumentos higienistas nem pela aplicação das exigências da legislação urbanística. O fim de uma grande parte deles teve como argumento a salvaguarda do patrimônio histórico da cidade e do mundo. A partir de 1993, o projeto de “recuperação” do Pelourinho concebido pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), realizado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e com recursos do governo do Estado, conseguiu recuperar os sobrados que ainda restavam e reconstituir o patrimônio para o usufruto da “humanidade”. A lamentável contrapartida foi a expulsão da população que morava nos velhos casarões “encortiçados” que, segundo o IPAC (1991), aglomeravam 2.047 pessoas na área do Terreiro, Maciel e Pelourinho. A enorme maioria dessas pessoas foi obrigada a se retirar do centro, foi expulsa:

No Maciel/Pelourinho [14 quarteirões, 223 imóveis] havia 1.314 chefes de família com 3.200 dependentes, destes mais de 1081 chefes estão fora da área com 2.706 pessoas, enquanto que mais de 233 chefes com 494 dependentes ainda permanecem. Da Sé/Terreiro foram retirados 254 chefes com 455 pessoas. Esse número se elevaria se acrescentássemos a população do Passo. (NOBRE, 1995, p. 19)

Segundo o IPAC, foram oferecidas três opções aos moradores: a relocação definitiva em imóvel alugado, a relocação provisória e a mudança definitiva com indenizações. Em 1995, esse órgão afirmava que houve uma “opção maciça pelas indenizações” – que variavam entre 150 e 2.000 dólares – e “85% dos moradores indenizados puderam adquirir casas populares em bairros proletários ou de periferia”. (IPAC, 1995, p. 21) A população foi relocada em distintas regiões da cidade e, em pequena proporção, no próprio Centro Histórico. Como veremos no capítulo 6, muitos foram parar nos becos e avenidas da Baixa dos Sapateiros.

A história dos cortiços do centro de Salvador é uma história de velhos casarões subdivididos que outrora foram senhoriais e que foram se adensando ao longo do século XX, especialmente quando se encontravam em ruas não visadas pelo comércio. Quando as estruturas não aguentavam mais, os prédios ruíam. Quando conseguiam sobreviver ao tempo e ao uso e se localizavam na poligonal tombada como “patrimônio da humanidade”, eles foram “recuperados” pelo IPAC, o que significou a expulsão da população que neles morava.

Fora da área tombada como “patrimônio da humanidade”, a política do Estado tem sido deixá-los ruir pela força do tempo, ou, demoli-los sob o pretexto de iminente desabamento. Em ambos os casos, a população pobre que morava neles viu-se obrigada, também, a abandonar o centro. Até maio de 2015, foram quatro imóveis demolidos pela Prefeitura com o aval do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na Ladeira da Conceição da Praia e seis na Ladeira da Montanha – onde 12 imóveis já tinham sido desocupados. O Taboão e a Ladeira da Preguiça também apresentam imóveis com alto risco de desabamento. Cerca de 30 famílias foram removidas. (CARVALHO, 2015) O antropólogo Ordep Serra (2016, p. 126) denuncia esta política do deixar-ao-Deus-dará:

Em 2015 chegou-se ao extremo da calamidade. O motivo imediato foram as fortes chuvas que provocaram bem previsíveis deslizamentos de encostas na capital baiana, resultando em desabamentos, muitas famílias desabrigadas e mortes evitáveis. As chuvas torrenciais fizeram grande estrago na área histórica, atingindo prédios que tinham sido deixados ao Deus dará. Em face disso, a municipalidade, com autorização do Iphan, ordenou a imediata demolição de 31 imóveis, entre os quais, segundo os arquitetos denunciadores, alguns não estariam em risco de cair. Segundo se noticiou, outras 100 edificações existentes na área foram declaradas sujeitas a risco, portanto passíveis de demolição.

Assim, em 2015, o Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento da Bahia, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia e o Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado da Bahia solicitaram ao Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) uma inspeção do estado do conjunto monumental do CHS para avaliar sua possível inclusão na Lista de Patrimônio mundial em perigo. (SERRA, 2016)

Os velhos casarões do centro de Salvador, antes todos “encortiçados”, chegam ao final do século XX ora “recuperados” para o turismo, ora desabando ou demolidos. Alguns poucos, no entanto, estão na mira de “corticeiros” do século XXI que reformam minimamente os antigos casarões para, como antes, serem subdivididos em quartos e alugados. Na Baixa dos Sapateiros, encontrei um moderno cortiço deste tipo. Deparei-me com ele mediante um anúncio de “aluga-se quartos” pendurado num portão fechado com cadeado. O dono é H., também proprietário da loja de roupas em cujos fundos se ergue o casarão recentemente comprado e reformado. Nas antigas habitações, que deviam ser muito grandes, ele construiu pequenas “quitinetes” – ele usou essa palavra –, algumas com banheiro e outras sem, um tanto com pequena estrutura para cozinha, outras, simples quartos, algumas com janela e muitas sem. Pensava alugá-las por 300 reais mensais. O casarão tem um quintal bem grande nos fundos, cheio de árvores e vegetação. H. disse que iria mantê-lo, mas, provavelmente, ele fará o que muitos como João Romão fizeram: com a renda dos alugueis, foram aumentando o número de casinhas até completar todo o espaço.

Vários meses depois voltei no cortiço moderno. Perguntei pelos quartos e fui informada que os 14 quartos estavam ocupados e que a média era de um a três inquilinos por quitinete. Enquanto conversava com a vendedora, uma pessoa foi perguntar pela vacância de um quarto. “*Aqui é central!*”, comentou a vendedora.

Como um século atrás, os moradores continuam valorizando a centralidade e tendo de pagar um preço muito alto por ela. Em Salvador, vemos o mesmo “fenômeno extorsivo” do qual fala Lúcio Kovarick (2007,

p. 181) ao referir-se ao preço dos aluguéis nos cortiços de São Paulo: “52% dos rendimentos mensais são gastos com moradia, enquanto o metro quadrado dos cubículos é, em média, 34% mais alto do que o aluguel residencial em São Paulo”.

Antes de finalizar este capítulo, é preciso acrescentar que há mais um destino para os velhos casarões no século XXI. Vendo muitos deles desocupados, porém habitáveis, muitas pessoas com poucos recursos vêm ocupando os prédios, organizados sob a bandeira do MSTB. Como veremos no capítulo 7, além da reivindicação do direito à moradia, reivindica-se também o direito de morar (ou voltar a morar) no centro.

Concluindo, apesar das denúncias e queixas higienistas de inícios do século XX e das diversas perseguições urbanísticas ao longo do século XX, cortiços, becos e avenidas estão em pé na Baixa dos Sapateiros e áreas adjacentes, habitados e em constante transformação até os dias de hoje, já entrado o século XXI, enfrentando e resistindo a ordem urbana brasileira que periferiza a pobreza:

Num primeiro instante, não se permite na área central a permanência de antigos mocambos e casebres. Em seguida, elege-se uma determinada zona da cidade para a construção de habitações proletárias e para a implantação da maioria dos novos conjuntos habitacionais. Paralelamente, promove-se a relocação de invasões existentes na orla e demais zonas valorizadas da cidade, deslocando-se as populações para os loteamentos públicos na periferia. Mais recentemente, com o esvaziamento dos cortiços do Centro Histórico, verifica-se que essa ação também acaba empurrando a população daí retirada para a periferia pobre, contribuindo para acentuar, cada vez mais, a separação de classes de renda na cidade. (GORDILHO, 2008, p. 142)

No próximo capítulo, veremos os becos/avenidas da atualidade, descrevendo detalhadamente como são, quem mora neles, quais as características das casas e as peculiaridades de cada um dos três becos/avenidas pesquisados.





## CAPÍTULO 3

### Becos/avenidas da Baixa dos Sapateiros

Adentramos neste capítulo no material produzido pela pesquisa etnográfica de três becos/avenidas da Baixa dos Sapateiros. Trata-se de um capítulo descritivo, no qual me detenho em aspectos tais como o tamanho e características dos becos/avenidas e suas casas, a presença de equipamentos coletivos, o resguardo de suas entradas, o número de terrenos e unidades familiares, a densidade em cada uma delas, a cifra aproximada de seus moradores e sua média de idade, mas também atento em seus nomes e história, o perfil de seus primeiros moradores e o de seus moradores atuais, as lembranças de seus habitantes mais antigos e as transformações físicas que foram decorrendo em cada um destes espaços. No fim, elenco alguns elementos em comum e as diferenças evidentes entre os três becos/avenidas descritos.

Acredito que uma boa descrição possa fornecer os elementos suficientes para que cada leitor seja capaz de fazer suas próprias análises e tirar suas próprias conclusões. Mas uma boa descrição, que evidencie as conexões entre os dados, portanto sem grandes teorias por trás

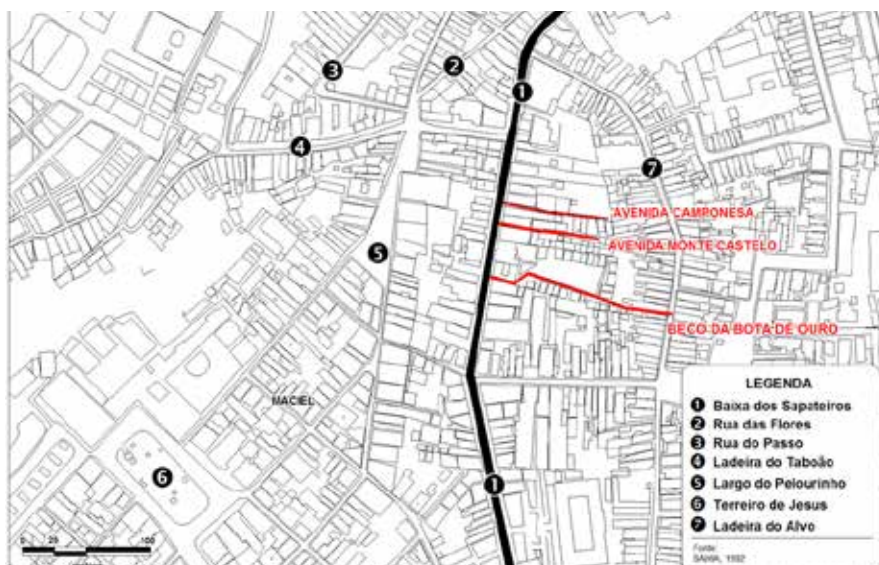
ou citações de autores, não é tarefa fácil nem simples. Escreveu Latour (2006, p. 341):

Descreva, simplesmente, o estado dos fatos que estão à mão [...] Descrever, estar atento aos estados concretos das coisas, encontrar a narrativa adequada e única para uma situação dada – Eu pessoalmente sempre achei isso incrivelmente exigente,

Não sei se de fato “nós não temos muitas boas descrições de nada [...]”, mas concordo que “bons trabalhos de campo sempre produzem muitas novas descrições..”. (LATOURE, 2006, p. 343) e que “apenas descrições ruins precisam de explicação”. (LATOURE, 2006, p. 344) Efetivamente, há poucas explicações nesse capítulo e não considero que isto seja um defeito, mas um exercício de retorno aos objetos, ao que é, em sua concretude e espessura.

Esta descrição tenta ser a mais minuciosa ou densa possível. Daí o uso de abundante material visual: fotos panorâmicas e closes de casas – nunca de pessoas, pela desconfiança sobre a qual já falei na introdução –, fotos aéreas dos becos/avenidas, uma rara planta em que aparecem os lotes que existiam em 1956 e croquis realizados por dois alunos de arquitetura que se dispuseram a olhar os becos/avenidas com meus olhos, realçando os aspectos, pontos ou situações que, a meu ver, caracterizam esses espaços: no Beco da Bota de Ouro, o seu espaço central; no Monte Castelo, os “avanços” das casas que deram lugar a um beco sinuoso e, na Avenida Camponesa, o componente humano em todos os seus cantos. Além dos croquis enfatizarem os detalhes que se perdem numa fotografia (SANTOS; VOGEL, 1981), eles me permitiram a inclusão das pessoas que, desenhadas, podem manter seu anonimato.

Figura 26 – Mapa do trecho onde se localizam os três becos/avenidas



Fonte: Teixeira (1992a).

Figura 27 – Foto aérea do trecho onde se localizam os três becos/avenidas



Fonte: elaborada pela autora, a partir de imagem do Google Maps (2017).

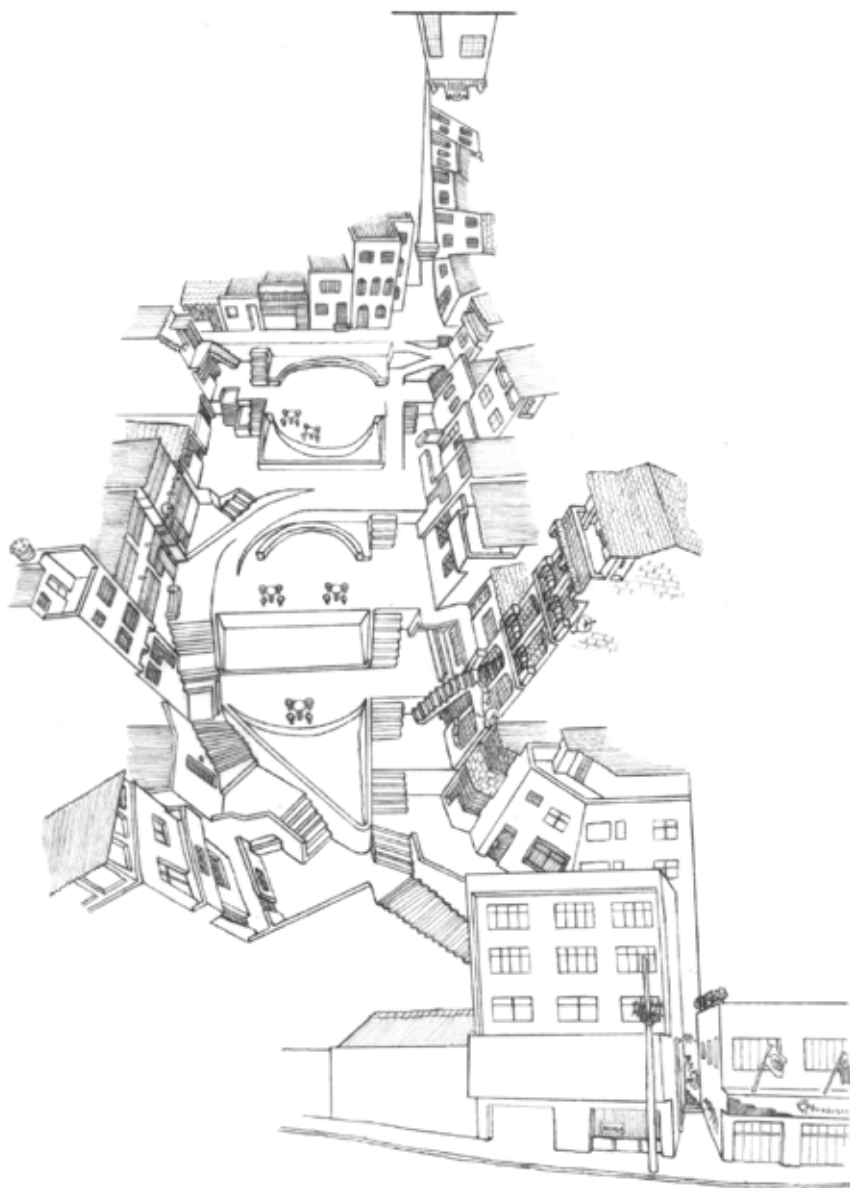
Figura 28 – Planta do trecho da Baixa dos Sapateiros onde aparecem os três becos trabalhados: década de 1950



Fonte: Salvador (1956).

\*\*\*

Figura 29 – Croqui do Beco da Bota de Ouro



Fonte: elaborado por Igor Ribeiro.

Como os outros becos pesquisados, o Beco da Bota de Ouro tem também outras denominações: Avenida Ramiro Castro e Roça do Galo. Sobre este último, o historiador Luiz Eduardo Dorea (2006, p. 69) escreveu:

embora sem poder ser localizado, é um dos poucos para o qual ainda se tem uma origem do batismo: nele funcionava uma sapataria com aquele nome e através dele se chegava até a Roça do Galo, onde ‘se botavam galos para brigar’.

A fonte de Dorea é a crônica “Beccos da Rua da Valla”, publicado em 1935 no livro *Da Bahia que eu vi*, de João Varella. Sobre o Beco da Bota de Ouro, o cronista escreveu as seguintes linhas:

Formados pelos oitões dos prédios N. 241 e 243. Naquela funciona há mais de cinquenta annos a sapataria Bota de Ouro, cuja fachada lateral se abre em porta e janelas para a viella. Num dos compartimentos do fundo do edificio funcionava, quando da nossa visita, sórdida baiúca [botequim], frequentada por gente mui humilde. Calçado, sobre-se no fim do becco para a chamada roça do gallo, porque ahi botam galos para brigar. Os terrenos de tal roça, onde há tempos encontraram escondidas algumas armas de fogo, pertenceram outora à família Paraguassú. (VARELLA, 1935, p. 105)

Em Salvador, os nomes antigos dos logradouros não desaparecem, vão se sobrepondo aos novos: para a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), o beco se denomina Ramiro Castro; para a Prefeitura, é Roça do Galo e, para a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), é Bota de Ouro. Em finais da década de 1990, a Prefeitura de Salvador arrumou o sistema de ruas da cidade e, no caso da região central, antiga, decidiu-se que os logradouros que tivessem vários nomes ficariam com os mais antigos recolhidos pelos funcionários junto aos moradores ou com os nomes que constassem nas plantas mais antigas da área. O nome oficial deste beco ficou sendo desde então Beco da Bota de Ouro, mas os moradores se referem a ele como Roça do Galo e, os mais antigos, como Ramiro Castro. Beco da Bota de Ouro lhes parece estranho, pois nem os mais antigos ouviram falar da sapataria com esse

nome à qual faz referência o citado trecho de Varella. Já o nome Roça do Galo, eles lembram: refere-se aos tempos passados em que havia, no alto do beco, um ringue de galos. Os moradores mais antigos do local – que chegaram na década de 1960 – não alcançaram a ver esse ringue, mas lembram de referências a ele. Em seu tempo, o ringue já era um campinho de futebol. Hoje, o local é uma das três praças que o beco tem.

Figura 30 – Duas placas e duas entradas/saídas do Beco da Bota de Ouro



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Este é talvez o maior beco da Baixa dos Sapateiros. Excetuando a entrada e a saída, de fato, nem parece um beco. Em contraposição aos corredores estreitos que caracterizam os becos em geral, e, os da área, em particular, ele é muito amplo: tem três pracinhas em três níveis distintos, separadas por canteiros centrais, onde foram plantadas árvores frondosas que fornecem sombra e abrigam vários pássaros que podem ser ouvidos quando os aficionados do som alto assim o permitem. Tão



grande e amplo ele é que, em seu interior, na parte mais alta, chega a ter uma rua transversal.

Figura 31 – Três praças do Beco da Bota de Ouro



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).



Contrariamente a muitas definições, este não é um beco sem saída. Assim, o acesso a ele pode ser feito tanto pela Baixa dos Sapateiros quanto pela Ladeira do Alvo, através de estreitos corredores. As casas ocupam toda a colina e conta com uma escadaria bem planejada – com descansos generosos – que atrai aqueles que, mesmo não sendo moradores, precisam se deslocar entre a Baixa dos Sapateiros e a Saúde.

Os portões que dão acesso ao beco costumam estar ora abertos, ora fechados. Nunca se sabe. Frequentemente, as pessoas pedem as chaves dele umas às outras. Muitas vezes arriscam e saem sem elas, esperando que ele esteja aberto. Já presenciei uma moradora aguardar durante bastante tempo que alguém mais precavido leve a chave consigo.

As entradas do beco nada denotam de tudo o que há dentro dele, por isso, apelidamos este beco de Nárnia. A entrada pela Baixa dos Sapateiros passa despercebida dada a sua estreiteza, espremida entre dois imóveis maiores. Entra-se por um corredor escuro com um final iluminado. O beco é também entrada para um prédio de apartamentos, de três andares, localizado acima da loja vizinha da entrada, aos quais se adentra por um portão que dá acesso a uma escada. Do lado desse primeiro portão, localiza-se um segundo, que dá acesso a um corredor que permite a entrada ao subsolo da primeira casa. No final do corredor, o visitante se depara com uma curva em ângulo de 90 graus, seguida de uma escadaria. Chegando ao topo dessa escadaria, mais uma curva e se inicia outro conjunto de escadas. Finalmente, se abre o beco ao visitante: como em Nárnia, um outro mundo aparece. No meio, as praças e os canteiros centrais, aos lados, duas escadarias margeadas por casas. No topo, uma fileira de casas e, num canto, o início de um corredor com sete casas do lado direito, quase todas com dois pavimentos. No meio desse corredor, um bequinho estreito e curto, com quatro casas, duas de cada lado. No final do corredor, a saída na Ladeira do Alvo!

Ninguém sabe ao certo quando o beco foi construído e por quem. Muitos falam que um senhor chamado Albino Castro era dono de tudo, que era proprietário de uma loja de sapatos na Avenida Sete. Outros dizem que ele tinha lojas na Rua do Corpo Santo e na Rua Santos Dummont.

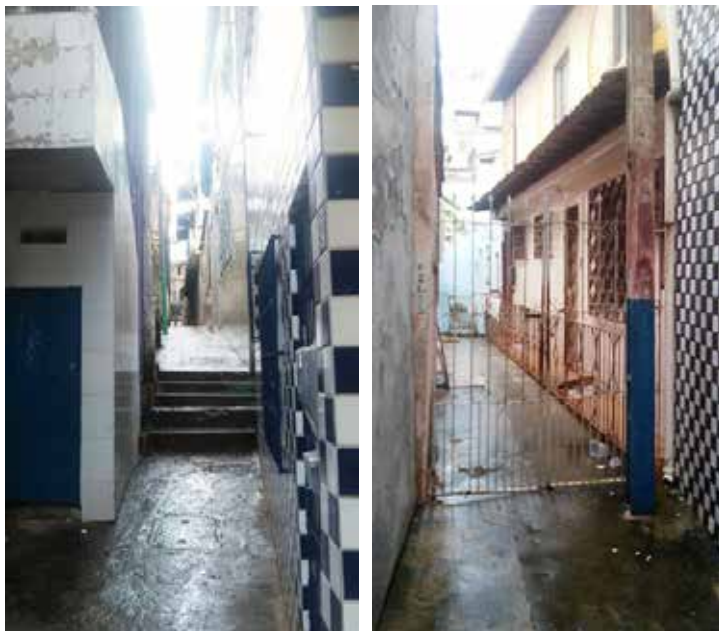
Há quem diga que o dono de tudo era um senhor chamado Ramiro Castro, que loteou e vendeu terrenos e casas. O fato é que, em uma escritura de 1991, pude ler que a dona da casa em questão era Serafina Freaza Castro, espanhola, e o seu procurador era Albino Castro Freaza. Outros moradores disseram ter comprado as casas de pessoas diversas: de uma senhora chamada Hilda Menezes, de um senhor com sobrenome Pompa, de um senhor árabe chamado Jacó etc.

Figura 32 – Entrada do Beco da Bota de Ouro



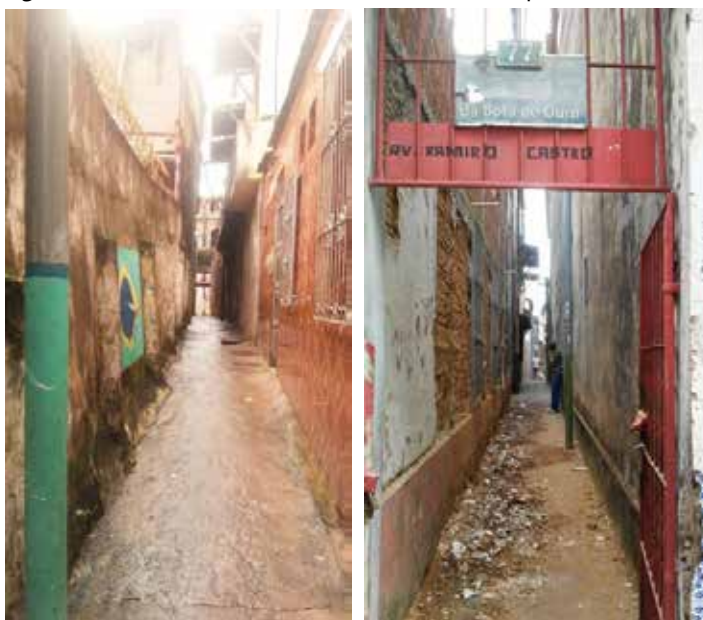
Fonte: acervo pessoal de Alexandre San Goes.

Figura 33 – Beco do Beco da Bota de Ouro



Fonte: acervo pessoal da autora (2016-2017).

Figura 34 – Entrada/saída do Beco da Bota de Ouro pela Rua do Alvo



Fonte: acervo pessoal da autora (2016-2017).

Figura 35 – Fotos de casas do Beco da Bota de Ouro



Fonte: acervo pessoal de Alexandre San Goes.

São quatro os moradores mais antigos. Dona Ju. chegou em 1965. Morava antes na Gregório de Matos (antigo Maciel), de aluguel. Dona Ol., hoje com 83 anos, chegou também em meados da década de 1960, após anos morando em outro estado. Quando criança, ela e sua família moraram em várias casas no Pelourinho, Carmo, Passo, Taboão. Sua

casa foi construída pelo seu pai – um sírio, dono de loja de tecidos localizada na Baixa, ao lado da entrada do beco –, em finais da década de 1950, após comprar dois terrenos – no outro construiu uma casa para a outra filha. A terceira moradora antiga é Dona A., que hoje tem 80 anos, e que chegou ao beco após se casar, em 1976. Antes, morava na Baixa, num beco chamado Porvir, que o IPAC demoliu para construir um dos estacionamentos do Pelourinho. O morador mais antigo do beco tem hoje mais de 80 anos. Seu Mo. chegou em 1964, embora frequentasse a Baixa bem antes, pois era camelô de linhas, botões e agulhas; depois, passou para o ramo das bolsas. Ele construiu os boxes que estão na entrada do beco, logo depois que chegou, porque não o deixavam vender na rua. Comprou o ponto de alguém e construiu, pagando licença durante muito tempo. Com esse ponto conseguiu sair do aluguel e comprar uma casinha no beco.

Assim, os moradores mais antigos têm entre 40 e 50 anos morando no Beco da Bota de Ouro. Nenhum dentre eles nasceu no beco. Entretanto, no beco do lado, na Avenida Monte Castelo, conheci um simpático senhor que tem hoje 73 anos, nascido no beco em 1943. Seu pai chegou nele em 1938. Seu L. mora há certo tempo na San Martín, mas continua frequentando muito a área, principalmente a Avenida Monte Castelo, onde sua esposa nasceu e visita constantemente seus parentes que ali moram.

Dona Ol., Dona Ju., Dona A. e Seu Mo. tinham um perfil socioeconômico diferente dos moradores que ali habitavam antes deles. Quando chegaram, contam eles, havia ainda bastantes sapateiros e lavadeiras. Eles e os moradores que vieram eram assalariados: cobradores de bonde, comerciantes de loja, funcionários públicos e privados, policiais, trabalhadores das docas etc. Assim, podemos afirmar que, no Beco da Bota de Ouro, por volta da década de 1960, a classe média baixa foi substituindo os trabalhadores e artesãos que moravam inicialmente no beco. Essa classe média baixa, no entanto, vivia em condições difíceis: casas pequenas, beco sem asfalto e várias residências sem água encanada. Cabia às crianças pegar água na bica do Taboão. Elas desciam e subiam as

ladeiras, carregando baldes ou latas de água: “a água só foi chegar depois que os bondes desapareceram”. O antigo morador de 73 anos me comentou que a pobreza era tal que, quando criança, todos compravam carvão e esperavam chegar a tarde para ir até as Sete Portas, comprar “carne virada”, que era mais barata. Famílias grandes moravam em casinhas pequenas de 2,30 x 3,80 m<sup>2</sup>.

Os depoimentos dos moradores mais antigos indicam que, na primeira metade do século XX, quem morava no beco eram sapateiros, ferreiros, ourives, fundidores e lavadeiras. Só havia casas pequenas ou casebres, muito humildes, todas de apenas um pavimento. Quando eles chegaram, restavam só dois terrenos sem construir no beco – desse modelo de casa restam hoje apenas dois exemplares, mesmo assim, já foram reformadas. Se na década de 1960 as casas eram em sua maioria pequenas e ainda restavam dois terrenos, podemos deduzir que este beco foi loteado nas primeiras décadas do século XX.

Nas décadas de 1980 e 1990 as casas mudaram. Um caso paradigmático é o de Dona Ed., proprietária da maior casa/prédio do beco. Ela chegou em 1986. Antes, ela morava de aluguel na Ladeira da Saúde. Quando solteira, morou com os padrinhos nos Barris e “no brega”, na Rua Santa Izabel, no Pelourinho, junto com sua mãe, que era lavadeira. Dona Ed. trabalhava como ajudante geral numa escola – ficava na portaria, entregava cadernetas, varria as salas etc. – e o marido era despachante nas docas. Quando chegou ao beco, o menor de seus dez filhos tinha um ano e a mais velha tinha 24 anos. A casa se compunha de apenas um quarto e ela espalhava colchões no chão para os dez filhos dormirem. Compraram essa casa porque só ela, pequena e velha, estava ao alcance do orçamento familiar e porque tinham de sair do aluguel – “ninguém queria alugar casa para uma família com tantos filhos”. Aos poucos, ela foi ampliando a pequenina casa térrea de um quarto que ela e seu marido compraram, até transformá-la no que é hoje: um prédio com cinco pavimentos que, se depender dela, continuará crescendo, pois “o céu é o limite!”.



Figura 36 – As duas casas que restam no beco com parte do modelo inicial



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Figura 37 – Casa de Dona Ed. em constante reforma



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Figura 38 – As duas casas de Dona Ju



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Outro exemplo de crescimento da casa é o de Seu Mo., o morador mais antigo do beco. Como já foi indicado, chegou há mais de 50 anos, como locatário de uma casinha e depois de outra. Finalmente, conseguiu comprar uma que foi ampliando e, depois, subdividiu em três apartamentos, dois no térreo e outro no primeiro andar, onde mora a família da filha. Uma parte do terreno, ele separou e vendeu.

Dona Ju., também moradora antiga já citada, foi a primeira a “arri-bar”, isto é, a construir um segundo pavimento. Depois, ela e seu marido compraram a casinha ao lado (“*um barraco de sapateiro*”), que derrubaram para construir uma nova. Ela hoje tem duas casas, uma do lado da outra, ambas de dois pavimentos.

Ao todo, são 38 casas-terrenos, das quais dez foram subdivididas dando lugar a 55 unidades familiares. Somando todos os moradores, o beco conta com aproximadamente 100 pessoas, o que significa que a densidade por unidade familiar é de 2,6 pessoas. É neste beco que encontramos as casas mais bem arrumadas, conservadas e pintadas. Alguns números indicam o perfil socioeconômico dos moradores deste beco, o mais elevado dentre os três becos trabalhados nesta pesquisa: a maioria das casas tem hoje dois ou três pavimentos, sendo apenas 15



(das 38 casas-terrenos) casas de um pavimento; o número de casas subdivididas é pequeno, evidenciando uma renda familiar que dispensa o complemento com o aluguel de uma parte da casa ou a necessidade dos filhos de morarem com os pais; 42 dentre as 55 unidades familiares são habitadas pelos próprios proprietários ou seus familiares. É, pois, um beco de moradores antigos, em sua maioria proprietários, com ocupações diversas, porém primando os aposentados, funcionários, comerciantes e assalariados, com poucos inquilinos e onde a média de idade supera os 50 anos.

Comparada com os outros becos estreitos e cimentados, a Roça do Galo é um paraíso esverdeado. Embaixo da sombra das árvores, ouvem-se pássaros e veem-se passar borboletas e micos. No entanto, chama a atenção o forte cheiro de fezes de gato e os canteiros sem capinar.

A escadaria e as praças foram obras da Prefeitura, graças ao esforço de um de seus moradores – A. Ele chegou ao beco na década de 1980, para morar na casa que fora da avó. Reconstruiu-a e hoje a pequena casinha tem três pavimentos. Decidiu melhorar o beco, porque não gostava de ouvir que “*na Roça do Galo só tem marginal, só tem vagabundo*”. Assim, na década de 1990, ele criou o Conselho de Moradores da Avenida Ramiro Castro (CONRACA). Aproveitando sua condição de motorista da Prefeitura, conseguiu falar, propor e convencer várias figuras importantes desse órgão para intervir no beco. A intervenção consistiu na construção de duas escadarias, rampas e corrimãos, três praças equipadas com mesas e bancos e três canteiros arborizados. “*Foram 74 caçambas de entulho que saíram, em sacos, nas cabeças dos homens, porque caminhões não podiam entrar e nem carro de mão aguentava*”, conta emocionado. A inauguração aconteceu em setembro de 2000 e contou com a presença do então senador Antônio Carlos Magalhães e do prefeito Antônio Imbassahy.

Após a intervenção, o beco mudou completamente sua aparência e as descrições negativas do passado ficaram para trás: “*era podre*”, “*só tinha mato*”, “*era horrível*”, “*a gente descia escorregando*”, “*aqui*

*“tinha muito rato”, “não tinha água; só havia água no terreno de baixo”, “aqui era como uma favela, com quartos de 2,30 x 3,80, sem banheiro, cheio de lixo, numa ribanceira [...] Moravam pessoas humildes. Muitas lavadeiras. Era tudo encharcado. Era um banheiro para todos [...] Não era rato não, era preá. Muito. Imundo”.* No entanto, a aparência não é tudo. Os moradores antigos falam que antes era bom também. Havia mais vida social entre eles.

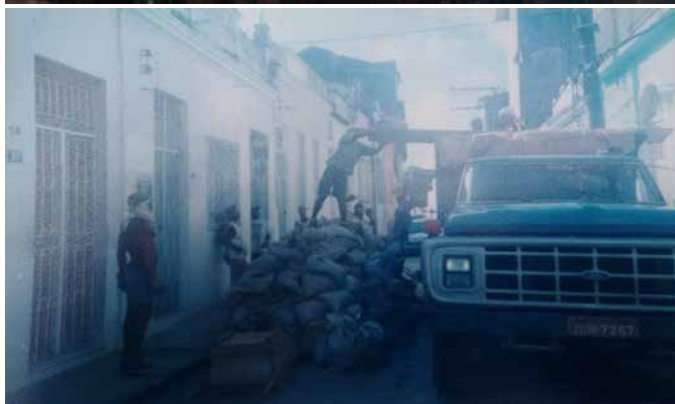
Figura 39 – Casas do Beco da Bota de Ouro



Fonte: acervo pessoal de Alexandre San Goes.

Figura 40 – Fotos anteriores à reforma e do beco sendo reformado







Fonte: acervo pessoal de A.

Com efeito, as praças poderiam propiciar um convívio maior. De manhã, apenas os moradores idosos tomam sol ou passeiam por elas. Nos finais de semana, alguns moradores se sentam nas mesas para beber cerveja e conversar. E o som de alguns invade a vida de todos.

Usuários frequentes das praças são as crianças moradoras do beco e das redondezas. Quando não estão na escola, reúnem-se nelas para conversar, jogar bola, passar o tempo. Fazem também o que os moradores idosos consideram provocações e falta de respeito: quebram janelas, sujam o canteiro e as paredes, gritam, falam palavrões. Numa tarde de novembro de 2016, tivemos a ocasião de presenciar o encontro de

crianças numa praça. Não jogavam bola porque não tinham uma, apenas estavam juntas na praça que fica em frente à casa de Dona Ed. Era um grupo de cinco, com as idades variando entre cinco e 13 anos. Soubemos que apenas duas estudavam, mesmo assim, irregularmente; três moravam no Beco e os outros no Aquidabã e na Saúde. O grupo me lembrou os Capitães da Areia, descritos por Jorge Amado (2009), pois seu linguajar, sua fala corporal e seus temas eram de homens e não crianças. Como os capitães de areia, estes “eram como homens, se bem fossem crianças” (AMADO, 2009, p. 152), “conversavam como homens. Sentiam mesmo como homens”. (AMADO, 2009, p. 236) Fiquei impressionada com os palavrões, com a naturalidade para falar em sexo, em órgãos genitais e práticas sexuais (“o pai dele é viado”, “a avó dele chama dona Calça”, “meu pai comeu tua mãe”, “quando o padrasto sai, tem fila de homem na porta dele”) e sua nenhuma intimidação com a presença das pesquisadoras. São crianças muito seguras de si, com a segurança de quem está acostumado a lidar com pessoas, com a rua. Em meu caderno de campo escrevi como uma delas me encarou:

Fiz uma foto do grupo. Um deles não gostou e veio indignado me cobrar satisfação. Me protegi falando com Dona Ed., que estava sentada com o filho na entrada da casa dela. Ele baixou um pouco a guarda, mas perguntou desafiadamente o quê ia ter em troca da foto. Uma outra criança disse ‘um real’ e ele reagiu achando pouco, ‘que real nada!! Vai botar no facebook, hein?’. Expliquei o meu trabalho... ‘Ah! Vai botar só pra teus alunos da escola ver, né?’

Gostam de provocar, de arrepiar. Falam alto, cospem. Me perguntam se conheço a ‘veia que mora ali’ e depois acrescentam, ‘já tomamos banho na caixa d’água dela!’ (Caderno de campo, 2016)<sup>14</sup>

---

14 Informação registrada em caderno de campo da autora, em 2016.

Novamente, uma descrição que Jorge Amado fez das crianças do Pelourinho, em finais da década de 1930, em *Suor*, faz sentido para descrever o espírito solto no qual parecem crescer:

Pretinhos sujos, mulatinhos safados, corriam ladeira abaixo, rolavam em brigas por vezes sangrentas, apanhavam surras monumentais, furtavam frutas nos tabuleiros, espiavam seios luzidios e grandes de negras que sorriam com dentes amigós. Levavam vida gostosa na sujeira da rua e faziam recados para ganhar um tostão. Julgavam-se livres – sem escola e sem primeira comunhão, sem sapatos rangedores e sem banho diário, de vida nem sempre farta mas em compensação alegre e divertida. (AMADO, 2011, p. 27)

Além da tensão entre idosos e crianças, a relação entre os moradores é, também, às vezes, tensa. Muitos conflitos derivam da ampliação ou reformas das casas vizinhas. Dona Ol., por exemplo, teve dois desentendimentos. Um foi com Ta., vizinha do beco de trás. Os pais de Dona Ol. se davam muito bem com a avó de Ta., “*que era uma senhora que tinha uma casa muito humilde, que rezava todos nós*”. Ela permitiu que Dona Ol. abrisse um basculante no banheiro dela. Ta., nessa época, morava no Rio. Quando a casa da avó de Ta. pegou fogo e ela voltou a Salvador, ela e a tia construíram uma nova casa, com três pavimentos, um dos quais passou a tampar a janela de Dona Ol. Ambas resolveram o problema na justiça. O segundo desentendimento foi com Seu J., seu vizinho do lado: ele construiu uma cumeeira que entrou na parede dela, promovendo uma infiltração que dura até os dias de hoje. Ela pediu para que tirasse e ele não tirou. O conflito também terminou na justiça.

Desde que A. foi morar na ilha por problemas de saúde, o beco não tem mais liderança. “*E se alguém de idade assumir essa tarefa?*”, perguntei certa vez. A resposta que obtive foi: “*quem vai querer mandar nos outros? Ninguém quer*”.

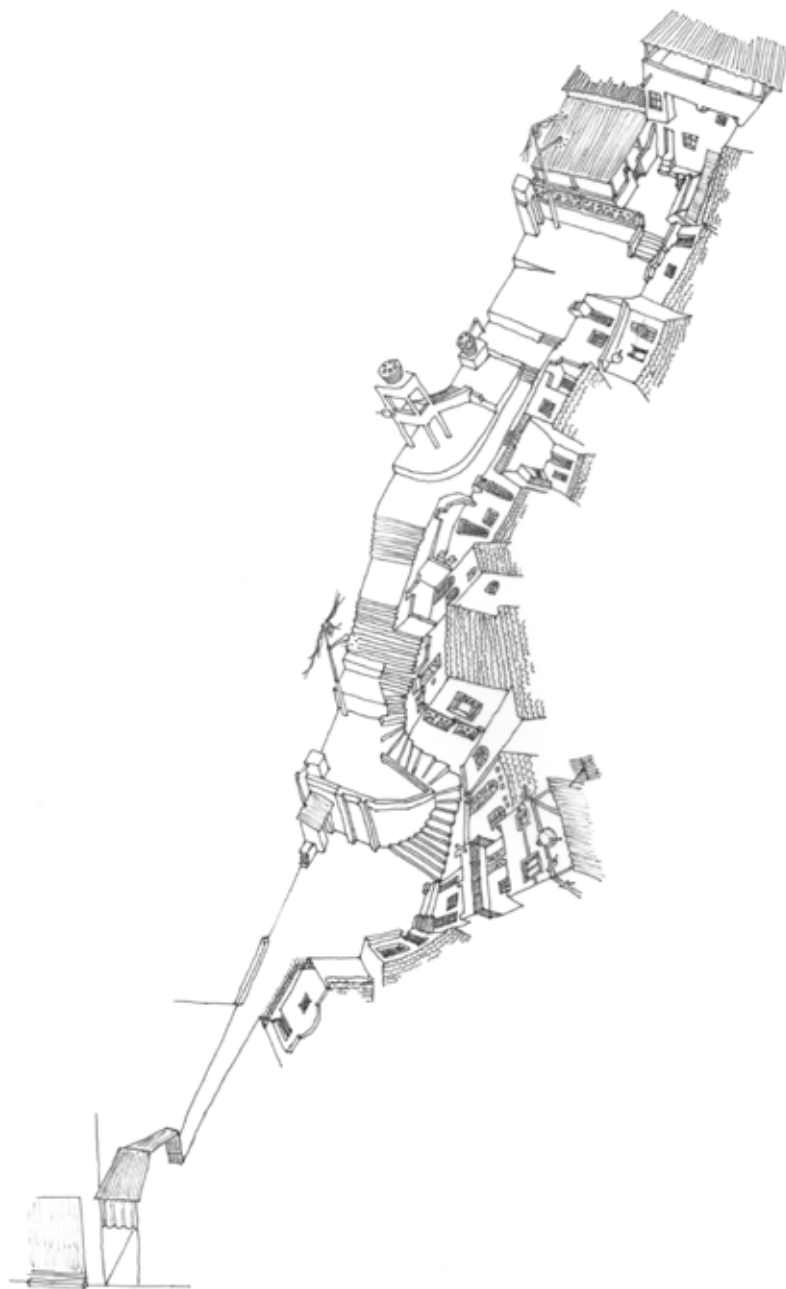
Figura 41 – Meninos brincando em uma das praças do Beco da Bota de Ouro



Fonte: acervo pessoal da autora (2016-2017).

\*\*\*

Figura 42 – Croqui da Avenida Monte Castelo



Fonte: elaborado por Igor Ribeiro.



A entrada da Avenida Monte Castelo é como a do Beco da Bota de Ouro: muito discreta, quase invisível aos olhos de um transeunte desatento. De fato, a lojinha de bijuterias de Zi. a torna mais imperceptível ainda. No canto superior da entrada há uma placa onde se lê “Avenida Monte Castelo ou Caetano Ricci”. Além dos dois nomes, o beco tem um apelido – beco da bomba – que aparece registrado no texto de Luiz Eduardo Dorea (2006, p. 66): “Uma bomba que puxava água de uma cisterna para a serventia dos moradores deu origem ao batismo desse logradouro, que se abre entre os números 257-259 da Baixa dos Sapateiros [Rua Dr. J.J. Seabra]”. Com efeito, contam os moradores que havia uma “bomba de água” e que quando ela falhava, tinham de buscar água em baldes ou latas, no Taboão.

Sobre este beco, Varella (1935, p. 105) escreveu a seguinte descrição:

Leva a um arruado em ladeira, cujo acesso se faz por meio de escadas de cimento, com dez casas de telha, pintadas, algumas altas, à direita, tendo ao fundo, no alto da encosta, dois prédios da mesma espécie. Inmunda. Montões de lixo, de troços velhos. Um sub-becco, à direita e perto da entrada, com casinhas de telhas de ambos beccos. Uma bomba que puxava água duma cisterna para serventia dos moradores deu nome ao logradouro, que se abre entre os N. 257 e 259 da Rua Dr. Seabra.

Figura 43 – Entrada discreta da Avenida Monte Castelo vista da calçada em frente e da própria calçada



Fonte: acervo pessoal da autora (2016-2017).

Os muros traseiros das casas do Monte Castelo se encontram com os muros traseiros da fileira esquerda das casas da Bota de Ouro. É, também, um beco vertical, mas ele não teve a mesma sorte do vizinho: os moradores ainda aguardam uma reforma prometida pela Prefeitura. Assim, seus 52 degraus são irregulares, sem rampas nem corrimãos, fazendo sofrer sua população idosa majoritária. Segundo Ta., a reforma já foi aprovada: “*foram 95 mil reais já destinados, mas cadê? Já foram feitas as medições e tudo, mas até agora nada!*”. Presume-se que, como a parte inferior da escadaria é de mármore português, o IPAC não tenha autorizado a obra, alegando se tratar de um patrimônio histórico. Com efeito, as escadarias de mármore e as contenções que existem na Avenida Monte Castelo atestam a sua antiguidade. Trata-se, certamente, de um beco centenário e, neste sentido, parece ser este o beco mais antigo dentre os trabalhados nesta pesquisa.

Figura 44 – Placa e escadaria antiga de mármore



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Como qualquer outro espaço urbano, este beco foi mudando ao longo de sua história. A bomba d’água e o sub-beco referidos por Varella em 1935 não existem mais, a vegetação que havia do lado esquerdo da fileira de casas foi substituída pelos muros traseiros das casas que surgiram no beco do lado (Avenida Camponesa) e, recentemente, o beco que só tinha uma fileira de casas passou a ter duas. Por outro lado, todas as casas “*avançaram um pouco na rua*”, o que acarretou uma diminuição

da largura do beco e o desaparecimento de duas pracinhas, de cuja existência sobram apenas, hoje, suas muretas.

Monte Castelo é o lugar na Itália onde foram travadas batalhas com participação da força expedicionária brasileira, na Segunda Guerra Mundial. Este nome pode ter sido uma homenagem feita ao Brasil pelo italiano Caetano Ricci, proprietário inicial das casinhas do beco. Os moradores mais antigos guardam lembranças dele, pois era ele próprio ou a esposa dele que iam mensalmente cobrar os aluguéis. Dizem que ele ou o pai tinham uma sapataria no Taboão e que teriam decidido construir casinhas para alugar aos trabalhadores da área, alguns empregados deles mesmos. Os herdeiros de Caetano venderam as casas na década de 1980, dando prioridade de compra aos velhos inquilinos.

Dos três becos analisados, este é o menor. Tem apenas 13 terrenos-casas, 5 dos quais foram subdivididos dando lugar a 21 unidades familiares. Moram no beco/avenida aproximadamente 33 pessoas. A densidade de moradores por unidade familiar é baixa: 2,5. Já a média de idade é alta: 60 anos, e mal se vê crianças no beco.

Nesse sentido, em contraste com o Beco da Bota de Ouro, ele é bastante tranquilo, sem som alto. “*Já teve muvuca! Mas hoje é tranquilo, pela idade dos moradores*”, diz Ta. Mas o silêncio é constantemente quebrado pelo latir dos cachorros que Ta. cria em sua casa, onde mantém um instituto de proteção de animais, o que nem sempre é suportado com passividade. Já presenciei certa vez a cachorrada latindo e um dos vizinhos jogando bombas para assustá-los e calá-los.

Outra diferença com o beco descrito na seção anterior é que, neste, a maior parte se manteve com uma estrutura semelhante à original: das 13 casas-terrenos, oito se mantêm casas térreas. Se no Beco da Bota de Ouro encontramos apenas quatro moradores antigos, neste, a grande maioria dos moradores é “*praticamente nascida no beco*”. Vejamos o caso de Ta.: ela é a quarta geração de sua família a morar no local. A primeira foi sua bisavô, Dona S., que vendia cocada e bolo de aipim na porta do beco. A avó, Dona M. F., tinha 13 anos quando chegou, e morreu no

beco com 80 anos. Ela teve dois filhos: B., que nasceu no Bonfim e U., que nasceu no beco. B. é o pai de Ta. Ela tem hoje 56 anos e chegou ao beco com poucos meses de vida, para morar com a avó. Além de antigos, a maioria é proprietária de suas casas: 12 das 21 unidades familiares. Dos nove inquilinos, três são donos de fato, por tempo de moradia. É o caso de Dona R., cuja casa pertence formalmente a um senhor que faleceu em 1986 e cuja família a deixa morando ali “*pelos tempos que ele não pagou*”. Assim, 15 unidades familiares se conhecem há décadas. O ambiente é, pois, extremamente familiar, o que se verifica nos cumprimentos, piadas, tratamento jocoso e, também, nas intimidades expostas nas áreas coletivas do beco.

Figura 45 – Casas que “avançaram” nas antigas pracinhas, das quais sobraram, hoje, apenas as muretas



Fonte: acervo pessoal da autora (2016).

Dado o pequeno número de moradores, este beco consegue controlar melhor a entrada de estranhos. Ele tem dois portões, um bem na entrada e outro antes de dar início às casas, depois da loja de bijuterias. De manhã cedo e nos finais de semana, o primeiro portão está sempre fechado com cadeado.

No entanto, apesar do pouco número de moradores, de sua familiaridade e antiguidade, o beco não é um espaço igualitário. Pela fala dos moradores, percebe-se que ele está claramente regido pela lógica binária, que separa: há “*a parte de baixo*”, onde prevalecem os proprietários

e “a parte de cima”, onde há mais locatários. Há também “as casas do lado direito”, 13 em total, que são as casas originais, e “as casas do lado esquerdo”, “que não contam porque são invasão”.<sup>15</sup>

Como no Beco da Bota de Ouro, os moradores iniciais eram trabalhadores não qualificados ou artesãos. Assim, a avô de Ta. era lavadeira e o pai de Dona M., que veio pequenininha para o beco e hoje tem 73 anos, era sapateiro. As casas eram muito simples, térreas, de porta e janela. A que hoje mais conserva sua estrutura inicial tem aproximadamente 5 m x 5 m, ou seja, 25 m<sup>2</sup>. Tem uma cozinha muito pequena, uma salinha e um quartinho. O banheiro foi construído por Dona R., do lado de fora. A casa onde Seu Ed. mora é de proporções semelhantes: 6,20 x 4,20 (total de 26 m<sup>2</sup>).

Figura 46 – As intimidades expostas no varal que atravessa o beco



Fonte: acervo pessoal da autora (2016).

O beco tinha três banheiros coletivos, pois as casinhas, inicialmente, não tinham nem água, nem esgotamento individualizado. No alto do beco, ainda há restos de um quartinho de chuveiro, com uma caixa d’água em cima e de outro quartinho, ao lado, com um vaso sanitário. Ta. alcançou esse tempo. “*Havia fila para o uso?*”, pergunto. “*Não! Era tranquilo. Era um banheiro para 4 casas*”. As casas pequenas e a

15 Falarei desta “invasão” no próximo capítulo.

ausência de banheiros individuais podem ter levado Zi. a afirmar: “Aqui era como o cortiço de Aloisio Azevedo”.

Figura 47 – Antigo recibo de pagamento de aluguel, datado de 1945



Fonte: acervo pessoal da autora (2016).

Os equipamentos coletivos deste beco são bem diferentes do anterior. Não há praças cujo uso excessivo pelas crianças possa gerar insatisfação. Há apenas uma pia (usada para lavar roupa), uma torneira de água (já vi um morador encher baldes para tomar banho e não ter de pagar o consumo de água) e varais colocados na área livre (constantemente ocupados com roupas e *lingeries*).

O nível socioeconômico dos moradores deste beco é um pouco menor ao encontrado no Beco da Bota de Ouro. Há mais vendedores e autônomos, que se concentram na parte superior do beco, cujas casas são em sua maioria de aluguel, mas a maioria se compõe de aposentados ou assalariados. Duas casas mantêm uma estrutura próxima à original.

Figura 48 – Restos do quartinho de banho com uma caixa d'água em cima e do quartinho com vaso sanitário



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Figura 49 – Casa de porta e janela, com estrutura próxima à original



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).



Figura 50 – Casa da porta e janela, renovada



Fonte: acervo pessoal da autora (2016).

Figura 51 – Pia coletiva

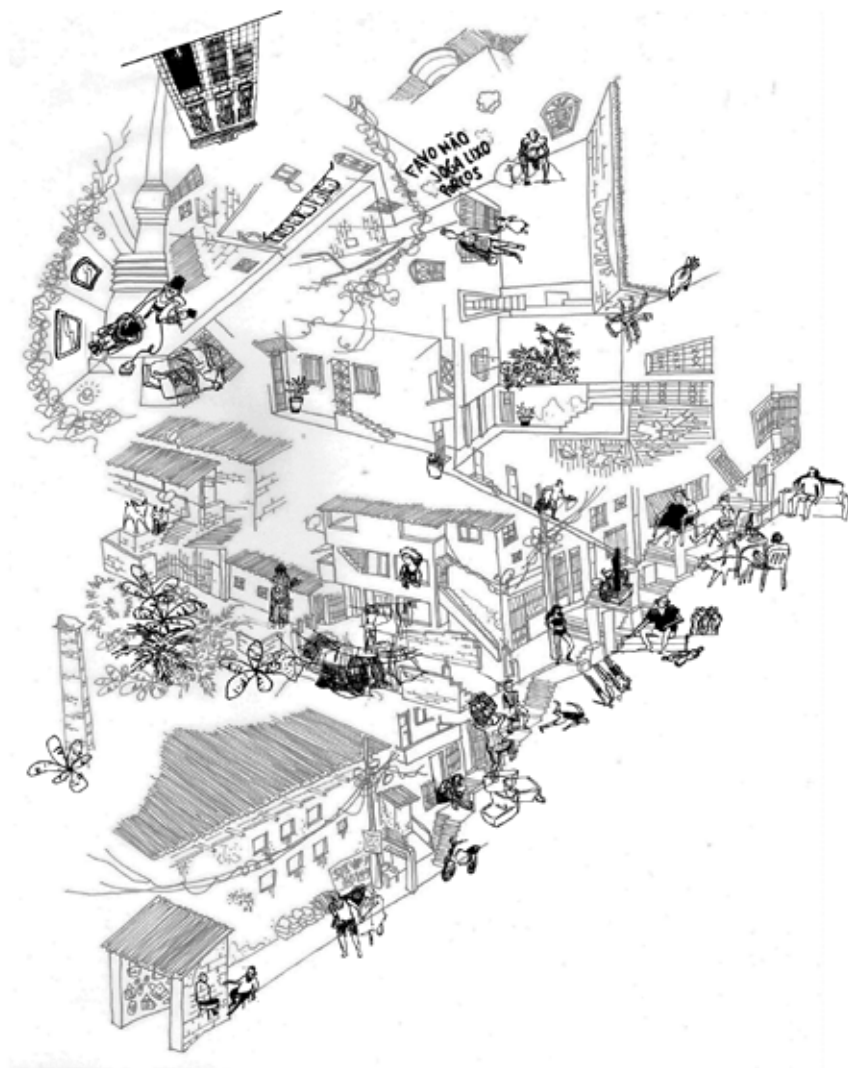


Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

\*\*\*



Figura 52 – Croqui da Avenida Camponesa



Fonte: elaborado por Bruno Fernandes.

Figura 53 – Placa não oficial da avenida



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

A Avenida Camponesa é o beco em que senti mais desconfiança por parte dos moradores em relação ao que eu fazia ali e para quê ou para quem isso iria servir. Durante um bom tempo, fui questionada de forma direta e indireta por alguns moradores. A maioria se limitava a falar pouco, fazer comentários genéricos ou responder evasivamente minhas perguntas. Com o tempo, com livros meus em mãos, consegui convencê-los que era pesquisadora, professora universitária. Mas, com o tempo também, eu entendi a desconfiança em relação à minha curiosidade e o comentário de um morador de outro beco que se referiu a este como “*um barril de pólvora*”.

Este é o único beco que não conta com uma placa oficial em sua entrada contendo o nome do logradouro cadastrado na Prefeitura: “Vila Caetano Ricci”. Um funcionário deste órgão cogitou se tratar de uma estratégia por parte de alguns moradores para despistar os guardiões da lei. O que há em lugar da placa oficial é uma placa informal, com o nome antigo “Avenida Camponesa”. Dona Mi. me disse que quando chegou ao beco, há 15 anos, era “Vila Caetano Ricci” e que um antigo morador e proprietário de várias casas, Seu M., foi quem mudou o nome. Seu Ma., que não mora no beco, mas o conhece há muito tempo, disse-me que o

nome “Camponesa” veio do fato de ter havido, tempos atrás, na época dos quintais nos fundos das lojas, uma produção artesanal de coisas do campo como chapéus, balaios, cestos etc. Os moradores do beco ao lado, cujas casas efetivamente pertenciam a Caetano Ricci, dizem não entender por que este beco leva o nome do italiano que, segundo eles, nada tinha a ver com estes terrenos. No entanto, conforme podemos ver na planta de 1956 (reproduzida no início deste capítulo), era esse o nome do beco naquele tempo.

Comparada com a Avenida Monte Castelo e com o Beco da Bota de Ouro, a Avenida Camponesa é um pouco menos empinada. Tem 37 degraus, alternados com pequenas rampas e descansos, porém com largura e altura bastante irregulares.

Figura 54 – Casas da Avenida Camponesa



Fonte: acervo pessoal de Alexandre San Goes.

A entrada da Avenida Camponesa é bastante animada. Nela trabalham seu Ma., vendedor de pilhas, carteiras, cabos, cadarços, capas de celular etc.; Lu., vendedor de mochilas e cintos e um chaveiro; J., que vende utensílios para liquidificadores e faz pequenos consertos, que tem sua lojinha em frente ao beco, costuma sempre conversar com eles. Em

tempos de escândalos políticos e eleições, as conversas e debates são acalorados.

Esta entrada se encontra entre uma padaria e uma loja. Passando a área onde se encontram os vendedores, há um corredor em que se localizam dois portões. O portão do lado direito permite a entrada aos apartamentos (quitinetes) localizados nos três pavimentos acima da padaria e, o do lado esquerdo, fornece o acesso aos fundos da loja, onde há uma casa. Padaria e loja são construções bastante antigas. Após esses portões, um outro indica o começo da Avenida Camponesa ou Vila Caetano Ricci.

Figura 55 – Vista aérea dos dois prédios e do beco



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Figura 56 – A entrada entre a padaria e a loja de carros



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Figura 57 – Entrada da Avenida Camponesa



Fonte: acervo pessoal da autora (2016-2017).

Figura 58 – Casas da Avenida Camponesa



Fonte: acervo pessoal Alexandre San Goes.

Trata-se de uma avenida relativamente nova, surgida na década de 1970. Em 1935, Varella se refere a este beco como Becco do Lopes ou da Camponeza, afirmando tratar-se apenas de um beco que “leva a um

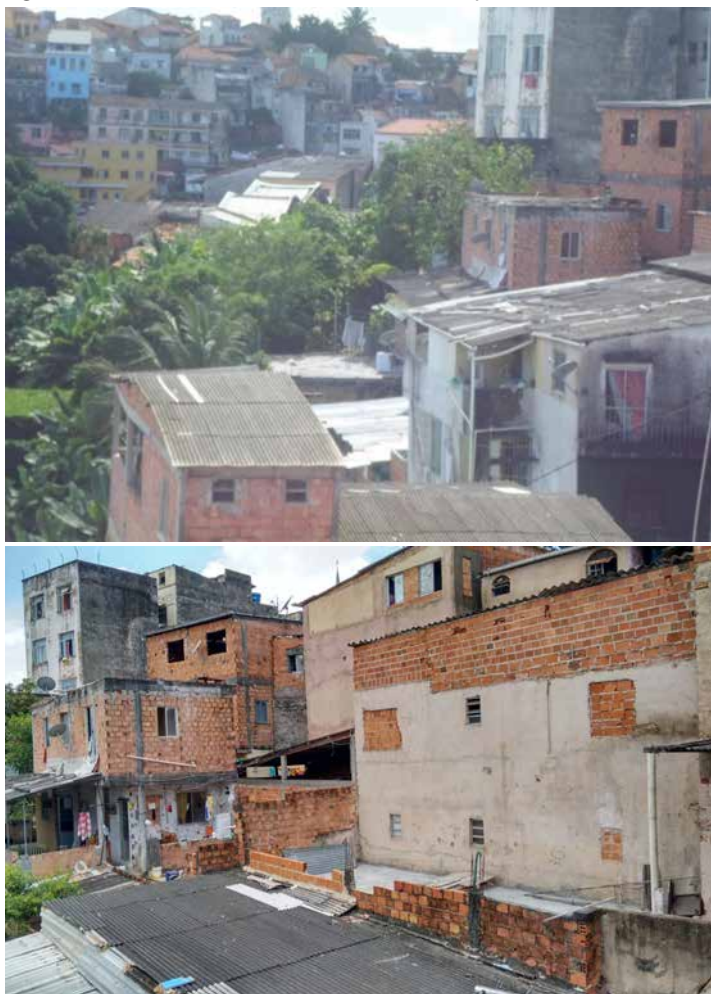
terreno baldio. Coberto de mamoeiras, para o qual dão os fundos dos quintaes da rua do Alvo”. (VARELLA, 1935, p. 105) A planta de 1956 demonstra como existia o beco, mas não a avenida de casas. Até essa época, o lugar onde hoje se erguem casas eram quintais. Ta., do beco vizinho, o Monte Castelo, recorda como, na sua infância, as crianças brincavam nas árvores desse quintal, que usavam livremente graças à inexistência de muro entre ele e seu beco. Um portão separava os fundos das casas dos quintais. A primeira pessoa a construir depois desse portão foi a falecida Dona Ad. Ela construiu sua casa e, depois, uma outra colada a esta. Conseguiu comprar o quintal do lado direito (atrás da padaria) de um senhor, A. F., e vendeu 12 lotes. Seu Ma., que chegou em 1972, recorda bem essa história. O terreno do lado esquerdo seria comprado pelo próprio Seu Ma. se não fosse o falecimento do vendedor um pouco antes de efetivar a compra e venda. O resultado foi que o terreno do lado esquerdo foi “invadido” rapidamente, sendo muitos dos “invasores” os moradores do lado direito, também compradores dos lotes de Dona Ad.

Mas este beco tem mais do que apenas um lado loteado e outro “invadido”. Após vários meses de frequentá-lo descobri que tem também uma parte de trás do lado “invadido”, cuja entrada é uma laje, com um portão prévio. Esta parte fica oculta e eu só vim saber de sua existência de uma maneira bastante inesperada: certo dia, conversava com C., inquilina do lado “invadido”, que me comentava sobre alguns defeitos estruturais das casas do beco – eram extremamente quentes no verão e no inverno, além do que “*os vizinhos de trás podem ver praticamente tudo na minha casa*”. Pensei que tivesse confundido vizinhos de trás com vizinhos da frente. Mas não. A laje que eu imaginei que desse acesso apenas aos apartamentos superiores construídos acima de três casas térreas, dá acesso, também, a três portões, cada um dos quais permite a entrada a um conjunto de casas. O primeiro, aos quatro apartamentos superiores. O segundo, às quatro casas construídas atrás das casas térreas e apartamentos superiores. E o terceiro, às quatro casas que ficam atrás do segundo conjunto. Em todos os casos, trata-se de casas muito



pequenas: de dois quartos, um banheiro, uma cozinha americana e uma sala, todas peças diminutas.

Figura 59 – Vista da “invasão” da Avenida Camponesa



Fonte: acervo pessoal da autora (2016-2017).

As surpresas deste beco não param por aqui. Há também o que eu chamo de um labirinto de ruelas extremamente estreitas e escuras cujo acesso se dá por um beco, também estreito e escuro, que se encontra na parte superior esquerda do beco principal. O acesso a ele está sempre

fechado com uma grade de ferro e um cadeado. Eu pensava que se tratava de um corredor reto cujo final seria a Ladeira do Alvo. Mas, entrando, descobri haver muitas casinhas de um lado e de outro, com pequenos becos se desmembrando do principal, que também é pequeno, confundindo qualquer desnorteadado. Nas duas primeiras vezes que entrei no “labirinto”, me perdi e não consegui chegar à saída da Ladeira do Alvo.

Dentro deste “labirinto” há aproximadamente 15 casas: três no beco da Rua do Alvo, duas na primeira curva, uma na segunda curva, quatro na terceira curva, quatro na quarta curva, descendo as escadas e uma no beco que sai na parte superior da Avenida Camponesa.

De fato, o “labirinto” não pertencia à Avenida Camponesa. Até finais da década de 1990, tratava-se de outro beco, sem saída, cuja entrada se localizava na Rua do Alvo. Ao que parece, nessa época, o esgoto das casas da Saúde tiveram um problema cuja solução passava pelo seu entroncamento com a rede de esgoto da Avenida Camponesa. Em troca, os moradores desta avenida pediram a ligação desta com esse beco, o que possibilitaria a passagem facilitada para seus moradores entre a Baixa dos Sapateiros e a Saúde. Há quem diga que, hoje, sua utilidade maior é a de servir como “rota de fuga”.

O “labirinto” tem ainda um empreendimento comercial peculiarmente localizado. No beco que serve de passagem para a Rua do Alvo, num cantinho, encontra-se a barbearia de Ne., um jovem que foi muito receptivo à pesquisa e me permitiu o acesso a vários moradores deste canto da Avenida Camponesa.



Figura 60 – Entrada do beco do beco e o “labirinto” de becos



Fonte: acervo pessoal da autora (2016-2017).

Figura 61 – Entrada/saída do “labirinto” na Rua do Alvo, anunciando a barbearia



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Figura 62 – A barbearia de Ne



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Figura 63 – Bares dentro da Avenida Camponesa



Fonte: acervo pessoal da autora (2016-2017).

Mais um dado distintivo da Avenida Camponesa. Embora sua entrada seja pouco perceptível e sua escadaria pouco convidativa, há um barzinho na parte superior da avenida. Ele pertence a Sa., antiga cozinheira de um restaurante do Pelourinho. O bar é frequentado basicamente pelos próprios moradores, nos finais de semana. Há ainda um outro barzinho antes do portão de entrada à avenida.

O morador mais antigo do beco é Seu Je. Ele tem 66 anos e mora nele há 43 anos. Chegou em 1973, com 23 anos de idade, para trabalhar na loja da frente que, naquele tempo, era a Lojas Alvorada. O dono da loja o trouxe para ser encarregado da manutenção e morar na parte de cima da loja. Acabou sendo autorizado a montar oficina de marcenaria colocando Eternit no que era o pátio da residência, nos fundos. Os donos do casarão o deixaram permanecer na casa, mesmo não tendo mais nenhuma relação laboral com os diversos inquilinos da loja. Seu Je. viu

a avenida ser erguida. Quando dona Ad. loteou o lado direito, ele comprou um terreno, que posteriormente subdividiu em dois. E quando o lado esquerdo foi ocupado, construiu uma casinha também, colada com os fundos do casarão onde permanece até hoje. Recentemente, seu filho construiu uma entrada independente (escada) para seu quarto localizado no casarão.

Além de ser uma avenida relativamente recente – tem menos de cinquenta anos –, ela tem muito poucos moradores antigos como Seu Je. A grande maioria dos considerados antigos tem apenas uma década morando no beco, o que indica ou uma grande rotatividade de moradores nas casas desta avenida, pelo menos até pouco tempo atrás, ou a pouca idade de muitas das casas que compõem a avenida – especialmente aquelas que se encontram atrás do lado esquerdo.

Dos 42 terrenos existentes na Avenida Camponesa, 13 são subdivididos, totalizando 63 unidades familiares. São aproximadamente 170 pessoas morando nela, com 2,7 pessoas por unidade familiar. cinquenta e seis unidades familiares consideram a casa de sua propriedade e apenas 7 são alugadas. Os inquilinos pagam entre 400 e 500 reais por espaços reduzidos, contendo dois quartos pequenos, salinha, banheiro e cozinha. Poucas casas mantêm-se térreas, o que indica um ritmo acelerado de crescimento vertical das casas.

Outra diferença significativa entre este e os demais becos é a porcentagem de população jovem ou relativamente jovem (até 30 anos) que mora nele. Nesta avenida, é possível observar bebês de colo, crianças pequenas e muitos adolescentes, além de pais jovens. Os idosos (maiores de 60 anos) são, definitivamente, uma minoria. Tal vez por isso seja frequente o som elevado, de pagode ou forró universitário, que sai de algumas casas e toma conta das outras. O volume alto da música parece incomodar a poucos e agradar à maioria. Como diz Xi., “*isso aqui é bafado e confusão, gosto demais!*”.

As dificuldades econômicas da população da Avenida Camponesa parecem ser muito maiores do que as encontradas nos outros dois becos.

Elas se tornam patentes no aspecto exterior das casas. No levantamento que consegui fazer, as ocupações principais são, entre as mulheres, as de manicure, cozinheira, vendedora na rua, trançadora de cabelo; entre os homens, primam os marceneiros, pedreiros e camelôs. Vários moradores recebem benefícios governamentais, tais como bolsa família ou benefício assistencial ao idoso ou pessoa com deficiência.

\*\*\*

Quadro 1 – Dados dos três becos/avenidas analisados

	<b>BOTA DE OURO</b>	<b>MONTE CASTELO</b>	<b>CAMPONESA</b>
Ano aproximado de sua construção	1920	1900	1970
Número de terrenos	38	13	42
Número de casas subdivididas	10	5	13
Número de unidades familiares	55	21	63
Número de moradores	100	30	170
Densidade aproximada por unidade familiar	2,6	2,5	2,7
Número de proprietários	42	12	56
Número de casas alugadas	14	9	7
Moradores antigos	Muitos	Muitos, inclusive nascidos no beco	Poucos e com no máximo 10 anos
Número de casas térreas	15	8	5
Número de casas velhas	2	2	5
	Aposentados		
	Funcionários	Aposentados	
	Comerciantes	Assalariados	Vendedores
Ocupações dos residentes	Assalariados	Profissionais	Autônomos
	Profissionais liberais	liberais	Pensionistas
	liberais	Vendedores	Funcionários
	Vendedores	Autônomos	
	Autônomos		

Fonte: elaborado pela autora a partir das informações recolhidas no trabalho de campo, entre 2016 e 2017.

Como pode se ver no quadro comparativo acima, apesar de vizinhos, os três becos/avenidas pesquisados da Baixa dos Sapateiros apresentam diferenças importantes entre si. João Varella, em 1935, já se referia a esta diversidade:

Cada becco é uma rua em miniatura, engalhada da via principal, mas com a sua phisionomia diferenciada, sua feição própria e distinta. Às vezes, tendo quase contiguo outro becco, com este em nada se parece. Seus hábitos são outros, seu aspecto é diverso.

Há deles pacatos, ordeiros e outros cujos moradores estão de continuo dando que fazer às autoridades. Uns são tristes, silenciosos, soturnos. Outros, alacres, bulhentos, festeiros. Estes, assejados, limpos, bordados de casinhas decentes. Aquelles lembram a Bahia de cincoenta annos atraz. Numa coisa, porém, todos se assemelham: na vultuosa população infantil... (VARELLA, 1935, p. 102)

Em primeiro lugar, trata-se de becos de tempos diferentes: a Avenida Monte Castelo tem mais de 100 anos; a Avenida Camponesa é mais recente, seus inícios remontando à década de 1970; já o Beco da Bota de Ouro data aproximadamente das primeiras décadas do século XX. Em segundo lugar, o tamanho dos becos é variado: o Beco da Bota de Ouro ocupa toda a ladeira e tem um amplo espaço central, a Avenida Monte Castelo tinha até pouco tempo atrás apenas uma fileira de casas, no lado direito, e a Avenida Camponesa começou tendo apenas uma fileira de casas, passou a ter outra, mais uma atrás desta e mais outra ainda atrás da última, além de um conjunto de pequenos becos que, na parte superior, se uniram à avenida após a abertura de um beco que permitiu a passagem entre a Baixa dos Sapateiros e a Rua do Alvo.

O número de moradores é também bastante diferente: 170 na Avenida Camponesa e apenas 33 na Monte Castelo. Por outro lado, os níveis de pobreza se distinguem: são menos visíveis no Beco da Bota de Ouro e bastante evidentes na Avenida Camponesa.

Em relação às semelhanças entre os três becos/avenidas, podemos começar dizendo que se trata de espaços verticais, isto é, em subida, cujo corredor é, portanto, uma escadaria. Nos três casos, a maioria das pequenas casas térreas se transformou em casas de dois, três ou mais pavimentos. As casas subdivididas representam aproximadamente 1/3 das casas desses becos/avenidas. A densidade média de 2,5 pessoas por unidade familiar. Em todos os casos, a grande maioria deixou de ser inquilino, sendo hoje proprietários legais ou de fato de suas casas. Os primeiros moradores – “substitutos dos escravos de ganho, para os quais é imprescindível a localização central” (ARAÚJO, 1992, p. 278) – cederam lugar, em alguns casos a uma classe média baixa (de assalariados, funcionários públicos, aposentados) e, em outros, a vendedores de rua ou trabalhadores autônomos. Em todos, no entanto, embora em número minoritário, estão presentes aqueles que sobrevivem de atividades ilícitas.<sup>16</sup>

A Avenida Monte Castelo é o beco mais antigo, o menor dos três, onde moram menos pessoas (menos de 40) e mais casas se conservaram térreas (das 13 casas, 8 se mantêm térreas). É também aquele onde os portões são mais resguardados.

O Beco da Bota de Ouro é, em termos físicos, o maior beco, onde moram aproximadamente 100 pessoas, o único que foi beneficiado por uma reforma da Prefeitura, onde se encontram as casas mais amplas e bem cuidadas, com um número significativo de casas com mais de três pavimentos. É o beco cujos portões ficam menos resguardados. Em ambos os becos, Bota de Ouro e Monte Castelo, a população majoritária tem mais de 60 anos e aproximadamente 70% dos moradores é proprietário – pela escritura ou pelo tempo de moradia – das casas em que moram.

Na Avenida Camponesa, 88% dos moradores é proprietário ou se sente tal. Como vimos, este número se explica pela grande quantidade de casas construídas em terrenos ocupados, disponíveis na proximidade do beco desde a década de 1970. Assim, é o beco que mais cresce:

---

16 Retomarei este ponto no próximo capítulo.

o escasso número de lotes iniciais que Dona Ad. vendeu na parte direita da avenida se transformaram hoje em 42 – já a Bota de Ouro permanece com seus 38 lotes e a Monte Castelo com seus 13. É na Avenida Camponesa onde a pobreza é maior e onde moram mais pessoas (aproximadamente 170). É o beco no qual se encontra o menor número de inquilinos (11%) e onde a população jovem ou relativamente jovem supera a idosa. Finalmente, é onde verificamos o maior número de portões de ferro com cadeados (7 ao total), vários deles permanentemente fechados durante o dia e a noite, para impedir a passagem daqueles que não são moradores ou conhecidos destes.

Apesar de só 30% das casas da Avenida Camponesa serem subdivididas, é neste beco que se encontram as casas menores, pois além de dividir o terreno pela metade, ainda essas metades se dividem em térreo e outros pavimentos. O resultado são testadas de menos de dois metros de largura, já que uma parte deve ser cedida para a construção de escadas que permitem o acesso aos outros pavimentos.



## CAPÍTULO 4

### Habitar a vizinhança: práticas do habitar em becos/avenidas da Baixa dos Sapateiros

No capítulo anterior, descrevi os três becos/avenidas pesquisados na Baixa dos Sapateiros; neste, apresento a forma como se habita neles, muito bem resumida na seguinte frase de um morador: “*eu habito aqui, nos outros becos, na área toda. Habito isso aqui tudo*”. Com efeito, o que proponho chamar de habitar a vizinhança engloba as diversas práticas de estar-com, engajar-se e enraizar-se com e num espaço que não se limita à casa ou ao beco onde se reside, mas implica os becos vizinhos e toda uma área adjacente. Uso o termo “vizinhança” para caracterizar esta forma de habitar porque ele faz referência tanto a uma qualidade – relações de proximidade – quanto a uma região física que inclui um local e seus arredores ou imediações, isto é, uma área maior e não restrita. Poderíamos falar de um habitar o bairro, mas esta expressão entraria em clara contradição com a linguagem nativa que reserva o termo “bairro” para todos os locais que estão fora do centro, não se concebendo, portanto, como um.

Nas linhas que seguem, começo explicitando o conceito de habitar que usarei neste e nos próximos capítulos. Em seguida, aponto as características do que denomino habitar a vizinhança, indicando depois os fatores que, a meu ver, promovem esta singular forma de habitar. Por fim, acrescento os problemas e desafios que este habitar enfrenta.

\*\*\*

O conceito de habitar é uma “noção esquecida”. (LA BARRE, 2015) Com efeito, ele não faz parte dos conceitos centrais que a antropologia produziu ao longo de seu desenvolvimento, tais como reciprocidade, alteridade, comensalidade, segmentaridade, socialidade ou perspectivismo, apenas para citar alguns. Quando se fala ou se escreve sobre o habitar, frequentemente esquece-se de definir o conceito, gerando um vazio problemático, pois, como a maioria de categorias, a de habitar nos remete a vários significados: habitar pode ser ocupar uma residência ou permanecer num espaço; pode ser também sinônimo de morar ou, mais amplamente ainda, de viver. Este conceito aparece geralmente associado à intimidade, daí a frequência de um tipo de análise centrado na casa ou na família.<sup>17</sup> Outras perspectivas pensam a noção de habitar priorizando seu aspecto representacional: “habitar não consiste essencialmente em ocupar um espaço e delimitá-lo, mas em significar um lugar”. (ROJAS, 2013, p. 20, tradução nossa)

Interessei-me pelo conceito de habitar ao ler o livro *O direito à cidade*, de Henry Lefebvre (1991). Escrito na década de 1960, num contexto em que a cidade de Paris passava por profundas transformações – remodelações, gentrificações, renovações e construção de imensos prédios de habitação social –, este autor propôs distinguir habitar de

---

17 Para Bernard (apud PEREIRA, 2016, p. 16), um modo de habitar é “a relação estabelecida por uma pessoa ou família com a sua casa”. Há outros autores, no entanto, que entendem o habitar como o conjunto de processos de apropriar-se, instalar-se e adequar-se num espaço, não dependendo, portanto, da forma casa. “Disso resulta que, ao contrário de uma ideia geralmente aceita, o habitar não começa com a construção de abrigos, mas sim com uma domesticação do espaço e do tempo, que vai, aos poucos, substituir os ritmos sociais aos ritmos cósmicos na vida dos homens”. (KASPER, 2006, p. 29)

habitat, distinção que chamou a minha atenção. Habitar era, para Le-febvre, uma relação específica do morador, usuário ou cidadão com o espaço – uma relação versátil, plástica, que promovia ou permitia sua apropriação. Assim, do seu ponto de vista, quando um espaço era apropriado ele era efetivamente habitado. Em *Do rural ao urbano* (1970), escreveu nesse sentido: “habitar, para o indivíduo, o grupo, significa apropriar-se de alguma coisa. Não dele ter a propriedade, mas fazer dele sua obra, colocar nele sua marca, modelá-lo”. (LEFEBVRE, 1970, p. 222, tradução nossa) Em sua concepção, a apropriação era, pois, uma qualidade intrínseca do habitar, que se desdobrava em práticas tais como a transformação, modificação, reinvenção, adequação etc. Assim, habitavam-se os pavilhões – aquelas casas independentes umas das outras que proliferaram na periferia de Paris desde meados do século XIX –, pois eles permitiam uma real apropriação do espaço, eram efetivamente habitáveis:

O espaço que dispõe para organizar segundo suas tendências e segundo seus ritmos guarda uma certa plasticidade. Se presta a arranjos. Não é o caso do espaço fornecido ao locatário a aos coproprietários nos conjuntos: esse espaço é rígido, desprovido de leveza. Os arranjos são difíceis, geralmente impossíveis, quase sempre proibidos. O espaço pavilhonário permite uma certa apropriação pelo grupo e pelos indivíduos de suas condições de existência. Podem modificar, acrescentar, subtrair, superpor ao que lhe é fornecido o que vem deles: símbolos, organização. (LEFEBVRE, 2001, p. 16, tradução nossa)

Em contraposição, os edifícios enormes de habitação social que estavam sendo construídos nessa época, fruto da racionalidade estatal, só promoviam coações e negavam a necessária plasticidade do habitar. Eram apenas habitat:

No novo conjunto instaura-se o habitat em estado puro, soma de coações. O maior conjunto realiza o conceito de habitar, diriam certos filósofos, ao excluir o habitar: a

plasticidade do espaço, a modelagem desse espaço, a apropriação pelos grupos e indivíduos de suas condições de existência. É também a quotidianidade completa, funções prescrições, emprego rígido do tempo que se inscreve e se significa nesse habitat. (LEFEBVRE, 1991, p. 23)

O conceito de habitar de Lefebvre dialogava estreitamente com outro conceito muito presente em suas reflexões: o de obra. Em contraste com o produto, por definição algo pronto e acabado, feito por outros num processo de alienação do produtor em relação ao seu trabalho, a obra é feição individual do morador e cidadão, peça única porque fruto de necessidades particulares. A apropriação permitia que o produto virasse obra, daí a importância do conceito de apropriação, que concebeu como “um dos mais importantes que nos tenham legado os séculos de reflexão filosófica” (LEFEBVRE, 2001, p. 17, tradução nossa), pois é o mecanismo que permite habitar espaços construídos por outrem.

A relação entre habitar e apropriação, bastante enfatizada no prólogo que fez ao livro *L'habitat pavillonnaire*, incorpora outros elementos em *O direito à cidade*. Neste, habitar supõe também práticas de participação, integração e reunião. Referindo-se ao bairro do Marais antes de 1848, este autor escreveu: “‘habitar’ era participar de uma vida social, de uma comunidade, de uma aldeia ou cidade. A vida urbana detinha, entre outras, essa qualidade, esse atributo. Ela deixava habitar, permitia que os cidadãos-cidadãos habitassem”. (LEFEBVRE, 1991, p. 21) Desse modo, neste texto, “habitar é tanto inventar, criar o seu espaço quotidiano e ser inserido num amplo círculo de relações, de paisagens familiares e no entanto sempre a descobrir”. (CLAVEL, 2015, p. 151)

Décadas antes de Lefebvre, Martin Heidegger (1954) já havia se dedicado na caracterização das relações que o habitar supõe, também num contexto bastante particular, o da Alemanha pós-guerra. Em sua famosa palestra intitulada “Construir, habitar, pensar” (1954), o filósofo provocou os arquitetos perguntando-lhes que orientação devia seguir a reconstrução das cidades devastadas. Antes de edificar, propôs ele, era

imprescindível que a arquitetura se perguntasse filosoficamente sobre o significado do habitar:

Considerando-se a atual crise habitacional, possuir uma habitação é, sem dúvida, tranquilizador e satisfatório; prédios habitacionais oferecem residência. As habitações são hoje bem divididas, fáceis de se administrar, economicamente acessíveis, bem arejadas, iluminadas e ensolaradas. Mas será que as habitações trazem nelas mesmas a garantia de que aí acontece um *habitar*? (HEIDEGGER, 1954, p. 1, grifo do autor)

Martin Heidegger (1954, p. 9) lhes disse: “Somente em sendo capazes de habitar é que podemos construir”. Propôs, assim, alterar a ordem dos fatores e elevar o habitar a categoria básica, central, estruturante, pois ela supõe algo muito maior, transcendental e complexo, algo que envolve todas as características humanas do ser (divino e mortal). Entendia o habitar nada menos do que como a forma de ser humano no mundo, isto é, integrando elementos, relacionando coisas, reunindo componentes. Este entendimento advém de sua concepção de ser como um ser-no-mundo, ou seja, um ser em relação intrínseca com o mundo, no mundo; um ser centrífugo que precisa se estender, lançar raízes para fora de si. Só se é ser, pois, habitando. Embora a história humana tenha consistido num contínuo desaprendizado do que é habitar, essa era, para ele, a essência humana.

Partindo do sentido etimológico de habitar, Martin Heidegger nos informa que, originalmente, as palavras construir e habitar partilhavam o mesmo sentido. Na medida em que construir significa respeitar/resguardar a essência das coisas e na medida em que esta essência é a de reunir, habitar significava, então, também, reunir. Assim, nada mais longe do habitar do que o ocupar ou o apenas estar em ou permanecer em cima, na superfície ou sobre um espaço. Habitar é enraizar-se com as coisas e seres de um espaço. Heidegger entende por enraizamento uma relação de expansão, um para-fora que podemos traduzir como

um estar-junto, em-meio-a, conectado-com, entrelaçado-a, envolvido-com, junto-a, enredado-em. O filósofo usa o verbo demorar-se: “Os mortais jamais o conseguiriam se habitar fosse tão-só uma de-mo-rra sobre a terra, sob o céu, diante dos deuses, com os mortais. Habitar é bem mais um demorar-se junto às coisas”. (HEIDEGGER, 1954, p. 4) Desta maneira, na visão heideggeriana, o espaço habitado é aquele que promove a reunião com, o enraizamento com, o demorar-se junto. Como em Gaston Bachelard (1998), o habitar de Heidegger se compõe de atitudes profundas, oníricas, poéticas.

O mesmo sentido de reunião contido no conceito de habitar de Heidegger e Lefebvre aparece na reflexão sobre o tema proposta pelo antropólogo contemporâneo Tim Ingold (2015). Influenciado pela fenomenologia, Ingold entende que o indivíduo está-no-mundo, não sendo um ser autossuficiente, confrontado com o mundo exterior. Para ele, estar-no-mundo significa estar vivo, ou seja, necessariamente em movimento, em estado de se fazer, em crescimento, em processo. Citando Gilles Deleuze e Félix Guattari (2004), ele escreve: “Onde quer que encontremos matéria, está é ‘matéria em movimento, em fluxo, em variação’”. (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 451 apud INGOLD, 2012, p. 35) O mundo, para Tim Ingold, é um mundo-em-formação: materiais se fundindo, atritando, raspando, dividindo. Em *Los materiales contra la materialidad*, escreveu:

Nadamos num oceano de materiais [...] um fluxo no qual materiais dos mais diversos tipos – através de processos de adição, destilação, de coagulação e dispersão, e de evaporação e precipitação – sofrem uma contínua geração e transformação. As formas das coisas, longe de terem sido impostas desde fora sobre um substrato inerte, se elevam e são sustentadas – como também nós mesmos – dentro desta corrente de materiais. (INGOLD, 2013, p. 27, tradução nossa)

Como Martin Heidegger, o antropólogo britânico vê as coisas não como objetos consumados, mas como um lugar, onde vários acontecimentos

se entrelaçam, como uma reunião, da qual necessariamente “vaza” vida, tais como o musgo da pedra, os fungos do cimento, os ninhos das árvores.

Como nunca estamos fora do mundo, somos sempre participantes imersos num mundo constantemente sendo criado. O habitar é esta imersão que nada mais é do que o necessário e inegável processo de envolvimento de seres, corpos, coisas, materiais. Humanos e não humanos habitam na medida em que estabelecem relações com o meio e os seres vivos que nele vivem, relações que são constituídas no dia a dia. Mas esse envolvimento, diz-nos o antropólogo, se produz mediante atividades/tarefas ou, como prefiro chamar, mediante práticas. Assim, as formas que a paisagem ou o entorno têm são construções, fruto da interação e do engajamento entre si dos seres e coisas que o habitam. Em suas palavras, propõe

[...] uma perspectiva fundada na premissa de que as formas como os seres humanos constroem, seja na imaginação ou no chão, surgem dentro de correntes da atividade na qual estão envolvidos, nos contextos relacionais específicos dos seus compromissos práticos com seus arredores. (INGOLD, 2015, p. 35)

Em *The perception of the environment* (2002), Tim Ingold chamou a sua perspectiva de “perspectiva do habitar”, contrapondo-a à “perspectiva do construir”. Aqueles que seguem a “perspectiva do construir” pensam que as construções podem ser imaginadas ou criadas independentemente do mundo da experiência, dos contextos relacionais específicos. Em sua visão, que chamou de “perspectiva do habitar”, o habitar é necessariamente praticado e só depois pensado: “somente porque eles já habitam é que podem pensar o que pensam”. (INGOLD, 2002, p. 186, tradução nossa)

Além da ênfase que este autor dá às práticas para apreender as formas de habitar, há outra peculiaridade da proposta de conceito de habitar de Tim Ingold que me parece bastante condizente com os dados produzidos

em meu trabalho de campo. Trata-se de sua recusa a delimitar o habitar a alguns lugares supostamente fechados e autocontidos: “Minha objeção é que vidas são vividas não dentro de lugares, mas através, em torno, para e de lugares, de e para locais em outros lugares”. (INGOLD, 2015, p. 219) A seu ver, não se habita um lugar, mas ao longo de caminhos: “é como peregrinos, portanto, que os seres humanos habitam a terra” (INGOLD, 2015, p. 219); “a caminhada é o modo fundamental como os seres vivos habitam a terra”. (INGOLD, 2015, p. 38) Assim, o habitar entendido como envolvimento tem na prática do caminhar uma atividade fundamental, pois mediante essa prática o habitante recebe informações do ambiente e, ao mesmo tempo, imprime suas histórias nele e o conhece. As histórias são parte do habitar, o habitar supõe contar e ouvir histórias do caminhar e os envolvimento que produz. Não se habita, pois, um lugar cujas histórias se desconhece ou não nos envolvem. Foi o que Frederico Oliveira (2012, p. 235) descobriu entre os Kaiabi do Xingu:

Se o ocupante está apenas preocupado em se alojar num espaço determinado, o habitante não consegue se sentir à vontade se não for capaz de estabelecer relações ecológicas emocionais com seu ambiente, fundamentadas, sobretudo, nas histórias e narrativas a respeito dos lugares. Entendo que é por essa razão que Makupá e Siranho afirmam que alguns Kaiabi não se sentem à vontade como ocupantes do Xingu e também se sentem incapazes de habitá-lo e aprender com ele, pois suas histórias são de outro lugar.

Relacionando as contribuições de Martin Heidegger, Henry Lefebvre e Tim Ingold, é possível afirmar que os três concordam com uma visão do habitar como um estabelecer relações, um-estar-com, se-envolver-com, um criar-laços-com os seres e as coisas que partilham um espaço. Assim, baseada nestes autores, entendo o habitar como as práticas apropriação, engajamento, enraizamento, percursos, movimento e histórias de seres, coisas e espaço que criam configurações particulares chamadas de formas de habitar.



Nos becos/avenidas da Baixa dos Sapateiros, encontrei uma forma particular de habitar, ou seja, uma configuração singular de relações, de engajamentos entre si e com o meio. Trata-se de práticas que reúnem e engajam os vizinhos de um beco, os vizinhos de diversos becos próximos e os habitantes de toda uma área formada pela Baixa dos Sapateiros, Taboão, Pelourinho, Barroquinha e Passo. Assim, habita-se a vizinhança quando casa, beco e área formam um único espaço vivido, isto é, percorrido, familiarizado e memorizado, entre os quais circulam todo tipo de elementos – parentes, conhecidos, objetos, valores, cheiros, sons, refeições, conversas etc.

Na escala do beco, o engajamento, reunião ou enraizamento entre os vizinhos se evidenciam em três tipos de práticas. A primeira e talvez a mais evidente é a prática das casas “avançarem”, termo nativo para se referir à expansão ou crescimento da casa, preenchendo todo o lote (frente, lado e fundos) e indo além (adentrando no que costuma ser chamado de espaço público). São excepcionais as casas que nos becos/avenida pesquisados não tenham tido suas estruturas iniciais completamente modificadas. Esta prática é muito comum nos bairros populares, seja no centro da cidade de Salvador, em Saramandaia (LIMA, 2016) ou no interior do estado. (PINA-CABRAL; SILVA, 2013)

O “avançar” da casa – ou, dito de forma lefebvriana, a apropriação-transformação que seus moradores promovem nela – acompanha os distintos estágios e tipos de configuração familiar pelos quais passa a família na população de baixa renda, tais como os nucleares incompletos, os nucleares compostos e os arranjos extensos. (HITA, 2014) Conforme a família cresce e muda, cresce e muda também a casa: ela “avança” nos espaços laterais, frontais e posteriores. Repare-se que na linguagem nativa quem avança é a casa, sendo ela o próprio sujeito que realiza a ação. Os “avanços” seguem as prioridades das necessidades de seus moradores. São estas necessidades que se impõem sobre outros critérios:

Os processos construtivos são fruto de um exercício no qual são ponderadas necessidades de várias ordens. Se a entrada de ar e luz é a base da ordem urbana, os elementos de ventilação e iluminação, na maioria dos casos, gozam de um status menos importante para o morador de Saramandaia do que a dimensão da casa. (LIMA, 2016, p. 115)

O resultado de todos os “avanços” é a diversificação ou particularização de um espaço que fora originalmente homogêneo, com terrenos e casas de tamanhos e formas padronizadas. Por isso, James Holston (2013, p. 27) propõe considerar essas casas crescidas como “textos legíveis”, “performances arquitetônicas” da mudança de *status* de seus moradores.

As imagens a seguir ilustram alguns tipos de “avanços”. Apropria-se um espaço pequeno do beco para fazer caber uma escada que permitirá um acesso independente a uma habitação (Figura 64); um pequeno “avanço” é realizado para fazer uma varanda compacta em frente à casa (Figura 65); apropria-se um espaço considerável, no que outrora foi uma pracinha, para fazer caber um cômodo (Figura 66) ou uma varanda que serve de quintal (Figura 67); na Figura 68, vemos o terreno inicial – onde se encontra a casa – e o quanto ela “avançou” no momento de construir o pequeno muro e vê-se, também, o quanto as casas vizinhas “avançaram” ainda mais; na Figura 69 vemos como o espaço “avançado” foi avarandado.

Figura 64 – Escada de acesso para habitação



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Figura 65 – Varanda compacta



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Figura 66 – Cômodo no que era uma praça



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Figura 67 – Varanda no que era uma praça



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Figura 68 – Incorporação de uma escada externa



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Figura 69 – Construção de varanda



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Além de crescerem horizontalmente, as casas também se verticalizam. Segundo Adriana Lima (2016, p. 133), no bairro de Saramandaia em Salvador, as casas térreas são hoje minoritárias – de uma amostra de 184 domicílios, 42% eram térreas mais um piso, 37% com dois pavimentos, 18% com três pavimentos e 3% com mais de três. Geralmente, verticalizam-se para acomodar duas ou mais unidades familiares, cada uma em um andar. As Figuras 68 e 69 mostram exemplos tanto da subdivisão da casa, quanto da manutenção da estrutura inicial da casa para apenas uma unidade familiar. Como vimos no capítulo anterior, dos 38 terrenos do Beco da Bota de Ouro, encontramos dez nos quais houve subdivisão. Na Avenida Monte Castelo, dos 13 terrenos oficiais, cinco foram subdivididos. Na Avenida Camponesa, dos 42 terrenos, 13 foram subdivididos. Assim, nos três becos pesquisados, em 100% dos casos houve avanços e em menos da metade deles houve subdivisão.

As práticas de avançar supõem e promovem engajamentos entre os vizinhos na medida em que propiciam proximidades cada vez maiores entre si, mas, também, porque implicam necessárias negociações para sua concretização. É preciso manter relações de vizinhança com os vizinhos, relações de consideração, que permitam entender as necessidades de expansão do vizinho, mesmo que elas exijam a diminuição do espaço comum, da luz ou ventilação de todos. Retomarei este ponto mais adiante.

\*\*\*

A segunda prática de engajamento de vizinhos se revela no grande número de casas com portas abertas, na frequência de pessoas olhando pelas janelas ou sentadas nas escadas ou varandas e nos múltiplos sons – de TV, música, canto, gritos, conversas ao celular, conversas entre janelas etc. – que atravessam as casas de cada beco/avenida. A circulação de pessoas, olhares, cheiros e sons tornam os becos/avenidas da Baixa dos Sapateiros contextos relacionais densos que reúnem. Neles, a casa não é uma instância isolada, independente, um mundo aparte onde se entra e vigoram regras autônomas; ao contrário, casa e beco formam

uma unidade. Nesse sentido, nada mais longe dessa realidade do que a famosa oposição casa e rua tão salientada na leitura brasileira sobre o convívio urbano. (DAMATTA, 1985; FREYRE, 2004) A realidade encontrada nos becos/avenidas está mais próxima a uma historiografia dos espaços populares que destaca o:

intenso entra-e-sai nas portas, uma diluição contínua de espaços – algo mais necessário à dura sobrevivência improvisada dia a dia pelos muitos pobres e miseráveis que povoavam as cidades brasileiras do que as ilusões de reclusão e discrição propaladas pelas elites. (MARINS, 2006, p. 138)

Esse entra-e-sai de uma casa foi registrado em meu caderno de campo (2016):

A casa de Sa. é pequena. Na sala cabe uma mesa redonda, um sofá de três lugares, uma estante com a televisão e vários objetos de decoração, além de um tapete. Como muitas outras casas, as janelas estão sempre fechadas, a luz sempre acesa e o ventilador sempre ligado. O tom de tudo é verde, cor dos sapos, que ela adora e coleciona em todos os tamanhos e modelos, espalhados em todos os cômodos. A sala e a cozinha não têm divisórias. A cozinha é pequeninha (tem um fogão de quatro bocas, uma geladeira, um micro-ondas e estantes) e sempre me pergunto como ela consegue cozinhar ali para servir o seu bar que oferta pratos diversos. Nesse ambiente, transitam os *habitués* da casa, a grande maioria parentes-vizinhos ou vizinhos-amigos. Muitos chegam e vão rápido, outros ficam mais um pouco. Tem gente assistindo televisão no sofá, gente em pé, Sa. cozinhando. Mas poucos ficam muito tempo. É um entra-e-sai que acompanha a rotina atarefada de todos e os momentos de descanso-prosa que se dão.

A prática de deixar as portas abertas é possível pela existência de duas portas na grande maioria das casas: à porta sólida acrescenta-se uma outra, vazada, de ferro. A primeira fica aberta e a segunda fechada,

resguardando-se assim as necessidades de segurança. Por entre as grades, vaza o ar e a luz, bastante necessários aos espaços exíguos e escuros que são as casas dos becos/avenidas. Mas não apenas isso: pelas grades, o beco entra na casa e a casa se abre ao beco. As portas abertas reúnem os vizinhos ao permitir a circulação de cenas, conversas, músicas; propiciam visitas ou paradinhas para trocar uma prosa; convidam olhares curiosos e o interesse pela vida do vizinho; permitem acompanhar o cotidiano dos outros e estar sempre informado. Enfim, garantem o estar-com, a reunião e o engajamento entre os vizinhos de um mesmo beco. Não em vão a porta era a figura favorita de Simmel: “a porta ilustra de maneira mais clara até que ponto separação e reaproximação nada mais são do que dois aspectos do mesmo ato”. (SIMMEL, 1996, p. 12)

\*\*\*

Contudo, nos becos/avenidas da Baixa, circulam não apenas olhares, sons, informações e conversas. Circulam também parentes que são vizinhos ou vizinhos que se tornaram parentes. Nos becos/avenidas, as casas não são apenas casas vizinhas, mas também casas aparentadas. Assim, o aparentamento das casas é mais uma prática característica do habitar a vizinhança, embora seja preciso frisar que ela não é privilégio destas formas habitacionais. Os estudos de Luis Marcelin (1999), Michel Agier (2011), Cecilia McCallum e Vania Bustamante (2012), João Pina-Cabral e Vanda Silva (2013), Maria Gabriela Hita (2014) e Adriana Lima (2016) têm verificado, em bairros diversos de população de baixa renda de Salvador e outras cidades baianas, a mesma existência de rede de casas próximas e aparentadas, nas quais circulam refeições, emprestam-se objetos e trocam-se favores.

Na Baixa dos Sapateiros, encontrei três formas de casas aparentadas. A primeira delas se compõe de casas não contíguas, isto é, afastadas ou dispersas entre si, seja no mesmo beco, seja nos becos vizinhos. Como exemplo de parentes que moram no mesmo beco, cito o caso de Dona Ol., moradora do Beco da Bota de Ouro. Ela e sua irmã têm casas vizinhas. Na frente delas, mora a filha de Dona Ol., Da. Mais em frente mora

um sobrinho e uma sobrinha dela, filhos de um irmão de Dona Ol. Na Avenida Camponesa, tem o caso de Seu Jo., que mora numa casa e, de um lado, mora um filho num quarto com entrada independente e, do outro lado, mora um outro filho e sua família e, ainda, em frente, em uma outra casa, mora sua esposa. Na Avenida Monte Castelo, Ta. e seu marido moram no segundo e terceiro pavimento de uma casa, sua tia Ub. mora no térreo e, vizinhos de ambas, na casa ao lado, mora o primo delas, Ed. Há duas gerações atrás, nessas duas casas moravam duas irmãs, mães de Ed. e Ub. Encontrei também casas aparentadas, não contíguas, nos três becos. Cito como exemplo Dona Ce., que mora na Avenida Camponesa. Ela tem uma filha, Re., que mora no beco do lado, a Avenida Monte Castelo. No beco subsequente, o Beco da Bota de Ouro, mora outra filha, Rej.

A segunda forma de casas aparentadas encontrada é a forma vertical de casas subdivididas. Trata-se da “casa vertical”, construída em “pequenas doses”, da qual fala Heliodoro Sampaio (2010) e que compõem a “cidade vertical ainda encoberta e invisível, para muitos arquitetos, urbanistas e administradores”. (SAMPAIO, 2010, p. 152) O exemplo mais ilustrativo desta forma é a casa de Dona Ed., que transformou uma humilde e pequena casinha de porta e janela, no Beco da Bota de Ouro, em um prédio de cinco pavimentos, contendo seis unidades familiares, que ela foi construindo aos poucos para abrigar os filhos que, depois de sair de casa, ou solteiros ou separados, voltaram (por diversos motivos) a ela. No térreo, mora Dona Ed., acompanhada por Ra. ou We., filhos de Ren. – filha de criação de Dona Ed., que mora perto, na Saúde. O primeiro andar é dividido em dois apartamentos. Em um, mora seu filho L. C. e no outro seu filho Er. O segundo andar tem um apartamento, onde mora sua filha Ze. e sua neta I. – há nele, também, uma quitinete de seu filho Mo., mas está desocupada. No terceiro andar, moram em um único apartamento, sua filha de criação Rej. e seu filho Ri. O quarto andar é de seu filho Ma. e está atualmente alugado – pois ele mora no exterior. Os apartamentos são independentes, acessados por uma escada externa. Seus moradores são economicamente independentes – L.C. é

aposentado das docas; Er. é pescador; Ze. trabalhou na Câmara um tempo e agora recebe pensão do pai da filha; Ri. é pai de santo e aposentado por invalidez. Apesar dos apartamentos serem, em tese, independentes, Dona Ed. não quer, nem deixa que o sejam plenamente. Fica magoada se os filhos não comerem da panela dela (“*Se eles não comerem lá ou pegarem marmita, ela chora*”, conta Rej). Ela faz questão, também, de pagar a conta de água e luz, comum a todos.

A casa foi e é para ela o seu projeto de vida. Em inícios de 2016, fez uma cirurgia e o movimento de suas pernas ficou seriamente comprometido. Essa falta de mobilidade afetou a realização de seus novos planos para a mesma: construir uma nova escada para substituir a antiga, que era muito empinada e desconfortável, e mudar o piso da cozinha. Durante alguns meses, a quase paralisia vinha frustrando-a porque a impedia de concretizar seus planos. Grande foi a minha surpresa quando, numa visita realizada em setembro desse ano, vi a escada sendo construída, mesmo ela permanecendo na cama; desta, ela dava os comandos.

Dona Ed. chegou nessa casa por volta de meados da década de 1980. A casa se compunha de um único pavimento. Primeiro, ela ampliou o térreo. Depois, construiu o primeiro andar, com dois quartos e um quartinho – depois, ela independizou esse primeiro andar colocando a escada no lado de fora da casa. Em 1998, já tinha o segundo andar com vários quartos. Em 2001, já tinha o terceiro. Em 2010, já tinha o quarto. Em 25 anos, construiu um prédio. O marido não ajudava em nada. Ela comprava material e guardava, depois juntava dinheiro para o pedreiro.

A casa, para ela, é a estrutura material que reúne sua descendência e tem um forte simbolismo tanto de realização pessoal como de união familiar. A realização pessoal não se limita ao fato de ter transformado uma “casa de porta e janela” num grande prédio. Refere-se principalmente a um espaço sob seu domínio por ser a proprietária da casa, a construtora dos apartamentos, a idealizadora das formas e acabamentos, a reformadora constante e a pessoa que paga as contas e a comida. Sua centralidade na casa advém, sem dúvida, de uma posição econômica privilegiada:



ela reúne duas aposentadorias – a sua e de seu falecido marido –, que, somadas, significam um pouco mais de 3 mil reais. Ao fazer questão de pagar contas e alimentar as unidades domésticas que existem verticalmente, Dona Ed. pretende manter as diversas casas como se fossem uma só e, nesse sentido, seu ideal se aproxima da “sociedade de casas” descrita por Claude Lévi-Strauss (1981), nas quais as casas são concebidas como pessoas morais ou pessoas jurídicas que detêm bens e títulos que se perpetuam. Enquanto Dona Ed. for viva, o trabalho dela é para a casa e o esforço dela é no sentido de manter, na medida do possível, a junção entre residência, família, patrimônio, produção e consumo. Ao fazê-lo, ganha centralidade – embora o seu caráter não seja forte e não se possa dizer que domina os filhos.

Deparei-me também com uma terceira forma de casas aparentadas que se compõe de casas contíguas horizontais, uma espécie de condomínio familiar. Foi assim que o adolescente Va. se referiu ao conjunto de casas contíguas onde mora: “*Isso aqui é como se fosse um condomínio de minha avó*”. Com efeito, as quatro casas que compõem o “condomínio” partilham um espaço comum externo às casas – um pátio, uma escadaria e um grande quintal ou horta. Esse espaço comum, assim como os terrenos nos quais as casas foram construídas, eram áreas desocupadas localizadas na parte posterior da casa da avó, situada na Avenida Camponesa.

A primeira casa desse “condomínio” foi a da avó, Dona Mi., que sua filha comprou e que ela foi ampliando. Hoje, ela tem três pavimentos e nela moram Dona Mi., três filhas e três netos. Depois, uma filha construiu do lado uma segunda casa, que hoje tem igualmente três pavimentos. Foi construída depois uma terceira casa, onde mora outra filha, com seu marido e o filho de ambos. Finalmente veio a quarta casa, onde mora outra filha (Sa.) e seu filho (Va.). Vale acrescentar que um filho de Dona Mi., An., mora no beco ao lado, Monte Castelo, com sua esposa e filho. Dona Mi. diz que ainda verá a construção de mais casas para juntar todos os filhos.

As casas são independentes, mas a maior parte dos filhos entra em suas casas passando pela casa da mãe e passando pelo pátio ou escadarias, chegam até suas casas. Quando querem ou precisam, fazem suas refeições na casa de “mainha”, termo usado por filhos e netos para se referirem a Dona Mi. Todos são envolvidos por ela para colaborarem com sua casa. Exemplo disso é a cena encontrada numa sexta-feira de manhã: ela lavava roupa, a neta a ajudava, o filho fazia a faxina das partes altas dos armários da cozinha e o neto cuidava da horta.

Dona Mi. corresponde ao modelo de mulher-matriarca: ela é o centro de um grupo familiar, é independente economicamente e tem um caráter forte (“*se precisar, eu bato neles até agora!*”). Nesse sentido, o caso de Dona Mi. e seu “condomínio” corresponde bem ao que Maria Gabriela Hita (2014) chamou de casa matriarcal. Baseada num trabalho de campo de longa duração realizado no bairro Nordeste de Amaralina, esta autora propõe a tese segundo a qual as famílias matriarcais são um arranjo familiar particular em Salvador, entre os setores populares. Na sua leitura, elas seriam consequência de uma matriz cultural negra, com forte influência do Candomblé, que “espraia a configuração de um modo de viver e habitar” (HITA, 2014, p. 23), que chama de matriarcalidade: “conjunto de relações domésticas e de parentesco centralizado na figura de uma mãe-avó (matriarca), centro das interações da rede consanguínea, e lócus de descendência e herança da família”. (HITA, 2014, p. 20) Não cabe dúvida que a visão sobre a força, poder e autoridade das mulheres que Hita viu no Nordeste de Amaralina é fortemente influenciada pela visão que Ruth Landes teve das mesmas em sua estadia em Salvador, em finais da década de 1930. (LANDES, 2002) Seu livro teve como título *A cidade das mulheres* precisamente porque ela achava que a força do Candomblé e das mulheres extrapolavam os muros dos terreiros: “eram as mulheres do Candomblé que canalizavam a vida das gentes na Bahia” (LANDES, 2002, p. 279), a sua “tendência matriarcal” o fazia igualmente. Segundo Landes (2002, p. 77), esta força adviria da concepção e do papel das mulheres no mundo do Candomblé, no qual o sacerdócio é exercido principalmente por elas, pois são elas as escolhidas

pelos deuses para descer (pelas suas cabeças), dançar e falar (pelos seus corpos) porque “se supõe que os homens estejam profanados pelas suas relações comerciais e com outras mulheres. Imagina-se que o sangue dos homens seja ‘quente’ e isso é considerado ofensivo aos deuses para quem as mulheres se preparam”. Pode ser mera coincidência, mas Dona Mi. frequenta um terreiro de Candomblé, onde duas de suas filhas são iniciadas. A cor azul predomina na parte externa de sua casa e na sala, como homenagem a Ogunté. Na sala, há várias pinturas dela e duas coroas da “filha de Iemanjá”.

Vale salientar que, nos becos/avenidas da Baixa, não encontramos o modelo de casa ampliada que Raquel Wiggers (2004) achou no bairro de Caieiro da Barra do Sul, em Florianópolis, Santa Catarina: uma casa grande com diversas habitações, nas quais os filhos residem com suas famílias, partilhando os mesmos espaços comuns – banheiro, sala, cozinha, pátio. A razão parece evidente: o tamanho dos lotes ou terrenos das casas na Baixa dos Sapateiros não permite essa prática domiciliar.

As três formas de casas aparentadas encontradas nos becos/avenidas da Baixa – não contíguas, verticais e horizontais – mostram uma forma de conceber e praticar a casa caracterizada por ser esta não apenas um lugar relativamente aberto, mas, principalmente, um lugar articulado com outras casas. Desta forma de conceber e praticar a casa, emergem valores específicos. Com efeito, diversos trabalhos consideram a casa – ou, neste caso, as casas aparentadas – um espaço simbólico fortíssimo. Mais do que uma materialidade feita de muros e tetos, ela é “um campo do qual irradiam-se modelos de comportamento, comandos, símbolos e, sobretudo, relações sociais. Todo um sistema de vida e de dominação”. (DAMATTA, 2004, p. 17) Roberto DaMatta bebeu da concepção pioneira de Gilberto Freyre e muitos outros autores seguiram a mesma trilha. Louis Marcelin, referindo-se à casa em Cachoeira, escreveu: “trata-se de um lugar no qual e pelo qual ele [sujeito] se define e a partir do qual ele sustenta sua existência social como pessoa”. (MARCELIN, 1999, p. 42) Mais recentemente, Cecília McCallum e Vania Bustamante, a partir de suas pesquisas no bairro do Subúrbio Ferroviário, referiram-se a

ela como “um símbolo e operador-chave na constituição dos processos relacionais que a envolvem, bem como na constituição dos processos de individuação dos quais a sua vida material faz parte”. (MCCALLUM; BUSTAMANTE, 2012, p. 223)

Se a casa é um “*locus* de densas teias de significado, e modelo cognitivo para estruturar, pensar e experimentar o mundo” (CARSTEN; HUGH-JONES, 1995 apud GORDON JR., 1996, p. 193), a articulação entre várias casas aparentadas produz e reproduz valores específicos. Dentre os principais valores que emanam desta articulação, eu destacaria a cooperação, lealdade e ajuda mútua, evidenciadas na cessão de lajes, empréstimos de dinheiro, no “tomar conta” dos filhos dos outros, na partilha de refeições, na troca de favores, no empréstimo de objetos etc. As casas aparentadas produzem e reproduzem os valores da família ampliada, extensa, na qual é dever moral ajudar, participar e colaborar e na qual se desenvolve a ideia de que “um parente é aquele com quem se pode contar”. (MARCELIN, 1999, p. 46) Em palavras de Raquel Wiggers (2004, p. 9):

O contato entre o casal mais velho e seus filhos, seus genros e noras, e os netos, bem como entre os irmãos, cunhados, sobrinhos e primos são diários e intensos. As crianças são socializadas em uma grande família em que os primos convivem cotidianamente, muitas vezes sendo cuidados pela avó que se responsabiliza por eles enquanto as mães trabalham fora. A casa comporta diversas práticas que constroem a pessoa e marcam a sua trajetória e sua pertença, entre elas o cuidado com as crianças, o cuidado com os idosos, a passagem entre as residências no caminho de sua própria habitação, as trocas alimentares.

A flexibilidade no sentimento de posse, a liberdade para entrar e sair, a solidariedade, cumplicidade e responsabilidade pelo coletivo são a linguagem silenciosa, a cultura transmitida pelas casas aparentadas. Nesse sentido, “a casa e seu uso continuam dizendo aos jovens muitas

coisas sobre a vida e as atitudes que se esperam deles [...] continua falando uma ‘linguagem silenciosa’.” (RAPOPORT, 1973, p. 68, tradução nossa)

\*\*\*

Vejam agora as práticas de engajamento que se verificam numa escala maior que inclui os outros becos e a área circunvizinha. Essas práticas se constataam nas trajetórias residenciais de seus habitantes, que indicam uma fortíssima mobilidade no interior da área que os leva a afirmar “*habitamos o centro*”. Trata-se de uma área efetivamente unificada pelas práticas/trajetos residenciais, mas também pelas caminhadas cotidianas e as histórias partilhadas que estas promovem.

No segundo dia de conversa com Ne. – o baterista-cabeleireiro cuja cadeira de cortar cabelo se localiza na parte da Avenida Camponesa que denominei “labirinto” –, pedi-lhe que me dissesse quais outras pessoas que hoje moram na Baixa já haviam morado com ele no Pelourinho. Ele pensou e não conseguiu lembrar nome algum. Menos de uma hora depois, passou um rapaz pelo beco e se cumprimentam. “*Esse é An., meu primo... Ah! ele morou no Pelourinho também!*”. An. me levou até sua mãe, a já referida Dona Mi. que mora no mesmo beco que Ne. e que morou muito tempo no Pelourinho.

Conversei com Dona Mi. na semana seguinte. Fiz-lhe a mesma pergunta e a situação se repetiu. Não se lembrou de nenhum nome de antigo vizinho. Mas, ao longo da conversa, em contextos de falas particulares, os nomes das pessoas que moraram no Pelourinho foram saindo, aos poucos. No final da conversa daquele dia, descobri que na Avenida Camponesa moram hoje antigos moradores do Pelourinho, como Ba., An., Ce., Mi. e seus quatro filhos, Wi. e seus filhos: nada menos do que cinco núcleos familiares. Depois iria descobrir muitos mais ex-moradores do Pelourinho nessa avenida – estes ex-moradores do Pelourinho são o tema do capítulo 6.

Será que Ne. e Dona Mi. esqueceram que já foram vizinhos no Pelourinho? Por que não se lembraram quando perguntados? Penso que não se trata de esquecimento, mas da inexistência de um corte temporal entre morar no Pelourinho e morar na Baixa porque, no fundo, para eles, trata-se da mesma área. A Baixa não é vista como outro espaço; ela é parte de Pelourinho, do centro histórico, do centro. São todos um único território, uma só área. Portanto, Ne. e Dona Mi. nunca deixaram de ser vizinhos.

Ficou evidente ao longo da pesquisa uma alta rotatividade residencial das pessoas que moram nos becos/avenidas da Baixa dos Sapateiros. A vida deles foi um “*entra em beco, sai em beco*”. Muitas já passaram por outros becos, por várias casas dentro do mesmo beco ou por casas diversas no Taboão, Saúde, Pelourinho e Baixa dos Sapateiros. Vejamos alguns exemplos: Mi. mora na Avenida Monte Castelo, mas já morou na Avenida Camponesa. Rej. já morou na Monte Castelo e hoje mora na Bota de Ouro. Pa. morava na Rocinha, do Pelourinho, e hoje mora na Monte Castelo. Dona Mi., Dona Ce., Seu Wi e Ba. já moraram em várias casas do Pelourinho e hoje moram na Avenida Camponesa. Dona Ne., já morou no Taboão, Rocinha, Pelourinho e Avenida Camponesa e hoje mora na Rua das Flores. Ro. mora há três anos numa casinha no beco da Avenida Camponesa, mas já morou em outra casa, no beco principal; antes, morou na Rua da Poeira, e antes, em outra casa da Saúde; ainda antes disso, morou em Nazaré.

Todos estes casos de trajetórias residenciais mostram a relação com a área que os moradores do centro têm e mantêm. Seu engajamento, enraizamento ou envolvimento não é com uma casa ou um beco, mas com toda uma área que chamam de centro. Entretanto, o engajamento com a área advém também de outro tipo de práticas, como a de frequentar o comércio local e conhecer seus vendedores.

Segundo Pierre Mayol (2009), habitar um bairro supõe o uso dos espaços de uso coletivo deste. Na Croix-Rousse, em Lyon, na década de 1970, quando realizou a pesquisa, o autor detectou esses espaços no

armazém do Robert, na feira e no café-bar. Neles, engajavam-se pessoas e reconheciam-se como próximas:

Daí, creio eu, o elevado valor simbólico dos mercados e mercearias de bairro: são de certa maneira, tanto nos bairros urbanos tradicionais como nos populares, os salões da rua, os lugares públicos onde sempre se pode ‘perder um pouquinho de tempo’, ou seja, ganhar algum proveito em termos de reconhecimento. (MAYOL, 2009, p. 129)

Mas, acrescentou Pierre Mayol, para que os espaços comerciais possam ser mais do que apenas lugares nos quais se entra e se sai em silêncio, sem estabelecer relações, é necessário que os vendedores tenham conhecimento do bairro e um perfil socializante. Era o caso de Robert, dono do armazém na Croix-Rousse:

Isso se inscreve no jogo social do bairro que espera que, na sua teatralidade, o comerciante da rua seja mais que um distribuidor por dinheiro de bens de consumo. O espaço em que ele reina deve manter sempre uma possibilidade de palavra, a mesma da rua, que encontra ali a ocasião de se manifestar. É no mercado de Robert que a consciência dos moradores do bairro se aguça muito mais do que na calçada ou na escada. (MAYOL, 2009, p. 127)

Na Baixa encontrei muitos vendedores com esse perfil. Em primeiro lugar, estão os vendedores que se localizam na entrada dos becos, todos com muitos anos no local. Eles conhecem todo mundo, cumprimentam e são cumprimentados, dão recados, recebem as correspondências, informam, sabem literalmente a vida de todos os moradores do beco onde trabalham e dos outros próximos também. São “personagens públicos vocacionais” (JACOBS, 1973, p. 73, tradução nossa), ou seja, pessoas essenciais para a vida urbana saudável, a meio caminho entre a intimidade doméstica e particular e a indiferença absoluta de desconhecidos.

Na Avenida Camponesa, tem Lu., que vende bolsas e mochilas, na entrada, há 32 anos. Seu cunhado lhe deu o ponto. Mora pertinho, na Saúde. Tem também Seu Ma., que vende CDs, cadarços, capa de celular

etc., há 38 anos. Mora no Cabula. Conhece a Avenida desde os seus inícios, quando Dona Ad. construiu sua casinha e depois uma outra até que ela loteou todo o lado direito. Na Avenida Monte Castelo, tem Zi., que vende bijuterias expostas em vitrines e num mostrador, e mora no Tororó. Já as instalações na entrada do Beco da Bota de Ouro ficam, a maior parte do tempo, fechadas porque Seu Mo. não pode mais trabalhar por problemas de saúde. Foi em 1965 que ele construiu os boxes, pagando o ponto a alguém. Desde então, vendia bolsas nesse ponto.

Mas estes personagens públicos não estão apenas nas entradas dos becos. Espalham-se pela área toda: Baixa, Taboão, Pelourinho, Barroquinha, Saúde. Inúmeros camelôs podem ser encontrados nessas ruas: cadastrados e não cadastrados, com barraca e sem barraca, de roupas, comidas, óculos, loteria, guardador de carros, transportadores de garrações de água etc. Muitos deles são moradores da área, que conhecem todo mundo e por todos são conhecidos. A “conveniência” exige que sempre se troque palavras com eles e quando possível, se pare e se converse.

As relações entre os moradores da área se verificam também nos estabelecimentos comerciais cuja frequência é inevitável: as padarias (são quatro), as feiras (da Sete Portas e do Gravató), as lojas e materiais de construção, os mercadinhos (são quatro também) e os muitos salões de beleza ou cabeleireiros.

Os moradores-vizinhos-trabalhadores-parentes-conhecidos de longa data circulam por todos estes lugares, onde se conhecem ou reconhecem entre si. Um pouco como fazia Pedro Archanjo, lendário personagem do romance *Tenda dos Milagres*, de Jorge Amado (2008, p. 269), sempre “[...] a subir e descer as ladeiras do Pelourinho, Carmo, Passo, Taboão, a percorrer a Baixa dos Sapateiros..”.. Todos percorrem estes espaços a pé, uma prática que é essencial para se habitar uma área. Lembremos a tese de Tim Ingold segundo a qual andar a pé não é apenas ir de um lugar a outro, mas pressupõe parar e reparar, conhecer e reconhecer. Andar, deambular, é, pois, fundamental para se criar a percepção de ter e pertencer a uma área, apreendendo suas memórias e imprimindo suas histórias nele.



As áreas são o resultado do conjunto dos caminhos que se cruzam, formando malhas de fios entrelaçados. Cada habitante é tecedor dessa malha que é um bairro ou uma área que, como vemos, não é externo, pré-estabelecido, mas tecido cotidianamente, nos percursos diários e de longa data. Nesse sentido, os pobres efetivamente habitam ou habitam mais plenamente porque eles sempre andaram: “Andar era para o pobre, o criminoso, o jovem e, acima de tudo, o ignorante”, escreveu Ingold (2015, p. 77). Com efeito, andar e percorrer as e pelas ruas é uma atividade de longa data, especialmente para a população pobre e livre na sociedade escravista de Salvador no século XIX, que vivia inclusa e excluída, pendularmente, do mercado de trabalho e tinha na rua e na fluidez de seu uso um recurso para sobreviver. (FRAGA FILHO, 1996)

Os moradores dos becos/avenidas da Baixa habitam ao longo de caminhos que passam pelas subáreas já mencionadas e que, em conjunto chamam de centro. Eles caminham toda a Avenida J. J. Seabra até a Barroquinha e dali descem até a Cidade Baixa ou vão andando pela Avenida Sete de Setembro. Podem seguir a direção contrária e, do terminal do Aquidabã, ir até Nazaré ou Barbalho. Do meio da J. J. Seabra, podem acessar o Pelourinho e o Taboão, e deste, descer até a Cidade Baixa.

Todos os interlocutores deste trabalho mencionaram o quanto gostam de morar no centro porque conhecem todos os lugares, quase todas as pessoas e fazem tudo a pé. Moram, trabalham e habitam o centro. Daí a força que o centro tem em suas falas:

*Eu gosto de morar no centro porque vou a todo e qualquer canto.  
(Dona J.)*

*Gosto do centro pela facilidade de tudo. Tenho mais segurança do que no bairro. (J.)*

*Quero morar aqui, sou do centro, não sou de bairro. Aqui tudo é perto. Movimento. Cultura. Nos bairros não se fala coisas que agradem aos ouvidos. (Seu L.)*

*Eu amo isto aqui. Já morei em muitos lugares do Brasil, porque meu marido era jogador de futebol. Quando voltei, quis voltar ao*

*beco. Todos crescemos juntos. Não moraria em outro lugar. Adoro, só moro em centro. (T.)*

*Eu optei por morar no centro. Já morei em bairros, mas bairro é mais dificuldade. Aqui, qualquer lugar vou andando. (Dona M.)*

*Posso morar em São Gonçalo do Retiro, com meu filho. Mas é longe. Aqui é tudo perto. Facilidade. Lá eu vou ficar isolado, sozinho dentro de casa. (Seu A.)*

*Adoro isso aqui. Antes da reforma estava melhor. A violência está pior. O resto, para mim está tudo maravilhoso. (S.)*

*Por que vêm morar na Camponesa? Porque é centro!(Dona C.)*

*Eu penso sempre em meu gasto. Colégio, médico, trabalho. Para mim, tudo está aqui. (R.)*

Habitar o centro tem uma vantagem econômica para os setores de baixa renda, especialmente para aqueles que trabalham nas imediações: supõe não gastar ou gastar menos em transporte e tempo. Conforme escreveu Heliodoro Sampaio (2010, p. 148), “ao pobre interessa mais é uma localização próxima – mesmo que seja mais densa –, que uma localização amena e bucólica, porém distante, onerada pelos gastos e desgaste com os transportes”. Entretanto, gostaria de enfatizar que não se trata apenas de um cálculo custo-benefício. Parece-me, antes, uma mobilidade entendida como liberdade. E esse entendimento remonta a tempos da escravidão, conforme escreve Walter Fraga Filho (2014, p. 310): “Como observa Rebecca Scott, a mobilidade era um componente do que os libertos definiam como liberdade”. Essa relação ficou evidente na resposta de um interlocutor nascido e criado num bairro (Matatu de Brotas) diante da pergunta, “*o que você mais gosta do centro?*”. Ne., da Avenida Camponesa, respondeu uma só palavra: “*liberdade*”.

Por outro lado, a mobilidade a pé possibilita que o espaço seja percebido como um contexto relacional de engajamento de pessoas com o mundo. E as pessoas guardam lembranças, histórias, desse engajamento. As histórias são muito importantes, conforme destaca Siranho, interlocutor de Frederico Oliveira (2012, p. 234): “Aqui no Xingu é bom

de viver, tem peixe, tem caça, tem terra pra gente plantar, tem alguns materiais, mas o problema é que nossas histórias não são desse lugar”. As pessoas não saem do centro ou, então, voltam a ele se saíram, porque é ali que suas histórias estão e, com elas, habita-se mais plenamente.

\*\*\*

É chegado o momento de explicar os fatores que promovem este habitar a vizinhança, forma particular de habitar que reúne e engaja seres, ambientes e coisas na escala do beco, da rua e da área.

Um primeiro fator a ser elencado é a forma física do beco. Os espaços exíguos, acanhados e estreitos que se ergueram verticalmente, acompanhando as ladeiras da Saúde, promovem uma interação constante nos becos, escadas e portas da forma urbana denominada beco/avenida. A fileira de “casas de meia parede”, geminadas, convive com outra fileira, uma frente à outra. Às vezes, também, há casas nos fundos, coladas. No espaço assim configurado, é impossível não se cruzar, ouvir, ver, conhecer, ficar sabendo uns dos outros. Tudo ou quase tudo se ouve e, em alguns casos, até se vê, ou pela porta (constantemente aberta) ou pela janela (daí a recorrência de mantê-las fechadas). Nessas condições, qualquer tentativa de separação parece quimera. A estreiteza é, por isso, fator importante na explicação desta forma de habitar; daí Michel Agier se referir às avenidas como formas urbanas que apresentam uma “potencialidade relacional”. (AGIER, 2011) Não estou defendendo a ideia de uma determinação espacial, afinal, conforme escreveu Neil Leach (1999 apud FREITAS, 2012, p. 189), “tudo que a arquitetura pode fazer é oferecer um espaço que possa – no máximo – ‘convidar a’ certas práticas espaciais”. Neste caso, não obstante, parece-me que a forma espacial tem mais do que apenas um papel convidativo na conformação das práticas do habitar que se desenvolvem nos becos/avenidas.

Um contraste entre formas pode resultar bastante elucidativo. Os muros que separam os pavilhões ou casas não geminadas, descritos por Henry Raymond e colaboradores (2001, p. 60, tradução nossa), promovem “um certo modelo de relações com os vizinhos”. Nele, os vizinhos aparecem

como mundo transicional entre o mundo exterior da rua e o mundo íntimo da casa. A condição transicional exige a produção de ritos e códigos “que excluem absolutamente qualquer promiscuidade”. (RAYMOND et al., 2001, p. 88, tradução nossa) A forma dos pavilhões promove a separação, a divisão, a privacidade entendida como a impermeabilização do espaço diante dos olhos, cheiros e sons vindos do exterior. Nela, a porta ou portão serve para separar, não para unir.

Um segundo fator explicativo do habitar a vizinhança advém da concepção de casa como processo, como uma obra sempre inacabada:

Como a relação conjugal depende da vivência entre os esposos, também a casa responde ao que os membros vão necessitando. Há sempre uma parede que ainda não foi acabada; há sempre um espaço vazio que talvez venha a ser um quarto; há sempre uma cama de casal que pode levar mais uma pessoa; há sempre quartos e casas desocupadas ali ao lado de gente que ‘viajou’ e cuja ocupação, afinal, é um favor que se faz a quem não está lá. (PINA-CABRAL; SILVA, 2013, p. 57)

Esta concepção engendra as práticas do avançar que, por sua vez, precisam do consentimento dos vizinhos com os quais é preciso ter uma convivência ou relação de consideração, pois para que as casas cresçam é necessário que os vizinhos concordem, permitam ou autorizem essa expansão. O habitar a vizinhança pressupõe, assim, uma consideração em relação aos vizinhos, uma disposição de abertura para entender suas necessidades. Sem ela, não seria possível a cessão de lajes para a construção no nível superior de uma casa; ou a edificação de escadas externas que garantam o acesso independente às unidades construídas nos pavimentos superiores e que ocupam parte dos corredores estreitos dos becos; não seria possível a abertura de becos que viabilizam o ingresso às unidades construídas nos fundos da casa, nem o consentimento para que o vizinho abra janelas na laje do outro. Estes são alguns entre muitos exemplos possíveis da necessidade de negociar o espaço construído com os vizinhos, pois em todos os casos a consequência é a diminuição

da ventilação, luminosidade e espaço de trânsito. O aproveitamento máximo do potencial construtivo exige, pois, acordos que legitimem os processos construtivos. (LIMA, 2016) A consideração com o vizinho torna-se uma característica e um requisito para se habitar em formas urbanas de terrenos exíguos. Assim, a consideração, promove e ao mesmo tempo é promovida por esta forma de habitar que chamamos de habitar a vizinhança. Em seu trabalho na península de Itapagipe, Lorena Volpini (2017, p. 97) chega a uma conclusão semelhante: “as relações entre vizinhos pareciam ser, ao mesmo tempo, pressuposto e consequência da construção das casas”.

Por fim, um fator que ajuda a entender a produção e reprodução deste habitar a vizinhança é a força das casas aparentadas nas regiões urbanas e rurais da Bahia. Como já foi salientado, é muito comum nos bairros populares e no interior da Bahia os parentes e amigos construírem suas casas próximas umas das outras e, com o tempo, estas se tornarem “cadeias vicinais de parentes” entre os quais circulam “agrados”, “consideração” e relação fraterna. (PINA-CABRAL; SILVA, 2013) Acredito que mais do que uma forma pragmática de sobrevivência, trata-se de uma concepção de casa reproduzida há muito tempo entre os setores populares. Nesta concepção, segundo João Pina-Cabral e Vanda Silva, a casa é um espaço coletivo, extenso, aberto, um lugar para se viver-junto-com:

A casa existe não para que o casal viva junto, mas para que viva junto com outros – filhos, parentes e também amigos que visitam, parte muito importante da sociabilidade baiana. [...] um ambiente de coabitação que não seja um lugar de criação de pessoas é visto por todos como uma aberração. (PINA-CABRAL; SILVA, 2013, p. 89)

À importância desta concepção de casa devemos somar, a meu ver, a forte e antiga tendência de matrifocalidade já apontada por alguns autores como sendo característica dos setores populares de Salvador. (WOORTMANN, 1987) Com efeito, foi encontrado nos becos/avenidas

da Baixa, filhos, e principalmente filhas, morando perto da casa materna, criando com isso uma rede feminina de casas aparentadas.

\*\*\*

Descrevi até aqui os engajamentos, envolvimento e enraizamentos produzidos e reproduzidos por diversas práticas encontradas nos becos/avenidas da Baixa. O habitar, entretanto, não se compõe apenas de proximidades alegres, de circulações pacíficas, de reconhecimentos familiares ou engajamentos neutros. Está-se junto, em meio-a e entrelaçado-com práticas que são também conflituosas, problemáticas ou reprovadas. Nessa última seção, irei me referir aos problemas particulares de cada beco e aos problemas comuns com o intuito de demonstrar que a forma de habitar a vizinhança não está livre de insatisfações, divisões, rejeições e, principalmente, medo.

No caso do Beco da Bota de Ouro, alguns problemas emanam do que, a primeira vista, poderiam ser consideradas vantagens: os espaços de uso coletivo (canteiros e as praças) e a dupla entrada do beco (pela Saúde e pela Baixa dos Sapateiros). Os canteiros exigem constante trabalho de manutenção e limpeza, mas o sistema público de limpeza não entra nos becos/avenidas verticais, com escadarias intermináveis e irregulares. Assim, as áreas que já tiveram grama e flores quando inauguradas em início da década de 2000 estão hoje abandonadas, sem capinar, sujas. Além da sujeira dos dejetos dos gatos, tem restos de madeira, sacolas, copos, folhas etc. Muitas moradoras se queixam dessa sujeira. As praças, por sua vez, atraem crianças e adolescentes das redondezas que, por falta de espaço em seus próprios locais de moradia, usam-nas especialmente para jogar futebol. Segundo muitos moradores, como já vimos, as crianças quebram, sujam, riscam, fazem barulho e, principalmente, não respeitam os adultos do beco quando as recriminam. “São umas pestes”, disseram-me várias moradoras. Outra foi mais enfática:

*Há crianças sujas e adultos sujos. Mas são as crianças do beco e as de cima, que vêm brincar aqui. São uns diabos, pestes mirins. Porcos, tudo ousado. Quebram, riscam,*

*sujam. Se morador reclama, vão contar para as mães que as defendem em lugar de criticá-las.*

Uma moradora antiga, idosa, também se queixa das crianças. Teve de cortar os pés de limão e lima que plantou porque as crianças jogavam pedras para que os frutos caíssem. Jogam bola e quebram vidros. Em relação aos adultos, diz que deixam latas de cerveja e copos, que voam e se acumulam nos canteiros. Esse problema se agrava com os gatos, que uma moradora alimenta. Eles contribuem para a sujeira e, principalmente, o mau cheiro.

O fato do beco/avenida contar com duas entradas facilita o trânsito dos moradores entre a Saúde e a Baixa, mas permite que o beco/avenida seja usado como atalho por parte de muitas pessoas externas ao local. Se os cadeados permanecessem efetivamente fechados, não haveria problema, mas eles ficam a maior parte do tempo abertos, o que faz com que o beco se torne local de passagem de muitas pessoas estranhas e, em alguns casos, rota de fuga de ladrões. Já houve vários tiroteios no beco por perseguições e até algumas mortes. Rej. contou o caso de um morador de 18 anos que se envolveu com “*coisa errada*” e foi morto no beco. Um outro tentou escapar pelo beco e como o portão de baixo estava trancado, foi baleado e morto na entrada da Baixa. Um terceiro foi baleado nas escadas do beco. “*Era para ser um condomínio fechado, mas ninguém cuida*”, disse-nos uma moradora. As pessoas deixam os cadeados abertos por preguiça ou para facilitar a vida de conhecidos.

Outro problema que incomoda a maior parte dos moradores idosos é o som alto nos fins de semana: “*Ninguém respeita os velhos*”. Muitos chegam a não conseguir dormir durante os finais de semana. Alguns moradores são identificados como os maiores responsáveis: “*se não fosse esses dois, isso aqui seria um paraíso*”, disse uma moradora. “Esses dois”, no entanto, dizem ouvir “*som ambiente*” ou ter “*bom gosto musical*”.

A Avenida Monte Castelo, por sua vez, não enfrenta problemas de som alto e seu portão está constantemente fechado de manhã cedo e

depois do horário comercial. O problema deste beco é outro: são as “invasões”. Conversando certa manhã com Zi, na entrada do beco, ouvi uma moradora falando:

*Não está certo. Se o endereço é lá, tem que ficar lá. Mas ninguém falou, ninguém reclamou. Eu não digo nada. Não sou o homem do beco! Quem vai se mudar sou eu, mesmo porque com a idade já não posso subir escada. Em baixo, em outro tempo, não deixei que abrissem porta ou janela.*

A moradora referia-se ao fato de alguns moradores do beco vizinho estarem abrindo segundas portas pelo beco dela. A Avenida Monte Castelo tinha até pouco tempo atrás 13 terrenos, todos do lado direito. Não havia casas no lado esquerdo e, na medida em que as casas do beco do lado (Avenida Camponesa) foram sendo construídas, na década de 1970, um conjunto de paredes se ergueu formando uma espécie de muro que separou os dois becos. Mas três casas da Avenida Camponesa abriram suas portas pelo lado da Avenida Monte Castelo. A primeira o fez nos anos 1980, com anuência dos moradores por se tratar da irmã de um deles, cuja porta ficaria em frente a este. Desde então, muitas casas abriram janelas. No ano de 2016, duas famílias, uma no térreo e outra no primeiro andar, abriram suas portas na parte superior esquerda do beco. Os moradores fizeram abaixo-assinado e entregaram à justiça. Segundo Zi., elas preferem morar no Monte Castelo porque “*aqui é como o Campo Grande. A Camponesa é como o Calabar*”, ou seja, um é mais tranquilo e prestigiado do que o outro.

Nesse beco, é igualmente forte a distinção entre moradores antigos e proprietários e moradores novos e inquilinos. Projeta-se nos vizinhos novos e principalmente nos inquilinos a responsabilidade pelo aumento da violência e descuido das áreas comuns do beco.

Na Avenida Camponesa, que é vista pelos seus vizinhos como a mais problemática, paradoxalmente ninguém fala em problemas. Entendi o silêncio sobre o tema quando um frequentador do beco me deu a seguinte dica: “*A lei aqui é não pode ouvir, não pode falar, não pode*



ver”. Nesse beco/avenida, o problema do tráfico de drogas parece ser mais sério. Precisamente por isso, a “lei do silêncio”, imposta pelo tráfico de drogas, é mais fielmente seguida. Apesar do tráfico também estar presente nos outros becos, embora em menor medida, foram pouquíssimos os moradores que tocaram nesse assunto. Eram precisamente as reticências, o sigilo, as frases truncadas e mudanças repentinas de temas quando este aparecia, que delatavam a presença do fenômeno do tráfico. Certa vez, perguntei a uma moradora porque tinha se arrependido de ter comprado uma casa no beco onde cresceu e respondeu: “Tráfico. Mas a gente não pode falar disso, você sabe”, “sei”, respondi, e a conversa seguiu por outros rumos. É mais fácil falar do tráfico nos outros becos ou de uma forma bastante ampla: “onde é que não tem?”, “traficante é a profissão que mais cresce nos becos”, “tem que aprender a conviver, com todos e com tudo”. Na minha pesquisa, apenas um morador, cujo nome e gênero mantenho em anonimato, teve a franqueza de falar da insegurança gerada pelo tráfico. Confessou que a violência que ele gera afeta muito sua vida. O beco/avenida era tranquilo até mataram alguém nele. Depois disso, começaram as incursões da polícia, as perseguições, os tiroteios. Educar filhos nesse contexto tornava-se muito difícil. Deixá-los sós, angustiante, pois nunca se podia saber se a porta seria tocada para ceder passagem para a fuga de alguém pelas lajes.

Diante dos problemas de gestão do espaço coletivo, de som alto, de “invasões”, de divisão entre vizinhos novos e antigos e do tráfico, as práticas encontradas têm sido as da resignação, a queixa a terceiros e o silêncio. Os problemas não se resolvem, apenas se “levam”. Estas práticas promovem um engajamento, um envolvimento, porém marcado pelo desprezo ou pelo medo. Contudo, é o habitar de portas abertas, de avanços, de casas aparentadas, de trajetos residenciais na área, frequência do comércio local e caminhadas que prevalece a maior parte do tempo. É preciso acrescentar que o habitar a vizinhança é possível porque o comércio de drogas constitui a forma de vida, pelo menos até agora, de uma minoria de seus moradores e, por outro lado, porque tudo parece indicar que se trata das mesmas facções, isto é, não há uma luta entre

eles pelo monopólio de locais de venda. Assim, os tiroteios, perseguições ou entradas violentas para prender traficantes são, até o momento, incidentes extraordinários e não parte normal do cotidiano. Como veremos no último capítulo, não é esta a situação que prima em alguns casarões ocupados da área da Baixa e do centro de Salvador, onde o habitar, pois, é outro.

## CAPÍTULO 5

### Habitar sem vizinhos: um pátio do centro de Lisboa

Este capítulo propõe uma reflexão comparativa sobre o habitar com vizinhos dos becos/avenidas da Baixa dos Sapateiros e o habitar sem vizinhos verificado no Pátio do Broas, no centro de Lisboa. Após fazer uma descrição geral do pátio pesquisado, detenho-me na apresentação histórica do tipo de habitação popular que, em Lisboa, foi chamada de pátio, mostrando em seguida as muitas semelhanças com a forma de habitação dos becos/avenidas encontrada na Baixa. Passo depois a descrever as casas e o perfil dos moradores do Pátio do Broas: assalariados do setor ligado ao turismo, ganhando um salário mínimo, homens, solteiros, sem filhos. A forma de habitar encontrada está diretamente atrelada à realidade destes moradores, caracterizada por ser sem parentes, sem tempo, sem filhos, sem vizinhos.

\*\*\*

Os pátios do centro de Lisboa me chamaram imediatamente a atenção quando, lendo o livro *Um lugar na cidade: cotidiano, memória e representação no bairro da Bica*, de Graça Índias Cordeiro (1997), deparei-me com algumas páginas que falavam do Pátio do Broas, um lugar escondido dentro de um bairro que, em inícios dos anos 1990, também estava escondido:

O pátio do Broas é um outro caso extremo de aproveitamento de um amplo quintal vago, entre as ruínas de uma construção notável, remontando a algum grande edifício do século XVI – a avaliar pelo tanque onde se situa a Bica que, localmente, se diz ser a responsável do nome de Bica Grande – e o prédio alto, setecentista, virado para a rua de S. Paulo, em cujas traseiras nasceram casas e barracas, existindo hoje vinte e três fogos. (CORDEIRO, 1997, p. 111)

Figura 70 – Pátio do Broas, 1992



Fonte: Cordeiro (1997, p. 111).

Casas por trás de um prédio, construídas num quintal transformado em habitações pequenas de aluguel para as classes trabalhadoras: as semelhanças entre o pátio e as avenidas descritas e analisadas nos capítulos precedentes são evidentes. Fui então a Lisboa por um período de três meses, na primavera<sup>18</sup> de 2017, para pesquisar o pátio, localizado no bairro da Bica, área central da cidade. Este capítulo apresenta, assim, os dados de campo produzidos no Pátio do Broas, fazendo uma reflexão comparativa sobre o habitar com vizinhos que se encontra nos becos/avenidas de Salvador e o habitar sem vizinhos que se verifica no pátio hoje. A análise deste contraste se centra nas mudanças que nele aconteceram nos últimos 25 anos.

\*\*\*

Não foi fácil pesquisar o habitar no Pátio do Broas. Além do escasso tempo disponível para essa missão, a vida doméstica e a comunicação com estranhos é bastante mais reservada e de difícil acesso do que nos becos/avenidas do centro da cidade de Salvador. Em 1997, Graça Cordeiro (1997, p. 32) já se referia a essa dificuldade:

O acesso torna-se dificultado num bairro residencial, com as suas paredes opacas e suas portas naturalmente fechadas, e a rua acaba por se revelar o único espaço público, de vivências colectivas e sociabilidades partilhadas nalgumas horas do dia ou durante os fins-de-semana, o que significa que são essas vivências do lazer e da convivialidade as que se tornam mais acessíveis. O que as pessoas fazem, o seu trabalho, é o aspecto mais difícil de aceder: ocultado, camuflado, silenciado. A vida familiar e doméstica, pertence ao domínio privado e, entre vizinhos, esta é uma regra de convivência respeitada. E a comunicação com estranhos que invadam as suas ruas nem sempre é fácil, mediada

---

18 A época do ano é importante de ser ressaltada porque o clima tem claras influências para a sociabilidade. No inverno, o frio desencoraja o uso dos espaços abertos; o tempo com sol, ao contrário, fomenta disposição para sair de casa.

num primeiro momento por uma reserva desconfiada e, até, uma certa agressividade.

Houve outra dificuldade, além da missão impossível de passar despercebida no pequeno pátio, de uso quase privado: não havia um dia ou horário em que eu pudesse encontrar seus moradores. Pareciam estar todos a trabalhar, o tempo inteiro. Porém, com mais tempo no pátio, descobri que a questão do tempo tornar-se-ia essencial para entender o habitar de seus habitantes. Alguns moradores em particular – não coincidentemente um aposentado, um desempregado e um *freelancer* – se dispuseram a me ajudar: Seu Pedro, português, morador antigo do pátio; Ricardino, mais conhecido como Black, um cabo-verdiano que parece viver do subsídio do governo; e Israel, um jovem mexicano, morador no pátio há nove meses.

Seu Pedro mora no pátio há mais de 60 anos. Com apenas 11 anos de idade chegou acompanhando seu pai, um pedreiro empregado do proprietário do prédio. Ele seguiu o caminho do pai trabalhando na construção e sua esposa, Dona Lola, que também cresceu nas redondezas, trabalhava na limpeza de casas. Tiveram um filho que hoje mora na periferia da cidade, “*porque os preços aqui são muito caros*” – refere-se ao bairro, não ao pátio, onde as casas não estão e nunca estiveram à venda. Sua irmã também já foi moradora do pátio.

Black tem 12 anos morando em Portugal (nove dos quais no pátio) e sua esposa, Edna, faxineira, apenas um ano e meio. Devido aos horários variáveis dela, poucas foram as ocasiões em que a vi. A entrada da casa de Black e Edna é o tempo todo frequentada por conterrâneos. Um deles é Orlando, que imigrou há 40 anos, trabalha na construção civil e gosta de passar pela casa de Black, que sempre tem música cabo-verdiana ouvida desde um celular. Foi a música, aliás, que me fez fazer o primeiro contato com ele, num domingo de sol em que um grupo estava reunido em frente à porta da casa de Black. “*A música é a vida*”, disse-me Orlando, referindo-se ao ritmo funana, que tocava nesse momento. Tem também o Zeca, muito alegre, sempre rebolando ao ritmo da música.

Conheci Israel quando passei em frente à sua janela, onde ele costuma ficar várias horas por dia, captando o sinal de internet do apartamento do seu irmão (localizado no prédio). Coincidentemente, a música também foi motivo do primeiro diálogo, pois ouvia uma canção em espanhol, também desde um celular, e puxei conversa com ele nessa língua. Israel chegou há nove meses, trazido pelo irmão mais novo, que chegou há dois anos e trabalha num restaurante da Rua de São Paulo. Ele é mecânico de bicicletas, mas trabalha numa cidade vizinha, numa empresa de publicidade como *freelancer* e, de noite, às vezes, num restaurante.

\*\*\*

Figura 71 – Entrada do Pátio do Broas



Fonte: acervo pessoal da autora (2017).

Entra-se ao pátio por uma grade de ferro localizada nas Escadinhas – nome familiar para a Calçada da Bica Grande – que dá acesso a um longo corredor, não muito estreito, porém escuro, pois com teto. De fato, a entrada é um túnel. O corredor faz uma curva em ângulo reto no final, de onde se segue por um caminho levemente inclinado até outra curva

que dá acesso ao pátio. Levados por guias, grupos de turistas entram nele, movidos pela curiosidade sobre a bica antiga que ali existe, publicitada por uma placa colocada na fachada do edifício. Mas o ar sinistro do corredor inicial – que advém de sua escuridão, a totalidade de suas paredes grafitadas, os depósitos de lixo na entrada e as moscas – espantam aqueles que não são guiados.

Figura 72 – Grafites na entrada do pátio



Fonte: acervo pessoal da autora (2017).

Figura 73 – Placa informativa para os turistas sobre o prédio seiscentista e a bica em seu interior



Fonte: acervo pessoal da autora (2017).



O pátio se encontra na traseira e na lateral de um grande prédio cuja entrada se faz pela Rua de São Paulo, localizada na parte baixa da cidade, na ribeira, perto do Mercado da Ribeira, da Igreja e do largo de São Paulo e do Cais de Sodré. Prédio e pátio chamaram a atenção do cronista urbano da primeira metade do século XX, Norberto de Araújo, quem escreveu sobre eles as seguintes linhas:

Olha-me êsse gracioso nicho, com forma de baldaquino vasio, em lavra manuelina, no cunhal do prédio de esquina oriental da Calçada (escadinhas) da Bica Grande. É muito interessante esta edificação, cujas portas para a Rua de S. Paulo têm os n° 206 a 212, possuindo também uma curiosa porta seiscentista, n° 2 da Calçada e que serve um Pátio que vamos ver [...]. (ARAÚJO, 1993, p. 65)

O prédio, cujas origens se remontam ao século XVI, tem quatro pavimentos, com 12 apartamentos, grande parte dos quais pequenos. As lojas do térreo do edifício são o Restaurante Gaiteiro, uma perfumaria, uma loja de lembrancinhas e o Café Atlântico, de Seu Rui. Tudo indica que, na segunda metade do século XIX, esse prédio ganhou duas ampliações: na lateral, um conjunto de apartamentos e, nos fundos, no pátio, um conjunto de casinhas. Para ambas as ampliações, a entrada se faz pelo corredor localizado na lateral do prédio (nas Escadinhas), pelo túnel já descrito. No século XX, o conjunto das casas construídas no quintal ganhou o nome de Pátio do Broas em referência a “*Broas, que era uma pessoa, um senhor, que morava aqui. Eu não o conheci. Só à viúva. O nome verdadeiro é Vila Pinheiro porque o patrono chamava-se Manoel Pinheiro*”, disse-me Seu Pedro.

Figura 74 – Casa de Black, por cima do segundo corredor que permite a entrada ao pátio



Fonte: acervo pessoal da autora (2017).

Depois, já bem entrado o século XX, extensões menores foram sendo feitas, para ganhar ainda mais espaços de aluguel. O apartamento de Aron, irmão de Israel, no prédio, por exemplo, não existia: era a saída das cavalariças. A casinha de Black, tampouco: ela foi construída passando por cima da água que escorria da bica e ia até a Rua de São Paulo, acompanhando o desnível do terreno, localizado numa colina. O apartamento de Israel e o da vizinha Carla eram um único apartamento que, depois, foi dividido em dois, segundo contou um antigo morador do apartamento inicial a Israel.

Figura 75 – A bica e a escarpa onde ela se encontra. Os outros três lados do pátio



Fonte: acervo pessoal da autora (2017).

As casinhas do pátio são, pois, parte de um conjunto maior que inclui os apartamentos do prédio principal – que os mexicanos chamam “palácio” – e os apartamentos construídos na lateral do prédio. São 17 casinhas, 12 apartamentos no prédio e seis apartamentos na lateral, totalizando 35 espaços que a proprietária, Dona Manuela, aluga e mantém com a ajuda de Seu Zé, que se define como “*o faz tudo, polivalente*” – faz reparos, cobra os aluguéis e os repassa etc. Antes, quem fazia essas funções era Seu Pedro, mas os problemas de saúde o impediram de continuar. Segundo Zé, sua contratação foi necessária, pois quando chegou, “*aqui era bem pior. Pessoas dormiam no beco, e o canto funcionava como um banheiro*”. Dona Manuela, também conhecida como Dona Neném, tem 87 anos e herdou a propriedade de seu falecido marido, um médico – muito querido, segundo Carla – que tinha seu consultório no que hoje é a oficina de reparos de Zé.

O Pátio do Broas conta efetivamente com um espaço central em forma quadrangular ao ar livre ao redor do qual se encontram as casinhas. O chão do pátio é ora cabeça de nego, ora cimentado, porém com várias imperfeições. Tem vários tubos de ferro que sustentam os varais. Em duas de suas laterais foram construídas pequenas casinhas. A terceira lateral é formada pela escarpa de uma colina, onde se encontra a bica de onde brota água o tempo todo – porém inacessível, pois protegida por grades de ferro fechadas com um cadeado. A quarta lateral do pátio é formada pelos dois pavimentos de apartamentos; aos do nível superior se acede por uma escada localizada no lado da escarpa. As casinhas se dividem em aquelas um pouco acima do chão, cujo acesso se faz por escadinhas, em algumas ao nível do chão e em outras mais profundas, chamadas caves, cuja entrada se faz descendo alguns poucos degraus. É evidente que o terreno inclinado foi racionalmente aproveitado para ganhar espaço para a construção de um máximo número de casas a serem alugadas.

É um pátio com bastante vegetação: algumas árvores, uma trepadeira e plantas em diversos vasos. Os sons que se ouvem são o da água

correndo da bica e o cantar dos galos que Dona Isaura mantém. Mais do que gente, veem-se os galos e muitos pombos, também alimentados por Dona Isaura. Com efeito, poucas vezes vê-se gente nele: rápidas incursões dos amigos de Black, Dona Isaura a estender sua roupa no varal, moradores entrando ou saindo e alguns a tomar sol – nunca mais de um – quando este aparece. As pessoas não ficam no pátio, elas passam por ele. Entram e saem de suas casas em silêncio, com mochilas nas costas ou sacolas de compras. Quando se cruzam, cumprimentam-se com um polido “*bom dia*” ou fazem um gesto com a cabeça.

\*\*\*

Feita esta breve descrição geral do Pátio do Broas, faz-se necessário falar do fenômeno pátios. Os pátios são um tipo de habitação pobre urbana,<sup>19</sup> construções em espaços desocupados nas traseiras dos prédios, aos quais se adentra mediante um túnel ou corredor estreito.

[...] pequenos conjuntos habitacionais miseráveis que foram surgindo em certos lugares intersticiais da cidade – espaços vazios entre prédios, ou no interior de palácios e conventos, quintais, logradouros, becos etc. – caracterizados pela falta de condições de habitabilidade, pela fome e pela doença, e moralmente conotados pelo vício, o crime, a marginalidade. (CORDEIRO, 2014, p. 473)

Os pátios tinham uma forma muito particular, quadrangular, advinda de um lote irregular que promovia a construção das casas acompanhando suas paredes, deixando no centro um espaço vazio: “Um pátio era um lote de terreno de forma mais ou menos irregular, normalmente num interior de quarteirão, com pequenas casas alinhadas ao longo das

---

19 Os pátios e outras formas habitacionais semelhantes – as *back-to-back-houses* britânicas, as *railroad* e *dumbell houses* de Nova Iorque, os *courons* em França, as casas de corredor em Espanha – são claramente frutos da cidade industrial, seu crescimento populacional e a demanda por habitações baratas. (MATOS; RODRIGUES, 2009, p. 34) Em Viena, em 1900, por exemplo, havia 128 pátios: “provinham de edificações eclesíásticas, ou seculares, ou eram pátios privados em torno aos quais se agrupavam várias moradias”. (BLASER, 2004, p. 16, tradução nossa)

paredes interiores e viradas para o interior do pátio”. (TEIXEIRA, 1996, p. 63) Dentre as formas de habitação popular, os pátios eram certamente os mais precários, os espaços mais pobres dentre os pobres: “Espaços de habitação pobres separados, segregados”, nas traseiras dos edifícios, vivendo uma “situação de marginalidade, invisibilidade e estigmatização”. (CORDEIRO, 1997, p. 67)

Em Lisboa, os pátios foram construídos na segunda metade do século XIX, como consequência da demanda habitacional decorrente do grande número de imigrantes rurais atraídos pelas atividades portuárias, industriais e comerciais que começaram a se desenvolver na cidade. Na periferia da cidade, antes espaços rurais ou de lazer, o desenvolvimento da indústria converteu a orla ribeirinha oriental em local de instalação de variadas fábricas e, com elas, de pátios e vilas operárias, que subsistem até hoje, embora as indústrias tenham desaparecido. (SILVA, 2013) Os imigrantes se instalaram também nos prédios já existentes no centro da cidade, densificando-os, porém, a certa altura, fez-se necessário aproveitar os pequenos espaços vazios no interior dos prédios. Assim surgiu o Pátio do Broas, em algum momento da segunda metade do século XIX, para suprir o grave déficit de habitação para os trabalhadores pobres da cidade.

Os pátios eram construídos para os pobres. Seus construtores dependiam de parques capitais e do terreno disponível. No entanto, sua forma denota também as imagens que eles tinham do que os pobres precisavam para habitar. De fato, tais imagens eram uma negação: a seu ver, os pobres não precisavam de espaço, nem de privacidade, nem de cuidar do corpo. Tais eram necessidades, sim, do alojamento burguês que, em finais do século XIX e nas primeiras décadas do XX, em Lisboa, era o gaioleiro, “edifício de habitação colectiva em propriedade vertical”, uma adaptação burguesa de modelos habitacionais aristocráticos do século XVIII. (PEREIRA, 2016, p. 38) Em sua análise do espaço interno do gaioleiro, a socióloga deduz a tripartição do espaço doméstico em zona social, zona de serviços e zona privada (quartos), assim como a

importância dada às instalações sanitárias enquanto espaços de cuidado ao corpo.

Apesar da construção de muitos pátios, este não chegou a ser a forma preponderante de habitação popular, pois dependia da existência de terrenos livres no interior dos quarteirões:

[...] esta forma de habitação nunca foi construída à escala das ilhas do Porto. Em 1905, existiam 233 pátios em Lisboa, totalizando 2.278 habitações e alojando 10.487 pessoas. Na mesma altura, existiam no Porto 1.048 ilhas, com 11.129 casas e cerca de 50.000 pessoas, isto é, com menos da metade da população de Lisboa (em 1900, o Porto tinha 167.955 habitantes e Lisboa 356.009), o Porto tinha quase cinco vezes mais pessoas a viver neste tipo de habitação que Lisboa. (TEIXEIRA, 1996, p. 63)

Segundo o Inquérito aos pátios de Lisboa (PORTUGAL, 1905), realizado em 1905, havia ao menos 233 pátios nas 24 freguesias, onde moravam 10.487 pessoas. 170 deles estavam em mau estado e em estado condenável. A população da cidade nesse período se compunha de 356.009 habitantes, o que significa que apenas 3% morava em pátios. Ainda segundo essa mesma fonte, existiam cinco pátios na Freguesia de São Paulo, área onde se inseria o atual bairro da Bica – que hoje pertence à Freguesia da Misericórdia: o Pátio da Galega, o Pátio das Duas Companhias; o Pátio da Moeda; o Pátio do Pimenta e o Pátio do Stephens. Por alguma razão, esse documento não incluía o Pátio do Broas que, segundo seus habitantes, em informação dada à Câmara Municipal de Lisboa, remonta a 1870. Na atualidade, existem mais 3 pátios nas imediações do Pátio de Broas.<sup>20</sup>

---

20 Um deles é o Pátio do Forno, que fica no Beco do Forno, uma pequena transversal da Calçada Salvador Correia de Sá, uma rua em declive, curva, tranquila, com alojamentos locais (AL), muitos edifícios velhos e outros à venda. O pátio e os prédios ao redor parecem pertencer a um único dono, pois estão pintados da mesma cor (amarelo). A porta de ferro que dá acesso ao pátio está fechada, não podendo ser vislumbrado o seu interior. Graça Cordeiro e Joaquim Garcia (1993) afirmam que ele foi construído em 1738, constituindo-se de cinco fogos. O segundo é o Pátio da Galega, que fica na continuação da Rua de São Paulo, que a partir de um determinado

Assim, embora no século XIX, vilas e pátios fossem “talvez o tipo mais característico de habitação popular urbana que proliferou na periferia e espaços ainda livres no interior da cidade” (CORDEIRO, 1997, p. 66), em inícios do século XX, os pátios eram em Lisboa uma habitação popular relativamente menor.<sup>21</sup> Muitos trabalhadores moravam em edifícios:

Nas últimas décadas do século XIX e inícios do século XX, um grande número de edifícios de habitação colectiva foram construídos em Lisboa, pela iniciativa privada, para alojar tanto as classes trabalhadoras como as classes médias de menores recursos [...] No princípio deste século, ao contrário do que acontecia no Porto, grande parte da população trabalhadora de Lisboa estava alojada em apartamentos e com condições de habitação muito melhores que as dos habitantes das ilhas. (TEIXEIRA, 1996, p. 64)

Segundo Teixeira, os pátios foram desaparecendo gradualmente, sendo substituídos inicialmente por outras formas de habitação, como as vilas:

---

local muda de nome para Rua da Boavista. Sua entrada é bastante visível, pois é um enorme arco com um corredor bastante amplo – cabem dois carros estacionados nele. Este pátio não é de casas pequenas, mas de um prédio de 5 pavimentos com 4 entradas para os apartamentos do rés-do-chão e uma entrada com escadas com um interfone para os 12 apartamentos que ficam nos andares superiores. O terceiro pátio é o Pátio da Bica de Duarte Belo, que fica na rua principal da Bica, quase chegando ao seu topo. Sua entrada é bem discreta e a porta de ferro permite entrever parcialmente seu interior, que não tem um pátio propriamente dito, mas um corredor tortuoso. A porta está fechada com chave e as paredes parecem bastante maltratadas. Trata-se de um pátio pequeno, constituído de três fogos e quatro arrecadações. (CORDEIRO; GARCIA, 1993) Há também o Pátio do Pimenta, construído em 1780 e localizado na Rua Ataíde, 13, mas ele não é mais, segundo estes autores um pátio propriamente dito, pois seu perfil mudou de popular para aristocrático-burguês. Seu acesso se dá mediante uma grande porta em estilo antigo, de madeira, fechada ao público. Em seu interior, haveria 16 fogos e 2 edifícios ocupados por escritórios e gabinetes.

21 No caso do Porto, tratou-se da forma mais importante de habitação popular. Nos anos 1830, havia aproximadamente 200 ilhas na cidade do Porto. Em 1885, eram 530 ilhas que albergavam aproximadamente 20 mil habitantes. (PINTO, 2015, p. 6-10) Em 1905, eram 1.048 ilhas, com 11.129 casas e cerca de 50 mil pessoas (TEIXEIRA, 1996, p. 63), a maior parte delas tendo sido construídas entre 1864 e 1900 e cerca de 50% entre 1878 e 1890 – nestes 12 anos, foram construídas 5.100 habitações nas ilhas. (TEIXEIRA, 1996, p. 161)



Em Lisboa, industrialmente mais desenvolvida que o Porto e com níveis salariais mais elevados, a procura de habitação para a classe trabalhadora era mais sofisticada. A sobreocupação dos edifícios antigos e a adoção de formas de habitação pré-industrial como modelos para a construção de habitação de baixo custo – os pátios – foram sendo progressivamente substituídas por formas mais elaboradas de habitação popular – as vilas – de maior qualidade e mais bem integradas na estrutura urbana. (TEIXEIRA, 1996, p. 57, 58)

Entretanto, em 1993, a Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas (DRUPV) efetuou um recenseamento de pátios e vilas na cidade de Lisboa, contabilizando 1.200 destas; em 2002, por sua vez, Filipa Antunes recenseou 955 pátios e vilas. (SILVA, 2013, p. 55) Em termos gerais, o estado deles é de grande degradação.

\*\*\*

As características dos pátios são, pois, muito semelhantes às dos becos/avenidas descritas nos capítulos precedentes. São tipos de habitação popular que proliferaram na periferia do centro antigo da cidade, a partir da segunda metade do século XIX, nos espaços internos vagos de edifícios ou casas, que partilham a mesma invisibilidade e condição de margem ou liminaridade, isto é, de indefinição entre logradouro público e privado, rua e casa, dentro e fora. Sua construção decorreu da enorme demanda habitacional por parte das classes trabalhadoras que viram seu número aumentar substantivamente na cidade, fruto das migrações internas promovidas ora pela industrialização (Lisboa), ora pela alforria ou fim da escravidão (Salvador). Foram construídas pelos mesmos setores: classes médias baixas ou empobrecidas, com pouco capital para investir e cujo investimento foi processual e de pouca envergadura, daí a maioria de becos/avenidas ou pátios serem relativamente pequenos – dez casas, aproximadamente. E foram construídas com os mesmos fins: para serem alugadas.

Em ambos os casos, até entrada as primeiras décadas do século XX, os poderes públicos pouco ou nada interviram em sua formatação e condições oferecidas. Foram as epidemias que obrigaram as autoridades a olhar para elas, a encarar o que se tratava como inexistente. Os higienistas as condenaram veementemente como espaços sem saneamento e condições de higiene, focos de infecção e periculosidade para toda a cidade.

Nem em Salvador, nem em Lisboa, estas formas de habitação constituíram a principal forma de habitação popular. Na antiga capital brasileira, na primeira metade do século XX foram os cortiços – antigos casarões coloniais subdivididos – que predominaram e, na capital portuguesa, nesse período, foram os edifícios multifamiliares e as vilas operárias. Na segunda metade desse século até os dias de hoje, em Salvador, são as chamadas “invasões” na periferia e os bairros populares consolidados que delas decorreram; em Lisboa,

As últimas e já raras realizações da iniciativa privada na construção de vilas datam da década de 20. É assim que, com a construção dos primeiros bairros sociais de iniciativa oficial, se dá uma espécie de passagem de testemunho na tentativa de construção de casas para estratos populares. Tentativa que não vai ter grande sucesso, já que desde o início do século a população de mais fracos recursos se via obrigada a habitar os chamados ‘bairros de lata’, constituídos por barracas improvisadas. Estes bairros vão alastrando ao longo do século, apesar de alguns terem sido demolidos, com o realojamento das populações em casas provisórias, que muitas vezes duravam décadas.

Mais tarde, nos anos 50, começam a construir-se, não já na cidade de Lisboa, mas na sua periferia, os chamados ‘bairros clandestinos’, à margem de qualquer licenciamento camarário, onde, curiosamente, vêm a reproduzir-se algumas tipologias de construção características das vilas operárias, mas entretanto proibidas pelos novos regulamentos camarários em Lisboa. (PEREIRA, 1994b, p. 523)

Assim, em finais do século XX, tanto os pátios lisboetas quanto os becos/avenidas soteropolitanas representam formas residuais de habitação popular.

As habitações de pátios/avenidas e pátios apresentam a mesma estrutura: casas contíguas, de espaços exíguos, escuros, úmidos, sem ventilação; com serviços higiênicos e corredores ou pracinhas partilhados. Sua população era e é composta de diversos setores que compõem as classes populares, isto é, aquele

[...] *continuum* de posições e práticas sociais, que aproximam operários, trabalhadores precarizados em múltiplas funções de concepção, produção e distribuição, assalariados subalternos de execução, pequenos comerciantes e outros trabalhadores independentes, camponeses, todos em situação socialmente subordinada, quer em termos materiais, quer em termos simbólicos. (LOPES et al., 2017, p. 295)

Como vimos nos capítulos precedentes, na primeira metade do século XX moravam nos becos/avenidas do centro de Salvador pessoas com baixos e incertos rendimentos, vivendo da “viração”: alguns trabalhadores do porto, mas principalmente artesãos (sapateiros, ferreiros etc.), carregadores, vendedores de rua, lavadeiras. No caso do bairro central da Bica, onde se localiza o Pátio do Broas, as principais atividades masculinas eram as marítimas, portuárias e artesanais; dentre as mulheres, predominava a atividade de “vendedora”, de peixe ou hortaliças. (CORDEIRO, 1997, p. 149-153) Nos dias de hoje, as pessoas em idade laboral que habitam os becos/avenidas estão em grande parte desempregadas, subempregadas ou são trabalhadores informais, por conta própria, ou pessoas que recebem auxílio de subsistência do governo (bolsa família). No Pátio do Broas, a grande maioria da população economicamente ativa é assalariada, fator que, como veremos, em muito contribui para uma forma diferente de habitar.

\*\*\*

Vejam os como são as casas e o perfil dos moradores do Pátio do Broas. O pátio tem três casas desabitadas por falta de condições de habitabilidade, não havendo interesse por parte da proprietária e seus herdeiros em investir em sua melhoria. Segundo um morador,<sup>22</sup> quando o médico era vivo, havia sempre melhorias nas casas e, desde que ele faleceu, a viúva não faz mais nenhum reparo. As casas habitadas contam todas com cozinhas e quartos de banho. De uma forma geral, elas têm aproximadamente 25 m<sup>2</sup>, todas apresentando problemas sérios de umidade e infiltrações, especialmente as localizadas próximas à encosta onde fica a bica, onde inclusive é possível ouvir a água correndo por trás das paredes. Entretanto, os “problemas de habitabilidade” relatados por Graça Cordeiro nos anos 1990 – “humidade e infiltrações, decomposição de materiais, escorrências líquidas com mau cheiro, parasitas (ratos, vermes, etc.), pouco iluminadas, exíguas, precárias, ruinosas” (CORDEIRO, 1997, p. 113) – não apresentam mais a mesma magnitude.

Israel e Matias, que moram no lado dos apartamentos do pátio, dividem uma casinha de cozinha minúscula, de aproximadamente 1.5 m<sup>2</sup>, uma salinha e um banheiro evidentemente improvisado numa extremidade da sala. Em cima do banheiro e da cozinha, improvisou-se também um mezanino que serve como quarto para eles. A casa de Black é igualmente minúscula. Tem também apenas um cômodo, localizado em cima da entrada ao pátio, o que torna sua casa, de fato, uma ponte. A cave onde Carla mudou-se recentemente – morava num apartamento, ao lado de Israel e Matias – dispõe de dois quartos, é um pouco mais espaçosa, porém as habitações são sempre reduzidas e pouco ventiladas.

---

22 Evito o nome das pessoas em ocasiões como esta, quando o relato pode ser comprometedor para o seu emissário.

Figura 76 – Cozinha do apartamento de Matias e Israel



Fonte: acervo pessoal da autora (2017).

O preço dos aluguéis varia bastante. Um apartamento no prédio custa 500 euros. Um aluguel antigo, no pátio, 140 euros (com reajuste anual de 2%). Um aluguel recente no pátio, de apenas um cômodo (com mezanino como dormitório), custa 300 euros, já uma casinha com dois cômodos chega a 400 euros. Levando-se em consideração o valor do salário mínimo (557 euros) e o espaço exíguo, trata-se de aluguéis altos. Mesmo assim, comparado com os preços do aluguel nos edifícios da Bica e arredores, alugar uma casa no pátio é a opção mais barata. Os pátios continuam sendo, na cidade, os espaços mais acessíveis para a população que ganha pouco: quem pode pagar mais, prefere não morar num (em palavras de Zé, “*nem todas as pessoas gostam de morar num pátio. Dizem ‘pátio não, mas prédio sim’*”). Como a maior parte dos moradores do pátio ganha um salário mínimo, conseguem pagar o aluguel dividindo seu valor entre vários habitantes – nas casas dos “indianos”, por exemplo, moram em média cinco pessoas. No entanto, é preciso frisar que não se trata mais de um espaço marginalizado, isto é, visto como

marginal: ele entrou nos roteiros de turistas há pouco tempo, a partir do momento em que foi colocada em plena Rua de São Paulo a placa que fala da antiguidade do prédio e da bica que nele se encontra. Em palavras de Matias, morar no pátio hoje é bom, bonito e barato.

Embora as atividades marítimas, industriais ou artesanais não constituam mais o centro das ocupações de sua população residente, este pátio não perdeu ao longo do século XX seu caráter popular. Em finais desse século, sua população permanecia pobre, empregada em ocupações terciárias pouco qualificadas e com baixo nível de instrução formal, tais como trabalhadores administrativos, servidores, operários, vendedores, motoristas, domésticas e faxineiras. Hoje, o perfil dos moradores continua sendo o de uma população pouco instruída e recebendo poucos salários: Carla trabalha num hostes, vizinho do pátio, onde faz a faxina, e o irmão, Jorge, é gari da Junta da Freguesia da Misericórdia; os “indianos”<sup>23</sup> trabalham como vendedores no setor de papelaria e celulares e também como cozinheiros de restaurantes; a família de portugueses que mora acima de Israel se compõe de um lixeiro, sua mulher e dois filhos pequenos que recebem um tipo de subsídio do governo; a esposa de Black é faxineira e ele, não se sabe ao certo, mas suspeita-se que recebe subsídio por motivos de saúde; na ampliação do prédio, o mexicano Israel trabalha como *freelancer* e como garçom num restaurante e o chileno Matias dá aulas de tênis – é o único com formação universitária); os moradores russos na parte de cima dos apartamentos, também trabalham no setor de restaurantes; há um espanhol que trabalha como estátua viva e mais alguém que vive do subsídio; tem também um português ciclista que trabalha num *call center*; no “palácio”, o mexicano e a mexicana trabalham como cozinheiros; há muitos pedreiros que moram em apartamentos pagos pelas construtoras que fazem trabalhos na área e também há muitos despachantes da Aduana; há também uma oficina (com vários apartamentos) que atende a soropositivos. É preciso

---

23 Uso aspas, pois esse é o nome que lhes é dado, embora não sejam todos efetivamente da Índia. Podem ser igualmente paquistaneses ou do Bangladesh.

sublinhar que, embora recebam parcos salários, esta população não se considera pobre, pois a grande maioria não tem filhos e os gastos em alimentação e transporte veem-se reduzidos pelo trabalho em restaurantes perto de casa.

\*\*\*

Figura 77 – Escadinhas, fotografada do alto e de baixo



Fonte: acervo pessoal da autora (2017).

Figura 78 – Rua da Bica Duarte Belo, seu começo na Rua de São Paulo e quase chegando ao topo



Fonte: acervo pessoal da autora (2017).

Podemos agora adentrar no ponto principal destas páginas: como se habita no Pátio do Broas? Ana Cristina Leite (1991, p. 105-106) assim descreveu a vida nos pátios que visitou em Lisboa em finais da década de 1980:

No pátio substitui-se a casa pela rua e a rua pela casa: se o tempo promete, os habitantes passam as horas mortas sentados numa cadeira ou banco no terreiro; uma mulher prepara a comida para o gato, outra alimenta os seus periquitos; a avó dá de comer ao neto, que guarda durante o dia; nos tanques, lava-se a roupa; a costura e o tricô são a oportunidade para mais um dedo de conversa; um velhote apanha o fresco da tarde, as pernas já não o deixam ir à taberna mais próxima; as crianças jogam à bola, brincam



com carros e bonecas, andam até de bicicleta. As portas, uma janela ou simplesmente o postigo estão sempre abertos para o pátio.

Muito longe desta descrição, o Pátio do Broas vive hoje praticamente o tempo todo vazio de gente. Não existe mais o uso intenso da rua captado por Graça Cordeiro (1997, p. 78-79) na Bica de 25 anos atrás,

[...] na familiaridade descontraída com que as crianças brincam nas escadinhas sob a atenção escondida das muitas mulheres presentes, nos pequenos objectos abandonados na soleira das portas abertas, apenas protegidas por um cortinado, nos largos lençóis e toalhas que esvoaçam no ar roçando a cabeça de quem passe, nas conversas que fazem para vizinhos a meio de uma escalada ou lançam gritos cruzados entre janelas, nos caracóis que se saboreiam numa mesa improvisada entre duas portas.

A sociabilidade evidenciada na “densidade do relacionamento interpessoal dos seus habitantes” (CORDEIRO, 1997, p. 95) provinha de uma estabilidade residencial das famílias ou de uma mobilidade residencial realizada dentro do próprio bairro. Advinha também de uma origem comum de seus habitantes – principalmente da região de Algarve – em inícios do século XX e de um recolhimento do bairro devido ao fato de ser pouco transitado por estranhos. Explicava-se igualmente pela semelhança de condições de vida de seus moradores decorrente dos trabalhos não especializados nos quais estavam ocupados, dos baixos níveis de instrução e escassa remuneração recebida. Por último, não se deve esquecer o papel que as associações lúdicas tinham no fomento da identidade, da solidariedade e da mobilização coletiva.<sup>24</sup> No caso do microterritório das Escadinhas, a associação central era o Marítimo, reaberto em 1988 por um pequeno grupo de vizinhos.

---

24 Este associativismo é também destacado por António Firmino da Costa (1999) em seu estudo sobre o bairro central de Alfama. Nele, havia uma dezena de coletividades associativas “de cultura e recreio”, em que os sócios se encontravam e conviviam e onde podiam desfrutar de serviços essenciais que não podiam ser usufruídos nas casas como, por exemplo, os serviços de banho e televisão.

Como nos becos/avenidas da Baixa hoje, um fator preponderante para explicar a pretérita densidade do relacionamento entre vizinhos advinha do bairro ser um emaranhado de famílias aparentadas que cavavam entre si. Irmãos e irmãs, primos e primas, moravam no mesmo bairro. A rede de parentesco e a rede de vizinhança, assim, superpunham-se. Vale salientar que a linha do parentesco no bairro era nitidamente feminina: eram as mulheres as que traziam seus maridos para morarem no bairro:

A dificuldade que mulheres de fora encontram em se fixar no bairro ilustra bem este aspecto. A Adelaide de Santa Catarina [bairro vizinho] que vive na parte superior do bairro, habitou durante anos uma casa nas Escadinhas: como ela própria diz hoje, era bom dia, boa tarde não criou relações com ninguém.

[...] os homens que nascem fora, casam com elas e assim pertencem ao bairro – juntam-se aos cunhados, sogros, vizinhos, amigos nas atividades colectivas que os unem; os homens que, apesar de nascidos aqui, casam com mulheres de fora, vivem uma situação de ambiguidade de pertença e, ou vão viver para fora do bairro, aproximando-se das redes de solidariedade da sua mulher, ou trazem a mulher para o bairro e esperam que ela sobreviva como paraquedista, no meio das outras mulheres ciosas da sua micropátria, ou, ainda, acabam por se conformar a uma separação que, de certo modo, os acaba por reconciliar com o seu bairro. (CORDEIRO, 1997, p. 169)

A densidade do inter-relacionamento evidenciava-se no uso intenso da rua como espaço familiar, demonstrado pelas portas abertas, os lençóis e toalhas penduradas, os gritos cruzados entre janelas. Da porta para dentro, contudo, a reserva era bastante grande:

Com efeito, a comunicação entre vizinhos – e, muito em particular, entre vizinhas – estabelece-se à janela, sobre os degraus da entrada, à beira da rua e de casa, nesse espaço

público ainda securizante que circunda a própria casa. É muito raro bater-se à porta de um vizinho, ou tocar. (CORDEIRO, 1997, p. 193)

Figura 79 – Calçada da Bica Grande (anos 1960?)



Fonte: acervo do Arquivo Fotográfico CML (CORDEIRO, 1997, p. 173).

Esta densidade dava à Bica, na década de 1990, “um ar de comunidade”. Num trabalho sobre outro bairro central lisboeta, Alfama, António Firmino da Costa (1999) também fala desse bairro como um “tecido densamente enredado”, no qual se misturavam igualmente laços de conterraneidade, parentesco – metade dos moradores tinham familiares diretos como vizinhos – e vizinhança. A teia relacional densa advinha, segundo este autor, de fatores tais como a morfologia, o perfil social, o parentesco, o associativismo e o enraizamento residencial – quase 3/4 dos habitantes moravam no bairro havia mais de 20 anos.

Em inícios da década de 1990, não obstante, Graça Cordeiro (1997) percebeu algumas mudanças na composição de seus moradores que a levaram a afirmar a existência, no caso do Pátio do Broas, de um “processo de recomposição social” promovido pela chegada de moradores novos, chegados de zonas próximas de Lisboa. Das velhas famílias – os Amados, por exemplo – restavam só alguns representantes. Em outra parte do texto, a autora reproduz a frase de um antigo morador, Augusto Barreto: “As pessoas antigas, mais velhas, uma morrem, outras vão-se embora e agora, nesta rua, já há muita gente que não é daqui da Bica, é de fora”. (CORDEIRO, 1997, p. 184) Ou seja, havia uma renovação de população no pátio e no bairro já em curso em inícios da década de 1990.

Este processo chega, porém, a níveis bastante elevados nos dias de hoje. Quando conversei pela primeira vez com Dona Isaura, uma senhora com 80 anos de idade, ela frisou a seguinte mudança: “*tenho 50 e poucos anos aqui. Mas só temos eu e uma senhora aqui de portuguesas. Tudo estrangeiro*”, e fez um gesto de desprezo com a mão direita. Seu Pedro também se referiu aos estrangeiros: “*Os velhos morreram e alugaram tudo aos estrangeiros: russos, chineses, indianos, brasileiros. Havia uns brasileiros que faziam batuque, eram pretos. Os vizinhos fizeram queixa porque o volume era muito alto*”.

Segundo Zé, 80% dos inquilinos do prédio, pátio e ampliação do prédio são estrangeiros, que usam Portugal como trampolim para ir a Alemanha ou Inglaterra. Referiu-se a “*essa raça*” – “*indianos*” –, *que abre lojas para vender de tudo e “o país não bota limites*”. Os estrangeiros não são, pois, bem vistos pelos portugueses. Contudo, se fizermos as contas, veremos que, no pátio, há quatro casas de “indianos”, quatro casas de portugueses, uma casa de cabo-verdianos; na parte de ampliação do prédio, há, em baixo, um apartamento de mexicano e chileno, um outro que vagou recentemente que será alugado a um mexicano e, em cima, um apartamento de uma família russa e um de um casal de portugueses com dois filhos pequenos. Assim, das 12 casas/apartamentos atualmente habitadas do pátio, cinco são de portugueses, sendo o

restante habitadas por estrangeiros. Parece, portanto, exagero de Dona Isaura dizer que só restam duas casas de portugueses. Segundo uma reportagem televisiva do *Jornal da Noite*, exibido em 05 de maio de 2017, a maioria dos portugueses acha que o número de imigrantes em Portugal é muito maior do que ele é efetivamente, achando, aliás, que deveria haver menos. Da mesma forma, no Pátio do Broas, os moradores portugueses pensam haver mais imigrantes do que os há e gostariam que fossem menos.

Recai na condição de estrangeiro a responsabilidade pelo fato do pátio não ser mais o que era: um espaço familiar e de pessoas semelhantes. “*Aqui era tudo família. Três irmãs moravam aqui, os primos*”, disse-me Seu Pedro. Dona Isaura, contou-me que o sogro morava aqui, seu marido cresceu no pátio e, depois ela ali se instalou e teve seus filhos. Sua filha e neta moram no pátio e seu filho mora com ela. São quatro gerações de sua família morando no pátio. Contudo, o caso dela é o único que restou dessa tradição. Por outro lado, os moradores trabalhavam em ofícios semelhantes: “*Era diferente em tudo: os homens eram pescadores, as mulheres varinas,<sup>25</sup> todos trabalhavam no mercado*”, acrescenta Seu Pedro. Carla, por sua vez, lembra: “*Havia vizinhança. As pessoas sentavam nas ruas, deixavam as portas encostadas*”.

Com efeito, a antiga forma de habitar – familiar e densa, de portas abertas, conversas e gritos – mudou. A nova forma de habitar limita-se a cruzamentos esporádicos seguidos de “*bom dia*”, que promovem e, ao mesmo tempo, derivam de um radical desconhecimento uns dos outros. No Pátio do Broas, habita-se, pois, sem vizinhos. Conforme foi visto no capítulo anterior, o conceito de habitar aqui usado é bastante largo, filosófico: habita-se enraizando-se com o espaço – aqui entendido em seu sentido também amplo, supondo as coisas nele contidas. Com Martin Heidegger, entendemos o habitar como um “*demorar-se junto às coisas*”, um engajar-se com elas, um deixar-se interpelar por elas,

---

25 Varina é o nome dado às vendedoras ambulantes de peixes pelas ruas de Lisboa. O atual imaginário urbano lisboeta reivindica diversos personagens típicos, dentre os quais destacam-se as varinas.

um enredar-se ou enraizar-se com o espaço. Assim, as escalas do habitar são múltiplas e variadas, desde o canto de uma habitação (BACHELARD, 1998) até a terra (HEIDEGGER, 1954), passando pela casa, pelo bairro, pela cidade, sendo necessário entender o porquê da existência ou inexistência de escalas maiores ou menores.

Inspirada nos dados produzidos pela pesquisa dos becos/avenidas na Baixa dos Sapateiros, imaginava que, no Pátio do Broas, o habitar não se restringiria ao alojamento, à casa, ao fogo; pensei ingenuamente que se habitaria igualmente com os vizinhos. Mas, a mesma forma pode conter conteúdos muito diferentes, pois, ao contrário do que alguns arquitetos pensam, a forma espacial não condiciona decisivamente os comportamentos daqueles que a usam. Os espaços comuns compostos de corredores, escadas ou pátios não fomentam necessariamente um espírito de comunidade ou intensas relações de vizinhança.

Pela descrição feita até aqui, poder-se-ia pensar que no Pátio de Broas habitam dois grupos. De fato, habitam indivíduos, não havendo grupos, pois nem os imigrantes nem os portugueses mantêm relações entre si, o que nos impede de falar efetivamente em grupos. O que há são sujeitos isolados por origens e costumes e, principalmente, sujeitos fragmentados por tempos dificilmente conciliáveis. Convivem mediante uma cordialidade que podemos chamar de mínima, no sentido de absolutamente restrita. Nos meses de observação da vida cotidiana no pátio, o que vi é que as relações entre os moradores se limitam ao respeitoso “bom dia”, “boa tarde” ou “boa noite”. Quando perguntei a Edna se conhecia alguém no pátio me disse: “*não conheço ninguém. Aqui ninguém se conhece, só se fala bom dia [...] Em Cabo Verde é diferente, as pessoas conversam, as portas ficam abertas*”. Israel me disse que os mexicanos-chilenos – os latinos – são os mais sociáveis: “*fazemos festas, churrascos, chamamos as pessoas*”. Relacionam-se com os “moçambicanos” (cabo-verdianos), conversam, mas mesmo assim as festas aos finais de semana não se misturam. “*Com o resto, só bom dia*”.

Em segundo lugar, os indivíduos convivem mediante uma extrema tolerância. Os irmãos mexicanos pensam que os portugueses são muito reservados, demais até. Não dizem nada dos trastes que Black acumula no canto perto de sua casa (restos de um pouco de tudo), da pequena horta que construiu num cantinho do pátio (que tem alguns pés de cana para fazer “gro” – cachaça –, feijão, fava, alface, coentro), da música e dos amigos que se aglomeram na porta de sua casa. Segundo os irmãos, a filosofia dos portugueses é deixar fazer, já que “*eles são assim*”. Mas, essa tolerância vale também para os estrangeiros em relação aos portugueses: Dona Isaura alimenta galos que, para os ouvidos de muitos, são bastante barulhentos, e alimenta os pombos, por muitos considerados sujos. Na frente da casa de Dona Isaura, muitos “cacarecos” se acumulam igualmente. Em outras partes do pátio, certos dias veem-se colchões ao ar livre ou objetos pessoais. Usa-se o espaço comum de forma particular e ninguém reclama. Carla diz que só fala quando há “excessos”. “*Não pode haver música alta de noite, ou deixar o portão aberto. Outras coisas se aguentam como, por exemplo, o costume dos indianos de arrastar coisas à noite*”. A extrema tolerância com os usos privados do espaço coletivo permite não entrar em comunicação e, com isso, evitar o conflito, que não deixa de ser um tipo de comunicação.

No caso do Pátio do Broas, o enraizamento próprio do habitar parece limitar-se, então, ao espaço e coisas dentro da casa, ao âmbito doméstico, ao privado. Se assim for, estaríamos diante de uma diminuição das diferenças entre formas de habitar populares e de classe média, ambas partilhando as nulas ou escassas relações de vizinhança.<sup>26</sup> Pode ser também que os imigrantes habitem zonas não contíguas à sua residência, onde moram outros conterrâneos, parentes ou amigos. Ou, podem também habitar redes transnacionais que incluem diversas nacionalidades africanas. Lamentavelmente, o tempo disponível para a pesquisa

---

26 Mediante as informações proporcionadas por um inquérito realizado junto às classes médias, Sandra Pereira (2016, p. 243) concluiu a inexistência de relações de vizinhança na percepção dos habitantes dos tipos habitacionais chamados *lofts* e *studios*. Neles, 72% dos indivíduos afirmam não ter qualquer tipo de afinidade com os vizinhos.

no Pátio do Broas não nos permitiu identificar estas outras formas, não vizinhas, de habitar.

Figura 80 – Os usos individuais do pátio



Fonte: acervo pessoal da autora (2017).



Como explicar esta mudança no habitar do Pátio do Broas, de denso, familiar e aberto para restrito e limitado, baseado na distância? Elenca-rei a seguir os fatores que me parecem mais importantes:

1. A velha estabilidade residencial deu passo, já desde a década de 1990, a uma chegada constante de estranhos, gente de fora do bairro, que foi alugando as casas de idosos que faleciam ou iam morar com parentes ou em casas de repouso.

2. Os estranhos, nos últimos anos, são mais do que isso, são gente de fora do país, imigrantes estrangeiros – quase 50% dos moradores do pátio –, falando outras línguas, ouvindo outras músicas e com outros costumes, fazendo o pátio ser frequentado por conterrâneos deles.

3. As várias unidades domésticas que eram famílias emparentadas ficaram reduzidas a apenas duas – a casa de Dona Isaura e a casa da filha dela –, perdendo o pátio esse ar de grande família que tinha.

4. Os jovens imigrantes desconhecem a história do bairro e suas associações, e não participam delas, perdendo estas sua grande importância para afiançar laços e criar identidade de bairro. O Marítimo, para eles, não passa de um restaurante. Parafraseando Maria Assunção Gato (2014), podemos dizer que eles têm pouco capital histórico.

5. Há uma mudança significativa na composição das unidades domésticas do pátio. Se antes predominavam idosos morando sozinhos ou casais com um ou dois filhos, agora predominam as unidades com homens que dividem o custo do aluguel, unidades de moradores solteiros ou unidades com muitos homens e poucas mulheres. Predominam no pátio, pois, os homens. Esta composição das unidades domésticas altera radicalmente a atuação de dois agentes tradicionalmente socializantes na vida do bairro: as mulheres e as crianças. Hoje, há apenas quatro crianças no pátio (dois irmãos de seis e sete anos que brincam na minúscula varanda de seu apartamento, uma indiana com apenas quatro meses na cidade, de dez anos, e a filha de Carla, com aproximadamente sete anos de idade). Nenhuma delas brinca nele. Sem necessidade

de vigiá-las, os pais também não frequentam o pátio ou olham para ele. Inexiste “a família dos olhos” que é uma das bases para a vida de um bairro. (JACOBS, 1973)

Em relação às mulheres, são elas também muito poucas no pátio. Se considerarmos que a habitabilidade de um lugar é possível mediante um processo de domesticação do espaço através de rotinas nas quais a mulher tem um papel muito importante (GIGLIA, 2012), compreende-se a escassa socialidade no pátio advinda da escassez de mulheres. No caso do Pátio de Broas e do bairro da Bica, como vimos, eram elas que, em linha matrilocal, construíam o bairro; os homens se juntavam a elas e suas redes familiares e de vizinhança. Sem elas, esta forma de construir o bairro tornou-se acéfala.

6. Não há mais atividades que promovam o uso coletivo do espaço comum. Não há mais trabalhos manuais ou artesanais – tais como a costura, o lavado de roupa ou a confecção de sapatos – que demandem o uso do espaço coletivo partilhado. As máquinas de lavar e os serviços individualizados de água permitem que a lavagem da roupa seja uma atividade solitária, no interior da casa; o desenvolvimento da grande indústria da confecção ampliou e barateou a oferta de sapatos e roupas, não há, praticamente, mais sapateiros nem costureiras. O pátio está, pois, sempre vazio, limitado a ser um espaço de passagem, um lugar que não é usado para estabelecer ou manter relações entre vizinhos e a casa se torna o único espaço de relações. O habitar passa a se restringir à casa, reduzindo-se, repregando-se a uma escala menor.

7. O interessante é que nenhum destes fatores é elencado pelos moradores portugueses quando perguntados sobre o porquê da mudança do social no pátio, por eles mesmos tantas vezes frisada. Em sua opinião, a escassa sociabilidade se explica por uma característica dos estrangeiros, “*eles não querem criar vínculos*”, dizem. As pesquisadoras Fátima Matos e Rosa Maria Rodrigues (2009) chegam à mesma conclusão ao falar dos imigrantes do Leste Europeu morando nas ilhas do Porto:

[...] não gostam da casa, não gostam do espaço e estão de passagem. Não são bem vindos pelas populações, mais enraizadas no espaço, e as diferenças culturais são um entrave para a aproximação, não motivando o convívio entre gerações de nacionalidades diferentes. A vontade destes imigrantes é de mudar rapidamente para locais mais dignos e esta ambição, está patente no reduzido tempo de ocupação das casas, em muitos casos inferior a um ano. Para estas populações as ilhas funcionam como ‘ponte’ para uma vida mais estável e confortável. (MATOS; RODRIGUES, 2009, p. 55)

Mas, no caso do Pátio do Broas, temos um indiano que mora há oito anos, Black há nove, a família de russos há 12... É um tempo bastante razoável para estabelecer relações para além do “bom dia”, coisa que não acontece. Acrescentemos que foram sete casas contíguas a serem ocupadas por indianos (hoje são quatro) sem, no entanto, virar uma “comunidade indiana”. A meu ver, esta escassa vida de bairro ou fraca vizinhança não advém de uma atitude *blasé* moderna, nem de um escasso saldo de socialidade e, muito menos, de um retraimento próprio dos imigrantes ou de um fechamento próprio dos portugueses. Um sétimo fator para este quadro pouco intenso de interação no bairro deve ser buscado nas atuais condições de precarização do trabalho nas quais o trabalhador não dispõe mais de um tempo livre rotineiro, tal qual existia, por exemplo, em 1931, em que Nogueira de Brito (apud LEITE; VILHENA, 1991, p. 71) registrava no artigo “Pátios Alfacinhas” o particular movimento nos pátios do final da jornada de trabalho: “A população dos pátios pelo cair da tarde quando o trabalho amortece, é mexida, apinhada-se, estendendo-se pelos degraus e vozeando pelas frestas”.

Foi um indiano que tingia seus cabelos numa cadeira ao sol, perto da porta de sua casa, num domingo às 13h, que me fez enxergar este fator. Contou-me que morava há 8 anos no pátio, que antes havia morado 2 anos no Pátio do Forno, que gostava do pátio pelas plantas que tinha e que trabalhava na cozinha de uma casa de fado localizada no Chiado,

bairro próximo. Tinha 38 anos e era casado e sua esposa e filha tinham chegado havia apenas 4 meses e ainda não haviam se adaptado. Disse-me não ter muito contato com os vizinhos indianos. Mas como? Falam a mesma língua, são do mesmo país, são vários e são vizinhos, como não se frequentam?”, perguntei sinceramente surpresa. “*Os horários não permitem: cada um tem folgas em dias e horários diferentes e nunca estamos juntos*”. Carla já tinha se referido a esse fato quando, após perguntas reiteradas sobre quando poderia encontrar seu irmão Jorge, disse-me: “*moro do lado; ele é meu irmão, mas às vezes passo uma semana sem vê-lo: nossos horários são diferentes*”.

O Pátio do Broas tem uma população majoritariamente jovem, na faixa dos 30 anos. Quase todos, economicamente ativos. A grande maioria deles trabalha no setor de serviços ligados ao turismo: hotéis, lojas e restaurantes. Nele, o sistema de trabalho supõe mais de oito horas laborais e poucas folgas, sempre em dias e horários de baixa demanda turística. Assim, cada um tem seus dias e horas de folga diferenciadas e a possibilidade de se encontrar com os vizinhos ou conterrâneos do pátio é muito remota. Embora os trabalhadores contem todos com seus contratos devidamente formalizados e suas horas extras sejam pagas, a maioria trabalha mais de oito horas – pela necessidade de acumular turnos para pagar as contas –, só tem uma folga por semana e ganha um salário mínimo. Com escasso saldo e pouco tempo disponível, a socialidade vê-se em muito prejudicada, limitando-se a algumas conversas rápidas com os outros moradores, entrando ou saindo do pátio ou descendo ou subindo as Escadinhas. Já dentre os mais velhos, uma população minoritária no pátio, as paradinhas são bastante mais demoradas.

Vemos, pois, como a precarização das condições de trabalho tem um impacto direto nas formas de habitar. Além da “condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho” (DRUCK, 2013, p. 375) que caracteriza o trabalho precário de uma forma geral, o que a pesquisa no Pátio do Broas evidencia são especificamente

os efeitos da precarização do trabalho no tempo do trabalhador: este se desorganiza e perde-se a rotina que antigamente permitia encontrar periodicamente os vizinhos num mesmo local e horário. Com efeito, segundo João Lopes, Francisco Louçã e Lúcia Ferro (2017, p. 54), 14,7% dos trabalhadores em Portugal veem o seu horário de trabalho ser alterado todas as semanas, resultando dessa dessincronizado do tempo uma “individualização extrema, destroçando a pertença a comunidades”.

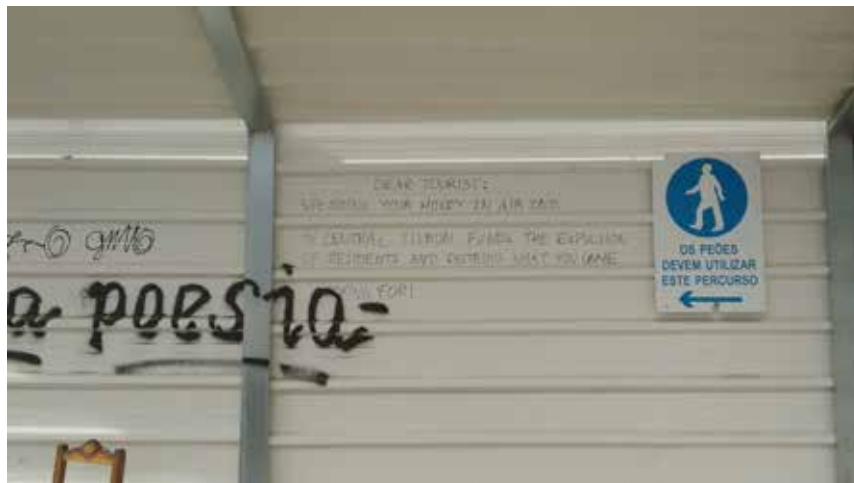
\*\*\*

8. Um último fator que explica a mudança de forma de habitar o pátio merece, pela sua complexidade, uma seção própria. *“Antes era uma comunidade, agora não. As pessoas se reuniam nas tascas, no Clube Marítimo víamos televisão, quando não havia TV como agora. Hoje não se sai e não se vê ninguém. As tascas ficaram caras”*, disse-me Seu Pedro. Com efeito, as tascas foram tradicionalmente locais de sociabilidade nos bairros. Embora a Bica não contasse com muitas há 25 anos, havia o Fado da Milu, o Domingues e a Minhota. Nenhum deles existe mais. As poucas tascas que existem têm suas atividades dirigidas para os turistas.

A transformação de tascas tradicionais, pequenas, voltadas para o público interno do bairro em restaurantes, reformados e ampliados, voltados para o público externo, faz parte de processos mais complexos nos quais o bairro está inserido. Estes processos são chamados de gentrificação, e envolvem basicamente a renovação de áreas deterioradas, com a chegada de novos residentes e o deslocamento das famílias de baixa renda devido ao encarecimento dos aluguéis (pela valorização imobiliária) e ao desaparecimento do pequeno comércio local. É parte deste processo, portanto, a reforma dos apartamentos onde moravam antigos moradores idosos do bairro da Bica que, nos últimos anos,

após falecerem, são convertidos em prédios de hostes ou habitações Air B&B.<sup>27</sup>

Figura 81 – Recado dado aos usuários do Air B&B nos tapumes de uma área em reabilitação no centro de Lisboa



Fonte: acervo pessoal da autora (2017).

São muitos os hostes e apartamentos Air B&B na Bica, embora muitos não sejam visíveis, pois não há letreiros que os publicitem. Carla, que trabalha em um hostes devidamente registrado, disse-me que o *boom* dos alojamentos tem pouco tempo, “*de 2 anos para cá foram compradas todas as casas que vagavam. São suítes que têm muita procura*”. Naquele onde ela trabalha, só teve vaga sobrando no dia de 24 de dezembro. Os turistas fazem reservas antecipadas, ficam entre três e cinco dias.

Um olhar atento para a Rua da Bica Duarte Belo e das Escadinhas percebe a diferença entre prédios cuidados e prédios descuidados. Em uns, moram temporariamente turistas, e em outros, moradores do bairro,

<sup>27</sup> Air B&B ou Airbnb é uma plataforma *on-line* que permite arrendar temporariamente espaços em mais de 190 países. Em 2016, as freguesias da Santa Maria Maior e da Misericórdia aparecem como as duas com mais oferta de apartamentos e quartos Air B&B, cada uma respectivamente com 2.247 e 1.992 ofertas. (SLEE, 2016)

divididos entre moradores antigos, portugueses, e moradores mais recentes, imigrantes. Ou seja: à divisão interna do pátio entre portugueses e imigrantes, acrescenta-se um terceiro elemento ao nível do bairro: os turistas. A sensação por parte dos velhos moradores é a de estar perdendo o seu bairro, o seu espaço para os estrangeiros, sejam turistas ou moradores: “*A Bica tinha muita vida. Agora é só para estrangeiros. Aumentam as rendas dos velhotes e os botam para fora [...] Isso aqui não é Lisboa, é um bairro chinês*”.

“*Um prédio da frente foi vendido a um francês que aluga apartamentos por mil euros. Precisa ganhar muito bem!*”, disse-me Seu Pedro. E acrescenta: “*Toda a Bica tem sua população mudada*”. Manolas, um antigo morador da Bica que trabalha há muito tempo no mercado, disse-me, no mesmo sentido:

*Isto aqui está muito mudado. Toda casa que esvaziava virou hostes. Eu pagava 7,500 escudos [faz a conta], 37 euros por mês. Morava na Travessa da Portuguesa. Morava com minha mãe, que fazia limpeza. Quando morreu, minha irmã precisava de dinheiro e aceitou os 800 contos [faz as contas], 4.500 euros, que o senhorio ofereceu para sair.*

A presença dos estrangeiros – turistas ou não – é nitidamente perceptível na Bica. São centenas a subirem e descerem as Escadinhas, a fazerem fotos delas e dos lençóis secando nos varais, a passearem no funicular da Rua da Bica Duarte Belo. O comércio se adequa a eles: na Rua da Bica Duarte Belo, tem quase uma dezena de restaurantes e pequenas lanchonetes e várias lojas de lembrancinhas para turistas. Há também um velho sapateiro, um cabeleireiro, uma loja de camisetas, de passeios turísticos e a Associação Vai Tu, que mantém uma venda. A Bica, definitivamente, deixou de ser o bairro fechado e escondido que era.

As origens desta mudança no bairro e do bairro devem ser buscadas em finais da década de 1990, quando começam a se sentir os efeitos da reabilitação efetuada nos bairros centrais (Alfama, Mouraria, Bairro

Alto).<sup>28</sup> No Bairro Alto, vizinho da Bica, instalou-se um importante “setor criativo” – ateliês, escolas artísticas, galerias de arte – que impulsionou a transformação da área num bairro boêmio, cosmopolita e jovem, um dito “bairro cultural”. Com a reabilitação dos últimos anos, operada tanto pela pequena iniciativa individual, como pelas lógicas dos promotores e das políticas públicas (COSTA; MAGALHÃES, 2014), a Bica tende a seguir este modelo, com a diferença da velocidade das transformações nesta última se comparada com o ritmo das transformações no Bairro Alto. (LOPES, 2014)

A partir de 2014, as freguesias centrais de Santa Maria Maior e Misericórdia<sup>29</sup> vivem momentos de profundas transformações evidenciadas nos seguintes indicadores: o Alojamento Local<sup>30</sup> representa 20% do total de alojamentos da área (MENDES, 2017) e a concessão de alvarás de obras nestas freguesias cresceu 540%. (PEREIRA, 2017) Este enorme crescimento de investimentos imobiliários, com majoritária participação de capital estrangeiro, principalmente chinês e francês, foram e são possíveis devido à grande desertificação do centro, à alta porcentagem de edifícios devolutos (COSTA, 2017) e, segundo Carla Madeira, presidente

---

28 A reabilitação dos bairros centrais de Lisboa se iniciou na década de 1980 em Alfama, fruto de um movimento de moradores desse bairro ao qual se integraram outros setores da sociedade civil (professores, arquitetos etc.) que interpelaram os poderes públicos e conseguiram a criação pela Câmara, em 1985, de um gabinete técnico local com vistas à reabilitação. A manutenção da população moradora era uma exigência fundamental para a futura reabilitação. Segundo a opinião de António Firmino da Costa (1999), em finais da década de 1990, em Alfama, essa reabilitação não tinha desembocado numa gentrificação do bairro, pois não havia uma substituição generalizada de moradores anteriores por outros com diferente perfil social. Havia, sim, uma recomposição exógena, porém sem características esmagadoras. Continuava sendo um bairro popular, embora o sociólogo admitisse uma “grande margem de indeterminação quanto ao futuro”. (COSTA, 1999, p. 451)

29 “Misericórdia é a nova freguesia que resulta da união das anteriores Encarnação, Santa Catarina, Mercês e São Paulo. Em apenas 1% do território estão 4% dos edifícios da Cidade, 3% de alojamentos e famílias e 2% da população. Há, por isso, o dobro da densidade de ocupação da Cidade”. (LISBOA, 2017)

30 Denomina-se Alojamento Local (AL) aos locais que prestam serviço de alojamento temporário a turistas seguindo um regime jurídico específico – Decreto-Lei nº 63/2015, de 23 de abril. As modalidades de AL podem ser casas unifamiliares, apartamentos em prédios ou quartos. (AHRESP, 2017)



da Junta da Freguesia da Misericórdia, devido também à nova Lei do Arrendamento – em vigor desde novembro de 2012 – e ao Regime Jurídico da Exploração dos Estabelecimentos do Alojamento Local, que levaram, respectivamente, ao aumento “de forma exponencial” dos preços de aluguel das habitações e a uma maior facilidade em utilizar “residências para uso turístico”. (BANHA, 2016) Esta tendência se agudizará com a recente declaração da Rua da bica Duarte Belo como uma das sete ruas mais bonitas do mundo. (AS RUAS..., 2017)

Um impulso especial para a transformação recente da parte baixa da Bica, ribeirinha, decorreu da reabilitação do velho Mercado da Ribeira,<sup>31</sup> empreendida pelo grupo empresarial Time Out.<sup>32</sup> O velho mercado, inaugurado em 1882, que veio substituir o anterior chamado Mercado da Ribeira Nova, é hoje um espaço com funções e públicos muito modificados. Ele, que sempre foi muito movimentado devido à venda de peixes, hortaliças e frutas, além de bares e tascas próximas que atendiam basicamente a população local ou de outros bairros da cidade, foi transformado pelo projeto de revitalização da Time Out a partir de 2014: metade do espaço se manteve enquanto mercado de hortaliças, peixes, frutas e plantas, e a outra metade foi destinada a “24 restaurantes, 8 bares, mais de uma dezena de espaços comerciais e uma sala de espectáculos, tudo com o melhor de Lisboa (o melhor bife, o melhor hambúrguer, o melhor sushi ou os melhores espetáculos, entre outros)”. (TIME OUT MARKET LISBOA, c2016)

O sucesso do Time Out Market transformou os arredores do mercado, dentre os quais se encontra o largo de São Paulo, hoje com mesinhas

---

31 Ocupa um quarteirão – um terreno de 7 mil m<sup>2</sup> –, colidindo com a Praça D. Luís, com a Rua da Ribeira Nova, com o Cais do Sodré e a Avenida 24 de Julho, onde tem sua porta principal.

32 A Time Out é uma companhia de capital fechado criada por Tony Elliott no final dos anos 1960 na Inglaterra. Em Londres, ocupava-se da programação cultural da cidade de Londres. Há cerca de 15 anos, começaram as experiências editoriais de guias de viagem, expandindo-se para a internet e outras revistas-guias semanais nos Estados Unidos na década de 1990. Desde 2002, licencia sua marca, hoje em 14 países, permitindo que os guias sejam encontrados em cinco línguas além do português: inglês, francês, italiano, espanhol e chinês. Estes livros turísticos vendem, em média, 825 mil exemplares por ano. (ÁVILA, 2007)

ao ar livre, servidas por um quiosque, que atende os turistas que descem ou sobem para o *point* turístico do Largo do Chiado ou para a sofisticada Rua Garret. Transformou também as ruas próximas, onde vieram a se instalar uma dezena de restaurantes caros, com comida requintada e internacional. Transformou, finalmente, a Rua de São Paulo – em cujas margens se localiza o prédio onde, na parte traseira, ergueu-se o Pátio do Broas – que hoje vê seu metro quadrado se tornar o mais caro de Lisboa, seguido de perto pela Baixa e Bairro Alto. (PEREIRA, 2017) Assim, nessa rua, há atualmente seis prédios sendo reformados, onde serão oferecidos modernos apartamentos. O comércio local, que hoje se compõe de restaurantes simples – cujos pratos custam em média 8 euros –, padarias, mercadinhos, loja de material elétrico, miudezas para turistas, frutarias, bistrôs, minimercado, ourivesaria, supermercado pequeno, loja de eletrodomésticos e uma sapataria, certamente irá mudar acompanhando o público que virá e suas exigências. Essa transformação já pode ser notada em uma das lojas que compõem o res-de-chão do edifício da frente do Pátio do Broas: o “Gaiteiro”. A taberna pequena se transformou há três anos num restaurante esmeradamente decorado, com um estilo tradicionalista ligado à música – instrumentos e pratos pintados pendurados –; as mesas têm pratos e taças de vinho com guardanapos de pano em seu interior; a contabilidade das mesas é levada num computador, de tela *touch*; o local tem uma máquina de café expresso e duas TVs de tela plana. Aos sábados e com sol, o restaurante fica cheio, a maioria de turistas, que conferem os preços na carta que fica exposta na entrada – os pratos custam em média dez euros.

Mais recentemente, a reabilitação do Cais de Sodré e da Avenida 24 de Julho reforçam esta tendência de câmbios. A zona ribeirinha da Bica se gentrifica: se na década de 1940 era descrita como uma área onde “abundavam as baiucas, em maior número do que hoje (a pesar de serem ainda às dezenas), e os ‘cafés de lepes’; eram frequentes as rixas, não sendo o sítio, pelo que se sabe das crônicas, muito recomendável”

(ARAÚJO, 1993, p. 56), hoje, tornou-se um local de sofisticado comércio de bebida e alimentação.

Contudo, o Pátio do Broas não se gentrifica. As pessoas que saíram ou saem dele não o fazem ou fizeram, pelo menos por enquanto, porque obrigadas devido ao encarecimento dos aluguéis ou porque lhes ofereceram indenizações para transformar o uso ou os usuários do edifício. Não há classe média ou alta morando no pátio. Mas o entorno do pátio, como acabamos de ver, sim, se gentrifica. Assim, dentro de uma área dita gentrificada – Bairro Alto, Ribeira, Cais de Sodré, Bica – há nichos de não gentrificação. Daí estarem com a razão Maria Chabrol e colaboradores (2016) ao insistirem na complexidade do processo de gentrificação e na diversidade de formas que ele assume ao se articular com outras tendências, propondo falar portanto em gentrificações, no plural. E há nuances dentro de um bairro dito gentrificado: há áreas que não o são, há moradores de diversos tipos – antigos há muito tempo, recentes, porém que já moraram antes, novos, relativamente novos etc. –, enfim há contrastes, copresenças. Tais nuances só podem ser percebidas na escala micro e etnograficamente, isto é, de perto e de dentro.

Destarte, o trabalho de campo no Pátio do Broas nos permite afirmar que este é um microespaço não gentrificado da Bica, mas não podemos afirmar que assim permanecerá. O estado e qualidade do espaço construído mantido pela atual proprietária tem permitido a permanência da população antiga do pátio e da nova que não teria condições de alugar casas ou apartamentos em prédios reformados. Nesse sentido, os herdeiros dessa propriedade terão nas mãos o futuro do pátio e o de seus moradores.

Figura 82 – Os dois lados do Mercado da Ribeira. A praça ao lado e, no fundo, a torre da Igreja de São Paulo



Fonte: acervo pessoal da autora (2017).

Figura 83 – Rua de São Paulo. O Pátio do Broas situa-se atrás do quarto prédio amarelo (da esquerda para a direita)



Fonte: acervo pessoal da autora (2017).

Figura 84 – Edifícios em reforma e apartamentos à venda na Rua de São Paulo



Fonte: acervo pessoal da autora (2017).

Figura 85 – Publicização da “rua mais bonita do mundo”



Fonte: acervo pessoal da autora (2017).

Figura 86 – As escadinhas: hostess e prédio à venda



Fonte: acervo pessoal da autora (2017).

Coloquemos, finalmente, lado a lado o habitar com vizinhos dos becos/avenidas e o habitar sem vizinhos do pátio descrito e analisado neste capítulo. Como vimos, nos becos/avenidas da Baixa dos Sapateiros habita-se com os vizinhos, em vizinhança. É preciso frisar que não se trata aqui de uma sociabilidade mais intensa porque tropical ou terceiro-mundista; trata-se de uma necessidade de viver com os vizinhos. Em primeiro lugar, porque deles depende-se. Na medida em que a maioria dos habitantes das avenidas é dona de suas casas – por compra legal, lei do usucapião ou ocupação-construção –,<sup>33</sup> estas estão constantemente sendo reformadas. Nos becos/avenidas, as casas parecem organismos vivos: estão sempre crescendo, ampliando-se, transformando-se, “avançando” nos espaços laterais, frontais e posteriores. Reformam-se ou subdividem-se para caberem outras unidades familiares – para parentes ou para alugar. Como já foi assinalado, dada a exiguidade dos espaços, qualquer modificação do espaço construído implica em negociar com os vizinhos, pois os projetos de uns acabam interferindo nos projetos dos outros. (LIMA, 2016) Depende-se dos vizinhos, também, porque numa área particularmente afetada pelo desemprego<sup>34</sup> como são os bairros populares da capital baiana, as redes de vizinhos são fundamentais: para conseguir um bico, para cuidar as crianças quando se tem de sair inesperadamente, para emprestar alimentos, para usar o crédito do telefone celular quando não se tem dinheiro para isso. Por outro lado, devido ao subemprego e o desemprego serem muito significativos nos becos/avenidas, elas costumam estar, a qualquer hora, cheias de

---

33 O usucapião é um direito garantido pelo Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana, segundo o qual “aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para a sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural”. (GRECO, 2008, p. 5)

34 Salvador tem a lamentável liderança nas taxas de desemprego no Brasil. Em agosto de 2016, ela atingia 17,4% da população. (TAXA..., 2016) Entre os jovens (16 a 24 anos), em maio de 2017, o desemprego atingia a 38% deles. (DESEMPREGO..., 2016)

pessoas adultas nas casas e nos corredores. Se a socialidade precisa de tempo, este sobra de maneira dramática para o “precariado” (HARVEY, 2014) de Salvador. Nessa cidade, o “precariado” não se compõe apenas de pessoas com trabalhos temporários, inseguros, itinerantes e precários, mas, em grande parte do tempo, de gente absolutamente desempregada.

Em segundo lugar, habita-se com vizinhos, também, porque não há como fugir deles: muitas vezes as distâncias que separam uma casa da outra, uma janela da outra, uma porta da outra, são de meio metro. Nesses casos, como diria uma adequação ao ditado popular, é mais viável se juntar ao vizinho do que lutar contra ele. Assim, a proximidade física é reafirmada e radicalizada por práticas de “re-união” que se materializam nas portas abertas – porém com grades de ferro fechadas –, no hábito de se sentar nas escadas para conversar ou ficar nas janelas dispostos a trocar conversas com quem passar. Mediante estas práticas e disposições, o beco entre na casa e a casa saía para o beco, verificando-se um intenso relacionamento entre vizinhos.

Em terceiro lugar, habita-se com vizinhos porque muitos deles são parentes. Como vimos, muitas casas nos becos/avenidas são casas emparentadas ou redes de casas aparentadas: são parentes morando ora em casas diferentes num mesmo beco, ora morando em andares diferentes das mesmas casas ou em casas contíguas horizontais, numa espécie de condomínio familiar. Entre as casas emparentadas, desenvolve-se a cooperação, lealdade e ajuda mútua, evidenciadas na cessão de lajes, empréstimos de dinheiro, no “tomar conta” dos filhos dos outros, na partilha de refeições, na troca de favores, no empréstimo de objetos etc.

Nessas condições, se fechar nas quatro paredes de uma casa é praticamente um suicídio. É preciso trocar palavras, parar para conversar, fazer piadas, comentar uma roupa, dizer aonde se está indo, contar como foi o dia, se informar das novidades sobre “a vida duzôto” e brigar. Falar em habitar com os vizinhos não deve ser entendido como sinônimo de harmonia, pelo contrário, os desentendimentos são constantes e



são encarados “normalmente” pelos moradores com os quais interagi. A vizinhança, com efeito, deve ser entendida como “um espaço de conflitualidade regrada”. (L’HEUILLET, 2016, p. 187, tradução nossa) Nas avenidas, a regra é o uso da ironia: pode se dizer qualquer coisa, mesmo que ofenda, desde que seja dita de forma indireta e com humor.

Um quarto fator que nos ajuda a entender o porquê do habitar com vizinhos nos becos/avenidas pesquisadas em Salvador diz respeito à concepção popular de casa no Brasil, ponto igualmente abordado no capítulo anterior. A casa não é percebida como um espaço fechado, interdito para os estranhos, com limites claramente definidos pela porta. Ao contrário, é concebida como espaço coletivo, extenso, aberto às pessoas.

Finalmente, deve-se admitir que esta forma de habitar só pode se reproduzir ali onde não há pressões imobiliárias que façam os preços do metro quadrado subirem e promovam uma mudança do perfil da população. A gentrificação que foi promovida na área do CHS restringiu-se ao Pelourinho, não afetando diretamente a Baixa dos Sapateiros. Nesta rua, e suas avenidas, a população continua sendo local – “da área” como dizem –, composta de vários grupos etários e com unidades domésticas compostas principalmente por mães e filhos.

\*\*\*

Falar em habitar sem vizinhos não deve ser entendido como ausência de interações ou engajamentos. Há relações, porém superficiais, distantes, restritas, indiferentes, pontuais. Seria este um sintoma de uma crise do habitar? Parece-me que não. Falar em crise supõe ter uma forma erguida como modelo, diante da qual qualquer diferença se torna problema, crise. O que temos são inflexões nas formas de habitar, habitares em constante recomposição.

É preciso frisar esta natureza cambiante do habitar. O habitar em vizinhança dos becos/avenidas da Baixa não é mais do que uma forma recente que veio substituir outra. Como veremos no próximo capítulo, havia no centro de Salvador um habitar diferente – comunitário –, cuja característica principal era o senso de igualdade partilhado pela

totalidade dos moradores. As mudanças socioeconômicas no perfil dos moradores e, hoje, o tráfico de drogas que se instala nos becos/avenidas, impedem que a igualdade impere ou assim seja percebida, pois há aqueles com mais grana e menos grana, os mais antigos e os mais recentes, os inquilinos e os proprietários, os “invasores” e os “direitinhos”, os que têm o poder da arma e os que não o tem. Esta divisão fratura o laço social porque implica não apenas uma diferença entre moradores, mas uma desigualdade entre eles. Sem igualdade, não se fala mais em comunidade.

Por outro lado, o habitar baseado na distância que caracteriza o Pátio do Broas hoje pode muito bem se transformar brevemente em outra coisa. Os moradores têm a consciência que a morte da proprietária é uma questão de tempo e que os herdeiros quererão vender a propriedade. Alguns moradores esperam lucrar com isso e mantêm-se no pátio especificamente com esse fim. Um deles foi bastante sincero a esse respeito: *“Tenho uma casa, longe daqui. Estou aqui para me manter como morador e receber uma indenização quando tudo for vendido”*. Nesse sentido, esta pode ter sido uma etnografia de um campo com uma morte anunciada pela gentrificação que já acontece nos arredores do pátio. E outra forma de habitar se desenvolverá no pátio.

É, pois, indispensável esta visão diacrônica do habitar para evitar erguer certas formas de habitar como se fossem definitivas, próprias do lugar. Os lugares não têm formas de habitar, estas formas são produzidas por uma conjunção de fatores muito variáveis.

## CAPÍTULO 6

# O habitar comunitário: memórias dos expulsos e relocados do antigo Pelourinho na Baixa dos Sapateiros

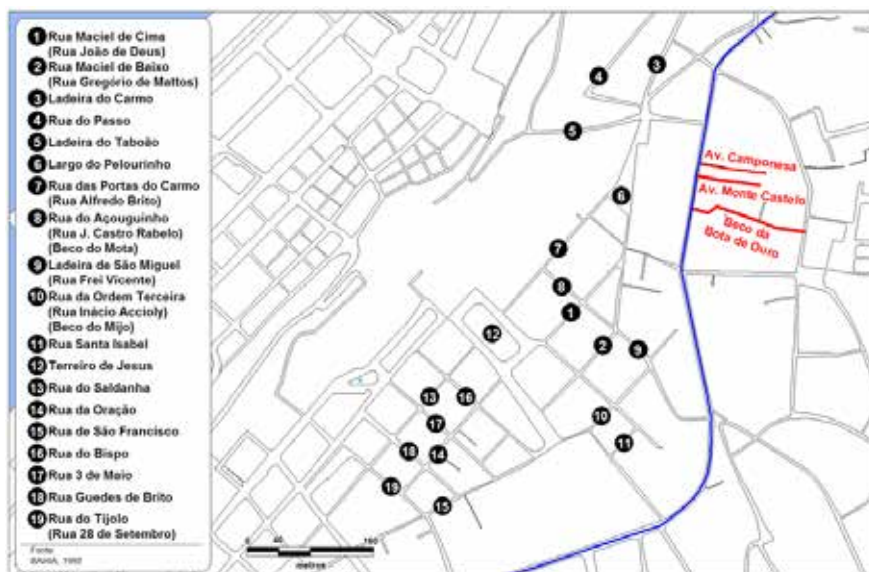
O centro é uma área cujos contornos são definidos por caminhos e trilhas percorridos por seus diversos tipos de usuários, cotidianamente. Continua sendo aquela descrita por Jorge Amado há décadas atrás como sendo

Aquela parte da cidade, onde se processa, potente e intensa, a vida popular, e que se estende da Praça da Sé e do Terreiro de Jesus às Portas do Carmo e a Santo Antônio, englobando O Pelourinho, o Tabuão, o Maciel de Cima e o Maciel de Baixo, São Miguel e a Baixa dos Sapateiros com o mercado de Iansã (ou de Santa Bárbara à escolha e gosto do distinto). (AMADO, 2008, p. 90)

Embora justificadas, as delimitações espaciais de uma pesquisa são sempre arbitrárias, convenientes aos objetivos da pesquisa e do pesquisador, concebidas previamente à ida ao campo. A delimitação espacial

de minha pesquisa, no projeto, começava no Aquidabã e terminava na Barroquinha, ou seja, abarcava toda a extensão da rua Baixa dos Sapateiros. Porém, na medida em que a resposta à pergunta “onde você morava antes?” repetia-se cada vez mais, fui obrigada a me adentrar nas ruelas adjacentes à Baixa, e nas outras adjacentes a essas e nas outras sucessivas: Maciel de Cima, Maciel de Baixo, Rua das Flores, Rua do Bispo, Taboão, Rua Frei Vicente, Passo etc.

Figura 87 – Mapa do Pelourinho



Fonte: Teixeira (1992d).

“Nós morávamos no Pelourinho. Saímos de lá com a reforma” foi a resposta que me levou a imaginar este capítulo. Diante do número e teor dos relatos dos ex-moradores do Pelourinho, passei a enxergar a Baixa dos Sapateiros como uma espécie de campo de refugiados dos expulsos da “recuperação” do Centro Histórico, promovida ao longo das décadas de 1990 e 2000. Foi na Avenida Camponesa onde esta resposta mais se repetiu. Com efeito, dentre os três becos/avenidas pesquisados, é ela que concentra o maior número de ex-moradores do Pelourinho. Não é

coincidência ser este o beco mais recente, mais populoso, mais informal e mais pobre dos três becos analisados.

Outras pesquisas antes desta já tinham constatado que uma grande parte dos moradores expulsos do Pelourinho tinha se instalado nos arredores deste:

Muitos se deslocaram para outros bairros, porém a grande maioria, que tinha atividades comerciais, passou a ocupar os imóveis localizados no entorno da poligonal de intervenção, principalmente aqueles da região sul – Saldanha, Misericórdia e Barroquinha, além de áreas da segunda Cumeada – Palma, Saúde e Santana. (GOTTSCHELL; SANTANA; ROCHA, 2006, p. 36)

Mais do que constatar novamente este fato, interessa-me nestas páginas evocar as narrativas dos moradores expulsos e descrever suas vidas desde então. Pretendo com isso que o próprio leitor conclua o quanto essas vidas foram destruídas e o quanto a reforma milionária dos imóveis do centro histórico não serviu para melhorar a vida daqueles que ali moravam e fizeram pulsar a cultura que dele se irradiou. Falar de cada um deles, de sua moradia atual, trajetória residencial, lembranças, avaliação e sentimentos em relação à expulsão é dar vida a um número inerte – oficialmente 3.190 expulsos na década de 1990 –, <sup>35</sup> corporificar e humanizar essas pessoas que sofreram e continuam sofrendo a imposição de uma mudança violenta, de uma quebra dos laços sociais e afetivos que compunham seu habitar anterior, concebido como comunitário.

Assim, neste capítulo, apresento brevemente cada um dos moradores da Avenida Camponesa que foram antes moradores do Pelourinho, obrigados a sair de suas casas, de seu micro bairros, da comunidade há tantos anos forjada com lembranças, parentes e redes de solidariedade. O fio condutor destas narrativas corresponde à ordem dos encontros

---

35 Não há um número exato das famílias expulsas do Pelourinho a raiz da reforma. Márcia Sant'Anna (2003) fala em 1.900 famílias expulsas; Laila Mourad (2011 apud VASCONCELLOS et al., 2017) em 3.574 famílias entre os anos de 1992 e 2003. O número de expulsos é ainda mais desconhecido para a década de 2000.

que fui tendo com eles, com o cuidado de não deixar passar o ânimo e ambiente dessas conversas. Tentando interromper o menos possível as narrativas/vidas/trajetórias residenciais de meus interlocutores, uso neste capítulo caixas nas quais acrescento informação relativa a assuntos, lugares ou fatos mencionados por eles e que se tornam relevantes para entender suas falas.

\*\*\*

Foi a partir de Ne. que percebi que este capítulo deveria existir. Ne. foi um dos poucos moradores da Avenida Camponesa que me recebeu com muita confiança desde o primeiro momento em que nos conhecemos. Era um final de manhã e Aninha e eu adentrávamos pela terceira vez no “labirinto” com o intuito de, dessa vez, chegar até o final dele – das outras, os latidos dos cachorros e o medo de nos perdermos nos impediram de chegar até o final. Quase assomando à Rua do Alvo, na última quebrada do beco, vimos uma cadeira de barbear e lá estava ele, Ne., fazendo o cabelo de um jovem. Seu sorriso abriu espaço para conversar e quando perguntei onde ele morava antes de morar no beco, me disse “*sou nascido e criado no Pelourinho, em frente ao Olodum, meu pai é o dono do Bar do Reggae*”. Interessei-me logo pela sua trajetória, a de sua família e de seu pai. Voltei várias vezes e, aos poucos, conheci todos eles, que me falaram de outros antigos vizinhos, que, por sua vez, me falaram de outros.

Ne. é um jovem negro de aproximadamente 30 anos, que vive da música e de cortar cabelo. Mora no “labirinto” desde 1999, quando ele e sua família foram obrigados a deixar o casarão onde moravam havia anos devido à pressão do IPAC para saírem. “*Diziam que precisavam do prédio*”. Em suas lembranças, a família recebeu 12 mil reais de indenização.

A EXPULSÃO DOS MORADORES DO PELOURINHO NAS SEIS PRIMEIRAS ETAPAS DA INTERVENÇÃO DOS ANOS 1990.

As obras de “recuperação” do Pelourinho começaram no ano de 1993. Inicialmente, foram reformados 89 imóveis inseridos em quatro quarteirões contíguos à rua Gregório de Mattos, em cuja parte interna foram construídas 3 praças. Até o final da década, mais três quarteirões da área do antigo Maciel e Igreja de São Miguel foram reformados, assim como quarteirões do Carmo, Passo e Santo Antônio e Terreiro, São Francisco e Sé. (QUEIROZ, 2006, p. 91)

Em um dos primeiros artigos que escrevi sobre o Pelourinho, expus que “A intervenção no Pelourinho expulsou 95% dos moradores que ali residiam. A expulsão da população, no entanto, não estava prevista no Termo de Referência da intervenção, que salientava ‘sobretudo a atenção com o habitante do Centro Histórico de Salvador, com seu desenvolvimento sócio-econômico e cultural’”. (MONTROYA URIARTE, 2003, p. 79)

Até o final da década de 1990, a implementação do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador tinha expulsado 3.190 pessoas. (GOTTSCHALL; SANTANA; ROCHA, 2006, p. 35) A palavra expulsão precisa ser frisada: elas não “saíram”, nem foram “retirados” ou apenas “removidos”. A enorme maioria das pessoas foi expulsa de seus prédios e bairro porque elas queriam ficar e não foi lhes dada essa possibilidade.

Ne. morou no Pelourinho desde que nasceu até os 13 anos, na rua Gregório de Mattos nº 31, bem em frente à casa de Olodum. Lembra com saudade dessa casa: “*era grande, tinha 3 quartos, uma sala, uma cozinha, um banheiro e um grande quintal nos fundos para brincar*”. Hoje, o casarão sedia uma repartição do IPAC e o antigo quintal foi somado a outros para formar a Praça das Artes, Cultura e Memória (Praça ACM), cuja construção supôs, também, derrubar o antigo Beco Girassol, que servia como entrada ao casarão, pelo lado da Baixa dos Sapateiros.

Figura 88 – Atual fachada da casa nº 31, onde Ne. e sua família moraram e que hoje sedia repartições do IPAC



Fonte: acervo pessoal da autora (2017).

Seu trabalho com música é herança do ambiente em que cresceu. Além de estudar percussão desde pequeno com a banda famosa cuja sede ficava em frente a sua casa, Ne. cresceu igualmente ouvindo reggae, pois seu pai tinha um bar no térreo da casa onde moravam, o Bar Rastafari, um dos bares de reggae muito frequentados no Pelourinho nas décadas de 1980 e 1990. Hoje, essa experiência musical o ajuda a sobreviver, já que os ingressos que advêm de sua barbearia não são suficientes – presumo também que o ambiente musical se tornou um tanto incompatível com sua condição evangélica adquirida por influência da mãe. Ele montou a barbearia – de fato, apenas uma cadeira e um espelho – na porta do beco, na Rua do Alvo, em 2005, quando tinha 19 anos, mas a pessoa que comprou o apartamento acima da porta não gostava do barulho, “*porque eu trabalhava com o som ligado, sabe?*”. Assim,



em 2009 colocou a barbearia dentro do beco, na porta da casa da mãe, aproveitando uma curva.

Depois de morar em cima de um bar, em frente ao Olodum, num ambiente feito de espaços e pessoas com as quais conviveu desde que nasceu, podemos entender seu seguinte comentário “*Morar no beco é difícil.*”.. Faz uma pausa e muda de tema: “*Não sou bom de datas, vou chamar Ti., que ela lembra de tudo. Ô Ti.! Ô Ti.! vem cá falar com a moça que estuda os injustiçados do Pelourinho!*”.

Assim conheci Ti., irmã – depois soube que de consideração – de Ne., uma mulher forte, que mora na casa da mãe com seus quatro filhos. Cuida dela – que tem problemas de locomoção – e se mantém com uma bolsa família. Mora ali mesmo, na casa da mãe, que tem quatro cômodos pequenos onde moram quatro dos sete irmãos. É uma casa escura e com muita umidade – um quarto e uma parede inteira se tornaram inabitáveis por causa dela. Inicialmente, a casa só tinha dois quartos, um banheiro e um quartinho pequenininho, que compraram com a indenização (10 mil reais, segundo Ti.). Com o tempo, eles bateram uma laje. Fizeram três quartos e banheiro, além da quitinete onde mora o pai.

Ti. lembra com exatidão o dia da mudança. “*Foi no 19 de março de 1999. Era sábado. Chovia muito. Perdemos muitas coisas pela chuva, porque não cabia na casa e tinha que ficar de fora, tomando chuva.*” A lembrança exata da data, do dia e do tempo que fazia me impactou por evidenciar o tamanho da ferida que essa expulsão deixou nela.

Ela participa de uma associação “*para os moradores de antigamente, injustiçados*”. Quem está a frente disso é Ba., também moradora da Avenida Camponesa, no beco principal. Fui procurá-la várias vezes e só conseguimos conversar num dia de sábado, dia em que ela tem tempo para ficar em casa. Ba. mora em uma casinha que, de fora, parece muito pequenininha. Na largura da casa, só cabe uma porta e uma janela. No interior, ela se amplia um pouquinho porque incorpora o espaço ocupado pela escada que, na fachada, leva ao primeiro andar, onde reside outra família. O terreno da casa de Ba. foi dividido em dois e, na parte

superior, ainda, foram erguidas casas independentes. Assim, onde deveria haver uma casa de dois pavimentos, há quatro casas pequenas.

Ba. aluga a casa há tanto tempo que já se sente dona. Nela, moram ela, o marido (artesão, eletricista, encanador) e a filha, já grande. Ba. tem 39 anos, mas parece muito mais jovem, porque está sempre sorridente e bem cuidada, especialmente os cabelos delicadamente trançados, pois é trançadora, profissão que aprendeu com a mãe, também trançadora – e turbanteira, baiana, lavadeira e cozinheira.

Ba. nasceu no Pelourinho e ali morou até os 29 anos, quando foi obrigada a sair. Disse que se arrependeu de ter aceitado a indenização “*que não dava para nada: de 2,600 reais*”. O que ela queria era a relocação, “*mas era muita pressão... Até agora não esqueço, todo dia, de manhã era pedindo para sair porque o dono queria fazer uma pousada na casa onde a gente morava*”.

#### INDENIZADOS E RELOCADOS

Segundo o IPAC, foram oferecidas três opções aos moradores: a relocação definitiva em imóvel alugado, a relocação provisória e a mudança definitiva com indenizações. A indenização supunha o compromisso de abandonar a área. A relocação provisória era uma opção para os proprietários de imóveis degradados que residiriam provisoriamente em outros imóveis até retornarem ao de sua propriedade.

Em 1995, o IPAC afirmava que houve uma “opção maciça pelas indenizações”: “85% dos moradores indenizados puderam adquirir casas populares em bairros proletários ou de periferia”. (IPAC, 1995, p. 21) Vale salientar que falar em “opção maciça pelas indenizações” permitia a essa instituição omitir o número exato de expulsos. Por outro lado, conforme atenta Lyziê Reis (1998), o IPAC nunca provou com documentos a afirmação segundo a qual 85% dos indenizados puderam adquirir suas casas em outros bairros. Ainda segundo o IPAC, o valor das indenizações (entre 150 e 2 mil dólares) era definido em função do tamanho da família e o tempo de moradia no Centro Histórico.

O número de relocados é também um mistério. Sabe-se apenas que, em 1998, apenas 3,1% dos imóveis do Pelourinho “recuperado” tinha função residencial (IPAC, 1998) e que “o IPAC havia concedido o direito de uso a pouco mais de uma centena de famílias nas áreas compreendidas nas primeiras 6 etapas do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador” – afirmação de Beatriz Lima, que dirigiu o Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (ERCAS), hoje Diretório do Centro Antigo de Salvador (DIRCAS), em entrevista concedida à autora no dia 27 de novembro de 2008. Segundo informações oficiais, os relocados dentro do Pelourinho se encontram na Rua Frei Vicente, 26 e 28; Rua Ribeiro dos Santos, 50; Ladeira do Taboão, 44 e 56. Nas áreas adjacentes, na Ladeira da Saúde, 13; Rua dos Adobes, 56; Ladeira da Preguiça, 30; Rua Augusto Guimarães, 125; Rua Luiz Viana, 09; 20; 26; 28.

A mãe morou no Largo do Pelourinho nº 5 durante 32 anos, num quarto. Teve quatro filhos. Saiu para o nº 16, que era uma casa. Depois, foi para a Rua das Flores, onde o IPAC a mandou dizendo que pagaria o aluguel, mas só pagou um mês. É dessa casa, onde ficaram dois anos, que tiveram de sair. A mãe e alguns filhos, então, iniciaram uma longa caminhada: foram à Avenida Camponesa – de onde saíram porque a casa desabou –, depois foram ao Taboão, depois Cidade Nova e, finalmente, à Roça do Galo (formalmente Beco da Bota de Ouro), onde a mãe veio a falecer. Acompanhando a mãe ou já casada, depois de sair do Pelourinho, Ba. morou no Passo, Santo Antônio, Saúde, Taboão etc. Sempre nas imediações do Centro Histórico. “*Eu sou do Centro Histórico*”. Seus três irmãos também moram nele.

Ba. é hoje presidente da Associação de Moradores do Centro Antigo, Maciel, Pelourinho (ACUMOPAN), que reivindica os direitos dos antigos moradores habitarem nos casarões não usados. Disse que o movimento dialoga com os outros seis que existem na área e que, em contraste com alguns – principalmente a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH) –, o seu movimento reúne pessoas de todas as etapas (e não apenas a sétima etapa) e envolve todas as áreas – em contraste

com os movimentos particulares da Rocinha ou do Santo Antônio, por exemplo. Também demarca distâncias com o MSTB: “MSTB é outra coisa. Nós queremos comprar. Não queremos nada de graça”. Tornou-se presidenta da organização do movimento sem querer:

*Como trançadora, tinha um ponto em frente de Gandhi e mestre Bimba. Como presidente das trançadeiras foi convidada a participar de uma reunião da Associação de Lula, na 28 [Rua 28 de Setembro], um sábado, num bar. Era 2008. Na reunião, havia muita gente que não era do centro histórico, que estavam ali para se cadastrar. Me prontifiquei para ajudar, organizar, fazer a fila, chamar por documento. Depois, já era presidente porque Lula não podia mais.*

Admite que ser presidenta de um movimento é um trabalho árduo e que lidar com o governo exige persistência porque eles desinformam, descumprem, desmarcam, fingem, enganam etc. Mas, acrescenta, “eles não vão ganhar comigo no cansaço. Não vou dar essa ousadia”. Outra batalha ela já está vencendo: está concluindo o curso de Serviço Social na Faculdade Dom Pedro II e faz estágio na Secretaria de Habitação.

Voltei várias vezes à casa de Ne. e Ti. em busca do pai deles, Seu Wi., dono do Bar Rastafari, para ele me contar sua história. Finalmente o encontrei uma manhã, em seu bar, na Rua das Flores. Seu Wi. é um senhor negro que não aparenta os 57 anos que tem. Ele nasceu no bairro da Liberdade, em 1959. Sua mãe era lavadeira de ganho e ele a ajudava pegando a roupa suja do Santo Antônio e trazendo a roupa limpa, com a trouxa na cabeça. Quando tinha 14 anos, a mãe faleceu, pois bebia muito. Brigou com o irmão, que ficou na casa dela. Sem estudo, mas “guerreiro e trabalhador, fui morar numa combi, no Estica [área da Liberdade], durante 3 anos. Vivía de fazer mandados na feira do Japão e no supermercado Pais Mendonça. Eu parecia um capitão de areia”.

## OS CAPITÃES DA AREIA

Capitães da areia é o nome de um romance de Jorge Amado, cuja primeira edição data de 1937. Esse era o nome dado às crianças abandonadas da cidade de Salvador, que viviam do furto, mal vestidas, mal alimentadas, que, apesar de serem crianças, “conversavam como homens. Sentiam mesmo como homens”. (AMADO, 2009, p. 236) Os capitães da areia conheciam muito bem o centro da cidade, “sabe[m] de todas as suas ruas e de todos os seus becos”. (AMADO, 2009, p. 26) Jorge Amado (2009, p. 27) se referia a eles como “os donos da cidade, os que a conheciam totalmente, os que totalmente a amavam, os seus poetas”.

Seu Wi. chegou ao Pelourinho em busca do pai, chamado Bi., “*que morava num quarto do 31 do Maciel de Baixo*”, ou seja, na Rua Gregório de Matos nº 31, casa onde ele, e depois sua família, iriam morar durante muito tempo. Seu Bi. era sapateiro e tinha uma banca de cigarros na porta de casa.

*Eu nunca tinha ido na casa dele porque era o brega. Os fundos davam para a Baixa, para o Beco Girassol, onde havia um brega conhecido, o brega do Severo, que era um sargento.*

Com 15 ou 16 anos, um amigo o levou até a casa de seu pai, pela primeira vez. “*Era bravo, bebia. Aceitou que ficasse com ele. Fiquei cuidando dele. 4 ou 5 anos*”.

## O MACIEL

No excelente romance histórico sobre a escravidão no Brasil, *Um defeito de cor*, escrito por Ana Maria Gonçalves (2009), a personagem principal relembra assim o Pelourinho que vira e vivera em meados do século XIX:

Eram grandes os casarões do Pelourinho, todos com muitas janelas e sacadas, onde as famílias se reuniam para assistir aos castigos, como em um teatro. Famílias ricas, de comerciantes ou nobres portugueses, o que acabava dando na mesma coisa, porque para se ter um título de nobreza bastava poder comprar. As melhores casas, sobrados de três ou quatro andares, quase grudados uns nos outros, ficavam na parte mais alta do bairro, em um lugar chamado Maciel.

Aquele pedaço de bairro tinha herdado o apelido de um rico senhor que começou a construir o maior solar da região no ano de um mil seiscientos e noventa e só foi terminar vinte anos depois... (GONÇALVES, 2009, p. 216)

Hoje em dia, as pessoas mais jovens não falam mais em Maciel. Tudo é Pelourinho. Os antigos moradores, porém, faziam distinção entre morar no Terreiro, no Pelourinho (que era o largo), Carmo, Passo, Santo Antônio, Taboão, 28 e Maciel. Sobre este último, Gey Espinheira (1971, p. 8) escreveu:

A zona conhecida como Maciel é formada por duas ruas principais, que fazem ligação entre as Praças Terreiro de Jesus e José de Anchieta, com o Largo do Pelourinho, que são: João de Deus e Gregório de Matos, respectivamente Maciel de Cima e Maciel de Baixo. A denominação de MACIEL estende-se por mais seis ruas: Francisco Muniz Barreto (Laranjeiras); Inácio Accioly (Bêco do Mijo e Bôca do Lixo); Santa Izabel; João Castro Rabelo; Leovigildo de Carvalho (Bêco do Mota) e Frei Vicente (Açouguinho), que ocupam toda a área construída situada entre o Terreiro de Jesus e Largo do Pelourinho, excetuando a rua Alfredo Brito (Porta do Carmo).

Figura 89 – Moradoras de um casarão subdividido do Maciel, possivelmente na década de 1970



Fonte: acervo do Museu Temporal ([MORADORAS..., 197-?]).

Figura 90 – Habitações subdivididas no Maciel



Fonte: acervo do Museu Temporal ([HABITAÇÕES..., 19--]).

Figura 91 – Prédios reformados e não reformados no Maciel



Fonte: acervo do Museu do Tempstal ([PRÉDIOS..., 19--]).



Figura 92 – Ruínas e escombros no Maciel. Beco do Mijo (Rua Inácio Accioly)



Fonte: acervo do Museu Temporal ([RUÍNAS..., 19--]).

## OS QUARTOS NO ANTIGO PELOURINHO

Predominava no Maciel a moradia coletiva. Os velhos sobrados eram subdivididos em inúmeros quartos. “No Maciel predominam as construções de mais de dois pavimentos, o que permite, em número cada vez maior, as moradas coletivas, sendo poucas as unidades de habitação em que reside um grupo familiar único”. (ESPINHEIRA, 1971, p. 10) Em finais da década de 1960, havia “223 imóveis, dos quais 132 são casas-de-cômodos e 27 são unidades residenciais de grupos familiares, enquanto que os demais se distribuem em: comerciais (com exclusividade), ruínas, em conserto e fechados”. (ESPINHEIRA, 1971, p. 15)

Na década de 1970, a concentração de prostitutas promoveu uma densidade cada vez maior no Maciel, sendo de 4 m<sup>2</sup> o tamanho médio dos quartos. A sublocação era predominante, assim como a cobrança de aluguel diário dos quartos. Gey Espinheira (1971) ilustra ainda como um típico sobrado da área, de dois pavimentos, com dois quartos, loja, corredor, salão de visitas, sala e cozinha tinha sido adaptado mediante divisórias de tabiques para abrigar 24 quartos. Nos corredores, moravam os mais pobres dentre os pobres.

Jeferson Bacelar (1982, p. 96) também nos legou uma minuciosa descrição interna dos cômodos:

Os cômodos do Maciel têm, em média, 3 a 5 m<sup>2</sup>; são, em sua maioria, ocupados por uma cama, e, quando o grupo tem mais de um filho, é feita a adaptação de algum móvel ou estrado de madeira para que possam dormir; tem ainda um guarda-roupa ou uma penteadeira onde arrumam o vestuário e acessórios. Muitas vezes estes equipamentos são substituídos por uma mesa, onde são colocados os acessórios de beleza, e o vestuário é arrumado em cabides ou pregos na parede. Tem um pequeno fogão ‘jacaré’ e o mínimo equipamento de cozinha: uma ou duas panelas, o mínimo indispensável de pratos, colheres, garfos e facas [...] A iluminação e areação do quarto é a mais precária possível, em especial quando a porta é fechada. Não possui janelas, excetuando-se quando se situa de frente, de fachada, nos pavimentos superiores. Possui sempre imagens ou retratos dos santos protetores, além de fotografias dos ídolos da TV coladas nas paredes.

Casado e pai de família, Seu Wi. passou a lavar carros no Terreiro, trabalhar nas docas (nos contêiners), vender cigarro e água na Barra – ia levando tudo em um carrinho de mão, andando. Sua irmã Mi. – que conheci depois e apresentarei em breve – tirou muitas vezes sua fome. Ele se emociona ao lembrar disso.

#### A POBREZA NO PELOURINHO

A maior parte da população do Maciel em finais da década de 1960 se compunha de engraxates, biscateiros, mecânicos, pintores, pedreiros, serventes, isto é, ofícios autônomos, com grande instabilidade ocupacional e, portanto, com remuneração instável. Na população feminina, predominavam as prostitutas (57,6%) e as domésticas (19%). (ESPINHEIRA, 1971)

No Pelourinho, para o imaginário coletivo da população da cidade, pobreza, marginalidade e prostituição eram sinônimos. A mídia teve um papel importante na equação pobreza = marginalidade = prostituição.

O preconceito foi fundamentalmente veiculado pela mídia (sobretudo os jornais) que, no final da década de 1960, descrevia essa área como lugar de ruínas, vadiagem, desordem, ruas de marginais, como a ‘parte negra da cidade’. (CARVALHO NETO, 1991) Como Gey Espinheira (1989) provou, a prostituição ocupava 40% da população do Maciel, em 1970, mas só 3% da população em 1983. Como afirmam Simões e Moura (1985, p. 44), ‘o ‘pecado’ maior do Maciel não é a prostituição ou o vício, mas a pobreza, que ocupa o espaço que o grande capital quer tomar’. (MONTROYA URIARTE, 2003, p. 76)

Em 2000, os moradores que restavam na área (Pelourinho-Sé) permaneciam na mesma pobreza:

[...] no entorno principal, sobretudo nas áreas não reformadas, reside uma população extremamente pobre que sobrevive em casarões degradados, tem baixa escolaridade e pouco rendimento [...] Todos os indicadores sociais do Censo 2000 indicam as sub-regiões Pelourinho-Sé e Misericórdia-Castro Alves como sendo as mais vulneráveis, onde as condições de precariedade aparecem de forma mais acentuada. (GOTTSCHELL; SANTANA; ROCHA, 2006, p. 23-24)

A partir dos dados do Censo de 2000, Carlota Gottschall, Mariely Santana e Ana Georgina Rocha (2006) concluem que, na área do Pelourinho-Sé, 21,4% de responsáveis pelos domicílios permanentes eram de 60 anos ou mais, 35,8% dos chefes eram analfabetos ou analfabetos funcionais e a maior parte dos 5,5% de imóveis com ocupação por cômodos no CHS se encontrava no Pelourinho-Sé (21,4%).

Em meados da década de 1980, o IPAC iniciou as obras de reforma do casarão nº 31 e relocou os moradores em um prédio da Rua João de Deus, no nº 28. A família de Seu. Wi. se mudou e nessa rua aguardou durante anos sua volta à Gregório de Mattos.

#### REFORMAS ANTERIORES A 1991

A primeira instituição estadual encarregada do patrimônio na Bahia foi a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, criada mediante a Lei Estadual nº 2.464/1967. Tratava-se de um órgão ligado à Secretaria de Educação e Cultura, com prioridades concentradas no CHS e tendo como principal meta no campo cultural a reabilitação da zona antiga.

A Fundação comprava imóveis na área e, após reformados, os convertia em equipamentos administrativos ou assistenciais – para o oferecimento de cursos, creches, postos de saúde – da própria Fundação. Assim, a casa nº 12, foi desapropriada pelo governo e abrigou inicialmente a sede dessa instituição. Na primeira metade da década de 1970, a Fundação reformou os casarões do Largo do Pelourinho para a implantação do Senac, do Hotel Pelourinho, da Pousada do Carmo e ateliês de arte e artesanato. Em 1975, implantou a Escola de Artesanato. Em 1978, foram reformados os prédios nº 47, 49 e 51 da Rua Gregório de Matos. (IPAC, 1997)

As intervenções seguiam as propostas e recomendações da UNESCO de combinar turismo e preservação do patrimônio, mas, é bom lembrar, para a Fundação, o morador do Pelourinho tinha de ser o principal beneficiário das reformas, não cabendo expulsão alguma deles, mas programas de melhoria educacional, habitacional e de saúde. Entende-se assim o slogan utilizado na época: “se nasceu malandro no Maciel vai morrer honesto no Maciel”. Esta postura não foi aprovada por muitos setores e a Fundação sofreu duras críticas como a seguinte, publicada no *Diário de notícias*, em 15 de julho de 1978 (apud IPAC, 1997, p. 81):

[...] exibe atuação desastrosa [...] enquanto no Pelourinho se acaba, a sua caricata fundação emprega seus recursos para desapropriar casarões, retirar do local algumas pequenas indústrias, para fazer um pomposo centro social e uma creche para abrigar os filhos das prostitutas que pelo visto são as donas da zona e recebem, como se vê, todas as atenções das autoridades.

Segundo Bacelar (1982, p. 55), os trabalhos de recuperação efetuados pela Fundação promoveram um processo de revalorização do Pelourinho, aumentando em 300% os preços dos imóveis no local. Os proprietários, esperando a valorização de seus imóveis, os deixaram vazios, o que propiciou a aceleração da degradação física dos mesmos: “Comparativamente, em 1969, tínhamos apenas 13 prédios inteiramente arruinados no Maciel; em 1978 temos 41 arruinados, 13 semiarruinados, e 37 prédios em péssimo estado de conservação física”.

Outras mudanças verificadas pela restauração de imóveis no Largo do Pelourinho, Rua Alfredo Brito e outras do Maciel foram o afastamento da prostituição para ruas não restauradas – uma parte das ruas João de Deus e Frei Vicente e a rua Francisco Muniz Barreto – e a quebra no processo de isolamento do Maciel, pela instalação de um Posto Policial, Posto Médico e Centro Artesanal. Além do afastamento das prostitutas, muitas migraram a outras áreas da cidade. Assim, “de 449 prostitutas que tinha o Maciel em 1969, tem ele, em 1976, apenas 171”. (BACELAR, 1982, p. 57)

Em 1981, junto com a extinção de outras fundações, a Fundação transformouse em Instituto, o IPAC, autarquia (oficialmente) vinculada à Secretaria da Cultura (Secult), conforme a Lei Delegada nº 12, de 30 de dezembro de 1980. Mas, o IPAC, até 1991, continuou a formular e executar cursos de qualificação para a população e programas de assistencialismo, sem expulsar, pelo menos direta ou abertamente, sua população moradora.

Após cinco anos, a família de Seu Wi. voltou ao casarão nº 31 onde a moradia num pequeno quarto se transformou num “*apartamento de 3 quartos, cozinha, banheiro e sala enorme, no primeiro andar*”. No térreo, Seu Wi. montou o bar, o Cravinho Rastafari, que passou a conviver com outros dois que já existiam no Pelourinho, o Nego’s Bar e o Bar do Reggae (ambos de Albino Apolinário). O bar dele ficou famoso

por servir o “cravinho”, uma bebida que, me disse, ele mesmo inventou. Foram dez anos nesse local.

#### OS BARES DE REGGAE DO PELOURINHO

O Bar do Reggae na Rua João de Deus e o Cravo Rastafari, na Gregório de Mattos

eram referências do reggae, do culto a seus grandes artistas e profetas e de diversos outros itens, como uma maneira de andar, de trajar-se, de cumprimentar-se e de trazer os cabelos em *dread locks*. A aglomeração dentro e diante desses bares era um permanente congresso étnico, musical e religioso, reforçado pelo consumo do cravinho e outras substâncias. (MOURA, 2006, p. 119)

O ano de 1999 foi terrível para Seu Wi. Seu bar foi transferido para a Praça do Reggae e ele teve de sair de sua casa. Quase uma década depois, em 2010, fecharam a Praça do Reggae “*porque havia muito assalto, brigas, drogas, mortes*”. Foi o fim da era dos bares de reggae do Pelourinho: “*Botaram todos na rua*”.

#### A PRAÇA DO REGGAE

Em 1999, conversei com Albino Apolinário, que, na época, era o coordenador da Praça do Reggae e dono do Bar do Reggae, fundado em 1978. Falou-me que a inauguração da Praça aconteceu em 29 de dezembro de 1998 e sua criação não tinha nascido de uma ideia dos donos dos bares de reggae do Pelourinho:

*A Praça do Reggae, na verdade, foi uma reivindicação dos comerciantes novos, que vieram pro Pelourinho, a burguesia, que eram vizinhos desses bares e que começaram a se incomodar com essa clientela. Desde a música, da forma de se vestir, do comportamento e tal. Um público que amedrontava eles, que eles tinham pavor desse público.*

*E começaram a se articular. Fizeram abaixo-assinados, fizeram denúncias e tal, e o governo chamou os bares pra negociar. Chamou dizendo que os bares obstruíam as ruas, que a violência era muito grande nesses dias, e que tava atrapalhando todo o sucesso do Pelourinho e tal. Aí eu percebi que, na verdade, ou eu negociava com eles, ou eles iriam acabar com o Reggae no Pelourinho.*

Embora não gostasse da ideia, Albino admitia não haver outra saída a não ser fazer a vontade do governo:

*Eu não podia naquele momento, eu não tinha subsídio para poder brigar; como eu acredito que a grande massa brasileira não tenha subsídio para brigar com o poder, porque eles são uma minoria, mas são eles é que ditam o que o povo tem que fazer.*

Naquela época, Albino tinha uma visão muito clara das intenções do governo:

*A estrutura que foi feita aqui na Praça do Reggae, foi feita pra que a gente não pudesse suportar mais do que seis meses. A cobertura dos bares não funciona, todas molham; os bares não são bares, são boxes, é uma coisa descartável; a manutenção que é dada aqui dentro é muito pouca em relação às outras praças. Aqui no Pelourinho é tida como a Praça dos negros, a praça dos excluídos do Pelourinho. ‘Bota lá no Pelourinho, porque de lá eles mesmos descem a ladeira e vão embora’, é assim que pensam. Fora a repressão policial que a gente sofreu aqui dentro, perseguição da Secretaria do Meio Ambiente, que inclusive embargou o som da Praça do Reggae. A construção mal instalada, porque colocaram a Praça do Reggae próxima a algumas residências, e as famílias tão reclamando da zuada. Eu perguntei para eles como é que ficava a situação dessas famílias com a construção da Praça do Reggae, eles disseram para mim que a Praça do Reggae era do governo e os incomodados é que se mudassem. Quando a família recorreu a promotoria, que o bicho pegou, eu fui convocado e tive que ir com os meus advogados pra ir lá me defender e provar que eu não tinha interesse nenhum de prejudicar os vizinhos. Eles é que construíram a Praça do Reggae sem projeção, depois não deram condições. Eles colocaram a gente aqui dentro e não deram o apoio necessário.*

*E com a Praça do Reggae nós perdemos cerca de 60% do nosso faturamento, que nós tínhamos nos nossos bares... E hoje tá sendo muito difícil, porque eu mais uma vez, não sei se por força de meus ancestrais, eu tô tendo que voltar ao samba de novo para sobreviver. Eu tô tendo que mudar minha programação, eu tô tendo que botar o pagode aqui dentro, o samba partido alto aqui dentro, pra trazer um outro público. A minoria da classe média negra.*

Figura 93 – Praça do Reggae em funcionamento (1999) e fechada (2016)



Fonte: acervo pessoal da autora.



Com a indenização de 25.000 reais – Ti. havia dito que foram 10 mil e Ne., 12 mil –, Seu Wi. comprou uma casa “*no beco da Saúde*” (refere-se ao “labirinto” da Avenida Camponesa). Primeiro, comprou a casa que hoje é de sua irmã Mi., mas sua mulher Ma. não gostou porque para se chegar nela tinha que passar pela casa de uma antiga namorada dele. Então, passou a casa para a filha da irmã Mi. e ele comprou a casa onde atualmente mora a família.

Após o fechamento da Praça do Reggae, Seu Wi. levou seu bar para a Rua das Flores. Primeiro, se instalou na entrada da rua e, depois, veio mais para o meio, porque encontrou um espaço maior. Mas agora quer voltar para o primeiro local, para se afastar do ponto de drogas que fica bem em frente a seu bar. Na verdade, “*queria ficar mais em cima (nas ruas centrais do Pelourinho), não em baixo, porque a Rua das Flores é uma rua marginal do Pelourinho reformado*”. Com efeito, todo centro precisa de fronteiras para se manter enquanto tal, assim, desde a reforma nos anos 1990, a Rua das Flores serve como fronteira do espaço reformado. Nela, sujeitos e práticas outras são admitidos: bêbados pobres, usuários de drogas, população em situação de rua. Hoje, apesar de a rua parecer mais cuidada, ter grafites nas paredes e não ter mais tantas pessoas jogadas no chão, os “maluqueiros” tomam conta da rua e o cheiro de maconha é forte a qualquer hora, mesmo havendo uma viatura policial no início da rua (perto do Taboão). A Rua das Flores é uma fissura que só se reforça com o tempo: em 1999, era a fenda onde estavam os expulsos do Pelourinho reformado; hoje, é a fenda de ex-moradores, ex-comerciantes, ex-usuários, e ex-ritmos, todos banidos do que a gestão do Centro Histórico reformado acha que deve caber nele.

Figura 94 – Cena frequente na Rua das Flores em 2000



Fonte: acervo pessoal da autora (2000).

Figura 95 – Rua das Flores em 2017: as mesmas ruínas, porém sem as pessoas dormindo nas calçadas



Fonte: acervo pessoal da autora (2017).

Figura 96 – Grafites da Rua das Flores



Fonte: acervo pessoal da autora (2017).

Seu Wi. sente falta da época em que morava no Pelourinho:

*Tinha mais liberdade. As amizades. A comunidade. Os favores. Sinto falta dessa união. Com tanta casa vazia no Pelourinho não deixam gente morar nele. Podiam dar moradia para as pessoas de lá. Não dar. Vender. Não quero nada de graça. [Por outro lado,] podiam reabrir a Praça do Reggae, que está ali, fechada, abandonada. Eu mesmo poderia administrar. [Mas não acredita que isso*

venha a acontecer:] já fizeram muitas reuniões, mas não dá em nada.

Eu quis conhecer Dona Ma., ex-esposa de Seu Wi. Consegui conversar com ela um dia, em seu quarto, ela sentada, cortando suas longas unhas pintadas de vermelho. Trata-se de uma mulher que, como seu antigo marido, se fez com muita força e trabalho e na qual o Pelourinho foi palco e roteiro principal, deixando-lhe uma marca profunda. A senhora, com hoje 66 anos, morou no Pelourinho desde os 14. Nasceu no interior. Não conheceu seu pai e sua mãe morreu quando ela tinha nove anos. Uma prima que morava em Salvador lhe ofereceu vir morar na cidade, para cuidar de uma idosa. Ela veio. Começou a sair de noite. As amigas lhe falaram de um lugar onde se ganhava muito dinheiro. “Virei minha cabeça e fui pro Maciel. Tinha 14 ou 15 anos”. Foi ao Maciel e não gostou. Fugiu e ficou na Praça da Piedade. Mas não podia mais voltar ao emprego porque já tinha largado, então, uma das amigas a levou de novo para o Maciel e ali ficou.

No brega, “às vezes morava sozinha, outras me juntava com homem. Quando não dava certo, me separava”. Dona Ma. se juntou com Seu Wi. quando tinha 25 anos. Começou a ter filhos. A trabalhar no bar.

*Quando ele começou a arranjar mulher fui para a Igreja [Igreja Universal, do Aquidabã]. [A partir desse momento,] o Pelourinho deixou de ser bom. Quando era bagunceira era bom. Pedi a Deus para sair. Era muita zoada [do Olodum]. Recebi ajuda do governo, foi pouco, mas deu para sair. Gostei de ter saído. ‘Por que?’, perguntei. Porque eu entrei nesse lugar me prostituindo.*

Conheci também Dona Mi., ex cunhada de Dona Ma., irmã pelo lado de pai de Seu Wi. Como ele, ela é muito alegre. Conheci-a graças a An., seu filho, que passou pelo beco enquanto eu falava com Ne., seu primo. An. me levou até a mãe e ali me deixou com ela, em sua cozinha, numa sexta-feira, enquanto ela fazia um xinxim de bofe ouvindo um som alto, percussivo. Eu já tinha conhecido sua filha, Sa., que vende o jogo do bicho no Taboão, apresentada por Re., do Beco da Bota de Ouro. Quando

Dona Mi. percebeu que eu não era funcionária da Prefeitura e que estava “do lado certo” – lhe falei dos meus artigos defendendo o direito dos antigos moradores do Pelourinho de continuar morando no local após as reformas dos prédios –, foi muito receptiva comigo.

Dona Mi. é uma senhora negra de 65 anos. Nasceu na Liberdade. Com dez anos, foi morar no Pelourinho, um pouco antes, já tinha ido morar com uma tia no Taboão. Ela, seus filhos e netos estudaram no colégio Azevedo Fernandes. Sua mãe era embaladeira de sapatos e depois trabalhou no hospital M. Gesteira. Morou em muitos locais no centro: na Praça José de Alencar, na Leovigildo de Carvalho, na Ângelo Ferraz, no Beco do Motta, na Rocinha. Quando se casou, foi morar na Federação, na Liberdade, no Pau Miúdo. Mas voltou ao Pelourinho, para a Rua Alfredo Brito nº 18, para a Rua João de Deus nº 30 e outras. Por que tantas mudanças?, perguntei e ela respondeu: “*eu sempre atrás de casas mais em conta, melhores*”.

Ela teve dez filhos, “*que criei sozinha porque marido só era para fazer*”. Trabalhava fazendo limpeza, chapinha em salão, vendendo cravo e cerveja numa barraca, no Pelourinho já reformado. Mas a reforma também a expulsou, em troca de uma indenização. Com o dinheiro, comprou uma casinha no Engenho Velho da Federação. Depois morou em Santo Antônio, depois na Avenida Camponesa e, finalmente veio se estabelecer na atual casa no “labirinto”, que uma de suas filhas (que trabalha no Olodum) comprou para ela, há aproximadamente 15 anos.

Dona Mi. é legalmente a mãe de Al., um jovem negro que mora no beco principal da Avenida Camponesa, logo na entrada, com sua família. Dona Mi. conhece Al. desde que ele nasceu porque a mãe dele era vizinha dela, no Pelourinho nº 30. Contou-me que, quando pequeno, Al. queria ir para a escola, e como a mãe não tinha feito o registro dele, ela mesma o registrou como seu filho. A vizinha vendia feijão na Ladeira da Saúde, assim como a mãe dela o vendia na Rua da Ajuda. Disse-me que hoje ela morava na Rua da Oração, no Saldanha.

Seguindo as coordenadas dadas por Dona Mi. – e também, depois, por Pa., de quem falarei mais adiante –, fui buscar a mãe de Al., Dona Di. Passei a Igreja de São Francisco, virei na rua do Posto de Saúde (Rua do Bispo) e, depois, numa ladeira estreita. Perguntei por ela e um homem que assistia televisão na sala, com a janela aberta, me disse “*uma baixinha? É nessa porta ali*”. Bati na porta e ela me fez logo entrar e subir na casa dela, sem desconfiança nenhuma, antes mesmo de me apresentar, apenas tendo dito que vinha indicada por Dona Mi. Sentei no corredor que serve de sala. Estavam ali ela, o filho, a nora e um senhor (também morador).

Dona Di. é uma senhora nascida e criada no Pelourinho, na Rua Santa Izabel nº 42, há 74 anos. Como muitos outros inquilinos do Pelourinho, já morou em diversas casas: Gregório de Matos, nº 29; Alfredo Brito, nº 16; Rua do Tijolo, Rua João de Deus, na Frei Vicente, nº 12 etc. Perguntei o porquê de tanta mudança e sua resposta foi diferente à de Dona Mi.: “*porque os prédios desabavam, ou pegavam fogo, ou não dava para pagar o aluguel*”.

Ela teve 13 filhos e trabalhou como quituteira – fazia bolos, cus-cuz, pamonha, etc. Levava mingau para as barbearias, boites e outros comércios da área. Também foi vendedora de feijoada, atividade que exerceu até um ano atrás, quando teve de parar por motivos de saúde. As vizinhas sempre ajudaram a tomar conta de seus filhos. No Beco do Motta, era Dona Mi. – que acabou registrando seu filho Al. Na Rocinha, era Dona Ne. – que hoje mora numa ocupação da Rua das Flores e de quem falarei no próximo capítulo –, que tomava conta de seu filho I. e sua filha M. Alguns filhos, no entanto, não tiveram essa sorte e foram levados para Casas Pia – que recebem crianças filhas de mães solteiras ou pais sem condições de criá-las – como a Escola de Menores de Paripe e, as mulheres, para o Convento das Portas do Sol.

Os filhos de Dona Di. moram hoje quase todos no centro (Rua do Tijolo, Ladeira da Poeira etc.) e quase todos são músicos e “*homens de*

*sete ferramentas*”, que fazem de tudo: estivador, pedreiro, pintor, encanador.

Em finais da década de 1960, Dona Di. se mudou para a Avenida Esperança. Segundo ela, esse é o nome inicial do que hoje se conhece como Rocinha – pensei: faz sentido ser chamada de Avenida, já que se trata de um beco que dava acesso a um conjunto de casas modestas. Ficou ali até 2010 e aguarda ser contemplada com um apartamento do projeto Vila Esperança.

#### A VILA NOVA ESPERANÇA

A Rocinha é uma subárea dentro do que hoje se conhece como Pelourinho. Ela está localizada no fundo dos casarões da Rua Alfredo Brito, já perto do Largo do Pelourinho. Trata-se de um conjunto de casas modestas, muitas delas construídas em plena encosta, encontrando-se com os fundos dos casarões da Cidade Baixa.

Até a sexta etapa da “recuperação” do Pelourinho, a Rocinha não tinha sido afetada pela reforma, embora tivessem se verificado no local ações de despejo e fechamento de bares – pela suposta venda de drogas que acontecia neles. Em 2008, o Ercas apresentou o projeto de urbanização da Rocinha, que chamou de Vila Nova Esperança, que integra o Plano de Reabilitação do Centro Antigo. Na apresentação do projeto, o Ercas falava de uma área de 10.500 m<sup>2</sup>, onde seriam construídas 66 unidades de habitação e equipamentos comunitários como cozinha, sede da associação de moradores, oficina de instrumentos musicais, horta e biblioteca, para 66 famílias (quase 150 pessoas) da Rocinha.

Para a implementação do projeto, todos os moradores foram retirados no local com a promessa que voltariam após a sua reabilitação. Os ex-moradores da Rocinha se encontram atualmente em casas cujo aluguel é pago pelo Governo – como no caso de Seu Ed., a ser apresentado a seguir – ou em prédios de propriedade dele (como no caso de Dona Di.).

Em 2012, a CONDER anunciou a implantação das fundações que iriam sustentar os três blocos onde se ergueriam os 66 apartamentos.

Em 2014, o governo admitia que a situação da Vila Nova Esperança estava paralisada:

A construção iniciou-se em 2012 e foi paralisada ao alcançar cerca de 17% das obras. O baixo percentual evidencia-se, sobretudo, pelos diversos problemas ocorridos ao longo do processo. O projeto arquitetônico foi elaborado com o terreno ocupado, cujos levantamentos topográfico e de sondagem não corresponderam à real situação do terreno. No início das obras, com a terraplanagem e a retirada do lixo secular da encosta, observou-se uma grande diferença na topografia existente, ocasionando a necessidade de adequação do projeto executivo, além de dificuldades técnicas de execução devido às características peculiares do terreno e de acesso à área. (PIRES; SOUZA, 2014, p. 171)

Atualmente, em 2017, sem esperança, os moradores continuam esperando a conclusão e entrega de suas casas.

Figura 97 – Beco que servia de entrada à Rocinha, localizado no nº 16 da Rua Alfredo Brito



Fonte: acervo pessoal da autora (2000).



Dona Di. aguarda seu apartamento na casa provisória que lhe deram desde então, no Beco do Seminário, que fica entre a Rua do Bispo e a Rua 13 de Maio. É uma casa velha de dois pavimentos e um sótão, bastante escura, precisando de luz elétrica o dia todo. No térreo, mora um casal. A família dela e um senhor dividem o primeiro andar, composto de uma cozinha, um banheiro e três quartos – um sendo de um senhor (também antigo morador da Rocinha), outro do filho de Dona Di. e seus filhos, e outro dela. O sótão não tem condições de ser habitado porque o telhado está completamente comprometido e tem ratos. Para que as coisas não molhem quando chove, conta Dona Di., eles colocaram plásticos no teto.

Figura 98 – Prédio da relocação provisória de Dona Di, no Beco do Seminário



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

O filho de Dona Di., Seu Vi., lembra como o Pelourinho oferecia condições de sobrevivência a seus moradores. “*Havia geração de renda,*

*sempre se podia vender alguma fruta, alguma coisa em algum lugar. O Pelourinho era cheio de vendas, de bares. Eu mesmo vendia água, refrigerante, e cerveja nos ensaios de Olodum*". Na fala de ambos, o meretrício não parecia ser um aspecto negativo: "*nós éramos uma família conservadora dentro do meretrício. Fechávamos a porta e pronto. Íamos todos para a escola*", disse Seu Vi., e, acrescenta Dona Di., "*Eu nasci no mangue e vou morrer no mangue*".

Seu outro filho Al. não esquece os tempos do Pelourinho. Até os dias atuais, apesar de morar na Avenida Camponesa, passa grande parte de seu tempo livre em frente ao hotel do Pelourinho, no Beco do Motta, mais precisamente no bar do Sergipe, isto é, nas ruelas e becos onde cresceu.

#### A SITUAÇÃO ATUAL DE RELOCADOS PROVISORIAMENTE.

Trinta das 103 famílias contempladas com o direito de permanecer morando no Centro Histórico ainda não tiveram acesso às unidades habitacionais recuperadas pelas obras da sétima etapa. (VASCONCELLOS et al., 2017, p. 71) Há 12 anos que estas famílias moram em "casas de passagem" no Pelourinho, localizadas na Rua das Portas do Carmo, Rua do Bispo e Travessa do Tijolo, nas quais entraram pensando ficar apenas alguns anos até receberem suas casas reformadas. A provisoriedade dessas casas oferecidas pela CONDER – com divisórias em Madeirit, telhado defeituoso, infiltrações, umidade e escuridão – reproduz a tão criticada inhabitabilidade dos cortiços em que viviam antes da reforma. A situação de provisoriedade que dura 12 anos parece ainda poder piorar, pois o contrato de moradia assumido pela CONDER com os proprietários dos locais onde estas famílias estão morando está sendo substituído por uma bolsa-aluguel no valor de R\$ 450,00, valor que não cobre o aluguel de uma habitação hoje no Centro Histórico e muito menos as taxas de água e luz também assumidas antes pelo órgão. Assim, a moradia provisória está cedendo lugar, na prática, ao "despejo econômico, periferação e maior vulnerabilização dos(as) moradores(as)". (VASCONCELLOS et al., 2017, p. 61)

Na Avenida Camponesa, mora uma antiga vizinha de Dona Di., Pa., que é vizinha de porta de Xi (que apresentarei mais adiante). Conheci-a numa manhã, quando me encontrava na casa de Xi., conversando com ela. Pa. entrou com um copo de café para a vizinha e Xi. imediatamente pensou em minha pesquisa: “*Olha, essa é Pa., precisa falar com ela porque também morou no Pelourinho*”. Após varias tentativas, consegui marcar um dia para conversarmos. Como aconteceu diversas vezes com outras pessoas, marcamos às 9h e quando cheguei, ela ainda dormia.

Pa. trabalhava numa padaria, “*ali atrás*”, mas agora só faz um curso de radiologia. Ela é nascida e criada no Pelourinho. Seus pais e avós moraram no que é hoje o Hotel Pelourinho, na Rua Alfredo Brito, no prédio do atual Senac e, também, no Passo. Tiveram de sair do Passo, pressionados pelo governo quando da reforma. Foram indenizados, mas sem opções foram para a Rocinha. “*Minha avó, coitada, foi para Pau da Lima*”.

Então, ela, os pais, dois irmãos e uma senhora que morava com eles foram para a Rocinha. Construíram num terreno. Depois, o irmão, quando teve filho, também construiu o quarto dele. Sua filha nasceu na Rocinha. Ela saiu de lá há 11 anos, em 2006, antes da expulsão para a construção da Vila Nova Esperança, para morar com seu marido. Vieram para a Baixa dos Sapateiros, porque queriam continuar na área. Paga um aluguel de 450 reais, por um quarto, banheiro, cozinha e sala. “*É o mais barato na redondeza. Na Saúde, um quarto custa 300*”. Agora, vai ter de se mudar porque o proprietário quer reformar a casa. Vai procurar aluguel “*pela área mesmo, porque não gosto de bairro*”.

Como moradora da Rocinha, seu nome consta na lista de moradores que serão contemplados com os apartamentos prometidos, mas ela não tem esperanças: “*Só fizeram na parte de cima algumas quitinetes. Na parte de baixo, que eu morava, nada [...] algumas reuniões eu vou*”. Conta-me algo escandaloso: que a própria CONDER está comprando por 15 mil reais o direito de morar nos apartamentos, para não ter que pagar o auxílio aluguel todos esses anos. “*Querem vencer pelo cansaço*”.

O pai dela – “*La., que trabalha lá em cima [na Rua Alfredo Brito], na galeria de Evaldo, vendendo quadros*” – também morou na Avenida Camponesa, com “auxílio aluguel” pago pelo governo. Hoje ele está na Rua das Flores. Conta que ele e Seu Ed. foram os últimos a saírem da Rocinha.

Pa. diz que morar na Rocinha era bom “*apesar das coisas... mas nenhum deles morava lá*”. Refere-se ao tráfico de drogas e aos traficantes. Como a grande maioria dos moradores da região, fala do tema sem mencionar essas palavras.

#### DROGAS NA ROCINHA

Em 2006, Milton Moura se referiu aos bares de reggae da Rocinha, que estavam “sendo fechados com a alegação de que distribuem droga. A Rocinha pode estar acabando”. (MOURA, 2006, p. 131)

Num trabalho sobre o lazer no Pelourinho, Fabianno Santos (2017, p. 146) reproduz um depoimento que relata o aberto consumo de drogas que acontecia em alguns bares da Rocinha:

Nossa, a gente ficava à vontade lá, era a Jamaica brasileira. Se você quisesse fumar um (baseado) ou cheirar um pó (co-caina) era só pedir uma cerveja que o dono do bar liberava. Podia fumar e até fazer as carreiras na mesa do bar mesmo, nem precisava ir no banheiro. Antes de ser interditado muitos frequentadores deixaram de visitar o local por causa do aumento do consumo de crack e da fama negativa que ganhou o espaço.

Seu Ed., mencionado por Pa., mora no beco vizinho à Avenida Camponesa: na Avenida Monte Castelo. Ele também aguarda a entrega de um apartamento na Vila Nova Esperança, numa casinha de quarto e sala cujo aluguel é pago pela CONDER. Seu Ed. é um artista plástico-fotógrafo-guia de turismo. Ele diz que foi um dos últimos a sair, em 2012. Sua casinha fica no topo de escadaria e tem 6,20 metros de profundidade e 4,20 metros de largura – perfazendo um total de 26 m<sup>2</sup>. Tem 81 anos e,

no cansaço provocado pelo subir e descer de escadas nas avenidas da Baixa, várias vezes me perguntei como farão Seu Ed. e outros idosos para subirem essas escadas – sem corrimão e com degraus tão irregulares – em breve. Mas ele se acha um privilegiado: “*Sou privilegiado. Recebo um salário de velhice, a CONDER paga meu aluguel (mas tem medo que pare de pagar) e trabalho na rua vendendo meus trabalhos*”.

Seu Ed. gosta de lembrar o jardim que tinha na Rocinha. “*Veja o documentário O jardim secreto de Edivon, no YouTube*”. Lembro-me dele ter me mostrado sua casa na Rocinha quando fazia uma pesquisa no Pelourinho, entre 1999 e 2000. Conheci-o vendendo seus quadros perto da Faculdade de Medicina, na Rua Alfredo Brito. Hoje, sua casa tem muitas plantinhas, apesar da varandinha ser muito pequena.

Ele conta que chegou à Rocinha na década de 1980, sendo um dos primeiros moradores – esse depoimento não coincide com o de Dona Di., que diz que os primeiros moradores chegaram na década de 1960. Sua trajetória residencial é como a que temos visto até agora: antes de morar na Rocinha, morou em quase todos os lugares do Centro Histórico, no Passo, São Francisco, Maciel, atrás da Rua do Bispo etc. Quando lhe perguntei como era morar nessa época no Pelourinho, ele me respondeu:

*Eram casas subdivididas. Muita pobreza. Gente carregando água na cabeça, lenha, ferro com brasa. Era comum as mulheres fazerem a vida, nem que seja para complementar a renda. Para mim, tudo isso era muito comum. Não existia bolsa família, proteção à mulher, proteção à criança, como existe hoje. Não havia consciência de centro histórico.*

Segundo ele, a Rocinha nasceu dos quintais dos casarões, que, aos poucos ficaram em desuso devido ao desaparecimento do hábito de criar animais. Os fundos das casas ficaram, assim, devolutos. Quando ele chegou em 1980, ficou numa construção abandonada pela qual um amigo se interessou, para fazer nela uma carpintaria. O antiquário, um amigo dele, perguntou a todo mundo de quem era o espaço abandonado

e ninguém sabia. Mas apareceu uma pessoa dizendo que era o guardião e ele a alugou. Nessa época, segundo a sua recordação, só havia na Rocinha uma fileira de casas em cima.

Mas essa casa que seu amigo alugou não serviu para abrigar uma carpintaria devido à rede elétrica não comportar a demanda das máquinas, e Seu Ed. ficou morando nela. *“Depois, um valente construiu 3 casas no fundo da minha casa. Depois, dona L. ao todo, eram 5 famílias, mas era muita gente”*. Segundo Seu Ed., as pessoas começaram a chegar à Rocinha depois da reforma, ao serem obrigadas a sair de suas casas. *“ACM tirou todas as famílias, porque onde tem famílias tem esculhambação”*. Com efeito, como vimos, Pa. e sua família chegaram após serem expulsos do Pelourinho, mas convém distinguir entre o momento de formação da Rocinha (quando Dona Di. se instala no local) e do seu aumento populacional (quando Pa. e sua família chegam nele).

Perguntei se tinha fotos da Rocinha dessa época e respondeu: *“Não só tenho fotos do meu jardim. Só tinha lixo. A única coisa que prestava era meu jardim”* e me mostrou várias cartolinas, que tirou de um velho baú, nas quais havia colado fotos grandes de seu jardim. *“Muitas fotos. Tinha flores, gato, cachorro, peixe, galinha etc”*.

Seu Ed. vivia do artesanato que vendia numa barraca no Terreiro, *“mas ACM nos tirou... Tantos casarões abandonados, podia dar um para os artesãos!”*. A Associação de Moradores da Rocinha se formou quando souberam que a reforma chegaria também nessa área:

*Em 2007, a CONDER tomou a nossa causa. Eles contaram 40 e tantas famílias morando numas 16 casas. Todo mundo era invasor, eu também. Hoje, está tudo parado. A CONDER quis contar pessoa por pessoa e tudo bagunçou. Ficam colocando empecilhos. Dizem que tem muita gente. Dizem que o tipo de solo não comporta o projeto do arquiteto. Que ele não está mais no Brasil para refazer. Dizem também que tem o problema da contenção da encosta.*

Ele saiu este ano do Conselho. Não aguenta mais. Pouco vê os antigos vizinhos, *“que estão espalhados por aqui mesmo, mas ninguém liga para ninguém se não for muito amigo”*.

Já perdeu a esperança na Vila Nova Esperança. Como muitos outros antigos moradores idosos da região, se tornou evangélico. Ele é testemunha de Jeová.

Figura 99 – Seu Ed. com suas plantas, na entrada da casinha onde mora na Avenida Monte Castelo



Fonte: acervo pessoal da autora (2016-2017).

Voltemos à Avenida Camponesa para falar de outra vizinha de Dona Mi. dos tempos do Pelourinho e que, nesta Avenida, volta a ser sua vizinha: Dona Ce., que mora numa casinha comprada por um filho, há mais de dez anos, em um segundo andar. No térreo, mora uma das filhas, com sua família.

Dona Ce. nasceu em 1954. Morou no Pelourinho desde menina, no que hoje é o Hotel Pelourinho. Depois que o prédio pegou fogo no dia 2 de julho de 1964 – o dia ela lembra bem, mas o ano não tem certeza –, foi morar no Beco do Motta, na Rua do Ferrão. Após um tempo morando com o pai no bairro da Federação, voltou para o Pelourinho, ao Maciel de Baixo. Depois morou na Rua Leovigildo de Carvalho. Depois foi para as Sete Portas, para o Pega Porco (antiga Rodoviária). Hoje é aposentada por razões médicas, mas trabalhou a vida toda na costura e como emba-ladeira de sapatos; depois num colégio.

A vida de Dona Ce. e sua família é, como as outras, feita de muitas mudanças, muitos filhos, muitos problemas. Uma de suas filhas – que mora no Beco da Bota de Ouro – me contou que ela era alcoólatra e que um aneurisma a fez parar de beber. Dos 11 filhos que teve, só criou cinco. Uma de suas filhas entrou no mundo das drogas, levou tiro, foi presa e

fugiu da delegacia. Outra foi dada a um casal que a devolveu e depois foi colocada num convento. Um filho (músico) que migrou para a Espanha é quem comprou a casa para a mãe.

Figura 100 – As cartolinas com fotografias de Seu Ed., a maior parte delas retratando seu jardim



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).



A vizinha da frente de Dona Ce. chama-se Dona Ca. Mora em uma casinha de porta e janela. Trabalhou no IPAC, como recepcionista e faxineira. Aposentou-se recentemente em inícios de 2017. Tem 68 anos. A casa que aluga é bem pequena: são 17 passos de profundidade por 4 de largura – dois quartinhos, um banheiro, uma salinha, uma cozinha pequenina e uma áreazinha na frente. Tudo pequenininho. As paredes estão revestidas com papelão por causa da umidade. Devido ao mofo, não pode ter guarda-roupa, pois estragaria logo. Mesmo assim, o aluguel é de 500 reais, que ela divide com outra moradora.

Ela também já morou no Pelourinho, na Gregório de Mattos nº 33, no primeiro andar, durante 15 anos, em um quarto, ela e a filha. Quando chegou, tinha uns 20 ou 25 anos. Antes, morava no IAPI, com a mãe. Mas começou a trabalhar como cobradora de ônibus para turista e o Pelourinho era melhor para ela. “*Dizem que era brega, que as mulheres fazia a vida. Ninguém queria passar por aí. O ônibus da pernoite que levava os funcionários me deixava lá em baixo. Agora é brega chique*”. Mas para ela não havia problema em morar no brega porque não convivia muito com a vizinhança: saía às 4 da manhã e voltava meia-noite. A filha ficava com a mãe.

Como todos os outros personagens desta história, saiu do Pelourinho porque o IPAC pediu o prédio para entregá-lo aos donos, que o queriam. Mas a indenização que ela recebeu foi insignificante: “*uma mixaria, na época era uns 80 reais [será que ela quis dizer 800?]*” e comprou um ‘*bimbozinho*’ em Peri Peri [um quarto, sala e banheiro], *mas a marginalidade estava tão grande que os ladrão botou a gente para fora*”.

## A VOLTA AO CENTRO DOS INDENIZADOS

O caso de Dona Ca. é muito comum: com a parca indenização, muitos expulsos do Pelourinho foram aos “bairros”, de onde a violência os expulsou novamente, tendo de voltar ao centro, em condições muitas vezes piores. Como Dona Ca. mora só e tem um emprego, ela conseguiu alugar uma casinha no beco, dividindo o aluguel com outra pessoa. Mas há outras histórias, muito mais dramáticas:

Muitas das famílias que mudaram alegavam falta de segurança – mais crítica nos bairros de periferia que no Pelourinho – e várias delas voltaram ao Centro Histórico, passando a viver em condições piores do que anteriormente. Ao contingente das famílias que retornaram ao Centro Histórico, somem-se aquelas que não tiveram direito a indenização ou não conseguiram administrar o dinheiro recebido. Estas últimas, estavam habituadas a suprir suas necessidades com o dinheiro que ganhavam em atividades tais como prostituição, comércio ambulante, tráfico de drogas, roubos e biscates, cujo retorno financeiro variava muito de um dia para outro. Para estas famílias, mesmo as necessidades mais elementares, como moradia e alimentação, eram supridas de forma irregular e ameaçadas pelos períodos de pouco ou nenhum rendimentos e/ou pelos gastos excessivos – sem planejamento – nos momentos de maior obtenção de dinheiro. Neste contexto, administrar o dinheiro recebido a título de indenização, enquanto não encontravam um novo imóvel, se revelou uma tarefa impossível para estas famílias. Muitas pessoas passaram a habitar os casarões em ruínas das ruas não reformadas, agora com um número maior de famílias, agravando as condições de moradia e de higiene e acentuando o nível de dependência e atrito entre as pessoas. (ANDRADE, 1996 apud OLIVEIRA, 2013, p. 58)

O sonho de Dona Ca. é ter uma casa própria. Aguarda uma na Rua 28 de Setembro, uma das casas da sétima etapa que a CONDER previu para uso habitacional de funcionários públicos. Também se inscreveu no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), tanto pela lista da CONDER

quanto pela da Prefeitura, mas, até o momento, não saiu nem um nem outro. “*Só não quero ir para bairro. Fica longe*”.

#### A SÉTIMA ETAPA

A chamada sétima etapa é uma área (nove ruas) do Centro Histórico compreendida entre a Praça da Sé, a Ladeira da Montanha, a Baixa dos Sapateiros e o Terreiro de Jesus.

Enquanto as outras seis etapas de “recuperação” do Pelourinho foram executadas rapidamente, a sétima empatou, alastrando-se até os dias de hoje, conservando, assim, o ambiente de décadas atrás. Em palavras de Milton Moura (2006, p. 131), essa área

é como o Maciel vinte anos atrás: o mundo do brega. Casarões ocupados por dez, vinte ou mais famílias, como a maioria dos turistas dificilmente gostaria de ver [...] O Bar do Sergipe e o Bar de Rose têm máquina de ficha, como antigamente no São Miguel, no Maciel, na própria Rua da Ajuda.

Como a Rocinha, a área da sétima etapa passou a abrigar muitos antigos moradores do Pelourinho reformado, agravando o quadro de superlotação de moradias já existente.

A sétima etapa deveria reformar 130 imóveis para a residência de 1.600 famílias. Em finais de 2001, os moradores receberam a notícia segundo a qual tinham de decidir entre ser relocados para casas em Coutos (bairro distante em 43 km do centro da cidade) ou receber um auxílio-relocação de, em média, mil reais. A indenização só cabia a quem era oficial e comprovadamente proprietário do imóvel.

Em 2003, números oficiais falavam em 1.681 famílias cadastradas na área. Dessas, 1.053 teriam optado pelo auxílio-relocação, 18 pelo remanejamento para casas no bairro de Coutos (pagando 51 reais durante 5 anos), 13 resistiam às propostas e 597 não haviam sido ainda convocadas. (A TARDE, 2002 apud CEAS, 2003, p. 34)

Em 2005, uma ação do Ministério Público conseguiu impedir a expulsão de uma parte dos moradores dessa área. O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado nesse ano pelo Estado da Bahia e a AMACH, permitiu que 103 famílias tivessem seu direito de permanência garantido em apartamentos de 1, 2 ou 3 dormitórios com áreas de 26 a 55 m<sup>2</sup>. (MONTROYA URIARTE, 2012)

As primeiras chaves desses apartamentos foram entregues em 2007. Em 2011, 30% das 103 famílias estavam nas novas casas, enquanto que o restante morava ainda de aluguel pago pelo governo. Em março de 2014, 50% dos imóveis haviam sido entregues, embora sem documento de posse ou arrendamento. (BITTENCOURT, 2015)

Em 2014, a situação era a seguinte:

O projeto encontra-se em execução, estando concluídas 63 unidades habitacionais, 21 em fase de conclusão e 19 em condição de licitação. Está prevista no projeto a construção de 12 unidades comerciais, das quais 09 já estão executadas. O projeto contempla um trabalho técnico social desenvolvido pela equipe da CONDER que atua na organização e mobilização comunitária dos moradores.

Na área do São Dâmaso, também através do Monumenta, estava prevista a produção de mais 234 habitações para atender aos servidores públicos, onde 41 unidades habitacionais foram concluídas e entregues aos moradores. Com o encerramento do Convênio do Monumenta, os projetos estão sendo revistos. (PIRES; SOUZA, 2014, p. 171-172)

O importante trabalho *Perícia popular no Centro Histórico de Salvador* (VASCONCELLOS et al., 2017) informa-nos com precisão o que efetivamente foi realizado após 12 anos de assinatura do TAC. Aproximadamente 70 das 103 famílias receberam suas casas, embora precise ser dito que a atribuição destas não foi negociada com seus habitantes e que a localização destas se encontra “em pontos considerados marginalizados dentro da 7ª etapa”. (VASCONCELLOS et al., 2017, p. 89) O tamanho e as especificidades das mesmas foram igualmente arbitrários. Por outro lado, todas as casas entregues apresentam problemas de rachaduras, infiltrações e umidade.

Finalmente, compromissos da CONDER, como a construção de uma creche e da sede definitiva da AMACH, previstos no TAC, não foram concretizados até o momento. E o Comitê gestor – concebido no TAC como “instância participativa efetiva da comunidade no projeto” – ficou desativado, acarretando que os moradores perdessem “a possibilidade de participar efetivamente das discussões do processo de reforma das unidades e, principalmente, de compreender o que ainda está sendo (ou será) executado”. (VASCONCELLOS et al., 2017, p. 42) Além do Estado não cumprir com o que se comprometeu a realizar via TAC, ele está novamente fazendo propostas de indenização para que os antigos moradores desistam de ficar no centro histórico: os moradores com direito a pontos comerciais estariam recebendo individualmente propostas de indenização para abrirem mão do imóvel que lhes corresponde. (VASCONCELLOS et al., 2017, p. 107)

Figura 101 – Ruas da sétima etapa



Fonte: acervo pessoal da autora (2000).

Em frente à casa de Dona Ca. mora Xi., mais uma pessoa que se viu expulsa do Pelourinho. Ela tem 44 anos, um filho de 23 – que já lhe deu um neto – e outro de 16, que mora com ela. Mora há cinco anos na Avenida Camponesa. Começou morando em uma quitinete do “labirinto”, que tinha apenas um quarto e era dividido entre cinco pessoas. Depois, morou em uma casa no beco principal e agora “subiu” para um apartamento ao qual se acede pela laje, subindo as escadas, entrando pelos fundos.

Ela vive com um benefício concedido ao filho mais novo, que tem deficiência auditiva (usa aparelho) e complementa sua renda fazendo “*meus cabelos e unhas*”. Morou 11 anos no bairro de Pernambués, quando era casada, mas já tem 16 que foi embora e voltou ao bairro natal, “*porque adoro o centro, não saio daqui*”. Disse que gosta do ambiente, das pessoas, conhece todo mundo, brinca, “*posso voltar às duas da manhã quando vou pra roça [terreiro de candomblé], sem problemas, porque sacizeiro, ladrão e traficante me conhecem e dão suporte. Tem violência, mais no bairro tem mais*”.

Xi. cresceu no Pelourinho, na Gregório de Mattos, no prédio vizinho ao de Seu Wi. Moravam num quartinho a mãe, ela e nove irmãos. Teve seu primeiro filho com 16 anos e conseguiu um quarto acima, no mesmo

casarão. Com a reforma do Pelourinho, ela teve direito a uma indenização por ser moradora de um quarto. Nem lembra a quantia, apenas que gastou todo o dinheiro com a saúde de uma tia. Como muitos, arrepende-se de não ter optado pela relocação.

“*Como era morar no brega?*”, perguntei. Sua resposta me surpreendeu:

*Era ótimo! Vendia laranja e queimado no buraco doce do Cruzeiro de São Francisco, onde ficavam travestis e prostitutas. Não faltava novidade! Tinha discussão, briga, navalhada, histórias, vixe! Hoje é só tiro. Queria que esse tempo de trás, o tempo antigo, voltasse.*

Mas Xi. gosta também de morar na Avenida Camponesa: “*Isto aqui é babado e confusão, adoro!*”.

Xi. visita todo dia sua mãe, que mora ainda no Pelourinho, na Rua Frei Vicente, perto do Teatro XVIII. Ela foi uma das poucas pessoas que conseguiu relocação (Xi. menciona outros que também conseguiram: Fua – “o galinha do Maciel”, sambista-, Morena, Maria – que trabalha no Cravinho; “*eles moram na rua do Nina*”). Conta-me que a mãe era doméstica e que hoje, com 74 anos, vive da aposentadoria de um filho, que também tem uma deficiência. Disse-me que sua mãe nasceu no interior e veio com 13 anos para o Pelourinho. Teve o primeiro filho com essa idade. Depois, dois filhos com um pescador. Depois, sete com o pai de Xi., que era um militar e drogado. Eles tinham casas no bairro do Beiru, mas, um dia, ele colocou na rua a mãe com cinco filhos (na época). Então, foram morar no Pelourinho, primeiro no “point do Renato”, depois acima de Alaíde do Feijão, depois na Rua Gregório de Matos, de onde a mãe foi relocada para a Frei Vicente. Conta que a mãe – “*era doidinha*” – sempre contou com a ajuda dos filhos, que vendiam nas barracas do Terreiro. “*Somos todos guerreiros*”.

“*O que você sente quando passa por essas ruas?*”, perguntei-lhe. Ela me respondeu: “*melhorou..., mas está sem gente antiga, com gente de fora tomando conta. Nós não temos mais o direito*”.

Insisti muito para conhecer Dona Ol., mãe de Xi. Numa manhã de janeiro de 2017, finalmente consegui que ela me levasse até a sua mãe, mas o dia não tinha começado bem para Dona Ol. porque um dos cachorros do filho (que tem dois pitbulls) tinha mordido uma mão dela. Assim, quando chegamos a sua casa, ela não estava. Enquanto esperávamos, Xi. começou a fazer a faxina da área porque no dia anterior teve a comemoração do aniversário de seu filho na casa da mãe. Um tempo depois, chegou a mãe, cansada após perambular por vários postos de saúdes, sem encontrar a vacina antirrábica que precisava. Fomos apresentadas e combinamos de eu ir dois dias depois, pois ela ainda tinha de procurar a vacina em outros postos de saúde.

No dia marcado, Dona Ol. procurou um canto mais isolado da casa, pois não queria que as pessoas da casa ouvissem sua história. Com o espaço pequeno e tanta gente, achei a vontade um pouco descabida. Enfim, no pátio, ouvi sua história, que diferia em alguns pontos dos dados que Xi. havia me dado. Dona Ol. é uma mulher negra, magra, cujos olhos cansados de 74 anos não escondem uma longa vida de luta, resistência, sacrifícios e trabalho, primeiro, para sobreviver sozinha na cidade grande, onde chegou com 8 anos e, depois, a partir dos 16, para alimentar e criar os dez filhos que teve.

Ela mora na Rua Frei Vicente, uma das ruas do antigo Maciel, na época chamada de Açouguinto. A rua é uma ladeira que sobe desde a Baixa dos Sapateiros até a Rua Leovigildo de Carvalho, cruza a Gregório de Matos e a João de Deus, local a partir do qual passa a se chamar de Rua Castro Rabelo.

A casa de Dona Ol. fica bem perto da Baixa. Como a rua é uma ladeira, adentra-se na casa dela por uma porta que conduz a um corredor com três portas. A última delas é a de Dona Ol. Ela dá acesso a vários degraus que descem até chegar à casa dela, que, geograficamente fica no sopé da ladeira. A casa tem um quarto, uma sala, cozinha, banheiro e um depósito. Tem também um pátio relativamente amplo, mas que ficou estreito devido à uma casa de madeira que uma das filhas construiu nele, embora não a habite pela umidade e mofo do local.

Figura 102 – Fachada do prédio de relocação provisória de Dona Ol.



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

A casa de Dona Ol. vive cheia de gente: filhos, filhas, nora, netos, netas (algumas amamentando) e “chegados”, embora nem todos morrem ali. Avisto no quarto uma cama de solteiro, na qual, às 10h, dormem duas pessoas. Num sofá de dois lugares, numa tábua onde podem sentar três pessoas e em três cadeiras da mesa da cozinha sentam-se adultos e adolescentes. As crianças pequenas sentam no chão.

A Rua Frei Vicente me chamou a atenção desde a época da pesquisa que fiz no Pelourinho, em finais dos anos 1990, pelo ar de moradia que ela tinha: portas e casas sem comércio, sem anúncios, sem vendas, alguns mercadinhos, dois salões. Apesar de esse comércio subsistir, chama-me a atenção, hoje, não haver indícios mais fortes de espaço habitado, tais como roupas penduradas ou pessoas sentadas nas portas ou janelas. A impressão que me dá é que lhes foi permitido residir, mas não morar propriamente dito, ou seja, não habitar o espaço como o faziam antes ou o fariam em outros lugares. A regra implícita parece ser: é preciso ser discreto, não aparecer. Dona Ol. confirma minha suspeita ao comentar: *“Não se vê ninguém, mas as casas estão cheia. Não pode mais ficar se*



*expondo*". Pelos seus cálculos, nessa rua há muitas casas com gente morando, em vários apartamentos. "Casas do governo?", pergunto. "Tem casas de donos, da Pastoral, do governo, da Santa Casa", responde Dona Ol.

Com efeito, as residências predominam até a metade do primeiro quarteirão, onde desemboca a Rua Inácio Accioly – conhecida antigamente como o Beco do Mijo. A partir desse ponto, ou seja, conforme a rua vai se aproximando à Gregório de Mattos, as instituições se fazem mais presentes: biblioteca, cinema, associação carnavalesca, Unegro, Grupo Gay da Bahia, instituições da Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia. Cruzando a Gregório de Mattos começa o segundo e último quarteirão da Rua Frei Vicente, onde predominam lojas, restaurantes, museu, consulado, trançadeira etc. Ou seja, as moradias na Rua Frei Vicente se concentram na proximidade da Baixa dos Sapateiros, quase na fronteira do Pelourinho reformado.

Na entrada do casarão onde mora Dona Ol., vê-se o símbolo da Santa Casa da Misericórdia. No corredor, conto cinco medidores de energia. Dona Ol. me diz que as quatro famílias que moram no casarão estão aqui desde a época da reforma, porque não aceitaram o que o governo queria lhes dar:

*Conseguí ficar porque fazia parte do Movimento de libertação da mulher. Briguei pela Delegacia da Mulher. Viajei muito para encontros, em vários países eu fui. Brasília. Entrei no movimento por Dona Elvira, uma canadense que trabalhava na pastoral da mulher, na Igreja São Miguel. Ela me disse para não receber o que ofereciam às mulheres: 5 mil, 6 mil e carro. De 5 mil me ofereceram 6 mil. Eu não vou sair. Não aceitei porque já era esclarecida. Mas eu não sei ler. Ela (Dona Elvira) me deu emprego. Mas depois o governo acabou com tudo, com o movimento [...] Me disseram para procurar uma casa. Fui no Santo Antônio, Taboão, mas tinha muita escada e eu era cheia de criança. Ou não tinha água e eu ia ter que buscar água na bica, com balde. Escolhi esta daqui, mas era provisória porque só tinha um quarto. Já tem 20 e poucos anos*

*disso. O aluguel começou com 1 real e hoje já são 117. Estou com o aluguel atrasado.*

Dona Ol. vive com um salário mínimo, que recebe pelo filho com necessidades especiais. Ela e os que moram com ela – filhos, netos e bisnetos – sobrevivem com a ajuda de um e de outro filho, que, quando podem, ajudam.

Ela me conta que nasceu no interior, em Castro Alves. Lá aprendeu a plantar fumo, mandioca, fazer farinha, “*menina tinha que trabalhar*”. Veio a Salvador fugida, com oito anos: “*Eu vim cair aqui porque fugi porque meu pai queria morar comigo, porque eu era parecida com a mãe. Tem homem que é assim, acredite*”. Perdeu a mãe com seis anos. Pegou trem e barco – “*nessa época criança não pagava*” – e ficou no Mercado Modelo, onde conseguia comida. Dormia numa marquise. “*Não buliam comigo. Fiz o que eu quis quando eu quis*”. Escondia-se para não ser pega pelo Juizado. Conheceu os Capitães da Areia. A instituição de Irmã Dulce conseguiu um emprego de babá para ela, quando tinha mais ou menos dez anos,

*mas senti vontade de fugir de novo. Fui ao interior, mas não achei ninguém. Voltei pra aqui. Arranjei um namorado. Aí eu arrumei um filho, era de menor. Comecei a alugar um quarto no Pelourinho, trabalhando num castelo [bordel], limpando, lavando. Depois, arranjei uma pessoa para tomar conta de mim e fui parindo, parindo, parindo. Tive dez. Os pais não olhavam [...]. Fui arranjar tabuleiro para trabalhar, vendendo jaca, manga, banana. Vendia e comprava no outro dia [...]. Trabalhei lavando roupa de ganho no Dique. Com os filhos todos do lado...*

Sobre sua moradia no Pelourinho, conta:

*No Pelourinho, já morei em todas as casas aqui [...]. Tinha casa em todo canto, com divisórias. Pagava diária [...] Tinha gente que fazia sacola na Baixa. Fazer sacola é sair para roubar [...]. O Maciel era muito cheio de mulheres. Começava quinta-feira e ia até segunda. Era como festa de largo. Estivador, marinheiro, doqueiro, vinham em busca de vida fácil. Pra mim, tanto faz. Fechava*

*a porta e ponto. Era bom. Todo mundo se conhecia, se ajudava e cuidava de sua vida.*

Contar-me sua vida horas a fio fez aparecer nela um cansaço acumulado pelos anos trabalhando, lutando para sobreviver e dar de comer a seus filhos, honestamente, dando educação. Algumas lágrimas brotavam de vez em quando. Sofria ao lembrar o sofrimento.

*Entreguei dez filhos ao país, bem, bem, não tem maconheiro, não tem ladrão. Precisa ser mulher, ter garra [ela se emociona, começa a falar devagar] ir à luta. Precisa aprender a viver... Foi muita topada. Tem que olhar para frente [...]. Já tive tempo de só ter um vestido para vestir. Lavar de noite para vestir de dia. É difícil amanhecer e não ter pão pra dar aos filhos. Pouco a pouco, Deus vai ajudando.*

A vida dos expulsos e relocados do Pelourinho é assim: pessoas que foram se fazendo, sobrevivendo dia após dia, uma refeição sem saber quando seria a próxima. O angustiante é que, apesar de a situação ter melhorado um pouco para eles – vários recebem algum tipo de aposentadoria –, a luta pela sobrevivência diária permanece e a moradia continua tão igualmente incerta como antes, quando se mudavam constantemente de casa, pois não sabem se poderão continuar pagando o aluguel ou se o governo o fará e até quando, se a precariedade de sua situação algum dia terminará.

Os filhos de Dona Ol. são crias do Pelourinho, da cultura e da riqueza que havia nele, apesar das aparências e do preconceito. Um é guitarrista, outra professora de dança, outro percussionista, outro músico. “*O Pelourinho é rico e o povo não sabe*”.

Ao sair da casa de Dona Ol, escrevi em meu caderno de campo:

Às 12h deixo a casa de Dona Ol. e pego a Rua Gregório de Matos. Tem percussionistas do Olodum tocando, muitos turistas pela rua, parando, ouvindo, fazendo foto. É incrível como a tão poucos passos existe um outro mundo:

o casarão onde Dona Ol, mora, com tantas dificuldades, escondido, cheio de gente e necessidades.

\*\*\*

As histórias parcialmente reproduzidas até aqui dizem respeito à expulsão e relocação de antigos moradores do Pelourinho, a raiz da política de “recuperação” dos prédios históricos desta área da cidade declarada “patrimônio da humanidade”. Como vimos, a maioria desses antigos moradores procurou nova morada nas imediações do Pelourinho, no próprio centro, isto é, “na área”, como dizem eles: na Rocinha e sétima etapa – e dali muitos foram expulsos novamente enquanto outros, poucos, conseguiram promessas de ficar, sendo relocados supostamente de forma temporária – e na Baixa dos Sapateiros e ruas adjacentes. Uma minoria dos moradores expulsos do Pelourinho foi morar nos “bairros” da cidade, naqueles periféricos, distantes do centro, mas muitos tiveram de voltar ao centro porque não conseguiram se adaptar (como Dona Mi., Xi.) ou porque a violência da periferia os expulsou novamente (Dona Ca.).

Além da dor que a expulsão causou, o que estas narrativas de ex-moradores do Pelourinho morando na Avenida Camponesa evocam é que, mesmo tendo ficado “na área”, o seu habitar foi profundamente alterado. Nenhum deles diz hoje habitar uma comunidade. Habitam o centro ou o beco tal, e o fazem da mesma forma que seus vizinhos: aparentando casas, deixando as portas abertas (porém com grades fechadas), falando-se de uma janela à outra, apropriando-se na medida do possível do espaço, reunindo vidas que as paredes separam, nas escadarias. É bom, mas nenhum deles se refere a este habitar como comunitário.

O Maciel, esse sim!, para eles, era uma comunidade. Lembro-me dos olhos de muitos deles brilharem ao se referirem à vida naquela parte da cidade, naquele tempo antes da reforma. Em todos os casos – com exceção de Dona Ma. –, há lamentação por essa perda, arrependimento de ter lutado pouco por permanecer e, em alguns casos, ainda há esperança de voltar (Ti., Ba).

Inicialmente, chamou muito a minha atenção essa memória do Pelourinho ou Maciel comunitário. Com efeito, a descrição que tinha lido dessa área nos anos 1970 distava muito de concordar com essa imagem. Em seu livro paradoxalmente intitulado *A comunidade do Maciel*, Gey Espinheira escreveu:

O Maciel é a zona mais profundamente tocada pela deterioração, onde a falta de condições essenciais à vida da população levou à desorganização social dos membros da coletividade [...] A predominância dos fatores de desagregação social resultantes do enfraquecimento dos laços de coesão, em virtude da não identificação entre grupos, conduziu ao processo de individualização, no qual a ação individual prescinde da aprovação [...]. (ESPINHEIRA, 1971, p. 10)

O sociólogo falava em desagregação, em individualização, em enfraquecimento de laços de coesão. Por outro lado, se revermos as fotos do Maciel reproduzidas páginas acima, mostrando a pobreza, as habitações divididas apenas por tapumes, os minúsculos quartos onde moravam famílias inteiras, mães com cinco ou dez filhos, as ruas cheias de lixo ou escombros, os prédios caindo ou já em ruína etc., é difícil imaginar uma “vida comunitária” se desenvolvendo nele.

Cabe, pois, a pergunta: a comunidade do Pelourinho, tantas vezes frisada nos relatos de seus ex-moradores, é fato ou invenção? A meu ver, não se trata nem plenamente de fatos, nem plenamente de invenção: são relatos que evocam uma memória do tempo que ali se viveu, sobredimensionando alguns aspectos e esquecendo outros, pois toda memória é uma mescla voluntariosa de factualidade e ficção. Constrói-se em elementos reais, mas a narrativa – no sentido de construção de uma história – tem uma dimensão intensamente subjetiva, pois os narradores estão implicados nos fatos narrados e sua construção só se entende como um confronto com o presente. Os relatos reproduzidos têm a ambição ou pretensão de fidelidade ao passado, mas, evidentemente, trata-se de uma leitura do passado, consciente ou inconscientemente

manipulada, em função de um presente com suas demandas e características específicas. Outrossim, a memória retém fragmentos do passado em função do presente, permitindo, entre outras coisas, a distinção dos tempos.

Minha intenção não é cogitar a veracidade histórica da existência da comunidade em tempos pré-reforma, ou revelar o suposto lado mítico e deformado que toda memória – em contraposição à História – tem (LE GOFF, 1988, p. 194), ou cotejar esta memória com outras fontes. Tão pouco pretendo romantizar ou ideologizar aquela comunidade. Interessa-me frisar como, diante do habitar presente, o anterior aparece como comunitário.

Para o senso comum, comunidade é uma forma de designar um espaço físico delimitado, uma espécie de sinônimo de bairro. O conceito de comunidade refere-se a uma forma de relacionamento entre pessoas no interior de um espaço com fronteiras delimitadas. Os antigos moradores do Pelourinho falam da comunidade que ali existia referindo-se às relações de vizinhança baseadas na igualdade e ajuda mútua. Nesse sentido, para eles, o Maciel era mais do que um bairro, mais do que uma vizinhança: era um espaço de iguais que se reconheciam e ajudavam. Mas a igualdade em quê, de quê? Igualdade na carência, igualdade no menosprezo, igualdade na dificuldade. Esse é o mesmo sentido que Lorena Volpini (2017, p. 127) encontrou para o termo comunidade usado pelos moradores da área de Itapagipe: “O termo, antes que traduzir uma ideia de igualdade referida à posição no sistema de produção, transmitiria uma ideia de compartilhamento de experiência comum”, isto é, da vida em palafita, da autoconstrução, carência de serviços, necessidade de lutar, racismo etc.

À esta igualdade de experiências, soma-se, no caso do Pelourinho, a força de fronteiras simbólicas claramente estabelecidas entre o território do Pelourinho e o resto da cidade. Na medida em que esta área concentrava uma população estigmatizada, relegada espacialmente pela ausência do Estado nela, que a tornava quase um gueto (WACQUANT,

2007), o senso de comunidade podia aflorar com mais força. Assim, nada mais longe do entendimento que estas pessoas têm de comunidade do que o conceito tradicional que a Antropologia propôs. Na clássica definição de Robert Redfield em *Civilização e cultura de folk* (1949), as comunidades eram grupos pequenos, rurais, homogêneos, tradicionais, religiosos e organizados por relações de parentesco, ou seja, o oposto dos grupos urbanos.

À experiência de carência e exclusão deve acrescentar-se o fator tempo: a comunidade era possível porque o Pelourinho era formado por pessoas “*nascidas e criadas*” no local, “*gente antiga*”, como dizem eles. Na geração dos que hoje tem quase ou mais de 70 anos, a grande maioria chegou ao Pelourinho ainda criança ou adolescente: Seu Wi. com 16., Dona Ma. com 14, Dona Mi. com 10, e Dona Ce., Dona Ol., Dona Ca. e Seu Ed. na puberdade. Todos eles tiveram seus filhos que nasceram em cresceram no Pelourinho, tais como Xi, Ne., Ti., Ba., Pa. Esses pais partilharam a mesma situação de penúria para alimentar seus filhos, para arranjar algum bico que permitisse “*botar comida na mesa todo dia*”. Como já foi referido, a grande maioria da população do antigo Pelourinho se compunha de trabalhadores autônomos, mal qualificados, sazonais, cuja instabilidade ocupacional se refletia na incerteza diária dos ingressos: os ofícios predominantes entre os homens eram os de mecânicos, pintores, pedreiros e, dentre as mulheres, os de domésticas e prostitutas. A parca situação econômica explica as constantes mudanças de um quarto para outro, de uma rua para outra, de um beco para outro dentro do interior do Pelourinho, que bem pode ser descrito metaforicamente como um conjunto de fios que de tanto se cruzarem acabou compondo um novilho denso de vidas partilhando as mesmas experiências: uma comunidade.

A proximidade física de longa data, o constante ir-e-vir entre as ruas que compunham o Pelourinho, a situação de pobreza por todos partilhada e a exclusão e o estigma que pesava sobre eles por morarem numa zona decadente e de meretrício, explicam o senso de comunidade

ao qual todos se referem e lembram com saudade, guardando teimosamente na memória a forma e até a data do dia em que foram expulsos.

Todos querem voltar, não à casa onde moravam, não às ruínas ou à sujeira, ninguém sente falta disso. Sentem falta da comunidade que lhes foi tirada, desse microespaço de relações densas, sedimentadas, que envolviam ajuda mútua, confiança e vizinhança jocosa ou, em palavras de Seu Wi., “*amizades, favores, união*”. Mas também – não romantizemos – envolviam brigas, conflitos, desavenças, que, no entanto, viravam espetáculo e tema de muitas conversas e até diversão. Em palavras de Xi.: “*Não faltava novidade! Tinha discussão, briga, navalhada, histórias, vixe! Hoje é só tiro. Queria que esse tempo de trás, o tempo antigo, voltasse*”.

Hoje, os fios que compõem a vida dos ex-moradores do Pelourinho na Baixa dos Sapateiros, mesmo tendo permanecido “na área”, não se cruzam da mesma forma, não com a mesma densidade nem constância. À mesma conclusão chega Álamo Pimentel, embora prive o leitor de dados etnográficos de primeira mão:

Houve uma quebra no sentido no sentido do viver comunitário que estendia e espalhava redes de solidariedade doméstica entre o Pelourinho e as demais áreas do Centro Histórico. [...] Contudo, passaram aqui e ali a retornar ao lugar [...] Suas comunidades fragmentaram-se, mas em alguma medida, rearranjaram outras formas de habitar seus cenários. (PIMENTEL, 2006, p. 169)

“Rearranjaram outras formas de habitar”. Chamo o novo habitar nos becos e avenidas de vizinhança e o antigo, lembrado pelos antigos moradores do Pelourinho, de habitar comunitário. Nas avenidas, o quadro é diferente daquele que existia no antigo Maciel: há distinções econômicas que separam, há distâncias entre inquilinos e proprietários, moradores e traficantes, antigos e recentes, “invasores” e “certos”. Distâncias, diferenças, experiências distintas que impedem ou dificultam o senso comunitário de aparecer.



Como veremos no próximo capítulo, a generalização e características do tráfico de drogas em bairros centrais e pobres tem, dentre as diversas consequências, a disseminação da violência que impede o reconhecimento de uma população local como comunidade. Referindo-se ao que era a antiga comunidade do Péla Porco nos anos 1990, a pesquisadora Maria do Carmo Freitas (2003, p. 64-65) narra dramaticamente suas características uma década depois:

[...] já não se reconhecendo como comunidade, dada a violência exacerbada dentro e fora de suas moradas. Ao comparar o cenário atual com os anos anteriores, notei modificações nas casas: os pequenos jardins e quintais deram lugar aos novos domicílios, e as salas ficaram reduzidas ou deixaram de existir; não há mais plantas nas portas, nem vasos a enfeitar o interior das mesmas casas do passado, nem se vê com frequência os papéis recortados em mosaicos sobre as prateleiras das panelas.

Na atualidade, mesmo convivendo com situações e momentos de violência gerados pelo tráfico de drogas, os moradores das avenidas estudadas na Baixa dos Sapateiros não vivem essa desagregação radical, podemos dizer que ainda habitam enquanto vizinhança: as pessoas se conhecem, se re-conhecem, interagem, conversam, trocam informações, sabem das vidas das outras, não se escondem apavoradas ou querem desesperadamente ir embora a outro lugar. Assim, há vizinhança, mas não há senso de comunidade porque não há práticas de solidariedade para além das redes familiares e inexistem tanto o sentimento de serem iguais como as práticas coletivas que visam resolver ou aprofundar interesses partilhados.<sup>36</sup> Mas, principalmente, eles não veem

---

36 As práticas que derivam de interesses comuns são, na antropologia contemporânea, um fator decisivo para qualificar um grupo de comunitário. Nesta perspectiva, comunidades seriam grupos cujos membros colaboram entre si, partilhando interesses: “[...] a self-organizing group of individuals whose organizing principle is the perceived need for co-operation so as to satisfy a shared interest or set of interests” (BAKER; WARD, 2002, p. 21 apud NIECKARZ Jr., 2005, p. 406); “[...] a group of people who, by virtue of a natural longing for interaction, and shared goals, interests, and fears, feel a sustained bond of connection, cooperation, and

seu habitar como comunitário devido à ausência do caldo sedimentado fruto de gentes, ruas, tempo, pobreza semelhante e exclusão territorial, caldo que favorece o senso de igualdade entre os vizinhos e no qual as práticas de solidariedade (entre outras) encontram solo fértil para se desenvolver.

---

support with one another”. (PARRISH, 2002, p. 261 apud NIECKARZ, 2005, p. 407) Na mesma linha, para Nieckarz Jr. (2005, p. 407): “[...] community is defined for the purposes of this study as a group of individuals, who engage in sustained cooperative activities that, in the process, construct a common identity and a negotiated order, possess shared definitions, feel a sense of belonging, and a sense of commitment to the group and its preservation”.

## CAPÍTULO 7

### Habitar com dignidade e habitar coagido: casarões ocupados no CHS

Este capítulo aborda as formas de habitar encontradas em cinco casarões e um prédio ocupados, todos localizados nas imediações da Baixa dos Sapateiros. A cartilha do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) define as ocupações como “o grito de um povo que não suporta mais viver calado em seus buracos. Que não suporta mais ter que escolher entre comer e pagar aluguel, nem continuar sofrendo humilhações por viver de favor na casa de alguém”. (MTST, [201-?], p. 5) As ocupações são, pois, o último recurso de moradia de um conjunto de pessoas que, não conseguindo mais pagar a renda de uma habitação e diante do desuso prolongado de um imóvel, decidem nele entrar e se instalar, pressionando assim o poder público a tomar as medidas necessárias para enfrentar o gravíssimo problema de déficit habitacional para os setores mais pobres da sociedade. Em Salvador, segundo a Prefeitura Municipal de Salvador, este déficit atinge 90 mil famílias; segundo o IBGE, 118 mil famílias, e, segundo o MSTB, 150 mil famílias. (MIRANDA, 2008, p. 68)

Figura 103 – As ocupações pesquisadas



Fonte: acervo pessoal da autora (2016–2017).

Nos seis imóveis ocupados pesquisados, encontrei realidades diversas, níveis de pobreza variados, prédios com moradores de pouca instrução e outros com o terceiro grau concluído, alguns com lideranças fortes e outros nem tanto, ocupações recentes e antigas, algumas com a presença do tráfico de drogas e outras com moradores firmes em sua prática de barrá-lo. A primeira parte deste capítulo apresenta o desafio comum enfrentado por todas as ocupações, apesar das particularidades de cada uma delas, qual seja, a situação estrutural de indeterminação, a precariedade permanente e insegurança constante em relação ao abrigo que se tem. Em seguida, explico como apesar dessa indeterminação, a

habitabilidade é inventada cotidianamente e resulta, na maior parte de prédios ocupados, num habitar com dignidade. Finalizo apresentando o habitar de alguns prédios vencidos pela coação imposta pelo tráfico de drogas.

\*\*\*

Os movimentos de sem teto – pobres urbanos cujas rendas mensais não conseguem mais cobrir os gastos do aluguel e que ocupam organizadamente terrenos e prédios nas grandes cidades brasileiras – surgem em finais da década de 1990. Em Salvador, uma década depois, foram identificadas 36 ocupações de movimentos sem teto, envolvendo 5.027 famílias, totalizando 21.415 pessoas.<sup>37</sup> (SANTOS et al., 2012) A metade dessas ocupações era de terrenos e 39% de prédios. Das partes, 3/4 delas estavam localizadas na Cidade Baixa, em direção ao Subúrbio Ferroviário, 16,2% nos bairros do centro, centro histórico e Nazaré e 8,1% no Miolo. (SANTOS et al., 2012, p. 25-26) A significativa cifra de 45,7% dos moradores dessas ocupações declarou residir antes em imóvel alugado, 27,21% morava em casa de parentes, 14,36% moravam de favor, 9,38% tinham casa própria e 0,76% eram moradores de rua. (SANTOS et al., 2012, p. 24)

Em certos aspectos, as ocupações de terrenos não são um fenômeno novo. Há muito que os pobres urbanos se veem na impossibilidade de alugar habitações para morar. Como é bem conhecido na literatura urbana latino-americana, entre as décadas de 1940 e 1970, o enorme crescimento da população das cidades e a escassa oferta de aluguéis para os pobres promoveu o fenômeno das “invasões” de terrenos e posterior autoconstrução de casas. Nesse sentido,

Os Sem Teto de hoje são a versão atualizada dos moradores das incontáveis ocupações da terra e do mar que, desde a

---

37 São Paulo tem números maiores: entre o início de 2013 e o fim de 2014, segundo a Polícia Militar, 681 prédios ou terrenos ociosos foram ocupados em toda a cidade; em 2015, eram 4 mil as pessoas morando em cinemas, hotéis, antigos edifícios comerciais e casarões ocupados no centro dessa cidade. (SENRA, 2015)

década de 1940, lutam por uma moradia em Salvador, a exemplo de Alagados, na Península de Itapagipe, do Corta Braço, no bairro da Liberdade, das várias ocupações ao longo do Subúrbio Ferroviário, dentre tantas outras, que se transformaram em bairros populares, lugar de moradia de trabalhadores assalariados e informais, vinculados à construção civil, à prestação de serviços, atividades comerciais e domésticas. (SANTOS et al., 2012, p. 23)

No entanto, as ocupações das quais falaremos aqui apresentam algumas importantes diferenças em relação às antigas ocupações, chamadas de “invasões”. Em primeiro lugar, deve-se mencionar o fato destas ocupações se definirem como movimentos de sem teto<sup>38</sup> que, em sua origem, foram fortemente influenciados pelo Movimento Sem Terra (MST). A primeira ação de organização de um acampamento realizado pelo MTST ocorreu no Parque Oziel, município de Campinas, São Paulo, e serviu como experiência de aplicação da forma de organização de acampamentos do MST em um contexto urbano, tendo sido concretizada por militantes desse movimento. (GOULART, 2011, p. 21)

Em segundo lugar, as atuais ocupações se concebem como lutas pelo cumprimento de direitos constitucionalmente garantidos, porém descumpridos pelo Estado. A consciência da legitimidade das ocupações explica, assim, a insistência na inadequação do termo “invasão”:

Chamar ocupação tem importância. Precisamos entender a diferença entre ‘invasão’ e ‘ocupação’. Invasão foi o que os portugueses realizaram ao vir para o Brasil, roubando

---

38 Existe outro tipo de ocupações ligadas ao Movimento Okupa, cujos moradores – jovens, em geral brancos, com uma estética marcada por *piercings*, *dreads* e tatuagens – estão ligados a linhas anarcopunk ou anarcoprimitivista e cujas ocupações se concentram na região sul do Brasil. Conforme o estudo realizado por Andressa Lima (2012) no Okupa Squat Torém, em Fátima, bairro de classe média em Fortaleza, a ocupação dos okupas é também de imóveis ociosos, sendo também uma forma de protestar e denunciar o capital imobiliário, a gentrificação e a especulação, mas os okupas ocupam pretendendo ficar no local e construir nele um espaço de moradia coletiva e de cultura libertária (reciclagem, artesanato, sustentabilidade, agroecologia etc.), aberto à comunidade (outros okupas de passagem). Enquanto os movimentos sem teto se inspiram no MST, o Movimento Okupa tem como fonte o Movimento Squat, que nasce na Europa na década de 1960.

as riquezas e buscando dizimar os povos indígenas que viviam aqui. Invasão é o que a polícia faz ao entrar nas comunidades atirando e humilhando os trabalhadores. Ocupação é outra coisa! Quando ocupamos damos função social aos terrenos e imóveis vazios, retomando essa terra que é nossa. Ocupamos para garantir direitos que são negados aos mais pobres. Ocupamos pela vida, pela dignidade, por moradia. Ocupar não é crime! Ao ocuparmos estamos exigindo que os direitos previstos na nossa constituição sejam cumpridos. (MSTB, [2016], p. 9-10)

Além do direito à moradia garantido no Artigo 6 da Constituição Federal de 1988, as ocupações exigem o cumprimento do parágrafo primeiro do Artigo 1.228, do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, que estabelece a função social da propriedade e foi aprovado pela Câmara Federal em julho de 2001, após 11 anos de tramitação, no qual se afirma que “o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais”. (BRASIL, 2002 apud SANTOS et al., 2012, p. 63)

Para os movimentos sem teto, o Estado tem o dever de formular políticas de habitação para todos os brasileiros, inclusive os mais pobres. Nesse sentido, não se ocupa individualmente para que, depois, cada um autoconstrua suas casas. Ocupa-se para pressionar o Estado a tomar providências que garantam o direito à moradia para todos. Pedro Cardoso, do MSTB, afirma nesse sentido:

[...] Não somos vagabundos, fazendo ocupações. A ocupação se justifica e se legitima exatamente pela ausência do poder público. Está no artigo 6º da Constituição que a moradia é um direito de todos, e que o governo tem que prover moradia para o povo. Quando o governo sonega este direito ele legitima as ocupações. (SANTOS et al., 2012, p. 64)

Muito mais do que uma luta por um pedaço de terra ou uma casa, movimentos sem teto como o MTST ou o MSTB lutam para transformar a

sociedade, colocando-se contra o Estado e o capitalismo, reivindicando uma reforma urbana que derrube as profundas desigualdades que constituem a cidade contemporânea, caracterizada pela dualidade entre a cidade dos ricos e a cidade dos pobres. A reforma urbana é entendida como o enfrentamento à cidade do capital e seus alicerces, promovendo a apropriação coletiva do espaço e expropriações, assim como a construção de uma dimensão comunitária do espaço. (GOULART, 2011) Desta forma, apesar de serem identificados como um movimento de moradia, estes movimentos têm aspirações mais abrangentes, reivindicando lazer, cidadania, direitos políticos e raciais.

Em terceiro lugar, em contraste com as ocupações do passado, as de hoje não se limitam a ocupar terrenos; ocupam também edificações abandonadas ou sem uso. Há uma consciência e indignação com a quantidade de imóveis em desuso que o capital e a especulação imobiliária mantêm fechados ou abandonados. Na Região Metropolitana de Salvador, conforme se lê no *Atlas sobre o direito de morar em Salvador* (SANTOS et al., 2012, p. 71), “enquanto o déficit habitacional urbano é de 114.524 o número de domicílios vagos é de 140.890, o que significa que temos imóveis suficientes para acabar com o déficit habitacional”. No CAS, segundo um levantamento realizado em 2010, o número de imóveis vazios, subutilizados, em ruínas e/ou fechados era de aproximadamente 1.100 imóveis, a maioria de propriedade privada (GORDILHO, 2010, p. 84), que serviriam potencialmente para abrigar 8 mil unidades habitacionais. (PIRES; SOUZA, 2014, p. 165) Em finais de 2011, segundo levantamento realizado pelo ERCAS, eram estes 1.400 imóveis. (PIRES; SOUZA, 2014, p. 168) “*Por que nós não temos onde morar havendo tantos imóveis vazios?*”, perguntam-se com razão os sem teto.

Nas linhas que seguem, não pretendo fazer uma história e muito menos uma avaliação do movimento dos sem teto em Salvador (veja-se MIRANDA, 2008 e CLOUX, 2007), nem uma descrição exaustiva de todas as ocupações de prédios no centro dessa cidade. Interessa-me, dentro dos objetivos já explicitados deste livro, narrar a forma ou experiência



específica de habitar em prédios ocupados. Antes, no entanto, fazem-se necessárias algumas precisões sobre as dificuldades encontradas no campo.

“Vá, é aqui pertinho, lá em cima, na Rua do Passo. Procura Dona Ma. Ela é muito gente fina”, disse-me Mi., a simpática nora de Ne., artesã que vende suas obras feitas de tecido no larguinho das Flores, em frente ao casarão ocupado pela sogra no final da Rua das Flores. A sugestão de Mi. adveio do fato dela perceber que Ne. podia estar me evitando. Efetivamente, tempos depois, Ne. confessou: “*Não dá para a gente falar da ocupação, nem para te apresentar aos outros. A situação está difícil*”. Referia-se ao tráfico de drogas e sua lei do silêncio, que inclui não apenas não delatar, mas também não chamar a atenção ou falar com estranhos. Segui a recomendação de Mi. e, na Rua do Passo, fui perguntando a quem estava nas portas dos casarões: “*sabem onde mora Dona Ma.?*”. Seguindo as indicações, bati em sua porta, receosa de não ter nenhuma outra referência a não ser Mi. e Dona Ne. Ela mesma abriu a porta, com o belo sorriso que a caracteriza. Apresentei-me como professora da UFBA e pesquisadora dos moradores do centro; mostrei as revistas e meus artigos sobre o tema. Felizmente ela reconheceu a revista do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). “*Posso ficar com ela?*”, e ficou. Pegou sua agenda e marcou outro dia para conversarmos. Iniciaram-se assim sucessivas visitas e uma familiarização com o MSTB,<sup>39</sup> movimento do qual ela faz parte. Depois, apresentou-me a Sa.,

---

39 Em Salvador, o Movimento dos Sem Teto (MSTS) surge em 2003, no mesmo ano em que surge o MTST como movimento autônomo. O MSTS se forma após a ocupação de um terreno na Estrada Velha do Aeroporto, que levou seus participantes a perceberem a necessidade de organizar um movimento e politizar as demandas. (SANTOS et al., 2012) Os anos de 2003 e 2004 foram de auge das ocupações nesta cidade, ganhando um espaço significativo na mídia. Depois, viria o amadurecimento das reflexões. Em 2005, quando o movimento tinha mais de 26 mil cadastrados, realiza seu I Congresso, com 400 delegados e, nele, funda-se o MSTB. Em 2008, o MSTB realiza seu II Congresso e, em 2014, seu III Congresso. Desde 2005, o MSTB conserva uma política de aberto enfrentamento com o Estado, luta e negociação às vezes, mas nunca parcerias. O movimento não tem estatuto, pois este o transformaria em Pessoa Jurídica, ou seja, num movimento dentro da ordem; em contraposição, ele se declara fora da ordem com apenas um Regimento Interno. (MIRANDA, 2008, p. 106)

sua vizinha de cima, também coordenadora do MSTB, com quem conversei em diversas ocasiões. Com esses contatos bem estabelecidos fui tomando coragem para bater nas portas dos casarões e prédios ocupados nas imediações da Baixa.

Neles, tive de ser insistente, pois a maioria das pessoas tem muitos afazeres ou estão meio cansadas de pesquisadores fazendo-lhes perguntas, ou têm medo de falar e se comprometer ou simplesmente desconfiam dos objetivos finais da pesquisa. De modo que, diante da dificuldade de adentrar nos prédios ou de aprofundar o acompanhamento do cotidiano de um único prédio ocupado, tive de optar por visitas mais pontuais em diversas ocupações, com uma atenção redobrada no que via e ouvia nessas ocasiões. A pesquisa empírica foi ainda enriquecida com dados de outras pesquisas realizadas nas ocupações de Salvador e outras cidades brasileiras, das quais destaco o rico trabalho compilado sobre ocupações em Salvador pelo *Atlas sobre o direito de morar em Salvador*. (SANTOS et al., 2012) O material apresentado neste capítulo combina, assim, material de segunda mão, observação *in locus* e muitas conversas mantidas com lideranças do MSTB, com coordenadores dos prédios ocupados e moradores dos mesmos. Seus enunciados são reproduzidos entre aspas e em itálico sem, porém, especificar na maior parte dos casos o nome de seus enunciadores, preferindo mantê-los no anonimato, pois algumas falas, por serem críticas ou realistas demais, poderiam trazer desavenças a quem as emitiu. Como nos becos/avenidas, preferi não reproduzir imagens de pessoas e evitar seus nomes em extenso. Por fim, a ausência de fotos de espaços internos dos prédios ocupados se explica pela falta de uma máquina fotográfica profissional, capaz de captar lugares escuros e estreitos.

\*\*\*

A população que mora em prédios ou terrenos ocupados se compõe majoritariamente de trabalhadores que sobrevivem de bicos – carregando mercadorias, lavando ou cuidando carros, vendendo água ou

cerveja nas ruas, catando material reciclável etc. Seja por se encontrar constantemente desempregada ou trabalhando no limiar entre o legal e o ilegal, ela já foi chamada de marginal ou *lúmpen*. Hoje, é mais comum se referir a esta população como trabalhadores precarizados, ou seja, fora do mundo do trabalho formal, em condição de desempregados, subempregados, temporários, terceirizados, informais, por conta própria etc. Nas ocupações de Salvador, aproximadamente 15% deles recebe bolsa-auxílio do governo. Em sua maioria, trata-se de famílias negras, nucleares ou chefiadas por mulheres, com crianças em idade escolar.

Sem carteira de trabalho, com escassa escolaridade e ganhando menos de um salário mínimo ao mês, os habitantes de prédios ocupados apresentam uma trajetória habitacional marcada por buscas de casas baratas de aluguel, despejos e acolhimento em casas de parentes. Até ocuparem um prédio, suas trajetórias são como as de muitos outros que moram nos becos/avenidas da Baixa e arredores, ou seja, gente que “*entra em beco, sai em beco*”, mora aqui e ali até que uma situação felizes permite encontrar a estabilidade. Para a maioria dos sem teto,<sup>40</sup> porém, essa situação feliz não chegou, de modo que vivem numa constante indeterminação em cada um dos prédios que ocupam.

A situação estrutural de indeterminação permanente advém da hegemônica leitura da ilegalidade do ato de ocupar a propriedade de outrem, mesmo que a função social da propriedade faça parte do corpo jurídico legal. Esta leitura leva à possibilidade sempre grande de serem despejados por ordem judicial ou medidas individuais dos proprietários em conjunção com as forças da ordem. As ocupações sofrem, desta maneira, uma insegurança constante que impossibilita qualquer projeto a médio e longo prazo, o que traz como consequência uma precariedade – incerteza, instabilidade – que se torna permanente. A sensação de

---

40 Há uma minoria de sem teto que tem casa própria por terem sido contemplados por programas habitacionais do governo, como o PMCMV. Contudo, essas casas entregues se localizam muito distantes do centro, onde não conseguem bicos para sobreviver. Outro fator que os leva a não mais morar nelas é a violência nas periferias, referida como muito pior da encontrada no centro. Assim, muitas vezes, voltam ao centro e ocupam novamente, voltando à situação de indeterminação.

insegurança renasce a cada boato, a cada pequena mudança conjuntural, a cada resultado eleitoral ou troca de interlocutores institucionais. Vive-se em batalhas constantes que fazem parte de uma guerra contínua para se abrigar.

Contudo, nos casarões ocupados do centro de Salvador, nos últimos anos “*o Estado não mexe com nenhuma das ocupações do centro histórico: Liberdade, Passo 1, Passo 2, Largo do Carmo, Pax, Rua das Flores, Lapinha*”. A instabilidade é substituída por certa estabilidade que advém da continuidade de três governos de Estado em mãos do Partido dos Trabalhadores (PT), um velho suposto aliado das lutas dos pobres urbanos e rurais. Com efeito, desde 2008, as ocupações estão “*na mesa de negociações*” e, nessa condição, não podem ser removidas, “*inclusive há ordens para que os serviços de água e eletricidade não sejam cortados*”. Entretanto, ao não reconhecer, expropriar ou transferir a propriedade, ao apenas tolerar ou permitir temporariamente o uso, o Estado mantém as ocupações – assim como os “assentamentos autoconstruídos”, “assentamentos populares”, “informais” “assentamentos precários”, “bairros populares autoproduzidos” – enquanto “zonas de indeterminação entre legal/ilegal, planejado/não planejado, formal/informal, dentro/fora do mercado, presença/ausência do Estado”. (ROLNIK, 2016, p. 174)

Ao permanecer a indeterminação das ocupações entre o legal e o ilegal, a ameaça de despejo perdura. Nas lideranças, há consciência disso: “*Não saímos porque o governo é PT. Mas estamos com um olho aberto e o outro fechado*”. Efetivamente, é preciso estar “de olho aberto” porque a tolerância por parte do governo de Estado em relação às ocupações no CHS pode ser quebrada em qualquer momento. Como Rolnik (2016) tem afirmado corretamente, o Estado passa, quando lhe convém, a “*destravar seus ativos territoriais*”, removendo ou deslocando forçadamente a população que nela se encontra para ampliar as fronteiras do mercado.

Destarte, as ocupações vivem sob o paradoxo do provisório-permanente que impele melhorias contingenciais, apropriações parciais,

enraizamentos passageiros, soluções caracterizadas pelo efêmero, temporário, improvisado. Vivem-se anos a fio na precariedade, mediante táticas, arremedos, cacarecos, “gambiarras” ou “armengues”, vocabulário local que nomeia o que Michel de Certeau (1994, p. 74) conceituou como “bricolagem” ou “trampolinagem”, que são as artes de fazer daqueles que dominam o tempo, mas não o espaço.

Mas a resiliência é capaz de criar ordem na indefinição e o homem habita até na indeterminação das ocupações. Esse espaço é tornado habitável: reuniões, relações, estar-com e enraizamentos são construídos. Positividades são encontradas: “*ao menos há um teto*” ou “*o dinheiro do aluguel pode se transformar em comida*”. O espaço abandonado se torna espaço habitado mediante a limpeza, a repartição de fragmentos, as divisórias que separam as unidades familiares diferentes e que, mesmo minimamente, garantem certa privacidade. Também os “gatos” de eletricidade e água e as regras de uso do espaço permitem a apropriação, o enraizamento e as relações que o habitar supõe.

Mas é preciso frisar que se trata de uma experiência muito difícil ou “*subumana*”. É sofrido partilhar um teto com desconhecidos, sem água, sem luz, num edifício abandonado, onde se amontoaram lixo e ratos ao longo dos anos. Quando se consegue água, muitas vezes ela só é acessível em poucos pontos e as pessoas se veem obrigadas a carregar baldes por vários andares, muitas vezes ao dia. É frequente não haver banheiros para todas as famílias. Às vezes, estas não param de chegar e não há coragem para negar o abrigo a outro sem teto. Cito em extenso a história de Rosalândia Ramos dos Santos porque ilustra exemplarmente que ela chama de “situação subumana”:

Eu estava grávida de sete meses do terceiro filho quando meu marido me deixou e eu fui colocada pra fora da casa que era de aluguel. Quando os donos da casa viram que eu estava grávida e sozinha imaginaram que eu não iria mais sair da casa. Era uma casa de invasão, no Subúrbio. Eu pedi noventa dias pra poder desocupar a casa. Com esse tempo, meu filho já teria três meses e eu já teria arrumado melhor

a vida. Os donos não aceitaram. Eu vi que iria parar na praça com esses meninos. Foi aí que uma colega falou do Movimento dos Sem Teto. Isso tem seis, sete anos. Minha amiga disse: traga colchão e panela e a gente vai encontrar um lugar pra você. Minha primeira ocupação foi no Gelo Pioneiro, nos Mares, na Calçada. Eram quase 200 pessoas. Era uma situação subumana. Naquela época eu me senti como um rato com minhas crianças. Era uma torneira pra quase 200 pessoas, tinha muita criança, tinha lixo, mosquito e muita sujeita. Eu estava desempregada, com um bebê com problema de saúde. Era muito sofrimento. Eu lavei roupa por um pacote de peixe, por uma lata de leite Itambé – as pessoas se aproveitam quando veem a gente na miséria. É humilhação? É. Mas você vai fazer o quê? Catei papelão, latinha. Fiquei na fila da sopa, com meus filhos, junto com mendigo, morador de rua. Pegava pão na igreja dos Mares. (SANTOS et al., 2012, p. 53)

Muitos não aguentam a difícilíssima vida numa ocupação. Uma moradora da antiga ocupação de um prédio de três pavimentos na Baixa dos Sapateiros declarou nesse sentido: “eram 50 famílias. Depois, quinze desistiram, depois mais 10... e foram ficando alguns poucos. Outros chegam e saem. A vida aqui é muito difícil”. (SANTOS et al., 2012, p. 92)

\*\*\*

Dentre os que suportam permanecer nos prédios ocupados, muitos conseguem habitar com dignidade. Esta é uma expressão nativa que reúne a sensação de bem-estar promovida pela suficiência de espaço, a privacidade das unidades familiares e a boa relação com os vizinhos. É preciso frisar que se trata de um equilíbrio difícil de obter, independentemente de o prédio ser ocupado ou não.

Os prédios que conseguiram habitar desta forma têm todos uma liderança forte e atenta a qualquer sinal de entrada da “bandidagem”. Neles, as famílias ocupam cada uma um apartamento separado. Regras e dimensão de espaço são, pois, fundamentais para habitar com

dignidade: “*O tamanho das casas deve ser digno de moradia, não pode ser buraco, cubículo*”; “*Aqui é tudo organizado, claro, limpo. Bandidagem não entra. Eles gostam do escuro*”.

A relação entre os moradores é de proximidade, mas não de confusão: entre eles, falam-se nos corredores, portas ou até de uma janela à outra, mas as portas das casas se mantêm fechadas e a música de um não é a música de todos; bebem juntos vez ou outra em algum local e encontram-se em reuniões do movimento ou do prédio, mas há um respeito do espaço individual e da individualidade de cada unidade familiar. Assim, não há banheiros comuns ou cozinhas comunitárias – “*falta o senso de comunidade nas ocupações urbanas [que as rurais conservam]*” – nem espaços coletivos ou confraternizações envolvendo todos – “*isso é coisa de paulista. Aqui, no centro histórico, as possibilidades para se fazer coisas são tantas, que as atividades são todas fora de casa: tem peças, tem cinema no XVIII etc*”... Nesse sentido, o coletivismo e cooperativismo pregado no conceito de “comunidade do bem viver” é mais uma utopia discursiva do que uma prática efetiva:

A Comunidade do Bem Viver é a semente de uma sociedade mais igualitária, que se contrapõe às relações de poder do racismo, machismo e capitalismo. Ela é o espaço de valorização do coletivismo, do cooperativismo e da diversidade, onde é combatida a lógica excludente do individualismo, do modelo de sociedade e de família organizado em torno dos bens materiais, do dinheiro ou capital. (MSTB, 2016, p. 19)

Habitar com dignidade é também dispor de comodidades, de eletrodomésticos. A precariedade é algo a ser evitado ou superado mediante o trabalho, constantemente afirmado para não ser confundidos com mendigos ou “vagabundos”:

aqui cada um se vira. Somos Sem Teto, não somos mendigos. Nós temos duas pernas e dois braços. Lugar de mendigo é no albergue. Gelo Queimado sai com a carrocinha dela e vende o queimado, a outra é garçonete, outra é

cozinheira, outro trabalha na portaria. Quem fica na portaria recebe. Não tem aquele ‘dinheiro’... Mas, dá pra viver... Uma vez um policial invadiu aqui e disse: Sem Teto com televisão, DVD? Eu disse: nós somos Sem Teto, não somos mendigos não! Nós trabalhamos. Com o dinheiro do aluguel, da luz e da água a gente compra o que precisa à prestação, em 12 vezes, compra geladeira de segunda mão. Se fosse para pagar aluguel a gente não tinha nada não. Iria ser despejado como eu fui. Aqui não tem vagabundo. (SANTOS et al., 2012, p. 105-106)

Edileuza, da ocupação da Ladeira do Prata, transversal da Baixa dos Sapateiros, também reafirma a condição de trabalhador que os sem teto assumem:

a cidade vê os Sem Teto de uma forma muito ruim. Somos discriminados porque somos Sem Teto. Sem Teto é palavrão, Sem Teto é roubo, Sem Teto é droga. E não é verdade. Todo mundo trabalha. Sem carteira assinada, mas todo mundo trabalha. Somos do gueto. Ninguém gosta da gente [...]. (SANTOS et al., 2012, p. 87)

Esta identidade é realçada na Cartilha do MSTB:

Lutamos porque fazemos a cidade funcionar, trabalhamos na construção civil, no comércio, dirigindo transporte, fazendo a limpeza e segurança, e não recebemos um salário que dê conta das nossas necessidades mais básicas. Muitos trabalham e poucos têm dinheiro. (MSTB, 2016, p. 4)

O habitar com dignidade supõe também um cuidado estético especial com o espaço individual e o espaço coletivo: é preciso limpar, pintar, iluminar, decorar, consertar. Apesar de todas as dificuldades econômicas, muitas vezes com doações ou objetos reciclados, a estética se impõe.

Certamente, o Passo nº 46 é um bom exemplo do habitar com dignidade num prédio ocupado. Trata-se de um casarão de três pavimentos. A entrada dá lugar a um corredor escuro, com uma luz no fundo



proveniente do quintal. Três lâmpadas mantêm o corredor com luminosidade. Da porta do fundo, que dá acesso ao quintal, vê-se o mar azul da Bahia de Todos os Santos e navios. A iluminação, paredes pintadas e enfeites nas áreas comuns denotam um cuidado especial para além da casa individual.

São oito unidades familiares, dois apartamentos por andar. No térreo, há mais porque um deles foi dividido em dois e, em baixo da escada, foi construída uma quitinete. Os apartamentos são relativamente espaçosos e arejados: “São apartamentos, não barracos. Temos dignidade”. Uns têm vista para a rua e outros para o mar. Dentro dos apartamentos, as habitações são separadas entre si mediante tapumes pintados ou móveis (estantes). Todos têm suas pequenas salas, as paredes pintadas e decoradas com quadros, os sofás cobertos, as pias e janelas tampadas. “Todos os apartamentos têm máquina de lavar, internet, os meninos estudam”.

As regras no casarão são poucas, porém claras. Não estão escritas em lugar nenhum, são “regras empíricas”: “moradia digna, nada de cubículo; tráfico não entra; quem quiser fumar baseado o faça dentro de sua casa (não pode no quintal); não se pode incomodar os vizinhos com volume alto; nada de gritaria”.

A liderança é uma mulher forte. Sem dúvida, Sa. é uma líder com autoridade. Ela é fundadora do prédio e coordenadora do MSTB. É muito segura de si e fala o que pensa, diretamente e alto e grosso, se precisar. Ela veio há 22 anos ao Pelourinho, em 1995. Morava na Suburbana, com a avó, numa casa conseguida com o Movimento dos Favelados (MDF). Quando a avó faleceu, o tio drogado vendeu a casa e ela veio ao Pelourinho, para a casa da tia, na Rua do Passo nº 48, no casarão ao lado. Morando com a tia, ela viu como o governo, em 1996, tinha tirado as pessoas que moravam no nº 46. Muitos eram cearenses, que faziam sapatos. “Até hoje, no 2 de julho, alguns passam pelo prédio, bêbados, gritando, ‘essa casa aqui é minha’”. Sa. conta a história da ocupação:

*O governo reformou o prédio e deixou fechado de 96 a 2006. Fez de depósito, colocando madeiras e portas das casas que reformava. E eu pensava: vou entrar nesse prédio aí. Em 2006, no dia 11 de maio, com o governo de Lula e Wagner, 3 homens e 2 mulheres ocuparam. Nem conhecia o MSTs. Ficaram 15 dias limpando. Mas os homens são uns machistas, fizeram a repartição que quiseram. Eu desisti. O IPAC foi avisado e todos saíram.*

*Em 2007 entramos de novo, só que desta vez bem organizados. Procuramos o MSTs, na rua do XVIII. Só chamei mulher porque homem é muito sabido. Foi no dia 26 de janeiro às 9h20 da noite, quando o guarda tinha saído para ir ao banheiro. Veio a polícia e chamou a gente de maluqueiro, ladrão, puta. Mas João Dantas saiu com a bandeira do MSTs na época.*

Trata-se de um prédio ocupado com um perfil muito particular, quase excepcional porque nele moram três coordenadoras, artistas, pessoas formadas. É um prédio de mulheres. Só tem um homem.

Um segundo exemplo de habitar com dignidade é a casa de dois pavimentos ocupada na pequena Rua Inácio Accioly, no coração do Pelourinho “recuperado”, no que em tempos idos chamava-se “Beco do Mijo”, dada a sua sujeira e escombros acumulados. Trata-se de uma casa em bom estado, ocupada por três unidades familiares encabeçadas por mulheres emparentadas, perfazendo um total de 12 pessoas (incluindo crianças). As três mulheres se conhecem, são parentes e decidiram ocupar juntas. Cada uma ocupa um apartamento suficientemente espaçoso para suas famílias.

Trata-se de uma ocupação bastante recente, o que explica a grande desconfiança em relação a mim ou qualquer pessoa que venha a bater a porta. Quem coordena a ocupação é também uma mulher forte, “*guerreira, que teve uma vida muito difícil, que passou por estupro e também pela cadeia*”. Sua liderança é firme.

Duas das três mulheres vieram do Pilar, na Cidade Baixa, “*logo embaixo do Caminho Novo ou do Taboão*”. Todos foram obrigados a sair dali, “*recebendo merreca, mixaria ... os drogados pegaram logo o*

*dinheiro e acabaram parando nos passeios da Baixa*". Foram, então, para a ocupação em frente ao Cine Pax, que depois pegou fogo: *"ocupe porque meu barraco que ficava na encosta pegou fogo. Mas o prédio também pegou fogo em 2010. Ficamos na laje. Saímos na televisão"*. Após o incêndio, foram para casas no bairro longínquo de Águas Claras, que receberam do Governo através do PMCMV, mas quando ali chegaram se depararam com um fato no mínimo paradoxal ou inusitado: *"as casas tinham sido invadidas!"*. Então, apelaram para o aluguel social porque ficaram com medo *"do pessoal do bairro ficar contra nós do centro"*. Mas muitos proprietários não querem alugar a quem tem aluguel social porque desconfiam que, em qualquer momento, o governo pode parar de pagar. Então, ocuparam o prédio, *"que estava abandonado há sete ou dez anos, usado por sacizeiros"*, onde parece que funcionou uma ONG ligada ao meio ambiente.

Uma delas tem um apartamento de dois quartos no Pilar, desde 2012, que ganhou do projeto que foi feito após o incêndio, no qual ela estava cadastrada. No entanto, deixou a filha lá porque ela não tinha onde morar e tinha três filhos pequenos.

Outro exemplo é o casarão de três pavimentos no Largo do Carmo. De propriedade particular, fechado durante 11 anos, foi também ocupado recentemente. Ele está em boas condições, embora a pintura interna e o teto já mostrem sinais de desgaste. São cinco apartamentos, dois por andar. Três apartamentos são ocupados por membros de uma mesma família. Os apartamentos são duplex, muito iluminados devido às janelas grandes e ao pé direito alto. Cada apartamento tem um banheiro, cozinha, área de serviço, um dormitório e um mezanino, que serve como dormitório, ao qual se acede por uma escada caracol de ferro.

*"Já são 6 meses segurando a onda"*, diz a liderança, uma senhora com longa experiência de ocupações. *"Quando jovem, morava no centro, na Rua da Poeira [transversal da Baixa dos Sapateiros], de aluguel. Passava sufoco para pagar as contas. Um dia, um homem veio e disse: 'você topa fazer ocupação?'"*. E foi assim que ela foi parar no Taboão

nº 12, que era um prédio ocupado. Como a polícia entrava constantemente e a acusava de traficante, mudou de ocupação, indo parar naquela ocupação em frente ao Cine Pax, na Baixa dos Sapateiros. “*Queríamos famílias, mas se tornou uma sujeira, tráfico, prostituição*”.

Com o incêndio desse prédio, ela ganhou do governo uma casa em Águas Claras, mas, como outras pessoas do centro, não se acostumou: “*me botava no presídio que era melhor: é tiro, traficante, polícia. Lá na rua, carro não pode entrar. Quem vinha me visitar tinha que entrar comigo*”. Teve de alugar essa casa e ocupar novamente.

Na Rua do Barão do Desterro, que coincidentemente também fica em frente ao Cine Pax, na Baixa dos Sapateiros, a poucos metros do que fora aquele prédio ocupado que pegou fogo, um grupo de jovens ocupou, há um ano, um prédio de quatro pavimentos, estreito, de propriedade particular, desocupado há seis anos. Eles também conseguem habitar com dignidade: com espaço, com cuidado, com regras, com boa vizinhança, com liderança firme.

O perfil dos ocupantes deste prédio é muito singular: são quase todos bastante jovens e alguns de pele clara. No entanto, a situação de desemprego e a sobrevivência com bicos é a mesma dos que têm pele escura: “*Ocupamos porque precisamos*”. Eles moravam com parentes em quatinhos muito pequenos, ou pagavam o aluguel que absorvia quase todos os ingressos. Um grupo de quatro jovens, mulheres, planejou a ocupação em apenas dois dias. Depois, chamaram alguns conhecidos delas, “*da rua, da área*”, pois eram poucas pessoas para um prédio grande. Não houve briga com repartição do espaço, pois o critério era o tamanho da família.

As unidades familiares moram em pequenos apartamentos já existentes, já que no prédio funcionava um pensionato. Alguns com 15 mt<sup>2</sup> e outros maiores (onde cabem dois quartos), alguns com basculante, outros não. Moram no prédio 11 famílias – tivemos que contar todos juntos, pois não sabiam de cor –, aproximadamente 34 pessoas, das quais oito são crianças pequenas. Mesmo o espaço sendo pequeno e a ventilação

deixando a desejar, todos estão satisfeitos: “*isso é moradia digna para mim. Morava num quarto com um monte de gente*”, “*eu morava de favor num cantinho. Para mim isto é ótimo*”.

Todos se conhecem. Reúnem-se só quando há algum problema. Mas estão sempre conversando porque são amigos e, quando estão de folga e têm dinheiro, tomam cerveja juntos no barzinho do lado, de uma das moradoras. Dividem entre todos os custos dos gastos coletivos, como o conserto da bomba de água e propinas para as empresas fornecedoras de água e eletricidade. Estão bastante atentos a, quando vagar um quarto, saber muito bem quem entrará nele: “*Para entrar todo mundo é santo, depois que está dentro se conhece quem é quem*”. Dizem que os vizinhos apoiaram sua ocupação, que são bem vistos na rua “*porque todos sabem que não somos drogados. A vizinhança apoia porque prefere a gente e não os traficantes*”.

As regras no prédio são poucas: não se pode ter animais (só gato contra ratos); o som só pode ser ouvido até às 22h nos finais de semana e até 19h nos dias de semana; cada um limpa seu andar; o portão não pode ficar aberto. A coordenadora tem uma personalidade forte e determinada e tem clara consciência da importância da união de todos: “*a minha moradia depende deles e a deles depende de mim*”. Chamaram o MSTB apenas uma semana depois de ocupar. Mas só a coordenadora está em contato com o movimento e só ela tem a cartilha. Um ano de ocupação se passou sem que tivessem colocado a bandeira do movimento. A explicação parece evidente: não precisaram, pois sabem que uma ordem de despejo exige que a situação do prédio esteja regular e eles parecem relativamente tranquilos porque conhecem a dona e a história da construção do prédio: “*a dona não tem documentos porque o prédio foi construído irregularmente*”.

Em todos os prédios ocupados em que se consegue habitar com dignidade, apesar da indeterminação permanente, encontramos as seguintes prioridades nas práticas e discursos de seus moradores:

1. A importância dada ao tamanho do espaço para cada unidade familiar. Associa-se amplitude individual e auto respeito, largueza e segurança.

‘A ocupação que fizemos aqui foi por apartamento’, afirma Sandra. ‘Aqui tem 6 apartamentos e tem seis famílias. Nós queremos morar com dignidade. As pessoas quando não têm casa, no desespero, saem dividindo os espaços com papelão. Eles não têm noção do que é morar com dignidade, o que é ocupar com dignidade para, inclusive, ter o respeito do próprio governo. Além disso, quando a ocupação não se dá ao respeito, fica fácil até mesmo para a área ser ocupada pelo tráfico de drogas. Eu nunca quis ocupar para dividir a minha casa em dez. Eu trabalho, eu voto e eu quero morar bem’. (SANTOS et al., 2012, p. 96)

É interessante lembrar que a estreiteza das casas nas avenidas (*vide* capítulo 4) não foi motivo de queixa alguma durante o trabalho de campo realizado entre seus moradores. Em contraposição, nas ocupações, a largueza aparece como elemento-chave. Podemos concluir, portanto, que não há um tamanho padrão para o habitar: quando a casa é própria ou se paga por ela, o seu tamanho não parece ser fundamental; mas ela se torna primordial quando se ocupa a propriedade de outrem. A dignidade do habitar pode advir, assim, ou da propriedade ou pagamento de aluguel de uma casa ou de como se vive dentro da propriedade ocupada. Vale acrescentar que, nas ocupações, o espaço individual ou familiar não precisa ser só amplo; precisa também ser cuidado, limpo, ordenado e confortável – daí a conveniência dos bens de consumo tais como eletrodomésticos, internet e outros.

2. O cuidado com o espaço coletivo. As ocupações que afirmam e prezam o habitar com dignidade se preocupam em manter, na medida em que seu parco ingresso lhes permite, as áreas coletivas iluminadas, pintadas, decoradas, limpas e protegidas – com cadeado, especialmente à noite.

3. A definição de regras de convívio. As regras precisam ser formuladas por um grupo e respeitadas por todos. Algumas delas costumam aparecer em todo e qualquer condomínio, ocupado ou não (limpeza, som, segurança), já outras são muito particulares das ocupações que aqui tratamos: o morador tem de ter um perfil – ser trabalhador; não bater em mulher – e tem que ser conhecido e aprovado pela maioria dos moradores. Em todos os casos são muito importantes as regras relacionadas às drogas: fica proibido seu consumo em locais coletivos e proibida a moradia para quem estiver ligado à “bandidagem”. Referindo-se à ocupação do prédio de três pavimentos da Ladeira da Montanha, ocupado em 2005, onde moravam 58 famílias (232 pessoas) em 2010, o morador Paulo, vendedor de cafezinho, afirmou:

a vida na ocupação é boa. Mas pra viver aqui é preciso seguir a regra, senão ‘vai pro olho da rua’. Não pode ter droga, marido batendo em mulher, não entra gente estranha, tem horário pra entrar. Tem morador que não se adapta. Não basta dizer: tem uma vaga e eu quero morar aqui. Pra morar nessa ocupação tem que passar por uma reunião e aceitar as regras do lugar. Se a pessoa infringe a regra, uma, duas vezes, ela é chamada pra conversar, mas se ela continua errando, ela não pode ficar mais. Aqui tem regras como os outros lugares têm. (SANTOS et al., 2012, p. 85)

4. Habitar com dignidade supõe impreterivelmente a existência de lideranças com personalidade forte, autoridade e determinação. O seu respeito depende destas características. Nos casos estudados, são todas mulheres. Mas há também líderes homens, como José Carlos, da ocupação do Edifício Rajada, de dez andares, no Comércio:

[...] Cristina me chamou pra morar aqui. Não tinha jeito. Aí embaixo tinha estuprador, sasiseiro, traficante, tudo de ruim que você possa imaginar. Combati esse povo. Nunca temi a morte. Hoje, graças a Deus esse é um dos melhores acampamentos. Aqui eu não admito homem bater em mulher. E também não admito droga. Tem umas pessoas

que fumam, como em todo lugar, mas fumam lá fora. Aqui dentro não! E se fumar pedra sai do acampamento [...]. (SANTOS et al., 2012, p. 104)

5. A seleção dos moradores é inevitável. Embora o prédio não pertença de fato a nenhum dos moradores, há uma diretoria que planejou a ocupação e foi organizando-a, com regras e liderança. É perceptível a preferência por unidades familiares, mulheres chefe de família, amigas ou parentas. O parentesco na linha feminina, elemento tão importante encontrado nos becos/avenidas pesquisados na Baixa dos Sapateiros e que propicia um habitar com vizinhos, aparece novamente nas ocupações como elemento aglutinador do habitar. Neste caso, há uma clara consciência que este é um fator inibidor da violência: *“A gente não pode discriminar, tem que incluir. Mas aqui [no prédio] eu faço uma seleçãozinha. Não quero aglomeração de bandidagem”*.

\*\*\*

Em contraposição aos prédios que construíram um habitar com dignidade, outros vivem sob o medo e a coação de um pequeno grupo ligado ao tráfico de drogas. Dos seis prédios analisados, dois apresentam este habitar coagido. Em ambos os casos, trata-se de prédios ocupados há bastante tempo, cuja rotatividade de habitantes não pôde ser controlada, onde moram trabalhadores extremamente precarizados, com muitas unidades familiares vivendo em pequenos espaços parcamente delimitados e com lideranças enfraquecidas.

Um desses casarões se encontra na Rua das Flores, uma rua estreita que conecta o Largo do Pelourinho e a Ladeira do Carmo à Baixa dos Sapateiros. Nessa rua, há muitos prédios de três, quatro ou cinco pavimentos, onde claramente mora gente. Há também alguns terrenos fechados e ruínas de casarões. No térreo dos prédios, há barzinhos e comércio de madeira, luminárias, jogo do bicho e uma funerária. É uma rua nas margens do Pelourinho recuperado. Em frente a um larguinho,



já na Baixa, encontra-se um casarão de dois pavimentos, ocupado há seis anos.

Até pouco tempo atrás a coordenadora era Ne., uma mulher negra, com 66 anos, nascida e criada no Centro Histórico, no Taboão nº 56, no 3º andar. “*Sou filha de Mestre Noronha, já ouviu falar? Meu pai nasceu na Roça do Galo, hoje teria mais de 100 anos. Era consertador nas docas*”. No livro *Mestres e capoeiras famosos da Bahia* (ABIB, 2013), afirma-se que ele nasceu no Beco do Girassol, na Baixa dos Sapateiros, em 3 de agosto de 1907, filho de português e índia. Ela conta que a mãe dela era filha de santo, vendedora de acarajé, também nascida e criada no Pelourinho. Ne. é, pois, filha de dois produtores da supostamente tão valorizada cultura baiana: do candomblé, da culinária, da capoeira. Ela segue a tradição da culinária, cozinha, e seu filho, a capoeira do avô. Mas nenhum deles tem espaço para reproduzir essa cultura: ela queria poder ter um lugar para vender sua comida e seu filho um lugar para estabelecer uma academia de capoeira. A cultura está ali, as pessoas estão ali, mas, tragicamente, não tem espaço para elas.

Né. vive com uma bolsa-família que recebe do governo e vendia feijoada aos sábados, no Terreiro de Jesus, em frente à Cantina da Lua. Antes também vendia aos domingos, mas a mulher da Associação dos camelôs só deu esse ponto e, em 2017, o tiraram dela: “*Claudia, da Prefeitura, me tirou do Terreiro*”. Tempos atrás vendia feijão perto do Mercado do Peixe, na Cidade Baixa, porque uma de suas filhas morava num prédio ocupado por perto, mas também perdera esse ponto “*porque todos tiveram de sair porque entrou um rapaz errado*”. No carnaval, produz centenas de colares de Gandhi para vender.

Ela é viúva e tem seis filhos, dos quais quatro moram no centro, um na Liberdade e outro no Rio Grande do Sul. O desemprego ou subemprego está entre todos eles: o filho capoeirista fez metade da faculdade de Educação Física e está desempregado; sua mulher vende artesanato no larguinho das Flores, em frente ao casarão que ela ocupa; outra filha cuida carros no Comércio.

Inicialmente, Né. morava no Taboão. Depois foi morar na Avenida Camponesa, na casa nº 5, pagando 300 reais de aluguel pela casinha de dois quartos, sala, banheiro e cozinha. Mas não conseguiu pagar esse aluguel por muito tempo e voltou ao Taboão.

*Nos tempos do doutor Antônio Carlos Magalhaes, eu fui indenizada, as indenizações eram por tempo morando na casa. Eram boas, não como agora. Mas me levaram tudo saindo do banco. Então, ele deixou ficar ali, mas o casarão desabou. Mas tem gente ainda morando lá, você acredita?.*

Então, há seis anos, vieram para a Rua das Flores. “*Eu passava e olhava, mas cadê a coragem? Falei com uma que dormia no passeio, com os filhos dela. Ela chamou outra e veio outro pessoal e outros que já foram embora*”.

No espaço onde mora, funcionava uma loja de sapato que fechou: “*quando cheguei, era um monte de caixa podre*”. No casarão ocupado, moram também um filho e uma filha. Com ela, moram três netos já crescidos que a chamam de mãe.

Hoje, o casarão tem dez ambientes – a maior parte deles separados com Madeirit – que abrigam pessoas sós, famílias ou apenas depósitos. Tem três banheiros para todos. A casa de Ne. não tem pia, é tudo feito com uma bacia. Lava a roupa no banheiro. Mas diz que “*o espaço dá para me movimentar*”: é um único ambiente no qual se percebe três subambientes – uma sala, com televisão sempre ligada, o espaço de dormir com um beliche e o espaço da cozinha com um fogão, uma mesa e uma geladeira.

Até um tempo atrás, estava satisfeita de morar no casarão ocupado. O largo em frente à casa era usado por ela para fazer festa porque “*aqui dentro não pode*” e “*dia de domingo, sentamos aqui e bebemos a nossa cervejinha*”. O convívio era amigável: “*as pessoas do Pelourinho se conhecem, são todas da área [...] tem gente errado, mas é todo conhecido, filho daqui, e vou dizer o quê? Só que não quero confusão, que*

*tenho netas moças*”. Não quer brigas porque uma filha dela brigou certa vez com uma vizinha que a cortou toda com uma faca.

Mas, já em janeiro 2017, a situação se tornou insustentável para ela. Dos que ocuparam inicialmente o casarão só restavam duas pessoas. Houve muita mudança de moradores e isso a levou a não ser mais a coordenadora do prédio ocupado. Nesse momento da conversa, Ne. não quis mais continuar falando: “*Não posso falar. Não posso falar*”. Falar da saída de moradores e dos moradores atuais implica em necessariamente falar do tráfico de drogas na ocupação, o que pode gerar problemas para ela.

O tráfico de drogas é uma força dentro das ocupações com a qual é muito difícil lidar. Como foi exposto na primeira parte, é preciso uma combinação muito especial de fatores para detê-lo: liderança forte, vizinhos de muito tempo, número reduzido de pessoas morando em espaços folgados. Em condições outras, eles entram devagar, primeiro num quarto e depois em mais, tornando-os locais de venda de drogas, ou “boca de fumo”. A venda torna necessário que todo o espaço passe a ser controlado pelo “gerente do movimento” (BIRMAN; FERNANDES; PIÉROBON, 2014), que controla quem entra e quem sai, a que horas, proibindo visitas que possam dedurar, fazendo festas onde todos os excessos se permitem.

Os controles são feitos mediante a violência e o convívio passa a ser marcado por ameaças de morte, xingamentos e armas nas mãos. Ali onde o comércio de drogas se estabelece acaba afetando todo mundo, não apenas os poucos envolvidos diretamente, seja porque se compra, consome ou repassa, seja porque se é parente ou amigo dos que traficam, seja porque se é vizinho, ou testemunha desse comércio. Ali onde este impera, escreve Loïc Wacquant (2007, p. 159, tradução nossa), “à medida que a violência e o medo se espriam e se intensificam pelo gueto, as relações sociais se debilitam, se reduzem os gestos de sociabilidade”.

Os incomodados temem a retaliação diante de qualquer tentativa de modificar o estado de coisas e as deixam do jeito que estão até

encontrarem um local alternativo para se mudar. É o que Ne. quer: “*Estou doida para ir embora*”.

O outro prédio ocupado que apresenta uma situação semelhante é o Passo nº 32. A ocupação data de 2006, quando 40 famílias se viram sem moradia diante do desabamento do antigo prédio onde moravam até então, o Portão de Ferro. “*Lá a gente pagava aluguel a um e outro que se diziam donos. Até o traficante cobrava aluguel*”. Hoje, no nº 32, após 13 anos de ocupação, moram 32 famílias, a grande maioria apertada em pequenos cubículos.

O prédio tem quatro pavimentos. O térreo é dividido em quatro apartamentos pequenos e um “*quadrado, em baixo da escada, onde a pessoa só dorme colocando o pé para cima*”. O térreo ainda dá acesso a um pequeno espaço ao qual se chega descendo, pois se trata do porão, onde se encontram as tampas que cobrem a fossa do prédio. Nesse local terrivelmente fétido mora uma jovem mãe, com dois filhos pequenos: “*Quando entope, a casa toda fica cheia de merda*”. No plano, eram dois apartamentos por andar, cada um com seu respectivo banheiro. Entretanto, cada um deles se subdividiu em quatro ou seis cubículos partilhando um banheiro. No térreo e no último andar, há dois apartamentos que conseguiram manter-se sem subdivisões, garantindo um tamanho razoável.

Como no prédio da Rua das Flores, muitos dos ocupantes iniciais já saíram, vários deles expulsos pelo tráfico, que foi tomando conta do prédio. Em diversas ocasiões, a polícia entrou nele violentamente, em busca de traficantes, prendendo alguns. Há mortes na história desse prédio, como no da Rua das Flores também. Para impedir a “*rota de fuga*”, a “*polícia mandou fechar com cimento a porta que dava ao quintal*”. Antes disso, a moradora cujo apartamento dá acesso ao mesmo lembra: “*eu não podia abrir minhas janelas porque era sempre um pessoal fumando no quintal*”.

Os moradores deste casarão ocupado não são cuidadosos com o prédio e seus locais coletivos: os corredores são escuros (“*já botei luz da boa e o povo rouba*”) e o quintal está todo sujo de restos de muitas coisas

– objetos, comida, garrafas, copos etc. A participação dos moradores em reuniões é muito baixa e quando estas acontecem devido a uma urgência – como o boato de um despejo – fica evidente a desunião e desavenças entre eles, ditas indiretamente, sem mencionar nomes: “os moradores acham que já são donos. Tudo analfabeto, ignorante, que não é alfabetizado”; “o quintal está sujo porque o vizinho é porco. É panela com feijão que jogam fora”.

Assim, no nº 32, como é conhecido, acaba resultando problemático para seus vizinhos da Rua do Passo, que os olham com desprezo, não só por ser uma ocupação, mas também por ser um prédio com um habitar sob coação. “Eu entendo a comunidade, ninguém quer ter como vizinho um prédio assim”, confessa uma moradora da ocupação.

De maneira esquemática, podemos dizer que a gênese do habitar coagido segue a seguinte ordem e características:

1. Um pequeno grupo idealiza uma ocupação. Cada um deles vai chamando conhecidos para realizá-la, sem haver uma seleção coletiva dos futuros moradores, nem um conhecimento mútuo entre todos eles: “O problema maior é a forma como se ocupa e isso deixa o tráfico tomar conta. Não há uma seleção apurada das pessoas, uma organização prévia sólida”. Muitos ficam pouco tempo e deixam seus próprios conhecidos em seu lugar. O resultado é um desconhecimento generalizado: “O problema são as pessoas que vão entrando: você chama uma pessoa, que chama outra, que chama outra. Uma mãe chama o filho, que chama o amigo do filho”.
2. Sem critérios estabelecidos para o número de pessoas cabível na ocupação, as pessoas vão chegando e se acomodando em espaços cada vez menores. A convivência de muita gente desconhecida entre si em espaços muito reduzidos faz surgir, inevitavelmente, problemas diante da falta de espaço, sobrelotação, limpeza, obrigatoriedade de contribuições, desentendimentos pessoais etc. Instaura-se um clima pouco favorável para encontrar consensos e criar regras de convívio:

Você não tem dimensão do trabalho que envolve a consolidação de uma ocupação. Demanda muito esforço. Você envolve 100 famílias, pessoas de origem, formação, costumes e religiões diferentes, desloca essas pessoas para um mesmo lugar e tem que lidar com todo o tipo de problema de convivência. É uma atividade socialmente importante, mas muito desgastante e você acaba desviando o foco da sua ação. Deixa de dar prioridade à pressão e ao diálogo com o governo, para administrar problemas domésticos – o que às vezes é um desgaste para os moradores e para a liderança do movimento [...]. (SANTOS et al., 2012, p. 45)

3. Os espaços coletivos ficam descuidados, parecendo “zonas de ninguém”. A limpeza do corredor, do quintal e o embelezamento de uma parede parecem superficialidades: “*Não há um mínimo de acordo coletivo de moradia. Primeiro pela miserabilidade*”. Os casarões ocupados que padecem deste problema são, com efeito, os mais pobres: “*Toda manhã é um dia de sobrevivência, de trabalho para colocar comida na mesa. Como arrumar o local onde se mora nessas condições?*”. Como escrevem os autores do *Atlas sobre o direito de morar em Salvador*: “E a luta cotidiana pela sobrevivência, que tem na mulher negra um dos seus principais sujeitos coletivos, machuca, embrutece e restringe seus horizontes”. (SANTOS et al., 2012, p. 15) Quando a necessidade de trazer comida para dentro de casa é um desafio a ser enfrentado a cada dia, a cada refeição, qualquer outro objetivo, nestas condições, é visto como supérfluo ou desnecessário.
4. A organização nesses prédios é escassa e frágil. Em palavras de uma moradora de uma ocupação na Ladeira do Prata:

é preciso ter pulso, as coisas são muito difíceis. Quando chegamos aqui, as condições do prédio eram muito ruins. Temos que, o tempo todo, fazer consertos, fazer reparos e nem sempre contamos com a ajuda de todos. Às vezes precisa comprar fio, precisa substituir o fio e ninguém faz nada.

Não tem união, falta organização. Viver em ocupação é pra quem tem pulso firme. (SANTOS et al., 2012, p. 89)

A melhoria do convívio e o cuidado dos espaços coletivos supõem participar em reuniões, mas “*entre ir a uma reunião e tomar uma cerveja, preferem a cerveja. É uma anestesia necessária para eles*”. Apesar da filiação ou articulação formal do prédio com o movimento sem teto, o contato e identificação de seus moradores com ele é escasso. A maioria só procura o movimento quando surgem ameaças de desalojo, problemas com a polícia ou os supostos proprietários: “*Pedem socorro e depois fazem o que querem*”, “*o povo vai ocupando, mas esquece da primeira parte do lema: organização*”. “*Tem que haver uma divisão de tarefas, mas isso só a formação política dá*”. Assim, ser parte de um prédio ocupado e com a bandeira do MSTB não significa ser militante do movimento ou assumir a identidade e o discurso político dos sem teto. Na pesquisa de Santos e colaboradores (2012, p. 48), aproximadamente dois terços declararam fazer parte do movimento dos sem teto. Na minha, muito mais de que um terço não se identifica, participa ou sequer conhece os princípios do movimento. A formação política é, pois, precária.

5. Sem bases, as lideranças não têm autoridade: “*Ninguém vem pras reuniões. Eu não posso falar em nome dos outros porque depois dizem que não. Mandam para a puta que pariu, desculpe ai fulano*”. A maioria dos líderes não quer agir severamente para não se indispor ou serem acusados de autoritários. O resultado é um vázio de autoridade que permite que “*a bandidagem toma conta porque as pessoas deixam tomar conta. Falta coragem, autoridade*”. A maior parte de coordenadores são mulheres e isso também fragiliza o ato de liderar: “*Faltam lideranças fortes. Os homens são importantes*”. Por outro lado, seus discursos denotam pouca formação política, pois elas também participam escassamente das reuniões do movimento: “*as lideranças não vão às reuniões, que são o local e o momento da formação política delas*”. Em vários casos, a ausência se explica pela falta de dinheiro para o transporte até a sede que

fica em Peri Peri, onde se faz a maior parte das reuniões. Assim, “a necessidade antecede à formação das pessoas”.

6. As coordenadoras do movimento, por sua vez, têm uma sobrecarga de atividades e responsabilidades, com escasso tempo disponível para um trabalho sólido de “formar militantes” ou “elevar o nível de consciência” dos moradores. A função de coordenador de ocupação vai ter tornando difícil e perigosa. Em palavras da antiga coordenadora do prédio ocupado na J. J. Seabra,

A luta é muito difícil. Mexe com sua vida toda. Ninguém é coordenador de um movimento e diz que passou por mais coisas boas do que ruim. Todos os coordenadores deixam a sua vida pessoal, financeira, sentimental em segundo plano. Você fica exposto a todo tipo de violência. Já vivi situações de pessoas puxarem faca pra mim. Fui várias vezes ameaçada e meus filhos também. Existem muitas cicatrizes. Além disso, nem todos os moradores querem seguir as regras instituídas pelo movimento. Quando o coordenador é uma mulher é mais difícil [...]. (SANTOS et al., 2012, p. 93)

O movimento tem alguns princípios que deixam “solta” a situação dos prédios com as características aqui elencadas. Por um lado, defende-se a horizontalidade, isto é, a necessidade de agir de todos, a não dependência em relação às lideranças:

Defendemos o princípio de horizontalidade por compreendermos que dentro do movimento ninguém é melhor do que ninguém. Todos devemos construir o movimento, de igual para igual, seja na atividade do dia a dia da ocupação até grandes mobilizações e negociações com o Poder Público (Estado). (MSTB, 2016, p. 17)

Por outro lado, prega-se a independência de organização interna de cada ocupação. O MSTB ajuda a ocupar os prédios com antecipação quando assim é solicitado ou ajuda, *a posteriori*, quando é chamado



pelos moradores de um prédio ocupado espontaneamente, que se viram na necessidade de um apoio organizacional e legal, “*mas depois de ocupado, a organização de dentro e como vão viver é problemas deles. Cada prédio tem suas necessidades. Não pode haver um modelo engessado de ocupação*”. Enquanto a realidade desses prédios parece demandar autoridade e centralização, os valores ou princípios do movimento vão na contramão.

7. O vazio organizativo é percebido por pessoas ligadas ao tráfico de drogas que entram no prédio. Primeiro um, depois outro e outro, e vão tomando conta de diversos espaços individuais e coletivos nele. Vão se inserindo entre os moradores, muitas vezes mediante favores: “*bandido se aproveita da pobreza. Paga um feijão, paga um gás. Compra o apoio da pessoa, seu silêncio ou sua convivência. Eles dão dinheiro e com isso te calam*”. Os que não são “comprados” devem obedecer a suas regras pela coação. Uma dessas regras é a “lei do silêncio”. É importante destacar que não se trata de um valor, mas de uma lei,<sup>41</sup> o que, no Brasil, equivale a dizer imposição. (DAMATTA, 1985; HOLSTON, 2013) A lei do silêncio engloba diversas imposições: não delatar, não se intrometer, não comentar, fazer de conta que não se vê (“fazer vista grossa”) e nada fazer contra as atividades do tráfico, sob ameaça de sofrer violentas consequências. Esta situação impera nos prédios ocupados, mas também em áreas ou bairros populares inteiros tomados pelo tráfico. Em Péla Porco, por exemplo, Freitas (2003, p. 104) descreveu:

Com a presença ostensiva do tráfico de droga, antes tão cautelosa, gera, na vida dos demais moradores, sentimentos de medo da morte violenta, pois todos podem ser

---

41 No bairro popular Casal Ventoso, em Lisboa, Chaves (1999) detectou “valores” partilhados por traficantes e não traficantes cujo efeito é a facilitação do tráfico: proteger os “filhos do bairro” “dando a fuga”, não delatando (“não chibar”) e não se intrometendo. Segundo o autor, trata-se de valores anteriores às atividades do tráfico e valores presentes em diversas comunidades (“valores globais”), com ou sem tráfico de droga. Em contexto de tráfico, sua singularidade advém da prevalência destes sobre outros valores como, por exemplo, a condenação do uso ou tráfico de drogas (sendo colocados no topo da hierarquia).

considerados como suspeitos, pela polícia ou pelos traficantes, no clima de guerra que amedronta e modifica a perspectiva da sobrevivência no dia-a-dia. 'A gente não pode falar nada', '... faz é vista grossa pra não saber das coisas'. Desse modo, ninguém denuncia, mesmo anonimamente, os abusos da violência do bairro, quer os tiroteios entre as gangues, quer o uso de drogas por crianças, a falta de segurança etc.

Assim, os traficantes se tornam os donos do lugar, os donos da rua ou os donos do prédio:

Os donos da rua não deixam a gente sair. Mandaram dizer, desde cinco horas, que é pra ninguém sair de casa. Pode um negócio desse? Agora a gente fica aqui igual na prisão. Pior que na prisão, porque aqui a gente não sabe o que vai acontecer (Renilda). (FREITAS, 2003, p. 105)

8. Passa a se habitar, então, sob o medo e com vontade de fugir, mas muitas vezes não se tem aonde ir, e fica-se. As mães sofrem para educar seus filhos nesse ambiente: “imagine o que é você criar um filho em uma ocupação, convivendo com o tráfico, sendo abordado e seduzido o tempo todo pelos traficantes! Os meninos são seduzidos pelo dinheiro, eles querem celular, tênis bom, eles são vaidosos”. (SANTOS et al., 2012, p. 36) Outra mãe, da antiga ocupação da J. J. Seabra, disse no mesmo sentido:

Tem gente aí embaixo consumindo drogas. Eles não convivem aqui na ocupação mas criam um clima ruim. Tenho um filho de catorze anos, que mora comigo, e outro de 19 anos, que mora com o pai, mas que vem aqui no fim de semana. Eu preciso ter condições melhores para criar esses meninos. Os meninos não se envolvem com nada, mas eu fico com medo. Vêm pessoas de outros bairros para consumir droga aí embaixo. A gente conversa com esses meninos mas é difícil [...]. (SANTOS et al., 2012, p. 93)

E o medo atinge lideranças e o próprio movimento: “*É medo, o povo deixa entrar. Ali, a polícia entra direito, teve até mortos... os coordenadores já sofreram muita ameaça... O movimento já largou esse prédio... Como no prédio de Ne., um traficante já matou uma mulher ali*”; “*O movimento não faz nada contra a marginalidade. O movimento já foi ameaçado de morte*”.

9. Embora em muitos casos haja entre os moradores uma oposição moral que condena os traficantes ou bandidos por não seguirem a “ética do trabalho” (ZALUAR, 1985), surpreendentemente, em muitos outros, esta atividade é compreendida e até justificada. O fato é que a pobreza e a fome ajudam a naturalizar o tráfico de drogas. Para muitos moradores de prédios cujo habitar é alvo de coação do tráfico, a ausência de trabalho, a má remuneração e a necessidade de sobreviver ou alimentar uma família tornam as drogas um caminho plausível e até compreensível: “*as drogas são uma forma de sobrevivência. Estão em toda parte*”. O avanço das drogas está estreitamente relacionado com o avanço da fome que, de tão potente e presente, é concebida como coisa ou como ente: “A fome é uma ‘coisa que anda doida pelas ruas’, ‘bate na porta de noite’, ‘derruba a pessoa’, ‘ataca a gente’ etc. A fome é a maldição significada como um ente no contexto violento do bairro”. (FREITAS, 2003, p. 47) Assim, uns entram na droga para comprar pão e outros para não sentir fome: “a droga que vicia e mata é a mesma que elimina a fome, que também mata”. (FREITAS, 2003, p. 156)

\*\*\*

Nestas duas últimas ocupações descritas na seção anterior, vemos uma lamentável continuidade da realidade dos cortiços que existiam no centro da cidade de Salvador no século XX (descrita no capítulo 2), com a diferença de, hoje, os edifícios se encontrarem em melhor estado devido às reformas realizadas na última década desse século. Trata-se dos mesmos espaços diminutos, divididos entre si por tapumes que não

chegam ao teto, úmidos e escuros, sem ventilação, onde se acotovelam um grande número de unidades familiares. Nesse sentido, podemos falar neles como novos cortiços ou ocupações encortiçadas.

Devido às condições de privacidade serem quase inexistentes, as relações entre vizinhos se tornam tensas. Lúcio Kovarick (2009) encontrou esta mesma realidade nos cortiços do centro de São Paulo, que descreveu como “habitar apertado” onde se desenvolvia uma “sociabilidade de retraimento”:

O distanciamento é também estratégia necessária de convivência, balizar mexericos, evitar certas conversas a partir de uma dinâmica que serve não só para preservar a identidade pessoal, mas também para aguentar a presença indesejada dos outros: não raras vezes é preciso suportar as gritarias que impedem o sono e a sujeira dos banheiros. Nestes casos, é a ‘humilhação’ de ter de ver, ouvir, sentir ou cheirar o repulsivo.

[...] mais do que nas favelas e nas casas de periferias, viver em cortiço requer o aprendizado de uma sociabilidade apurada no *retraimento*, já que o cotidiano é frequentemente marcado pela proximidade indesejada do outro: a privacidade constitui algo permanentemente invadido. Trata-se de um local em que ninguém é de ninguém, pois ‘ninguém tem seu espaço’. (KOVARICK, 2009, p. 282-283, grifo do autor)

A falta de espaço, de organização, de lideranças fortes, de seleção dos moradores e presença do tráfico de drogas torna o habitar nos casarões ocupados encortiçados um habitar contra os vizinhos. Em contraste com o habitar sem vizinhos (capítulo 5), este habitar contra os vizinhos consiste, como vimos, num estar-com desconfiado, disputado, ressentido, silenciado pela força das armas.

Ainda nos termos de Kovarick (2009), encontramos neste tipo de ocupação uma dupla vulnerabilidade, um duplo “viver em risco”. A vulnerabilidade habitacional advinda da possibilidade sempre

presente do despejo e a vulnerabilidade cívica advinda do tráfico e da repressão policial. Esta é uma diferença com os cortiços do centro de São Paulo, muito menos atingidos pela violência, que se concentra nas periferias, onde “os moradores precisam desenvolver uma sociabilidade de distanciamento, já que o temor constitui sensação permanente, pois sempre há bebedeiras, brigas, tiroteios e acidentes podem ocorrer”. (KOVARICK, 2009, p. 272)

Assim, nas ocupações onde há pouco espaço, excesso de moradores e escassa organização e liderança temos uma combinação nada alentadora de um habitar contra os vizinhos e um habitar coagido pela presença do tráfico de drogas. Na medida em que as ocupações tenderão a aumentar nos próximos anos – pelas condições estruturais do capitalismo periférico que produz uma enorme massa de exército de reserva para sua sobre-exploração que fica cada vez mais empobrecida e sem alternativas –, faz-se necessário impedir a reprodução desta combinação de características tanto quanto apoiar as experiências de habitar com dignidade, que são ao mesmo tempo contrapolíticas e contraespaços: na contramão do poder absoluto da propriedade privada, do governo das regras impostas e do poder masculino, estes ensaios de função social da propriedade, gestão coletiva e poder feminino se constituem em alternativas que não podem nem devem ser ignoradas.

A autogestão é um mérito das moradoras organizadas. Não se trata de síndicas que representam interesses dos proprietários, com o poder e a autoridade de fazer impor regras constituídas em assembleias formalizadas. A autoridade delas advém de sua organização, trajetória e formação política, de sua resistência e esperança, de sua disciplina e convicção nos ideais de uma sociedade urbana mais justa.

As 3 mil famílias que, segundo o Censo de 2000, habitam em áreas de risco do CH, os 2 mil sem teto e moradores de cômodos e cortiços e as 1 mil nas encostas (PIRES; SOUZA, 2014, p. 164) têm nestas experiências um exemplo para se espelhar. A solução de moradia para elas não passa

pela solução encontrada até agora, de adjudicação de casas do PMCMV que se localizam na periferia da cidade:<sup>42</sup>

1. porque o PMCMV não pode resolver o problema, já que a maior parte do montante liberado para o programa não se destina à demanda urbana de habitação das famílias com faixa de ingressos entre zero e três salários mínimos e sim para as famílias na faixa de ingressos entre três e dez salários mínimos (GOULART, 2011, p. 199);
2. porque, como já foi referido neste capítulo, há 1.100 imóveis vazios que podem abrigar 8 mil unidades habitacionais (PIRES; SOUZA, 2014);
3. porque essas famílias não habitam uma casa, mas toda uma área chamada centro da cidade;
4. porque as ocupações não são todas nichos de desorganização e tráfico como o senso comum as imagina, havendo ricas experiências de habitar com dignidade.

A pesquisa nos casarões ocupados no CHS me leva a concluir que o direito à moradia, à cidade e à centralidade supõe desapropriar prédios vazios e sem uso, em conformidade com o uso social da propriedade, e tentar reproduzir neles as características que levaram às experiências do habitar com dignidade.

---

42 Segundo dados oficiais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo, das 13 ocupações de sem teto que existiam em 2012 no CAS, totalizando 521 famílias, 289 delas foram atendidas pelo PMCMV. (PIRES; SOUZA, 2014, p. 167)

## Conclusões

Como todo espaço central, a Baixa dos Sapateiros é um espaço heterogêneo. Há muitos tipos de comércio – formal e informal, antigos e recentes, de gêneros variados – e tipos de moradia – casas térreas, casarões, edifícios e becos/avenidas. Há espaços reformados e outros não; casarões desabando, abandonados, medianamente conservados e outros reformados. Dentro dos becos/avenidas, a realidade é igualmente diversa: há inquilinos e proprietários; há casas unifamiliares e casas que se subdividiram para acolher parentes ou ganhar uma renda extra mediante o seu aluguel; há becos nos quais foram vendidos lotes para que cada proprietário construísse sua casa e outros cujos proprietários edificaram um mesmo padrão de casas; há também becos onde terrenos em desuso foram ocupados e casas foram erguidas pelos seus ocupantes; há becos muito amplos e outros bastante estreitos e labirínticos; becos no plano e becos na encosta; com saída e sem saída; alguns com trabalhadores com renda mais ou menos fixa e muitos com trabalhadores precarizados; em alguns, a presença do tráfico de drogas é perceptível, enquanto em outros não tanto. Os prédios ocupados da região são também

variados: há ocupações recentes e antigas, de muita gente e pouca gente, com lideranças fortes e debilitadas, com regras de convívio mutuamente estabelecidas e outras impostas, com tráfego e sem tráfego, alguns com apartamentos e outros apenas com minúsculos espaços separados por tapumes.

No meio desta diversidade, é difícil fazer generalizações. Generalizar é uma tarefa ainda mais árdua para a antropologia, ciência do concreto, absolutamente comprometida e dependente das situações concretas que produziram seus dados concretos. (MONTROYA URIARTE, 2017) Mas é imprescindível fazer o esforço de identificar tendências, visualizar conexões, distinguir configurações, pois elas permitem, entre outras coisas, que o conhecimento antropológico seja usufruído por outros profissionais ligados ao conhecimento aplicado, agentes da formulação e implementação de políticas públicas. O habitar em vizinhança, sem vizinhos, com dignidade e coagido são conceitos que derivam desse esforço por discernir tendências no meio da diversidade que, lidas com generosidade, podem indicar caminhos àqueles que formulam soluções para o “problema da habitação”.

\*\*\*

Uma das conclusões deste trabalho é que não há uma só forma popular de habitar. A mesma condição precária de vida – a pobreza – e o mesmo formato físico – beco, pátio ou casarão – não engendram necessariamente formas semelhantes de habitar. Forma física, elementos culturais, tenência da terra e condições específicas de sobrevivência se combinam resultando em formas variadas de habitar. Nas populações dos becos/avenidas da Baixa em que a casa é concebida como um espaço aberto e em crescimento, onde a grande maioria conseguiu adquirir a propriedade ou a posse do terreno e/ou da casa, e os laços familiares, especialmente em seu lado feminino, mantêm-se particularmente fortes, a proximidade das casas nada mais do que potencializa engajamentos vicinais. No caso do pátio de Lisboa, a concepção fechada que se tem da casa, o regime de aluguel, a condição de estrangeiros da maior parte de



sua população, a aceleração do tempo imposta por um regime de trabalho por turnos e a inserção da zona num circuito fortíssimo do turismo distanciam aquilo que a forma física, a princípio, poderia reunir. No caso dos casarões ocupados por sem teto no CHS, a coletividade da ocupação – “*estamos todos no mesmo barco*” – compele à criação de regras minimamente formalizadas para o convívio que é, por si, já fragilizado pela permanente indeterminação em relação à situação da moradia e pela presença – ou ameaça de presença – do tráfico de drogas. Estes fatores acabam conferindo ao espaço individual uma relevância que não se encontra em becos/avenidas. Nas ocupações, as portas ficam fechadas, os espaços coletivos como escadas ou corredores servem apenas de passagem e a intimidade é buscada e resguardada de diversas maneiras, seja com tapumes físicos ou com atitudes de distanciamento ou aberto desentendimento.

Assim, não devem ser confundidas habitação popular e forma de habitar. A mesma forma física – becos/avenidas e pátios, por exemplo – pode abrigar formas de habitar diferentes, ou seja, configurações diversas de engajamentos, relações ou envolvimento entre seus componentes que se materializam em práticas específicas. A forma, pois, não forma, ela apenas convida ou potencializa relações cujas origens são outras. Doreen Massey (2012, p. 151) chega a conclusão semelhante quando afirma “a forma espacial abstrata em si não pode garantir nada sobre o conteúdo social, político ou ético das relações que constroem aquela forma”.

\*\*\*

Uma segunda conclusão diz respeito à impossibilidade de determinar o que é um espaço habitável. Como vimos, as unidades familiares que moram nos becos/avenidas se acomodam em espaços bastante reduzidos, de aproximadamente 25 m<sup>2</sup>, onde convivem em média de 2,6 pessoas.<sup>43</sup> Para minha surpresa, nenhum interlocutor dos becos e pá-

---

43 Este número é menor do que a média nacional que, de 1990 para os anos 2000 decresceu de 4,2 para 3,3 pessoas. (ROCHA; ECKERT, 2016, p. 97)

tio se referiu em momento algum da pesquisa a sensações de confinamento, falta de privacidade ou necessidade vital de espaços maiores. Já nas ocupações, o espaço, a largueza ou amplitude dele é de fundamental importância. O espaço é reivindicado como essencial em algumas ocupações e, em outras, é apenas almejado, pois a sua subdivisão não foi ou não pôde ser controlada. Portanto, se na Avenida Camponesa mora muita gente e isso não se constitui em problema e as ocupações que enfrentam maiores problemas são aquelas onde mais subdivisões se fizeram, deduzo que o espaço não é um problema em si, mas pode vir a sê-lo em condições precisas ou conjunção com outros fatores.

O que seriam condições habitacionais satisfatórias? Ou boa habitabilidade? Quem define os critérios de habitabilidade que permitem afirmar que mais da metade da ocupação urbana de predominância habitacional é deficiente em termos de habitar? O chamado habitar “satisfatório” é medido por alguns “critérios de habitabilidade” tais como o acesso a espaços – áreas livres, áreas verdes, acessibilidade – e qualidade desses espaços – equipamentos, tamanho do lote, inserção no meio urbano (GORDILHO, 2008, p. 149-150), mas o que dizer quando a própria população moradora não se queixa do tamanho do lote por menor que ele seja, da falta de acesso a áreas livres ou do desconforto ambiental? Queixam-se, isso sim, do calor que faz nas casas e de sua umidade, mas principalmente da violência, roubos, assaltos e insegurança noturna.

O clássico trabalho de E. Edward Hall (1973), *The hidden dimension*, fornece algumas pistas para responder às perguntas formuladas linhas acima. Mediante estudos comparativos realizados na década de 1960, este antropólogo norte-americano demonstrou como as necessidades espaciais de homens de culturas diferentes diferem entre si: o que para uns é amplo, para outros é estreito. Na medida em que os indivíduos não estão situados num mesmo e único mundo sensorial, as necessidades espaciais tornam-se diferentes. Amos Rapoport, outro antropólogo que na década de 1960 estudou comparativamente as formas das casas, afirmou que “o que finalmente decide a forma de uma casa e molda os

seus espaços e suas relações é a visão que as pessoas têm da vida ideal”. (RAPOPORT, 1973, p. 66, tradução nossa) Necessidades espaciais variam tanto quanto variam as visões que se tem da “vida ideal”. A vida em vizinhança é “ideal” para aqueles que possuem suas casas, por menores que sejam. Já a necessidade de espaço é “ideal” para aqueles que vivem na permanente situação provisória de uma ocupação. Em ambos os casos, se o habitar tem dificuldades, estas advêm da insegurança promovida pela precária situação legal e a violência de assaltos e tráfico. São ou deveriam ser estes os problemas centrais a serem enfrentados por aqueles preocupados na habitabilidade.

A contribuição da antropologia para o tema do habitar urbano, do habitar em áreas centrais ou do habitar dos setores de baixa renda está no seu princípio epistemológico e metodológico de ver e ouvir o habitante e relativizar qualquer ideia de “boa habitabilidade” ou “má habitabilidade”. Já dizia Henri Lefebvre (2001, p. 10, tradução nossa): “que ninguém se arrogue o direito de definir o destino da sociedade fixando a seus membros normas de habitação e modalidades de habitar. A invenção e a descoberta devem permanecer possíveis”.

\*\*\*

Uma terceira conclusão diz respeito ao tema do centro e das margens. Em que pese os becos/avenidas da Baixa dos Sapateiros estarem localizados no que se conhece como centro da cidade de Salvador, são também uma margem deste. Não há dúvidas que a Baixa está dentro do centro, uma área historicamente formada, com memórias e práticas de uso assentadas no tempo. Ao mesmo tempo, no entanto, está fora do perímetro da área reformada do CHS, ficando em suas margens, constituindo-se neste sentido em espaço marginal (não de “marginais”),<sup>44</sup> definido por José Luís Fernandes (1997, p. 318) da seguinte maneira:

marginal topologicamente e pelos comportamentos possíveis de encontrar nesse lugar. O marginal não diz aqui

---

44 Na linguagem popular brasileira, marginal é sinônimo de bandido ou traficante.

respeito ao desestruturado, ao anômico, ao inseguro. Diz respeito mais àquilo que Goffman chama de bastidores e a que nós já havíamos chamado traseiras da cidade: espaços de invisibilidade, retirados, sem transparência.

Nesta concepção, as margens são os espaços onde o controle, a regra e a ordem não chegam a se impor, onde elas vão perdendo força e onde outras regras e ordens são criadas. Uma linha simbólica faz normalmente a distinção entre centro e margem. Trata-se da fronteira. Elas estabelecem uma relação entre os espaços por ela delineados, atribuindo significados diferenciados e promovendo práticas diferenciadas em cada um deles. Como lembram Vera Telles e Robert Cabanes (2006, p. 157):

Fronteiras, é importante dizer: não se trata de algo que separa e divide. Fronteira é o que estabelece a relação entre os lugares e reorganiza os pontos do espaço a partir dessa diferenciação entre as zonas de proteção e familiaridade e o outro lado.

Assim, as fronteiras distinguem espaços por oposição: opacos de um lado, luminosos de outro; centrais uns e outros periféricos; formais num lado e informais em outro. Pra-cá da fronteira, a ordem, a lei; pra-lá da fronteira, a invenção de outras ordens. No centro: luz, vigilância, equipamentos culturais, patrimônio, turistas; nas margens: opacidade, descuido, pobreza, moradores. O centro concentra os órgãos administrativos, os serviços, o lazer, os equipamentos urbanos, a urbanização, o urbanismo, o paisagismo, o monumentalismo, os esforços e os investimentos etc.; as margens, ao contrário, carecem destes atributos, recebem indiferença.

O CHS deixou de ser tratado e considerado como espaço central pelo Estado durante décadas. Esse espaço foi praticamente abandonado pelas políticas públicas após a decisão de implantar outros centros nas áreas do Iguatemi (com a nova rodoviária ao lado do Shopping Iguatemi) e da Paralela – com a construção do Centro Administrativo da Bahia (CAB), na década de 1970. Passou a ser um centro tratado como margem, no

qual vivia e sobrevivia uma população pobre que habitava todas suas subáreas: Pelourinho, Taboão, Passo, Baixa, Barroquinha, Preguiça etc. Relegado, nas décadas de 1970 e 1980 o velho centro funcionou como espaço habitacional e comercial para os setores populares. Em 1993, uma fronteira foi criada no meio dele, quando se implementou o projeto de “recuperação” do Pelourinho: o Terreiro, o Maciel de Cima e de Baixo e o largo do Pelourinho se tornaram espaços turísticos e comerciais, com oferta culinária e artística condizente com o gosto e o poder aquisitivo dos setores privilegiados, e a Baixa, o Taboão, o Passo, a Rua das Flores e o que se chamou de sétima etapa se tornaram margens do Pelourinho, espaços nos quais os pobres expulsos podiam procurar moradia, os bêbados dormir nas ruas, os viciados consumir drogas.

As margens são espaços fisicamente desvalorizados, moralmente estigmatizados e socialmente inventivos, pois neles se desenvolve a alteridade: outras normas, outras regras, outras formas de habitar. Nas palavras de Veena Das e Deborah Poole (2004, p. 8, tradução nossa), trata-se de “lugares de práticas onde lei e outras práticas estatais são colonizadas por outras formas de regulação, que emanam da pressão das necessidades da população por segurança política e sobrevivência econômica”. Enquanto margem ou espaço da alteridade porque as luzes não atingem seu espaço e a vigilância não se interessa por ele, a Baixa tem uma heterogeneidade menor do que a de um centro – muitos setores nunca circulam por ela. Esta heterogeneidade menor e o conhecimento entre si que é possível nele acaba promovendo a criação de uma forma particular de habitar que chamamos de vizinhança. Mas as margens acolhem também os “marginais” e, com eles, formas de habitar sob coação.

É preciso frisar que a relativa autonomia das margens não as torna espaços isolados. As margens não estão fora, elas expressam uma tensão entre dentro/fora, “são uma parte importante do Estado, tanto quanto a exceção é um componente necessário da regra”. (DAS; POOLE, 2004, p. 4, tradução nossa) São espaços perpassados pelas mesmas forças que outros espaços: incursões policiais, perseguição de ladrões, venda e consumo de drogas, moradia de trabalhadores e de traficantes e, em

épocas de eleições, espaços visitados por políticos que pedem votos em troca de pequenas doações ou favores.

\*\*\*

Este trabalho conclui, em quarto lugar, que a centralidade é o elemento mais valorizado por aquele que habita o centro. Para esses habitantes, a centralidade supõe a junção de trabalho, estudo, residência e lazer em uma mesma área percorrida cotidianamente e a pé. A centralidade implica, assim, o uso maximizado do espaço, uso este que o torna particularmente denso e, por isso, ela é tão veementemente reafirmada por todos os interlocutores deste trabalho.

Embora analiticamente tenha afirmado nos parágrafos acima que a Baixa dos Sapateiros é uma margem do centro, nos percursos cotidianos, trajetórias residenciais e discursos nativos, ela é centro, parte de uma única área chamada centro. Em outras palavras, é margem do centro no que diz respeito à menor heterogeneidade de seus usuários, certos usos (marginais) e menor controle e investimentos por parte do poder público, mas é espaço central na medida em que é “espaço que tudo põe em relação” (ARANTES, 2000), espaço aberto, imprevisível e com uma natureza heterotópica. Os centros são espaços de justaposição de trajetórias múltiplas que lhe conferem um potencial de imprevisibilidade, indeterminação ou surpresa. A heterotopia particularmente inerente a estes espaços, advém das diversas práticas que se sobrepõem nos espaços centrais; em palavras de David Harvey (2014, p. 22), esta heterotopia

não decorre necessariamente de um projeto consciente, mas simplesmente daquilo que as pessoas fazem, sentem, percebem e terminam por articular à medida que procuram significados para sua vida cotidiana. Essas práticas criam espaços heterotópicos por toda parte.

Diversos usos possíveis, encontro de trajetórias e sobreposição de práticas fazem do centro da cidade um lugar especial para se morar.

Tudo é perto, tudo é mais fácil, tudo é possível. O sabiam os habitantes das lojas do século XIX, dos cortiços, becos e avenidas ao longo do século XX e dos casarões ocupados no século XXI. Aos olhos de todos eles, os aluguéis caros, o espaço exímio e a insegurança permanente do uso valiam e valem a pena pela proximidade aos locais de emprego ou à empregabilidade que o centro da cidade oferecia para eles, em sua maioria trabalhadores com pouca ou nula qualificação profissional.

Com efeito, dentre todos os fatores que a centralidade junta, o trabalho é aquele que mais aparece destacado, pela sua inegável importância para a sobrevivência. Isso fica claro no seguinte depoimento de um morador de prédio ocupado no centro de Salvador:

‘É preciso morar em um local no qual a gente possa sair para trabalhar. De que adianta morar em uma casa bonita e ficar com fome, de braço cruzado, sem poder trabalhar? Tem muita gente na rua que recebeu a casa em bairro distante, mas não tem como sobreviver. O que vai acontecer? A gente abandona, vende a casa por *qualquer dinheiro* e vai procurar um lugar para morar onde possa trabalhar por perto. Eu preciso ficar no meio do povo pra vender o meu café. Eu ando pra Graça há oito anos e chego em casa com dinheiro pra fazer o mercado. Se eu acordo e não tem nada em casa, eu saio, vendo meu café e chego com dinheiro. Eu tenho um filho de 11 anos e uma menina pequena, ‘criados com café’. Quando ele era de berço eu saía de madrugada pra trabalhar. A minha casa é o meu lugar de trabalho, aqui eu faço o café que vendo e aqui eu construo os carros de café [...]’. (SANTOS et al., 2012, p. 86, grifo do autor)

Mas a centralidade não pode ser reduzida à sobrevivência econômica: ela é também rede de relacionamentos e memória, conforme fica evidente na seguinte frase de uma moradora da ocupação, extraída de uma conversa em trabalho de campo.

*Por que não querem sair do Centro Histórico? Pela memória! É aqui que estão suas histórias, suas memórias. Além disso, as*

*peças dentro do centro histórico sobrevivem: você consegue qualquer trabalho aqui, transporte, acesso. E os bairros têm um agravante: as facções que matam.*

São percursos diários, trajetos cotidianos, circuitos traçados ao longo de anos de trajetórias residenciais pelo centro. Por outro lado, percorrem o centro a pé, todos os dias, parando e reparando, conhecendo e reconhecendo, produzindo e reproduzindo uma área, sua própria área. A centralidade envolve, portanto, também, este relacionamento afetivo com o espaço central, fruto dos engajamentos, enraizamentos e envolvimento com vários becos, muitas ruas, um grande número de pessoas cujo contato é renovado por meio dos trajetos percorridos a pé.

Entretanto, nos dias de hoje, de “guerra de lugares”, de valorização de cada metro quadrado de espaço urbano, o centro está na mira de empresas que constroem projetos imobiliários de alto padrão no CAS, que excluem os pobres, aos quais se oferece, como única “opção”, a periferia. Segundo Raquel Rolnik (2016, p. 15), vivemos na última década um período do capital em que o Estado passa a “destravar seus ativos territoriais”, removendo ou deslocando forçadamente sua população para ampliar as fronteiras do mercado, promovendo um alarmante “processo de despossessão dos mais pobres e vulneráveis”. Despejos, confiscos, remoções e reassentamentos resolvem o problema gerado pelo imperativo do crescimento econômico que leva à necessidade crescente de terra para o turismo – em *resorts* ou centros históricos gentrificados –, a mineração, a agricultura, a incorporação imobiliária. As economias crescem, as terras urbanas se tornam ativos altamente disputados e os mais pobres veem-se despojados de suas moradias. Com efeito, nos últimos anos, as fronteiras do centro limpo, ordenado, seguro e turístico avançam e pretende-se incluir a Baixa em seu interior. O Governo do Estado da Bahia e a PMS reformam seus terminais, refazem calçadas, revitalizam suas praças, potencializam sua iluminação, ordenam e agrupam os camelôs, restauram seus edifícios públicos etc. A Baixa deve mudar, deixar de ser margem.



Mas este projeto, lembremos, não é mais do que o capítulo mais recente de uma longa história de tentativas de tirar os pobres do centro, tentativas que se justificaram com argumentos variados, tais como o embelezamento, a higiene, o progresso, a justiça ou o patrimônio. Neste trabalho, vimos que essa história é antiga. Na segunda metade do século XIX, as ruas centrais passaram por uma higienização social que visava excluir os mendigos do mundo das ruas, isolando-os fora dos limites urbanos. Em 1855, foi inaugurado o dormitório de Mendigos de São Francisco e em 1876 o Asilo de Mendicidade da Baixa de Quintas. (FRAGA FILHO, 1996, p. 161) Perseguiram-se também os vadios, com o objetivo “tornar a cidade espaço inóspito para as grandes levas de ex-escravos que fugiam da grande lavoura e, com isso, desmotivar a saída do campo em direção aos centros urbanos” e, também “intervir nos costumes populares impondo um disciplinamento do cotidiano da cidade”. (FRAGA FILHO, 1996, p. 178) O acossamento aos pobres do centro tomava também outras formas, tais como a perseguição ao povo-de-santo e seus terreiros localizados no centro da cidade que, para sobreviver, tiveram de partir “para as roças distantes, locais de difícil acesso”. (AMADO, 2008, p. 235) Em 1926, proibiu-se a construção de becos/avenidas no centro da cidade, admitindo-se tais tipos de habitação, porém, em outros lugares da cidade. O crescimento do comércio que ocupava o lugar de antigas residências foi outro mecanismo que expulsou os pobres do centro ou os apinhou em certas casas ou ruas em seu interior. A “recuperação” do Pelourinho, na última década do século XX, foi mais um episódio desta expulsão, justificada em nome da defesa do patrimônio que não poderia ser feita pela população pobre, concebida pelo governo – na pessoa de Adriana Castro, diretora do IPAC em 1994 – como “sem condições econômico-culturais de conservá-lo”. (CARVALHO, 1994, p. 6) Segundo números oficiais, foram 3.190 pessoas expulsas nas primeiras seis etapas, entre 1993 e 1999. Na sétima etapa, que perdura até os dias de hoje, podemos imaginar um número semelhante. Na Rocinha, onde se fala em 63 famílias a serem beneficiadas pela construção da Vila Nova Esperanças, podemos estimar um número de ao menos 300

peças que foram retiradas de suas casas. Estes números nos levam a especular que, no mínimo, 7 mil pessoas perderam seu direito de permanecer em suas casas na área do Pelourinho.

Os mentores destes projetos de expulsão dos pobres do centro ignoram a existência do valor da centralidade para esta população. A centralidade, no entanto, é defendida de várias maneiras pelos seus habitantes. Uma destas maneiras é um discurso de muita clareza sobre a vontade e o direito de permanecer no centro, que aparece em falas individuais – “Não queremos remanejamento. Queremos Centro Histórico. A história da gente está aqui”; “Você acha que eu, com este tanto de filhos, vou pra Coutos? Vou aceitar este dinheiro que a CONDER está dando? Só saio do Centro Histórico para outro lugar no Centro Histórico! Se não me derem outra casa por aqui, só saio dentro de um caixão” (BITTENCOURT, 2015, p. 86) – ou coletivas. Como exemplo desta fala coletiva, podemos citar um pequeno texto produzido para o ato-cortejo do 2 de Julho de 2017 intitulado “O centro antigo é do povo”, produzido pela articulação de movimentos tais como Artífices da Ladeira da Conceição da Praia, Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo, MSTB, Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho, Coletivo da Vila Coração de Maria, Comunidade da Ladeira Preguiça, AMACH e Associação de Moradores da Chácara Santo Antônio :

Nós participamos da história do Centro Antigo desde sua construção, em cada pedra, de cada rua e cada casa. Erguemos com nosso suor, nosso trabalho, nossa cultura e criatividade. Hoje, depois de quase cinco séculos, continuamos resistindo e vivendo para mantê-lo vivo e de pé. Somos nós que moramos nos casarões abandonados por proprietários irresponsáveis e sem compromisso com o Centro e com sua história.

Mais uma vez querem nos expulsar das nossas casas, para dar lugar a um modelo de turismo que não nos inclui e a uma classe que não nos aceita. Nós não aceitamos sair do nosso lugar, nem o apagamento das nossas memórias.

Não vamos aceitar ver o povo negro expulso de novo.

O Centro Antigo está cheio de vida e essa vida somos nós,  
nossos corpos, nosso trabalho, nossos passos, nosso viver!

O CENTRO ANTIGO EXISTE!

O CENTRO ANTIGO RESISTE!

O CENTRO ANTIGO É DO POVO! (ARTICULAÇÃO DO  
CENTRO ANTIGO DE SALVADOR, 2017)

Por outro lado, temos aqueles que sem organização coletiva e muitas vezes sem discurso articulado sobre o assunto defendem seu direito à centralidade na prática: na teimosia de voltar após ter sido expulso, na resistência para não sair dele, na insistência de continuar entrando em beco e saindo de beco – desde que se localizem no centro –, na persistência de nele habitar mesmo que seja em prédios ocupados. É a mesma luta pela centralidade que encontramos em atores variados tais como os que ocupam prédios no CAS, os que resistiram às pressões e fizeram questão de remanejamento, os que ganharam na justiça o direito de ficar (103 famílias da sétima etapa), os que resistem à permanente transitoriedade das casas de passagem há 12 anos, os que foram para os becos/avenidas da Baixa dos Sapateiros na condição de aluguel ou bolsa aluguel e os que tiveram apoio dos familiares para a compra de uma casa e escolheram permanecer o centro. Para todos eles, os “bairros” são sinônimo de distância, violência, isolamento e tédio. Referindo-se ao bairro de Sussuarana, uma habitante do centro é enfática: “não há nada para mim ali. Só tédio. E morte”. (COLLINS, 2008, p. 293, tradução nossa) E é sempre para os bairros distantes que os programas habitacionais lhes oferecem alternativas: longe, sem serviços, muitas vezes dominados pela violência oriunda do tráfico de drogas.

Por isso, habitar o centro e lutar pela centralidade podem ser considerados um movimento de resistência diante de uma política de longa data de expulsão dos pobres do centro. Durante muito tempo, tratou-se de uma prática cotidianamente individual, na maior parte das vezes

silenciosa. A novidade dos dias de hoje é a conformação de movimentos organizados que reivindicam o direito à centralidade como parte do direito à cidade. O centro é de todos, o centro é do povo, dizem. O argumento é espacial, mas a luta é política: não se trata apenas de apropriação de espaços, trata-se de rever relações de poder que sustentam a política de periferização da pobreza. Desafia-se a regra que dita que, no Brasil, “o lugar dos trabalhadores pobres e o lugar para os trabalhadores pobres” é a periferia. (HOLSTON, 2013, p. 197) Ali, supostamente, deviam ir os pobres do Centro Histórico, se juntarem com outros milhares de pobres que haviam entendido a particularidade do processo de urbanização no Brasil: um que periferizou a pobreza e deixou os ricos no centro. Enquanto “a maioria dos pobres urbanos do mundo não mora mais em bairros pobres no centro da cidade” (DAVIS, 2006, p. 46), em Salvador, os moradores resistem e reivindicam seu direito de permanecer no centro, de habitá-lo.

\*\*\*

Por fim, conclui-se que os habitantes das ocupações que conseguem habitar com dignidade não deveriam ser despejados, devendo prevalecer o princípio da função social da propriedade, porque com muito esforço e sacrifício estas ocupações conseguiram inventar um habitar com regras autônomas, onde os espaços coletivos e privados são resguardados e onde o tráfico não entra. Esses ensaios não podem simplesmente ser destruídos com o benefício de um teto na periferia ou a pulverização de seu coletivo em outros locais do centro. Trata-se de experiências de autogestão, dignidade, defesa do direito à centralidade e luta pelo direito à cidade que precisam ser reconhecidas como vitoriosas e alentadas como tais. Diante desses ensaios, o remanejamento de seus moradores a outros locais ou prédios não passa de uma aberta cegueira política que confunde habitação e habitar e cujos parâmetros de habitabilidade mais respondem a elucubrações teóricas do que à realidade vivida pela população que supostamente se quer beneficiar.

## Referências

24 HORAS. *Bahia Hoje*, Salvador, p. 2, 5 out. 1993.

ABIB, Pedro (coord.). *Mestres e capoeiras famosos da Bahia*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2013.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AMADO, Jorge. *Bahia de todos os santos: guia de ruas e mistérios*. 35. ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

AMADO, Jorge. *Capitães da areia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AMADO, Jorge. *Suor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

AMADO, Jorge. *Tenda dos milagres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Tarcísio Matos de. *Condições psicossociais e exposição ao risco de infecção pelo HIV entre usuários de drogas injetáveis em uma comunidade marginalizada de Salvador-Bahia*. 1996. Tese (Doutorado em Medicina e Saúde) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

ARANTES, Antônio A. A guerra dos lugares: mapeando zonas de turbulência. In: ARANTES, Antônio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. p. 191-202.

ARAÚJO, Heloísa Oliveira de. *Inventário da legislação urbanística: 1920-1966: as novas regras do jogo para o uso e o abuso do solo urbano*. 1992. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

ARAÚJO, Norberto de. *Peregrinações em Lisboa*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1993.

ARTICULAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR. *O centro antigo é do povo*. Salvador, 24 jun. 2017. Facebook: articulacaodocentroantigodesalvador. Disponível em: <https://www.facebook.com/articulacaodocentroantigodesalvador/>. Acesso em: 26 jun. 2017.

ASSOCIAÇÃO DA HOTELARIA, RESTAURAÇÃO E SIMILARES DE PORTUGAL – AHRESP. Lisboa, 2017. Disponível em: <http://www.ahresp.com/pages.php?id=210>. Acesso em: 26 abr. 2017.

AVENIDA dos pobres estará pronta em abril. *A Tarde*, Salvador, p. 2, 16 dez. 1959.

ÁVILA, Alisson. Time Out e Estadão confirmam parceria. *Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*, [s.l.], 21 set. 2007. Disponível em: <http://fndc.org.br/clipping/time-out-e-estadao-confirmam-parceria-184954/>. Acesso em: 5 maio 2017.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 15. ed. São Paulo: Ática, 1984.

BACELAR, Jeferson Afonso. *A família da prostituta*. São Paulo: Editora Ática; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BAIXA dos Sapateiros. [19--?]. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador/FGM, Fundo RBC, documento n. 1403.

BAIXA dos Sapateiros: ao fundo a Ordem 3ª do Carmo e Convento. [19--]. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador/FGM, Fundo PMS, documento n. 1755.1.

BAIXA dos Sapateiros: uma rua está pedindo socorro. *Diário de Notícias*, [s.l.], p. 16, 1 dez. 1975.

BAIXA dos Sapateiros mantém a tradição mas exige melhoramentos. *A Tarde*, Salvador, 3 maio 1993. Não paginado.

BAIXA dos Sapateiros na década de 1970. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador/FGM, Fundo DN, documento n. 1066.

BANHA, Inês. Lisboaetas deixam casas em bairros históricos para arrendar a turistas. *Diário de Notícias*, [s.l.], 31 jan. 2016. Disponível em: <http://www.dn.pt/sociedade/interior/lisboetas-deixam-casas-em-bairros-historicos-para-arrendar-a-turistas-5007426.html>. Acesso em: 26 abr. 2017.

BAPTISTA. *Baixa dos Sapateiros na década de 1970*. 17 jun. 1975. 1 fotografia. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador/FGM, Fundo, documento n. 1055.1.

BIRMAN, Patrícia; FERNANDES, Adriana; PIEROBON, Camila. Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 431-460, 2014.

BITTENCOURT, José Maurício Carneiro Daltro. *Luta e resistência dos moradores pelo direito à moradia em áreas de patrimônio cultural: a formação de uma esfera pública*. Salvador: EDUFBA, 2015.

BLASER, Werner. *Pátios: 5000 años de evolución desde la antigüedad hasta nuestros días*. 2ª ed. ampl. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.

BRASIL. *Lei de 1º de outubro de 1828*. Dá nova fôrma às Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [20--?]. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html). Acesso em: 5 nov. 2016.

CADENA, Nelson. Santa Bárbara dos mercados. *Correio*, Salvador, 2 dez. 2016. Disponível em: <http://www2.correio24horas.com.br/detalhe/nelson-cadena/noticia/nelson-cadena-santa-barbara-dos-mercados/?cHash=2e29fede9aa4107b2285c20096118602>. Acesso em: 4 maio 2017.

CANO, Jefferson. A cidade dos cortiços: os trabalhadores e o poder público em São Paulo no final do século XIX. In: AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CHALHOUB, Sidney (org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 221-250.

CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes. *Entre vilas e avenidas: habitação proletária em Salvador na Primeira República*. 1991. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1991.

CARVALHO, Mario César. Falta de política arrasa patrimônio histórico. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 out. 1994. Ilustrada, p. 6.

CARVALHO, Winnye. Seis imóveis são demolidos na Ladeira da Montanha. *A Tarde*, Salvador, 22 maio 2015. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1682937-seis-imoveis-sao-demolidos-na-ladeira-da-montanha>. Acesso em: 5 nov. 2016.

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL (Salvador, BA) – CEAS. *Como Salvador se faz*: dossiê das lutas das comunidades populares de Salvador-Bahia pelo direito à moradia. Salvador: CEAS, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1: artes de fazer. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHABROL, Marie; COLLET, Anais; GIROUD, Mathieu; LAUNAY, Lydie; ROUSSEAU, Max; MINASSIAN, Hovig Ter. *Gentrifications*. Paris: Éditions Amsterdam, 2016.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CHAVES, Miguel. *Casal Ventoso*: da gandaia ao narcotráfico: marginalidade econômica e dominação simbólica em Lisboa. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999.

CLAVEL, Maité. Elementos para uma nova reflexão sobre o habitar. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 38, p. 147-167, 1. sem. 2015.

CLOUX, Raphael Fontes. *Uma história urbana do presente*: o Movimento dos Sem Teto de Salvador (2003-2007). 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regionale Urbano) – Universidade de Salvador, Salvador, 2007.

COLLINS, John. “But what if I should need to defecate in your neighborhood, madam?”: empire, redemption and “the tradition of the oppressed” in a brazilian world heritage site. *Cultural Anthropology*, [s.l.], v. 23, issue 2, p. 279-328, May 2008. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1548-1360.2008.00010.x>. Acesso em: 14 mar. 2017.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – CONDER. *Proposta de valorização do Centro Histórico de Salvador*. Salvador: CONDER, 1978.

CORDEIRO, Graça Índias. *Um lugar na cidade*: cotidiano, memória e representação no bairro da Bica. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.



CORDEIRO, Graça Índias. Pátios. In: TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella; COUDROY DE LILLE, Laurent; D'ARC, Hélène Rivière. *A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades*. São Paulo: Romano Guerra, 2014. p. 469-479.

CORDEIRO, Graça Índias; GARCIA, Joaquim. *Lisboa: Freguesia de S. Paulo*. Lisboa: Contexto Editora, 1993.

CORRÊA, Maria Letícia. Engenharia, ordem e disciplina sobre a cidade: Vieira Souto e os projetos de “casas para operários” no Rio de Janeiro da década de 1880. In: ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Letícia; SANTOS, Ricardo Augusto dos (org.). *Os intelectuais e a cidade: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012. p. 83-112.

CORTIÇO. In: MICHAELIS: dicionário brasileiro da língua portuguesa. [S.L.]: Melhoramentos, c2016. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=corti%C3%A7o>. Acesso em: 31 out. 2016.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. *Ekabó!:* trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX. 1989. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1989.

COSTA, António Firmino da. *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

COSTA, Pedro. *A minha gentrificação é melhor do que a tua: o(s) direito(s) à cidade numa Lisboa em massificação*. 2017. Palestra ministrada na Conferência Internacional “Lisboa que futuro? 2017”, Lisboa, 2017.

COSTA, Pedro; MAGALHÃES, Andreia. Novos tempos. Nova Vida. Novo centro? Dinâmicas e desafios para uma vida nova do centro histórico de Lisboa. *Rossio: estudos de Lisboa*, Lisboa, n. 4, p. 16-27, dez. 2014.

CUNHA, Marina Carmello. *Cidade resto: o espaço (da) roupa e o que [sobre] vive entre Baixa dos Sapateiros e Parque Novo*. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

DAMATTA, Roberto. O Brasil como morada. Apresentação. In: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15. ed. São Paulo: Global, 2004. p. 11-22.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (ed.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA, 1996.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DESEMPREGO entre jovens chega a 38% em Salvador. *Congresso em Foco*, Brasília, 25 abr. 2016. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/desemprego-entre-jovens-chega-a-38-em-salvador/>. Acesso em: 4 maio 2017.

DICA 7: Quais as diferenças entre um ‘hostel’ e um hotel? *Saldo Positivo*, [s.l.], 8 jul. 2014. Disponível em: <http://saldopositivo.cgd.pt/dica-7-quais-diferencas-entre-um-hostel-e-um-hotel/>. Acesso em: 27 abr. 2017.

DOREA, Luiz Eduardo. *Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas*. Salvador: EDUFBA, 2006.

DRUCK, Graça. Precarização social do trabalho. In: IVO, Anete B. L. (coord.). *Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas*. São Paulo: Annablume, 2013.

ESTA Baixa já não é dos sapateiros: é dos loucos. *Jornal da Bahia*, Salvador, p. 3, 12 jul. 1971.

ESPINHEIRA, Carlos G. D’Andrea. *Comunidade do Maciel*. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1971.

ESPINHEIRA, Carlos G. D’Andrea. Pelourinho: a hora e a vez do Centro Histórico. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 119, p. 35-45, jan./fev. 1989.

EXTREMIDADE da Rua da Vala. [1875?]. Acervo do Museu de Arte da Bahia.

FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2008.

FERNANDES, José Luís Lopes. *Actores e territórios psicotrópicos: etnografia das drogas numa periferia urbana*. 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 1997.

FLEXOR, Maria Helena. Salvador e higienismo nos séculos XIX e XX. In: GAMA, Hugo; NASCIMENTO, Jaime (org.). *A urbanização de Salvador em três tempos*:

- Colônia, Império e República: textos críticos de história urbana. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2011. v. 1, p. 249-283.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2014.
- FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Hucitec, 1996.
- FREITAS, Francisco Augusto Canal. *Habitar o hábito: reflexão e origem da cidade no pensamento de Walter Benjamin*. 2012. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- FREITAS, Maria do Carmo de. *Agonia da fome*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Salvador: EDUFBA, 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15. ed. São Paulo: Global Editora, 2004.
- FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA – FPACBA. *Levantamento sócio econômico da área norte do Pelourinho*. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1975.
- FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA – FPACBA. *Levantamento sócio-econômico do Pelourinho*. Direção de Vivaldo da Costa Lima. Salvador: FPACBA, 1969. Pesquisa patrocinada pela Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador.
- GATO, Maria Assunção. São as pessoas que fazem o bairro. *Estudo Previo*, Lisboa, n. 4, 2014. Não paginado. Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/artigos/28/dossier-bairros-maria-assuncao-gato-.sao-as-pessoas-que-fazem-o-bairro>. Acesso em: 26 abr. 2017.
- GEHL, Jhan. *Cidades para pessoas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GEHL, Jhan. Defensor de cidades mais humanas, Jan Gehl provoca em entrevista: ‘O que você está esperando, Brasil?’ [Entrevista cedida a] Paula Tanscheit. *ArchDaily Brasil*, [s.l.], 28 nov. 2016. Disponível em: <http://my.archdaily.com.br>. Acesso em: 28 nov. 2016.
- GIGLIA, Angela. *El habitar y la cultura: perspectivas teóricas y de investigación*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2012.
- GOMES, Marialva. Projeto elaborado para revitalizar a Baixa dos Sapateiros. *Correio da Bahia*, Salvador, p. 10, 24 mar. 1994.

- GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Escravismo e cidade: notas sobre a ocupação da periferia de Salvador no século XIX. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, Salvador, v. 3, n. 1, p. 9-19, 1990. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3102>. Acesso em: 1 nov. 2016.
- GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- GORDENSTEIN, Samuel Lira. *De sobrado a terreiro: a construção de um candomblé na Salvador oitocentista*. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- GORDILHO, Ângela. *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GORDILHO, Ângela. Ocupação urbana e habitação. In: BAHIA. Secretaria de Cultura. *Centro antigo de Salvador: plano de reabilitação participativo*. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2010. p. 72-101.
- GORDON JR., Cesar. [Sem título]. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 192-195, out. 1996. Resenha da obra de: CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen (ed.). 1995. *About the House: Lévi-Strauss and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v2n2/v2n2a10.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.
- GOTTSCHALL, Carlota. Moradores do centro antigo de Salvador, à luz do Censo 2010. In: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – CONDER. *Centro antigo de Salvador: plano de reabilitação participativo: avanços*. Salvador: CONDER, 2014. p. 29-44.
- GOTTSCHALL, Carlota de Sousa; SANTANA, Mariely Cabral de; ROCHA, Ana Georgina Peixoto. Perfil dos moradores do centro tradicional de Salvador à luz do Censo de 2000. In: GOTTSCHALL, Carlota de Sousa; SANTANA, Mariely Cabral de (org.). *Centro da cultura de Salvador*. Salvador: EDUFBA: SEI, 2006. p. 16-50.
- GOULART, Débora Cristina. *O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST*. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.
- GRECO, Leonardo. A ação de usucapião urbana do estatuto da cidade. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 2, 2008. Não paginado. Disponível em <http://www.arcos.org.br/periodicos/revista-eletronica-de->

direito-processual/volume-ii/a-acao-de-usucapiao-urbana-do-estatuto-da-cidade. Acesso em: 4 maio 2017.

[HABITAÇÕES subdivididas no Maciel]. [19--]. Acervo do Museu Temporal, IPAC.

HALL, Edward Twitchell. *La dimensión oculta: enfoque antropológico del uso del espacio*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1973.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HAUMONT, Bernard. Préface. In: HAUMONT, Bernard; MOREL, Alain. *La société des voisins: partager un habitat collectif*. Paris: Édition de la Maison des sciences de l'homme, 2005. p. xiii-xxiii.

HEIDEGGER, Martin. *Construir, habitar, pensar*. 1951. Conferência pronunciada por ocasião da “Segunda Reunião de Darmstadt”, publicada em *Vorträge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954. Disponível em: [http://www.proureb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger\\_construir,%20habitar,%20pensar.pdf](http://www.proureb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf). Acesso em: 27 mar. 2016.

HITA, Maria Gabriela. *A casa das mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador-Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. Los Materiales contra la materialidad. *Papeles de Trabajo*, Buenos Aires, año 7, n. 11, p. 19-39, mayo 2013.

INGOLD, Tim. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2002.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA - IPAC. *30 anos do IPAC nos jornais*. Coordenação de pesquisa e introdução de Cândido da Costa e Silva. Salvador: IPAC, 1997.

- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA – IPAC. *Centro Histórico de Salvador: programa de recuperação*. Salvador: Corrupio, 1995.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA – IPAC. *Termo de referência: plano de ação integrada do Centro Histórico de Salvador*. Salvador: IPAC, 1991. Mimeografado.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA – IPAC. *Uso do solo no Centro Histórico de Salvador*. Salvador: IPAC, 1998.
- JACOBS, Jane. *Muerte y vida de las grandes ciudades*. 2. ed. Madrid: Ediciones Pensínsula, 1973.
- KASPER, Christian Pierre. *Habitar a rua*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/11201376/Habitar-a-Rua>. Acesso em: 28 jul. 2016.
- KOVARICK, Lúcio. Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 171-211, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a08n70.pdf>. Acesso em: 31 out. 2016.
- KOVARICK, Lúcio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LA BARRE, Jorge de. Nota introdutória. In: CLAVEL, Maité. Elementos para uma nova reflexão sobre o habitar. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 38, p.147-167, 1. sem. 2015. p. 147-149.
- LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- LATOUR, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 339-352, 2006. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/90-DIALOGUE-POR.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- LE GOFF, Jacques. *Histoire et mémoire*. Paris: Gallimard, 1988.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *Du rural à l'urbain*. Textes rassemblés par Mario Gaviria. Paris: Éditions Anthropos, 1970.

- LEFEBVRE, Henri. Préface. In: RAYMOND, Henri; DEZÈS, Marie-Geneviève; HAUMONT, Nicole; HAUMONT, Antoine. *L'habitat pavillonnaire*. 4<sup>ème</sup>. éd. Paris: L'Harmattan, 2001. p. 7-23.
- LEITE, Ana Cristina. *Pátios de Lisboa: aldeias entre muros*. Fotografia de João Francisco Vilhena. Lisboa: Gradiva Publicações, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. La organización social de los Kwakiutl. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *La vía de las máscaras*. México: Siglo XXI Editores, 1981. p. 140-162.
- L'HEUILLET, Hélène. *Du voisinage: réflexions sur la coexistence humaine*. Paris: Éditions Albin Michel, 2016.
- LIMA, Adriana Nogueira Vieira. *Do direito autoconstruído ao direito à cidade: porosidades, conflitos e insurgências em Saramandaia*. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- LIMA, Andressa Lídiccy Morais. “Okupar, resistir, insistir”: uma etnografia das práticas de ocupação urbana – Fortaleza/Ceará. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- LISBOA (Portugal). Câmara Municipal. *Freguesia da Misericórdia*. Lisboa, 2017. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/juntas-de-freguesia/freguesia-da-misericordia>. Acesso em: 26 abr. 2017.
- LOJAS da Baixa dos Sapateiros abrem 2 mil vagas para fim de ano. *G1 BA*, Salvador, 10 nov. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/11/lojas-da-baixa-dos-sapateiros-abrem-2-mil-vagas-para-fim-de-ano.html>. Acesso em: 27 dez. 2016.
- LOPES, João Teixeira; LOUÇÃ, Francisco; FERRO, Lúcia. *As classes populares: a produção e a reprodução da desigualdade em Portugal*. Lisboa: Bertrand Editora, 2017.
- LOPES, Octacílio. Baixa dos Sapateiros onde puseste o teu encanto? *Diário de Notícias*, 21 ago. 1949. Não paginado.
- LOPES, Ricardo Venâncio. Do Bairro Alto ao Cais do Sodré: criatividade, informalidade e recomposição física, social, funcional e económica. *Rossio: estudos de Lisboa*, Lisboa, n. 4, p. 80-93, dez. 2014.
- MACHADO, Suza. Baixa dos Sapateiros será revitalizada. *A Tarde*, Salvador, p. 4, 2 dez. 2002.

MADALENA (Entra em beco, sai em beco). Intérprete: Gilberto Gil. Compositor: Isidoro. In: PARABOLICAMARÁ. Intérprete: Gilberto Gil. [S.l.]: WEA, 1991. 1 disco vinil, faixa 1.

MARCELIN, Louis Herns. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo baiano. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31-60, 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131999000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131999000200002). Acesso em: 27 jun. 2016.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil: 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 131-214.

MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP, 1989.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MATOS, Fátima Loureiro de; RODRIGUES, Rosa Maria Veloso Vieira. As ilhas do Porto: lugares de resistência. *OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 33-57, jan. 2009.

MATTOS, Waldemar. *Evolução histórica e cultural do Pelourinho*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Barbero, 1978.

MATTOS, Wilson Roberto. Escravos libertos e poder público: trabalho e rebeldia nos processos de territorialização da cidade de Salvador (1871-1888). In: GAMA, Hugo; NASCIMENTO, Jaime (org.). *A urbanização de Salvador em três tempos: Colônia, Império e República: textos críticos de história urbana*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2011. v. 1, p. 117-128.

MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2: morar, cozinhar*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 35-185.

MCCALLUM, Cecília; BUSTAMANTE, Vania. Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia. *Etnográfica*, Lisboa, v. 16, n. 2, p. 221-246, jun. 2012. Disponível em: <https://etnografica.revues.org/1476>. Acesso em: 27 jun. 2016.

MELLO, J. (ed.). *Capella e collegio da Providencia, Bahia (Brazil)*. 1907. 1 ilustração. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador/FGM, Fundo RBC, documento n. 1010.



MENDES, José. [Palestra de abertura]. 2017. Palestra ministrada na Conferência Internacional “Lisboa que futuro? 2017”, Lisboa, 2017.

MIRANDA, Luiz Cezar dos Santos. *Vizinhos do (in)conformismo: o Movimento dos Sem Teto da Bahia entre a hegemonia e a contra-hegemonia*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MONTANUS, Arnoldus. *De nieuwe en onbekende weereld, of, Beschryving van America en 't zuid-land*. Amsterdam, 1671. Da coleção particular do Dr. H. J. Herch, São Paulo.

MONTOYA URIARTE, Urpi. Intervenções recentes em centros históricos: as políticas de “recuperação” dos centros históricos de Salvador, Lima e Quito. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 208, p. 73-92, nov./dez. 2003.

MONTOYA URIARTE, Urpi. Introdução. In: MONTOYA URIARTE, Urpi. (org.). *Avenida Sete: antropologia e urbanismo no centro de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 15-29.

MONTOYA URIARTE, Urpi. Pobreza e cultura. A luta dos pobres para permanecer morando no centro histórico de Salvador. *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*, Salvador, v. 10, p. 1-20, 2012.

[MORADORAS de um casarão subdividido do Maciel]. [197-?]. Acervo do Museu Temporal, IPAC.

MOURA, Marjorie. Centro comercial faz aniversário em crise. *A Tarde*, Salvador, 27 jul. 2005. Caderno 2, p. 2.

MOURA, Milton. A música no Centro Histórico de Salvador. In: GOTTSCHALL, Carlota de Sousa; SANTANA, Mariely Cabral de (org.). *Centro da cultura de Salvador*. Salvador: EDUFBA: SEI, 2006. p. 112-133.

MOVIMENTO DOS SEM TETO DA BAHIA – MSTB. *A luta pela cidade e a construção das comunidades do Bem Viver*. Salvador: MSTB, 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO – MTST. *Cartilha de princípios*. [São Paulo]: MTST, [201-?].

MUÑOZ, Alejandra Hernández; HERNÁNDEZ, Maria Hermínio Oliveira. Igrejas, conventos e mosteiros na formação do centro de Salvador e seus espaços públicos abertos. In: GAMA, Hugo; NASCIMENTO, Jaime (org.). *A urbanização de Salvador em três tempos: Colônia, Império e República: textos críticos de história urbana*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2011. v. 1, p. 55-79.

NA BAIXA dos Sapateiros, o comércio mais frajola. *Diário de Notícias*, [s.l.], p. 7, 21 dez. 1973.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007.

NERY, Livia. Memória negligenciada. *Jornal da Facom*, Salvador, v. 5, jun. 2015. Disponível em: [http://www.jornaldafacom.ufba.br/jornaldafacom2/v5/Reportagens/reportagem\\_17.html](http://www.jornaldafacom.ufba.br/jornaldafacom2/v5/Reportagens/reportagem_17.html). Acesso em: 26 dez. 2016.

NIECKARZ JR., Peter P. Community in Cyber Space?: the role of the Internet in facilitating and maintaining a community of live music collecting and trading. *City & Community*, Washington, DC, v. 4, p. 403-423, Dec. 2005. Disponível em: <http://www-bcf.usc.edu/~douglast/620/peter1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

NOBRE, Maria Ivanilde Ferreira. *A dinâmica da população do Maciel/ Pelourinho no contexto das mudanças no centro histórico de Salvador: 1992/1995*. Salvador: [s.n.], 1995. Mimeografado.

OLIVEIRA, Débora Ferraz de. *Insegurança nas ruas: uma etnografia do uso de crack no Centro Antigo de Salvador*. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

OLIVEIRA, Frederico César Barbosa de. *Quando resistir é habitar: lutas pela afirmação territorial dos Kaiabi no baixo Teles Pires*. Brasília: Paralelo 15, 2012.

PALÁCIO das maravilhas. *Correio da Bahia*, Salvador, p. 1-8, 11 jul. 2004.

PASSOS, Núbia. Prefeitura discute revitalização do comércio na região da Baixa dos Sapateiros. *Olá Bahia*, [Salvador], 6 ago. 2015. Disponível em: <http://www.olabahia.com.br/2015/08/06/prefeitura-discute-revitalizacao-do-comercio-na-regiao-da-baixa-dos-sapateiros/>. Acesso em: 26 dez. 2016.

PEREIRA, Manoel Passos. *História do bairro de Nazaré: uma experiência participativa em Salvador*. Salvador: Faculdade de Turismo da Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1994a.

PEREIRA, Nuno Teotónio. Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*, [s.l.], v. 29, n. 127, p. 509-524, 1994b.

PEREIRA, Sandra Marques. *Casa e mudança social: uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa*. 2. ed. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2016.

PEREIRA, Sandra Marques. *Lisboom: a cidade renascida em contexto de globalização*. 2017. Palestra ministrada na Conferência Internacional “Lisboa que futuro? 2017”, Lisboa, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Beco. In: TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella; COUDROY DE LILLE, Laurent; D’ARC, Hélène Rivière (org.). *A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades*. São Paulo: Romano Guerra, 2014. p. 125-130.

PÉTONNET, Colette. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. *Antropolítica*, Niterói, n. 25, p. 99-111, 2. sem. 2008.

PIMENTEL, Álamo. Da diáspora cultural à busca de sentido para a contemporaneidade educadora do Pelourinho. In: GOTTSCHALL, Carlota de Sousa; SANTANA, Mariely Cabral de (org.). *Centro da cultura de Salvador*. Salvador: EDUFBA: SEI, 2006. p. 160-182.

PINA-CABRAL, João de; SILVA, Vanda Aparecida da. *Gente livre: consideração e pessoa no Baixo Sul da Bahia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

PINHEIRO, Eloísa Petti. Intervenções na freguesia da Sé (1850-1920). In: GAMA, Hugo; NASCIMENTO, Jaime (org.). *A urbanização de Salvador em três tempos: Colônia, Império e República: textos críticos de história urbana*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2011. v. 1, p. 131-173.

PINTO, Jorge Ricardo. As ilhas do Porto. In: VÁZQUEZ, Isabel Breda; CONCEIÇÃO, Paulo (coord.). “*Ilhas*” do Porto: levantamento e caracterização. Porto: Município do Porto, 2015. p. 5-17.

PIRES, Telma Catarina C.; SOUZA, Cassandra V. Habitação social no centro antigo de Salvador: avanços e projetos. In: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – CONDER. *Centro antigo de Salvador: plano de reabilitação participativo: avanços*. Salvador: CONDER, 2014. p. 163-177.

PORTUGAL. Conselho dos Melhoramentos Sanitários. *Inquérito aos pátios de Lisboa: anno de 1905: 2ª parte*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905.

PRÉDIO do cineteatro Jandaia será desapropriado pelo governo da Bahia. *GI BA*, Salvador, 7 nov. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/11/predio-do-cineteatro-jandaia-sera-desapropriado-pelo-governo-da-bahia.html>. Acesso em: 26 dez. 2016.

[PRÉDIOS reformados e não reformados no Maciel]. [19--]. Acervo do Museu Tempostal, IPAC.

PREFEITURA entrega camelódromo na Baixa dos Sapateiros. *Secom*, Salvador, 16 maio 2016. Disponível em: <http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias/48100-prefeitura-entrega-camelodromo-na-baixa-dos-sapateiros>. Acesso em: 16 maio 2016.

QUEIROZ, Lúcia Aquino. O espaço turístico do Centro Histórico: formação, transformações, perspectivas e desafios. In: GOTTSCHALL, Carlota de Sousa; SANTANA, Mariely Cabral de (org.). *Centro da cultura de Salvador*. Salvador: EDUFBA: SEI, 2006. p. 76-111.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

RAPOPORT, Amos. *Vivienda y cultura*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

RAYMOND, Henri; DEZÈS, Marie-Geneviève; HAUMONT, Nicole; HAUMONT, Antoine. *L'habitat pavillonnaire*. 4<sup>ème</sup> éd. Paris: L'Harmattan, 2001.

RECUPERAR a Baixa dos Sapateiros. *A Tarde*, Salvador, p. 5, 17 nov. 1994.

REDFIELD, Robert. *Civilização e cultura de folk: estudo de variações culturais em Yucatán*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1949.

REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 199-242, 2000. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21000>. Acesso em: 17 out. 2016.

REIS, Lysiê. *A história na vitrine: novas estratégias e convenções no ritual de preservação*. 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RITTER, João Pedro Noronha. *Etnografia dos espaços diferenciais em Salvador: habitar a Baixa dos Sapateiros: relatório final PIBIC 2016-2016*. Salvador: [s.n.], 2016. Mimeografado.

ROCHA, Ana Luisa Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Antropologia da memória de bairros de “vocação” industrial “em crise”. In: MONTOYA URIARTE, Urpi; MACIEL, Maria Eunice (org.). *Patrimônio, cidades e memória social*. Salvador: EDUFBA: ABA Publica es, 2016. p. 95-122.

ROCHA, Maria Isabel Costa Menezes de. *O dispositivo de pacifica o dos espaços públicos urbanos através de um percurso pela avenida Sete de*

Setembro. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

ROJAS, Sergio. El desenlace de la “cotidianidad obrada”. Prólogo. In: SOLÍS OPAZO, José. *La derrota de lo cotidiano: elementos para una ontología política del diseño contemporáneo*. Santiago de Chile: CEAUP, Universidad Central, 2013. p. 19-22.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2016.

RUA J. J. Seabra, num dia de domingo. [entre 1915 e 1920]. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador/FGM, Fundo PMS, documento 4123.

AS RUAS mais bonitas: da Bica em Lisboa à 5ª Avenida em Nova Iorque. *Jornal de Notícias*, [s.l.], 25 fev. 2017. Disponível em: <http://www.jn.pt/mundo/galerias/interior/as-ruas-mais-bonitas-do-mundo-da-bica-em-lisboa-a-5a-avenida-em-nova-iorque-5691535.html>. Acesso em: 5 abr. 2017.

[RUÍNAS e escombros no Maciel. Bêco do Mijo (Rua Inácio Accioly)]. [19--]. 3 fotografias. Acervo do Museu Tempostal, IPAC.

SALVADOR (BA). Prefeitura. *Atlas parcial da Cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, D.T.C.M., 1956.

SAMPAIO, Antonio Heliodorio Lima. *10 necessárias falas: cidade, arquitetura e urbanismo*. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANT’ANNA, Márcia. A recuperação do Centro Histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 44-59, 2003.

SANTANA, Eder Luís. Vende-se ou aluga-se. *A Tarde*, Salvador, p. 7, 13 ago. 2003.

SANTOS, Carlos Nelson; VOGEL, Anna. Centro de Pesquisas Urbanas. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBAM: FINEP, 1981.

SANTOS, Elisabete; AFONSO, Roseli; RIBEIRO, Suely; MIRANDA, Cezar; VEIGA, Elba; CARNEIRO, Cássia. *Atlas sobre o direito de morar em Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTOS, Fabiano Cunha dos. “*Pode queimar, tá legalize!*”: uma antropologia sobre o uso recreativo de drogas na cidade. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SANTOS, Marilecia Oliveira. *O viver na “cidade do bem”*: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio na Boa Viagem – Bahia. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940). *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, Salvador, v. 3, n. 1, p. 20-29, 1990. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3103>. Acesso em: 24 out. 2016.

SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*: estudo de geografia urbana. Salvador: Universidade da Bahia: Livraria Progresso Editora, 1959.

SANTOS, Milton. O lugar e o cotidiano. In: SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEMINÁRIO SOBRE O CENTRO DA CIDADE DO SALVADOR, 1., 1977, Salvador. [Sem título]. Salvador: Bureau Gráfica e Editora, 1977.

SENA, Consuelo Pondé de. A degradação da Baixa dos Sapateiros. *Tribuna da Bahia*, Salvador, p. 5, 17 maio 2005.

SENRA, Ricardo. Assim se vive nas ocupações urbanas de SP. *Outras Mídias*, São Paulo, 13 mar. 2015. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/assim-se-vive-nas-ocupacoes-urbanas-de-sp/>. Acesso em: 15 out. 2016.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. O Cortiço, romance econômico. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 98, p. 185-200, mar. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002014000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000100010). Acesso em: 1 nov 2016.

SERRA, Ordep. A memória em crise na cidade do Salvador. In: MONTOYA URIARTE, Urpi; MACIEL, Maria Eunice (org.). *Patrimônio, cidades e memória social*. Salvador: EDUFBA: ABA Publicações, 2016. p. 123-139.

SILVA, Maria Margarida de Almeida Reis e. *Pátios e vilas da Zona Ribeirinha Oriental*: materialidade, memória e recuperação urbana. 2013. Dissertação (Mestrado em História Moderna e Contemporânea) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2013.

- SIMMEL, Georg. A ponte e a porta. *Política e Trabalho*, João Pessoa, ed. 12, p. 10-14, set. 1996. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6379>. Acesso em: 27 jun. 2016.
- SIMÕES, Maria Lúcia; MOURA, Milton. De quem é o Centro Histórico de Salvador? *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 96, p. 40-45, 1985.
- SLEE, Tom. *Airbnb listings in Lisbon (June 2016)*. [S.l.]: Google Fusion Tables, 2016. Disponível em: <https://fusiontables.google.com/DataSource?docid=1bf6ZosybJKUWugoxsbFU6U2ayAa8pl-4ivGmyDHx#map:id=3>. Acesso em: 27 abr. 2017.
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil, sudeste, século XIX*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- SOUZA, Thais Cristina Silva de. *Cortiços em São Paulo: programas/vistorias/relatos*. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- TAXA de desemprego em Salvador é a maior do país, aponta IBGE. *GI BA*, Salvador, 17 ago. 2016. Disponível em: [www.g1.globo.com/bahia/noticia/2016/08/taxa-de-desemprego-em-salvador-e-maior-do-pais-aponta-ibge.html](http://www.g1.globo.com/bahia/noticia/2016/08/taxa-de-desemprego-em-salvador-e-maior-do-pais-aponta-ibge.html). Acesso em: 4 maio 2017.
- TEIXEIRA, Francisco. [Foto aérea do trecho onde se localizam os três becos/avenidas]. 1992a. 1 ilustração. Elaborada a partir de base da Sicar/CONDER.
- TEIXEIRA, Francisco. [Mapa da região central onde se encontra a Baixa dos Sapateiros]. 1992b. Elaborada a partir de base cartográfica da Sicar/CONDER.
- TEIXEIRA, Francisco. [Mapa do Centro Antigo e Centro Histórico de Salvador]. 1992c. 1 ilustração. Elaborada a partir de base cartográfica da Sicar/CONDER.
- TEIXEIRA, Francisco. [Mapa do Pelourinho]. 1992d. 1 ilustração. Elaborada a partir de base da Sicar/CONDER.
- TEIXEIRA, Manuel C. *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*. Prefácio de Fernando Távora. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.
- TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TIME OUT MARKET LISBOA. *O melhor de Lisboa*. Lisboa, c2016. Disponível em: <http://www.timeoutmarket.com/lisboa/conceito/>. Acesso em: 5 maio 2017.

TRABALHOS de recuperação da BS podem findar ainda hoje. *Jornal da Bahia*, Salvador, p. 5, 1 jul. 1964.

TRÁFEGO da J. J. Seabra. *Jornal da Bahia*, Salvador, p. 2, 2 set. 1967.

TRECHO da rua J. J. Seabra. Fundo do Convento de São Francisco. [19--?]. 1 fotografia. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador/FGM, Fundo PMS, documento n. 8901.

TRINCHÃO, Gláucia. Os ascensores de Salvador – os planos inclinados e o Elevador Lacerda. In: GAMA, Hugo; NASCIMENTO, Jaime (org.). *A urbanização de Salvador em três tempos: Colônia, Império e República: textos críticos de história urbana*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2011. v. 1, p. 177-208.

URBINA CARRASCO, María Ximena. *Los conventillos de Valparaíso 1880-1920: fisionomía y percepción de una vivienda popular urbana*. 2. ed. Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso de la Universidad Católica de Valparaíso, 2011.

VARELLA, João. *Da Bahia que eu vi: factos, vultos, e typos populares*. Salvador: [s.n.], 1935.

VASCONCELLOS, Emanuel Lins Freire; FIGUEIREDO, Glória Cecília dos Santos; MELLO, Jecilda Maria da Cruz; BOULLOSA, Rosana de Freitas (coord.). *Perícia popular no Centro Histórico de Salvador: avaliação das condições de vida dos habitantes vulnerabilizados pelo descumprimento da TAC da 7ª etapa*. Salvador: [s.n.], 2017.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Apresentação de Nelson Carneiro. Salvador: Editora Itapuã, 1969. v. 1.

VISTA aérea da Barroquinha. [19--?]. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador/FGM, Fundo PMS, documento n. 3603.

VOLPINI, Lorena. *A rede CAMMPI: cidadania e política do espaço na Península de Itapagipe: uma etnografia do fazer cidade em Salvador, Brasil*. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

WACQUANT, Loïc. *Los condenados de la ciudad: gueto, periferias y Estado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.



WIGGERS, Raquel. “Sou daqui, da Caieira da Barra do Sul”: espaço e parentesco como definidores de pertença entre os nativos de uma comunidade ao sul do Brasil. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. [Sem título]. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em: [www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/RaquelWiggers.pdf](http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/RaquelWiggers.pdf). Acesso em: 27 set. 2016.

WISSENBACH, Maria Cristina. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil: 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 50-130.

WOORTMANN, Klaas. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

	Colofão
Formato	17 x 24 cm
Tipografia	Leitura News e Leitura Sans
Papel	Alcalino 75 g/m <sup>2</sup> (miolo) Cartão Supremo 300 g/m <sup>2</sup> (capa)
Impressão	Edufba
Capa e Acabamento	Gráfica 3
Tiragem	300 exemplares